



CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1309, de 2025**, que *"Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Esperidião Amin (PP/SC)	001; 002; 007; 008; 012; 013; 014; 015; 016; 017; 092; 093
Deputado Federal Coronel Meira (PL/PE)	003
Deputado Federal Mendonça Filho (UNIÃO/PE)	004; 005; 006
Deputado Federal Pedro Lupion (PP/PR)	009; 089
Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	010
Deputado Federal Marangoni (UNIÃO/SP)	011; 111; 112; 113; 114; 139
Deputado Federal Joaquim Passarinho (PL/PA)	018
Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	019
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	020; 027; 028; 029; 030; 299; 300; 301; 302; 303; 304; 305; 306; 307; 308; 309; 310; 311; 312; 313; 314; 315; 316; 317; 318; 319; 320; 321; 322; 323; 324; 325; 326; 327; 328
Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)	021; 022; 337; 338; 339; 340; 341
Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	023
Deputado Federal Capitão Alden (PL/BA)	024; 025; 026; 035; 036; 100; 101; 102; 103; 107; 108; 115; 116; 117; 118; 119; 122; 123; 124; 125; 126; 161; 162; 163; 164; 165; 169; 261; 262; 263; 264; 265; 266
Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)	031; 032; 033; 034

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Neto Carletto (AVANTE/BA)	037
Deputada Federal Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE)	038; 039; 222
Deputado Federal Márcio Jerry (PCdoB/MA)	040
Deputado Federal Evair Vieira de Melo (PP/ES)	041; 049; 050; 055; 056; 057; 058; 059; 062; 063; 064; 065; 066
Deputado Federal Tião Medeiros (PP/PR)	042; 044; 045; 046; 048
Deputado Federal Vitor Lippi (PSDB/SP)	043; 072; 098; 166; 189; 190; 221; 354; 355
Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PODEMOS/PR)	047
Deputado Federal Cobalchini (MDB/SC)	051; 052; 067; 087; 088; 090; 097; 099; 109; 110; 153; 154; 173; 184; 185; 186; 187; 188; 205; 206; 213; 214; 215; 216; 244; 245; 253; 254; 255; 256; 257; 258; 259; 356
Deputado Federal Isnaldo Bulhões Jr. (MDB/AL)	053; 054
Deputada Federal Rosângela Reis (PL/MG)	060; 061; 068; 069; 070; 071; 083; 084; 085; 086
Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)	073
Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	074; 075; 076; 077; 078; 079; 080; 081; 082
Deputado Federal Pedro Westphalen (PP/RS)	091; 207; 250; 333; 334; 335; 336; 361
Deputado Federal Alberto Fraga (PL/DF)	094; 095; 096
Deputado Federal Rafael Simoes (UNIÃO/MG)	104; 121; 167; 168
Deputado Federal Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)	105
Deputado Federal Luiz Fernando Vampiro (MDB/SC)	106; 120; 138; 170; 171; 172; 177; 178; 179; 180; 191; 192; 193; 194; 195; 208; 209; 210; 211; 217; 218; 219; 220; 284; 285; 286; 287; 288; 289
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	127; 128; 129; 130; 131; 132; 133; 134; 135; 136; 137; 140; 141; 142; 143; 144; 145; 146; 147; 148; 149; 150; 151; 291; 292; 293; 294; 295; 296; 297; 298
Deputado Federal Domingos Sávio (PL/MG)	152; 155; 156; 157
Deputado Federal Jonas Donizette (PSB/SP)	158; 159
Deputado Federal Bandeira de Mello (PSB/RJ)	160
Deputado Federal Carlos Zarattini (PT/SP)	174; 175; 176
Deputado Federal Lucio Mosquini (MDB/RO)	181; 182; 183
Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	196; 197; 198; 199; 200; 201
Deputado Federal Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO/MA)	202; 203; 204; 223; 345; 346; 347; 348; 349; 350; 351; 352; 353
Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	212
Deputada Federal Maria Arraes (SOLIDARIEDADE/PE)	224
Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	225
Senador Marcos Rogério (PL/RO)	226; 227; 228; 229; 230; 231;

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
	232; 233; 234
Deputado Federal Zé Adriano (PP/AC)	235; 236
Deputado Federal Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)	237; 238; 239; 240
Deputado Federal Thiago de Joaldo (PP/SE)	241; 242; 243
Deputado Federal Alexandre Guimarães (MDB/TO)	246; 247; 248; 249; 251; 362; 363; 364; 365
Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	252
Deputado Federal Lucas Redecker (PSDB/RS)	260
Deputado Federal Da Vitoria (PP/ES)	267
Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	268; 269; 270; 271; 272; 273; 274; 275; 276; 277; 278; 279; 280; 281; 282; 283; 290
Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)	329; 330; 331; 332
Deputado Federal Bibó Nunes (PL/RS)	342; 343; 344
Deputada Federal Lídice da Mata (PSB/BA)	357; 358
Senador Jorge Seif (PL/SC)	359
Deputado Federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)	360

TOTAL DE EMENDAS: 365





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória 1.309, de 2025, os seguintes artigos:

Art. XXX As atividades de financiamento e garantia oficiais à exportação, chamadas atividades de apoio oficial ao crédito à exportação, são essenciais à política industrial, de serviços e de comércio exterior.

Art. XXX Financiadores e seguradores privados poderão ser habilitados na condição de operadores de modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação, com o objetivo de fomentar a participação do mercado privado na provisão de soluções de financiamento e de instrumentos de garantia às operações de exportação.

Art. XXX Os prazos, os limites, os processos, as formas e as condições de utilização dos mecanismos de apoio oficial ao crédito à exportação, nas modalidades direta e indireta, serão previstos em regulamento, com revisões periódicas.

Parágrafo único. A elaboração e a atualização do regulamento de que trata o caput poderão ser precedidas de consulta pública, ouvidos os representantes de exportadores e de financiadores e seguradores.

Art. XXX Será provido aos exportadores e aos demais agentes de exportação, bem como aos operadores de modalidades de apoio oficial ao crédito à exportação, portal único para a solicitação de apoio oficial nas modalidades direta e indireta, acessível por meio da internet.



§ 1º O portal único deverá permitir a tramitação de forma paralela de uma mesma solicitação entre diferentes operadores de modalidades de apoio oficial à exportação, com o aproveitamento por todos dos documentos submetidos pelo exportador ou pelo agente de exportação.

§ 2º Os operadores de modalidades de apoio oficial ao crédito à exportação buscarão disponibilizar mecanismos alternativos de solução de controvérsias, entre eles a mediação, a conciliação e a arbitragem, nas operações firmadas com exportadores e demais agentes de exportação.

§ 3º O portal único para a solicitação de apoio oficial ao crédito à exportação deverá assegurar aos exportadores e aos demais agentes de exportação:

I – transparência quanto às condições financeiras de cada operação e às respectivas metodologias de cálculo dos encargos;

II – clareza quanto à tramitação das solicitações, aos resultados das análises e aos indicadores de desempenho de cada operador.

Art. XXX Os agentes públicos envolvidos na tomada de decisão em atividades de apoio oficial ao crédito à exportação somente serão responsabilizados pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro. Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a responsabilização dos agentes públicos de que trata o caput, inclusive no que se refere à definição de dolo ou erro grosseiro.

Art. XXX Os arts. 27 e 28 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.....

I – o risco comercial em operações de crédito ao comércio exterior;

II – o risco comercial que possa afetar as operações das micro, pequenas e médias empresas que se enquadrem nas diretrizes fixadas pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), desde que o prazo da operação seja de até 750 (setecentos e cinquenta) dias, na fase de pré-embarque, e de até 2 (dois) anos, na fase de pós-embarque;



.....

§ 1º A integralização de cotas pela União será autorizada por decreto e realizar-se-á por transferência de recursos, bens e direitos próprios, a critério do Ministério da Fazenda.

.....

§ 6º Incluem-se como operações de crédito ao comércio exterior as modalidades previstas em acordos internacionais de que a República Federativa do Brasil faça parte, bem como garantias a operações internas do setor de aviação civil e a operações que financiem a parcela de projetos binacionais ou plurinacionais executada no Brasil.

§ 7º A União será responsável pelas coberturas emitidas sob amparo do fundo e as honrará quando o patrimônio do fundo for insuficiente para o pagamento de indenizações decorrentes das garantias previstas neste artigo.” (NR)

“Art. 28. O fundo de que trata o art. 27 desta Lei, cujo estatuto observará as políticas, as diretrizes, os limites e as condições previamente estabelecidas pela Camex, terá natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da administradora, será sujeito a direitos e obrigações próprias e responderá por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes do seu patrimônio.

.....

§ 7º Às garantias emitidas com lastro no fundo de que trata o art. 27 desta Lei não se aplicam as limitações contidas nas disposições do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, exceto quanto à competência do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

§ 8º O valor de exposição do fundo de que trata o art. 27 desta Lei não poderá exceder o limite estabelecido pelo Senado Federal, ouvida a Camex.

§ 9º A Camex aprovará política de subscrição de risco para o fundo de que trata o art. 27 desta Lei, com os parâmetros básicos de gestão de risco, podendo



ainda prever critérios e procedimentos para a suspensão da concessão de novas coberturas e para a intervenção direta da União na administração.

§ 10. O agente operador do fundo de que trata o art. 27 desta Lei deverá enviar à Camex, mensalmente, relatório com informações contábeis, gerenciais, financeiras e atuariais, contendo, necessariamente, indicadores de alavancagem, solvência e sinistralidade. § 11. O valor segurado que exceder o patrimônio líquido do fundo de que trata o art. 27 desta Lei deverá ser incluído no Anexo de Riscos Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.” (NR)

Art. XXX A Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

§ 1º.....

§ 2º Para fins de utilização dos recursos do FGE, consideram-se compreendidas no seguro de crédito à exportação as operações de seguro de crédito para projetos de investimento produtivo em território nacional que visem à produção de bens e à prestação de serviços, destinados à exportação brasileira, de alta intensidade tecnológica ou relacionados à economia verde, entendida como modalidade econômica orientada pela descarbonização e pela promoção da eficiência no uso de recursos, reduzindo os riscos ambientais e a escassez ecológica, conforme diretrizes, limites e condições fixados pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), observado regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.” (NR)

“Art. 4º.....

.....

II –.....

.....

b) contra riscos comerciais, em operações com qualquer prazo de financiamento; e



c) contra riscos comerciais que possam afetar as operações das micro, pequenas e médias empresas que se enquadrem nas diretrizes fixadas pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), desde que o prazo da operação seja de até 750 (setecentos e cinquenta) dias, na fase de pré-embarque, e de até 2 (dois) anos, na fase de pós-embarque.

.....” (NR)

Art. XXX A Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos 3º-A e 3º-B:

“Art. 3º-A. As operações de crédito à exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de suas subsidiárias têm por finalidade financiar:

I – as atividades produtivas das empresas brasileiras exportadoras de bens e serviços;

II – a comercialização no exterior de bens e serviços realizada por empresa brasileira exportadora.

§ 1º As operações de financiamento à exportação de serviços de que trata este artigo observarão as orientações quanto à elegibilidade, ao reconhecimento e à comprovação das exportações estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, e os modos de prestação de serviços estabelecidos no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC).

§ 2º Nos financiamentos à exportação de serviços, as condições devem ser estabelecidas de acordo com as características de cada operação e ter como referência a prática internacional, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º O valor máximo do financiamento à exportação de serviços estabelecido pelo BNDES será definido com base no valor do contrato comercial de exportação, o qual, em consonância com as melhores práticas internacionais, é considerado como o valor total a ser pago pelo importador pelos bens e serviços exportados, incluídas as exportações realizadas a partir de países terceiros e



excluído o custo incorrido pelo exportador com bens e serviços adquiridos no país do importador.

§ 4º É proibida, nos financiamentos à exportação de serviços, a concessão de novas operações de crédito entre o BNDES e as pessoas jurídicas de direito público externo inadimplentes com a República Federativa do Brasil, exceto nas hipóteses em que houver a formalização da renegociação da dívida.

§ 5º O BNDES manterá atualizadas, em sítio público e de fácil acesso ao cidadão, informações financeiras sobre a carteira de financiamentos à exportação de serviços concedidos a pessoas jurídicas de direito público externo, observados os princípios da transparência e da publicidade, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

§ 6º O BNDES deverá apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, anualmente, relatório com informações sobre a carteira de financiamentos à exportação de serviços concedidos a pessoas jurídicas de direito público externo, com a indicação do objeto, das condições financeiras, dos resultados para a economia brasileira e dos principais aspectos socioambientais avaliados.”

“Art. 3º-B. Os custos incorridos pelo exportador com bens e serviços adquiridos no país do importador e as exportações realizadas a partir de países terceiros poderão ser financiados, conforme diretrizes e limites estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal, em consonância com as melhores práticas internacionais.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo modernizar e aprimorar os mecanismos de apoio oficial ao crédito à exportação no Brasil. A proposta reproduz o conteúdo da versão final do Projeto de Lei nº 6.139, de 2023, de autoria do Senador Mecias de Jesus, já aprovado de forma terminativa no Senado Federal e que agora aguarda a deliberação da Câmara dos Deputados. O texto do referido PL foi fruto de um aprofundado processo de debate e aprimoramento no âmbito do Senado Federal.



A Medida Provisória nº 1.309, de 2025, por sua vez, foi editada com o objetivo de responder, de forma ágil e eficaz, às medidas unilaterais impostas pelo governo dos Estados Unidos, que resultaram na taxaço de produtos brasileiros. A justificativa da MP ressalta a necessidade de “mitigar os impactos econômicos causados pela agressão comercial injustificada” e de “proteger os exportadores brasileiros”. É nesse ponto que a emenda encontra perfeita adequação ao texto da Medida Provisória, pois suas proposições se alinham de forma coesa e complementar ao objetivo central da medida, oferecendo um conjunto de aprimoramentos aos mecanismos de apoio ao crédito à exportação que não apenas irão mitigar os efeitos da taxaço imposta aos produtos brasileiros, mas também oferecerão um arcabouço permanente e aprimorado para o setor.

Ao incorporar o texto do PL nº 6.139, de 2023, a emenda fortalece a MP nº 1.309, de 2025, conferindo-lhe um conjunto de ferramentas mais completas e robustas para enfrentar os desafios do comércio exterior, especialmente no presente cenário de tensão comercial. Com sua aprovação, as medidas de resposta propostas pelo governo federal poderão ser implementadas com maior agilidade, eficiência e segurança jurídica, beneficiando diretamente e de forma definitiva os exportadores brasileiros e ampliando a competitividade da economia nacional. Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 14 de agosto de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador ESPERIDIÃO AMIN

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se § 3º ao art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

§ 3º As despesas decorrentes do presente dispositivo legal terão prazo máximo de um ano ou enquanto durarem as medidas tomadas pelo governo dos Estados Unidos da América em relação ao comércio com o Brasil, tendo que obedecer às determinações legais do Arcabouço Fiscal.”

JUSTIFICAÇÃO

As restrições propostas para a emenda à MPV 1309/2025 visam aprimorar o Plano Brasil Soberano, instituído para mitigar os impactos das sobretaxas comerciais impostas pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras, garantindo sustentabilidade econômica e fiscal a longo prazo. A MPV prevê medidas como linhas de crédito de R\$ 30 bilhões, diferimento de tributos, compras públicas emergenciais e mecanismos de garantia para exportadores afetados, com foco em setores produtivos, trabalhadores e diplomacia comercial. Essas ações são necessárias para responder ao "tarifaço" de até 50% sobre produtos brasileiros, mas devem ser equilibradas para evitar distorções permanentes na economia. Abaixo, justifico as duas restrições propostas, com base em princípios de eficiência econômica, diversificação comercial e responsabilidade fiscal.

A inclusão de um prazo máximo para as medidas de auxílio é essencial para que o Plano Brasil Soberano funcione como uma resposta temporária e



emergencial, em vez de se tornar um programa perene que gere dependência e ineficiências.

- **Razões econômicas e estratégicas:** As sobretaxas impostas pelos EUA, anunciadas pelo governo Trump, são medidas protecionistas que podem ser negociadas ou revertidas em negociações bilaterais ou via Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente com a criação do Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais previsto na MPV. Um programa sem prazo definido poderia incentivar a inércia nas empresas exportadoras, que se acomodariam com subsídios estatais em vez de buscar diversificação de mercados. Por exemplo, o plano já inclui ações de diplomacia comercial para abrir novos destinos para produtos afetados, como aço, alumínio e commodities agrícolas. Limitar o auxílio a um período máximo estimularia investimentos em inovação, logística e prospecção de mercados alternativos, como Ásia, União Europeia e América Latina, reduzindo a vulnerabilidade ao mercado norte-americano, que representa uma fatia significativa das exportações brasileiras. Sem isso, há risco de "efeito lock-in", onde os recursos públicos perpetuam dependência de um parceiro comercial instável, contrariando objetivos de soberania econômica.
- **Precedentes e boas práticas:** Programas semelhantes em outros países, como subsídios temporários na União Europeia durante crises comerciais, incluem cláusulas de sunset (extinção automática) para forçar adaptações. No Brasil, medidas provisórias como essa devem ser transitórias por natureza (art. 62 da Constituição), e um prazo máximo alinharia o plano ao arcabouço fiscal, evitando que despesas se tornem estruturais e pressionem o orçamento indefinidamente.

Essa restrição promove eficiência alocativa, direcionando recursos para soluções duradouras em vez de paliativos, e atende à necessidade de estimular acesso a novos mercados, como destacado na proposta de emenda.



2. Inserção de dispositivo obrigando as despesas a estarem dentro das metas fiscais

A obrigatoriedade de que as despesas do Plano Brasil Soberano estejam enquadradas nas metas fiscais é crucial para preservar a estabilidade macroeconômica, evitando que o programa gere desequilíbrios orçamentários e fuja das regras do arcabouço fiscal aprovado em 2023 (Lei Complementar nº 179/2023).

- **Preocupações com impactos fiscais:** A MPV autoriza despesas significativas, incluindo R\$ 30 bilhões em linhas de crédito subsidiadas via Fundo de Garantia às Exportações (FGE) e diferimentos tributários, que podem representar renúncias fiscais e custos implícitos ao Tesouro Nacional. Embora o valor mencionado na proposta de emenda seja de R\$ 9,5 bilhões (possivelmente referente a uma parcela específica, como custos iniciais ou renúncias), o pacote total pode exceder isso, pressionando o déficit primário projetado para 2025. O economista Felipe Salto, em análises recentes, expressa preocupação com despesas fora da meta fiscal, destacando que déficits estimados em R\$ 108,9 bilhões para 2026 (contra uma meta de superávit de R\$ 34,5 bilhões) indicam que novas despesas sem compensação podem fugir do arcabouço, agravando a dívida pública e elevando juros. Salto alerta que receitas superestimadas no Orçamento de 2025 (com déficit projetado de R\$ 75,1 bilhões pela Warren Investimentos) tornam insustentáveis gastos adicionais sem enquadramento, podendo levar a dominância fiscal e instabilidade.
- **Alinhamento ao arcabouço fiscal:** O arcabouço exige que novas despesas sejam compensadas por cortes ou aumentos de receita, com bandas de tolerância (ex.: déficit zero em 2025, com piso de -0,25% do PIB ou R\$ 31 bilhões). Sem essa obrigatoriedade, o plano poderia ser financiado via créditos extraordinários ou manobras contábeis, evadindo o teto de gastos e as metas primárias, como criticado por Salto em contextos semelhantes, onde pacotes fiscais sem contrapartidas anulam esforços de consolidação.



Inserir um dispositivo que condicione a execução das medidas à compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao monitoramento bimestral evitaria riscos de descontrole, promovendo transparência e accountability.

Em resumo, essas restrições fortalecem o Plano Brasil Soberano ao equilibrar apoio imediato com sustentabilidade de longo prazo, alinhando-o a princípios constitucionais e econômicos. Elas mitigam riscos de dependência comercial e fiscal, como ressaltado nas preocupações de especialistas como Salto, garantindo que o programa contribua para uma economia mais resiliente e soberana.

Sala da comissão, 14 de agosto de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)
Senador





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art. XXX** Fica autorizado, no âmbito do Plano Brasil Soberano, o estabelecimento de subvenção econômica destinada aos produtores independentes de cana-de-açúcar dos Estados das regiões Norte e Nordeste, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos decorrentes de ações tarifárias internacionais e de condições climáticas desfavoráveis.

§ 1º A subvenção poderá ser concedida sob a forma de:

I – transferência direta de recursos orçamentários para capital de giro ou investimento;

II – apoio via programas de preço mínimo administrados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

§ 2º A execução da subvenção será realizada preferencialmente por meio de:

I – Fundo de Garantia à Exportação (FGE);

II – Banco do Brasil ou BNDES, com estrutura de apoio regional;

III – programas de assistência técnica e extensão rural do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

IV – Programa de Preço Mínimo da Conab.

§ 3º O total de recursos destinados à subvenção será limitado a R\$ 250 milhões, sem prejuízo de outras linhas de crédito já previstas nesta Medida Provisória.

§ 4º Os critérios de habilitação incluirão:

I – localização geográfica (Norte e Nordeste);

II – impacto comprovado das tarifas dos Estados Unidos da América e/ou de fatores climáticos adversos;



- III – comprovação de atividade produtiva significativa;
- IV – compromisso de manutenção dos empregos diretos.”

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dessa subvenção visa garantir a competitividade de uma região historicamente vulnerável às flutuações climáticas e choques externos. O Norte e Nordeste, embora representem cerca de 8% da produção nacional de cana, apresentam baixos índices de investimento e maior fragilidade socioeconômica.

Com a aprovação da presente emenda, por exemplo, será possível a manutenção de mais de 130 mil empregos diretos e indiretos, beneficiando cerca de 27 mil produtores de cana, dos quais 80% são pequenos agricultores (em Pernambuco, 93% possuem menos de mil toneladas de produção anual).

O apoio direto ao produtor independente fortalece a cadeia produtiva, preserva empregos e promove o desenvolvimento regional sustentável, em consonância com os objetivos do Plano Brasil Soberano de resiliência econômica frente às tarifas impostas pelos EUA.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Deputado Coronel Meira
(PL - PE)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se § 2º ao art. 2º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 2º Deverá ser apresentado mensalmente relatório detalhado sobre as medidas de apoio financeiro previstas nesta Medida Provisória, especialmente no tocante às condições financeiras das operações de crédito e seus beneficiários, tendo em vista a necessidade de se comprovar o correto direcionamento a empresas exportadoras e seus respectivos fornecedores de fato impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de medida de transparência mediante a exigência de publicação de relatório trimestral com o detalhamento das operações de apoio financeiro previstas na MP 1309/2025.

Por se tratar do uso de recursos públicos, inclusive mediante a possibilidade de concessão de operações de crédito subsidiadas, faz-se mister impor a necessidade de prestação de contas à sociedade, especialmente no tocante às condições financeiras das operações e também ao atingimento do público-



alvo, qual seja: empresas exportadoras e respectivos fornecedores atingidos pelo Tarifaço dos EUA.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Deputado Mendonça Filho
(UNIÃO - PE)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252122223400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1, 2, 3 e 4 a seguir.

Item 1 – Dê-se ao § 2º do art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 1º**
.....

§ 2º Ato Conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços poderá dispor sobre critérios de priorização para os destinatários das medidas de apoio previstas nesta Medida Provisória, observado o percentual de faturamento dependente de exportações para os Estados Unidos da América, os setores, o porte dos beneficiários ou os tipos de produtos.”

Item 2 – Dê-se nova redação ao *caput* do art. 6º-I da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, como proposto pelo art. 4º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 6º-I.** Os recursos integralizados no FGO com base em legislação específica com a finalidade de mitigar os impactos sociais e econômicos causados pela imposição de tarifas adicionais sobre as exportações brasileiras aos Estados Unidos da América serão usados para a cobertura das operações relacionadas ao apoio a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

.....” (NR)



Item 3 – Dê-se nova redação ao inciso III do *caput* do art. 1º e ao *caput* do art. 5º-A, ambos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como propostos pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º

III – disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

.....” (NR)

“Art. 5º-A. Fica autorizada a utilização do superávit financeiro do FGE, apurado em 31 de dezembro de 2024, inclusive do principal, limitada ao montante de R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

.....” (NR)

Item 4 – Dê-se nova redação ao inciso I do *caput* do art. 1º-D e ao inciso III do *caput* do art. 2º, ambos da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, como propostos pelo art. 9º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º-D.

I – atendimento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América; e

.....” (NR)

“Art. 2º

III – Programa Emergencial de Acesso a Crédito para atendimento às pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactadas pela imposição de tarifas adicionais



sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América e atendimento a desastres nos Municípios afetados com estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal (Peac-FGI Solidário), por meio da disponibilização de garantias pelo FGI, com patrimônio apartado para garantia exclusivamente às operações de que trata o art. 1º-D, observados, subsidiariamente, as regras, os normativos e a estrutura de governança do Peac-FGI.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Os ajustes redacionais propostos nesta emenda têm o intuito de deixar claro o público-alvo das medidas de apoio financeiro contempladas na MP 1309/25. Conforme alardeado pelo Governo, trata-se de medida pontual que tem a finalidade de se contrapor ao chamado Tarifaço imposto pelos EUA. Termos como ‘especialmente’, ‘inclusive’ acabam abrindo demais o escopo das medidas, fugindo aos objetivos que o próprio Governo tem defendido.

Diante do acima, peço aos nobres Pares o apoio à presente emenda, tendo em vista a necessidade de focarmos nas empresas exportadores e seus respectivos fornecedores que venham de fato sofrendo os efeitos do tarifaço norte-americano. Qualquer coisa diferente disso abre espaço para desvio de finalidade e, conseqüentemente, recursos que não chegarão a quem de fato foi afetado pelas medidas dos EUA.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Deputado Mendonça Filho
(UNIÃO - PE)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se § 3º ao art. 11 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 11.

.....

§ 3º A aquisição excepcional de gêneros alimentícios de que trata o caput deverá observar e respeitar, necessariamente, os preços médios praticados em mercado para os produtos a serem adquiridos, na forma do regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos a urgência gerada pelo Tarifaço dos EUA, notadamente quanto a bens alimentícios perecíveis atingidos pela medida. Entretanto, há que se garantir alguma razoabilidade e justiça no processo de aquisição, de modo a evitar abusos e ilegalidades. Daí a necessidade de, no mínimo, terem que observar os preços médios dos produtos que se pretende adquirir. Esse é um parâmetro que não pode faltar, mesmo que se trate de medida excepcional, com prazo para acabar.

Estamos falando, portanto, de medida moralizadora, que não impede o atingimento dos objetivos traçados mediante a permissão que ora se dá à administração pública, considerados todos os níveis, municipal, estadual e federal.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Deputado Mendonça Filho
(UNIÃO - PE)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador ESPERIDIÃO AMIN

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação ao inciso II do § 2º do art. 6º-I da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, como proposto pelo art. 4º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 6º-I.

.....

§ 2º

.....

II – até vinte e quatro meses para carência adicional à originalmente contratada ou para suspensão de pagamento de parcelas.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Pronampe já é um conhecido Programa de apoio às micro e pequenas empresas. Esse apoio prioriza o acesso ao crédito, busca diminuir as demasiadas taxas de juros vigentes no Brasil, ainda que não se possa dizer que nenhuma taxa de juros no Brasil seja baixa em termos absolutos, e concede prazos de carência para o início de pagamento dos financiamentos.

Esta Emenda visa a acrescentar mais 12 (doze) meses ao prazo de carência proposto pela MPV, relativo aos contratos das micro e pequenas empresas que sejam beneficiárias do Plano Brasil Soberano, totalizando, ao final, 24 (vinte e quatro) meses de carência aos contratos. Consideramos mais adequado, dado o cenário turbulento, que a carência a ser acrescentada seja de 24 (vinte e quatro) meses para os casos específicos previstos no Plano.



Dessa forma, solicito aos ilustres Pares o apoio a esta necessária Emenda.

Sala da comissão, de de .

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2297728465>



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador ESPERIDIÃO AMIN

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1, 2, 3 e 4 a seguir.

Item 1 – Acrescentem-se § 3º ao art. 1º e § 3º ao art. 11 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 1º**
.....

§ 3º No Ato do Ministro de Estado da Fazenda, previsto no § 1º, será dada prioridade, em termos de taxa de juros, prazo de carência e acesso ao crédito, às micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais beneficiários do Programa Brasil Soberano.”

“**Art. 11.**
.....

§ 3º Para os fins do disposto neste Capítulo, será dada prioridade na aquisição de gêneros alimentícios produzidos por micro e pequenas empresas e micro e pequenos produtores rurais, beneficiários do Plano Brasil Soberano.”

Item 2 – Acrescentem-se § 4º ao art. 1º e § 10 ao art. 5º-A, ambos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, na forma proposta pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 1º**
.....

§ 4º Para os fins de utilização dos recursos do FGE, será dada prioridade, em termos de taxa de juros, prazo de carência e acesso ao crédito, às micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais.” (NR)

“**Art. 5º-A.**
.....



.....
§ 10. Para os fins das linhas de financiamento previstas no *caput*, será dada prioridade, em termos de taxa de juros, prazo de carência e acesso ao crédito, às micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais.” (NR)

Item 3 – Dê-se nova redação ao § 14 do art. 27 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 27.**

.....
§ 14. As garantias prestadas pelo fundo de que trata o *caput* poderão ser utilizadas por empresas e instituições financeiras, agências de crédito à exportação, seguradoras, resseguradoras, fundos de investimento e organismos internacionais que financiarem, refinanciarem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira e às exportações de bens e serviços, assegurado o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para as micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais, nos termos estabelecidos em regulamento.

.....” (NR)

Item 4 – Dê-se nova redação ao § 1º do art. 3º-C da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, como proposto pelo art. 9º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 3º-C.**

§ 1º Os critérios de elegibilidade e demais condições para acesso aos recursos do Peac-FGI serão estabelecidos em ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, observando-se a prioridade, em termos de taxa de juros, prazo de carência e acesso ao crédito, a ser dada às micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais.

.....” (NR)



JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda objetiva enfatizar a prioridade que deve ser concedida às micro e pequenas empresas e aos micro e pequenos produtores rurais em todas as ações e em todos os Programas que permeiam o Plano Brasil Soberano.

Dessa forma, buscamos estabelecer que, em todos os atos infralegais que irão definir taxas de juros, carência e acesso ao crédito, seja dada prioridade a essa parcela do empreendedorismo nacional que mais emprega.

Assim, solicito aos ilustres Pares o apoio à presente Emenda.

Sala da comissão, de de .

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se à denominação do Capítulo VIII, ao *caput* do art. 11, ao § 1º do art. 11, ao *caput* do art. 12 e ao art. 14 da Medida Provisória a seguinte redação:

“CAPÍTULO VIII

**DAS MEDIDAS EXCEPCIONAIS PARA AQUISIÇÃO
DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE MADEIRA”**

“**Art. 11.** Excepcionalmente, poderão ser adquiridos, pela administração pública, gêneros alimentícios e construções sustentáveis em madeiras para moradias populares e edificações governamentais, bem como aquisições de mobiliários escolares, administrativos, dentre outros, que deixaram de ser exportados por produtores ou pessoas jurídicas exportadoras em virtude da imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, nos termos do disposto neste Capítulo.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, ato conjunto do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço, quando se tratar da madeira, do Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária e do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, quanto ao gênero alimentício, estabelecerá:

.....”

“**Art. 12.** Na aquisição excepcional de gêneros alimentícios e produtos de madeiras de que tratam este Capítulo, será:

.....”

“**Art. 14.** Os órgãos e as entidades da administração pública deverão disponibilizar, em seu sítio eletrônico oficial, ou, na falta deste, em sua sede, em local de fácil visibilidade, informações sobre a estratégia adotada para mitigar os efeitos das tarifas adicionais aos produtos brasileiros pelos Estados Unidos da



América, indicando as políticas públicas que serão atendidas com a aquisição dos alimentos e produtos de madeiras.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo garantir que o governo federal adote medidas para mitigar os impactos negativos sobre a indústria nacional e as cadeias produtivas associadas.

A contratação pública de madeiras e mobiliário provenientes de fontes legais e sustentáveis reforça o compromisso do Brasil com a aplicação efetiva de leis ambientais, conforme exigido pelo USTR (Representante Comercial dos EUA). Isso não apenas atende às demandas internacionais, mas também fortalece a imagem do país como líder em práticas ambientais responsáveis.

Com a redução das exportações destes itens para os EUA devido às tarifas, a demanda interna deve ser incentivada para evitar desaceleração econômica nos estados produtores. A contratação pública garante mercado para as empresas locais afetadas, evitando demissões em massa e fechamento de fábricas, como já relatado por algumas empresas do setor.

O montante de exportações destes itens aos EUA, representados pelos capítulos específicos 44 e 94, compreenderam em 2024 o total de exportações de U\$ 630.643 milhões de dólares, somente no estado do Paraná, e U\$ 1.840.000 bilhão de dólares em todo o território nacional. Algumas destas empresas tem 100% da produção destinada à exportação.

A madeira é essencial para setores como construção civil, móveis e insumos industriais. A compra governamental assegura a continuidade das atividades na cadeia, mantendo estoques estáveis e preços acessíveis para o mercado interno, bem como a movimentação econômica nas cadeias produtivas associadas.

Enquanto o governo negocia o adiamento ou a revisão das tarifas, a contratação pública serve como uma medida emergencial para absorver parte da



produção direcionada ao mercado externo, reduzindo perdas imediatas e dando tempo para a diversificação de mercados.

A iniciativa está em sintonia com programas nacionais de desenvolvimento regional e industrial, como o Plano Nacional de Exportações, além de reforçar a segurança jurídica para investimentos no setor.

Nesse contexto, a presente emenda propõe que a contratação pública de madeira pelo governo federal seja uma medida justificada pela necessidade de proteger a economia nacional, promover a sustentabilidade e garantir a estabilidade do setor em um cenário de incertezas comerciais. A ação demonstra responsabilidade fiscal, ambiental e social, alinhando-se aos interesses estratégicos do país.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lupion
(PP - PR)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos à Medida Provisória nº 1309/2025, com a seguinte redação:

“Art. XX Financiadores e seguradores privados poderão ser habilitados na condição de operadores de modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação, com o objetivo de fomentar a participação do mercado privado na provisão de soluções de financiamento e instrumentos de garantia às operações de exportação.

Parágrafo único. Representantes de seguros de créditos e das seguradoras privadas criarão mecanismo de transparência e diálogo, resguardado o devido sigilo comercial, para avaliação de oportunidades em operações de seguro à exportação, mediante a criação de regulamentação específica pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e sua respectiva supervisão.

Art. XX Os agentes públicos envolvidos na tomada de decisão em atividades de apoio oficial ao crédito à exportação somente serão responsabilizados pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a responsabilização dos agentes públicos de que trata o caput, inclusive no que se refere à definição de dolo ou erro grosseiro.”



JUSTIFICAÇÃO

No que tange às alterações diretamente relacionadas à atuação das seguradoras privadas no sistema de crédito à exportação, a Medida Provisória em referência prevê a possibilidade do uso de garantias do Fundo Garantidor de Crédito à Exportação (FGCE) por seguradoras ou resseguradoras para financiamentos, refinanciamentos ou garantias para operações de exportação (§ 14 do art. 27 da Lei 12.712/2012), bem como o compartilhamento de riscos entre o fundo e as seguradoras e resseguradoras (§15 do art. 27 da Lei 12.712/2012).

Entretanto, o texto da MPV merece aperfeiçoamentos que podem trazer ainda maior dinamismo ao setor exportador brasileiro, razão que se cuida a presente emenda, especialmente sobre a possibilidade de utilizar o balcão de seguradoras privadas para a venda de crédito oficial à exportação, aumentando o alcance dos produtos.

Nesse sentido, faz-se alusão ao art. 2º do texto final do PL 6.139/2023^[1], que estabelece que financiadores e seguradores privados poderão ser habilitados na condição de operadores de modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação, visando à atração do mercado privado para a oferta de melhores condições de financiamento e garantia à exportação.

A possibilidade de utilizar balcões de seguradoras privadas como canais de distribuição de crédito oficial à exportação representa uma inovação estratégica no sistema brasileiro de apoio ao comércio exterior, acusando uma necessária ampliação do seu alcance, ao permitir que o crédito oficial chegue a mais empresas, especialmente àquelas que não têm acesso direto aos canais tradicionais de financiamento público, facilitando a capilaridade da política pública, abrangendo, inclusive, micro e pequenas empresas.

Ademais, com a emenda ora proposta, a atuação das seguradoras privadas ganhará agilidade e eficiência, já que propiciará uma aceleração do processo de concessão de crédito e indenização de sinistros, reduzindo a dependência do orçamento público e da burocracia estatal.

Assim, haveria uma complementaridade com o Sistema Oficial, o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e o futuro Fundo Garantidor de Operações



de Comércio Exterior (FGCE), que poderiam, dessa forma, operar em conjunto com seguradoras privadas.

No que concerne à redução de riscos e custo de crédito, a participação de seguradoras privadas, com aval governamental, melhora a classificação de risco das operações, reduzindo o custo do crédito e aumentando a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, estimulando a economia verde e a inovação, especialmente quando a MPV nº 1.309/2025 prevê que o seguro de crédito à exportação também poderá ser direcionado a projetos de alta intensidade tecnológica e ligados à sobredita economia.

A proposta de emenda visa, portanto, fomentar a participação do setor privado na oferta de soluções de financiamento e garantias às operações de exportação, contribuindo para o fortalecimento institucional do sistema de apoio ao comércio exterior e a redução da dependência exclusiva de mecanismos públicos.

Para tanto, é importante a criação de um mecanismo de diálogo e transparência entre a iniciativa pública e privada de seguros, sem prejuízo da observância do devido sigilo comercial, permitindo maior eficiência na análise das operações, incentivo à concorrência, alocação mais estratégica dos recursos públicos e privados e maior previsibilidade na execução da política de fomento às exportações. Ao prever a edição de regulamentação específica pela CAMEX, a proposta garante segurança jurídica e a devida centralidade normativa do órgão responsável pela política comercial externa do país, assegurando alinhamento com os objetivos estratégicos da política de promoção das exportações brasileiras. Tais medidas buscam, portanto, assegurar um canal de diálogo entre o setor público e o setor privado, a fim de contribuírem para a estruturação e o desenvolvimento do sistema de crédito oficial à exportação.

A proposta também está alinhada com as melhores práticas internacionais em matéria de financiamento à exportação, especialmente no que se refere à participação complementar da iniciativa privada nos mecanismos de fomento e garantia, notadamente nos moldes adotados por países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).



Logo, a habilitação de financiadores e seguradores privados como operadores indiretos representa uma modernização do sistema de apoio oficial do crédito à exportação, promovendo eficiência operacional, transparência regulatória, expansão do acesso ao crédito e ao seguro, e uma maior competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Ademais, no que diz respeito à responsabilidade dos agentes públicos, é importante aumentar a segurança jurídica destinada a tais agentes, quando envolvidos na análise e aprovação de operações de crédito oficial à exportação, conforme já foi objeto de discussão no âmbito do Senado Federal, quando da análise do PL 6139/2023.

Isso porque a responsabilização de agentes públicos envolvidos na tomada de decisão, em atividades de apoio oficial ao crédito à exportação, somente em casos de dolo ou erro grosseiro, é uma medida que visa garantir maior segurança jurídica, protegendo a atuação técnica e legítima desses profissionais.

A limitação da responsabilização pessoal aos casos de dolo ou erro grosseiro tem como objetivo evitar o receio dos agentes públicos na tomada de decisões, além de promover a cultura da integridade e da conformidade, incentivando decisões técnicas e fundamentadas, e protegendo a boa-fé e a atuação diligente, especialmente em contextos complexos como o financiamento à exportação, que envolve riscos comerciais e internacionais.

No contexto do apoio oficial ao crédito à exportação, decisões técnicas envolvem avaliação de uma gama de riscos comerciais e políticos, a precificação de garantias e seguros, a seleção de projetos e empresas beneficiárias, bem como a interpretação de normas internacionais e de acordos comerciais.

Dada a complexidade e a variabilidade desses fatores, é essencial que o agente público tenha liberdade técnica para decidir, sem receio de sanções indevidas, desde que haja boa-fé, diligência e observância dos procedimentos legais.

Isso se traduz em melhoria do ambiente de negócios, onde empresas exportadoras passam a ver o governo como um parceiro mais confiável e ágil, o fortalecimento das Agências de Crédito à Exportação, que ganham mais autonomia



e capacidade para cumprir sua missão de fomentar as exportações, e, por fim, traduz um alinhamento com as práticas internacionais, pois muitos países com forte atuação no comércio global já possuem mecanismos para proteger seus gestores públicos, garantindo que o apoio governamental seja eficaz. Assim, a emenda ora proposta coloca o Brasil em um patamar semelhante.

Destarte, o acolhimento da presente emenda tem papel relevante para o setor de seguros, quando o Seguro de Crédito à Exportação oferecido pelas seguradoras privadas desempenha um papel estratégico no desenvolvimento do mercado empresarial, oferecendo proteção financeira às empresas brasileiras contra o risco de inadimplência de clientes internacionais. Dados da Susep reforçam a relevância desse produto, evidenciando como ele contribui para a alavancagem de vendas e a sustentabilidade financeira das companhias, permitindo que elas ampliem suas operações e assumam novos contratos com maior segurança.

Empresa	Prêmio Seguros	Sinistro Ocorrido
COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CRÉDITO S/A	179.857.494	32.163.817
EULER HERMES SEGUROS S.A.	121.014.486	13.042.521
CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.	81.590.831	22.000.495
ATRADIUS CRÉDITO Y CAUCIÓN SEGURODORA S.A.	46.534.136	13.629.152
AIG SEGUROS BRASIL S.A.	31.803.045	16.803.583
CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.	24.334.827	4.023
AVLA SEGUROS BRASIL S.A.	5.224.394	304.308
Totais	R\$ 497.915.740	R\$ 105.987.921

Nos últimos 5 anos, o total de prêmios arrecadados pelas seguradoras privadas que atuam nesse segmento alcançou R\$ 497,9 milhões, refletindo a confiança das empresas na utilização do Seguro de Crédito Privado como ferramenta essencial para expandir suas operações no mercado externo. As seguradoras privadas têm desempenhado um papel fundamental ao atenderem grande parte da demanda dos exportadores nacionais, oferecendo soluções que



viabilizam a ampliação das vendas e a exploração de novos mercados com maior segurança.

Além disso, o pagamento de sinistros, que totalizou R\$ 105,9 milhões no mesmo período, é um fator crucial para manter saudáveis os balanços financeiros das empresas. Esse suporte financeiro garante os exportadores possam enfrentar eventuais inadimplências, sem comprometer sua liquidez, permitindo que continuem operando e investindo em novos mercados. O Seguro de Crédito à Exportação, ao mitigar riscos financeiros, assegura a continuidade das operações e a estabilidade das empresas, mesmo em cenários adversos.

Portanto, o Seguro de Crédito à Exportação oferecido pelas seguradoras privadas não apenas protege as empresas contra riscos financeiros, mas também impulsiona o crescimento do mercado empresarial brasileiro. Ele oferece a segurança necessária para que empresas ampliem sua atuação, tanto no mercado interno quanto externo, contribuindo para o fortalecimento da economia nacional e para a inserção competitiva do Brasil no comércio global.

Com base no exposto, solicito apoio ao colegas parlamentares para aprovação dessa emenda.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Senador Eduardo Gomes
(PL - TO)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao § 2º do art. 11 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 11.

.....

§ 2º Para fins do disposto neste Capítulo, consideram-se administração pública os órgãos e as entidades abrangidos pelo disposto no art. 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo conferir maior abrangência e segurança jurídica ao conceito de “administração pública” para fins da aplicação das medidas excepcionais de aquisição de gêneros alimentícios previstas no Capítulo VIII da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, incluindo expressamente, além dos órgãos e entidades já contemplados pela Lei nº 14.133/2021, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303/2016. Trata-se de ajuste necessário para alinhar o texto da Medida Provisória à realidade da estrutura administrativa brasileira e à lógica constitucional do art. 173, que reconhece as empresas estatais como integrantes da Administração Pública indireta. A ausência de menção expressa a essas entidades poderia gerar interpretações restritivas, afastando da execução de políticas públicas relevantes aquelas que possuem capacidade técnica, infraestrutura



e expertise operacional para atuar na aquisição e distribuição de alimentos, especialmente em contextos emergenciais.

Empresas públicas e sociedades de economia mista exercem, historicamente, papel decisivo na logística de abastecimento, no suporte a programas sociais e na execução de ações estratégicas do Estado. Elas operam em setores essenciais — como transporte, armazenagem, produção e comercialização de gêneros alimentícios — e muitas vezes são as únicas com alcance e capilaridade suficientes para atender comunidades isoladas ou regiões afetadas por crises sanitárias, desastres climáticos e instabilidades de mercado. Excluir tais entidades da definição de administração pública neste contexto significaria restringir a capacidade de resposta do Estado e, em última instância, comprometer a efetividade de políticas voltadas à segurança alimentar e nutricional.

O cenário internacional recente impõe riscos imediatos e concretos à cadeia alimentar brasileira, especialmente em razão da ordem executiva assinada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que instituiu tarifa de 50% sobre milhares de produtos brasileiros a partir de agosto de 2025. Ainda que alguns setores tenham sido poupados por exceções tarifárias, cerca de 3,8 mil itens permanecem sujeitos à sobretaxa, incluindo alimentos estratégicos nos quais o Brasil figura como um dos principais fornecedores mundiais para o mercado norte-americano.

Entre os produtos mais afetados estão o café, a carne bovina, a manga, a goiaba, o açúcar orgânico, o chocolate e o cacau — todos de relevância não apenas para a balança comercial, mas também para a estabilidade do abastecimento interno. A exclusão de tais itens da lista de exceções tarifárias provocou, de imediato, cancelamentos de pedidos, renegociação de contratos e retração de encomendas, com potenciais repercussões sobre preços, oferta e continuidade da produção.

No caso do café, os Estados Unidos são o maior consumidor mundial e dependem quase integralmente de importações, sendo o Brasil responsável por cerca de um terço de todo o volume adquirido pelo país. A tarifa de 50% compromete diretamente a competitividade do produto brasileiro, podendo desestruturar contratos consolidados e afetar milhares de produtores.



A manga e a goiaba, produtos em que o Brasil é o quarto maior fornecedor para o mercado americano, também enfrentam inviabilidade econômica imediata para exportação. Por serem frutas altamente perecíveis, a perda de mercados compradores pode resultar no desperdício de safras inteiras, além de prejudicar pequenos e médios produtores.

Quanto à carne bovina, que representa aproximadamente 23% das importações dos EUA e é o segundo principal destino da carne brasileira depois da China, a tarifa tende a inviabilizar as vendas, pressionando frigoríficos e produtores. A redução das exportações pode gerar excedente no mercado interno no curto prazo, seguido de retração da produção, afetando a estabilidade de preços e a renda no setor.

O açúcar orgânico é outro caso emblemático: os EUA importam praticamente todo o volume que consomem, sendo o Brasil responsável por quase metade dessas importações. Como esse ingrediente é essencial para produtos certificados como orgânicos — de iogurtes e sorvetes a bebidas e barras de cereal —, a tarifa pode comprometer cadeias produtivas e reduzir a demanda externa, causando excedentes domésticos e instabilidade de preços.

Já no segmento de chocolate e cacau, o Brasil figura como fornecedor relevante de manteiga de cacau, matéria-prima central para a produção de chocolates finos. O setor já enfrenta um quadro global de aumento de preços devido a restrições climáticas e fitossanitárias em grandes produtores da África Ocidental. A perda de espaço no mercado americano intensifica o risco de retração da atividade e acentua a vulnerabilidade dos produtores nacionais.

Nesse contexto, as empresas públicas e sociedades de economia mista se tornam ainda mais estratégicas, pois dispõem de infraestrutura logística, capacidade de armazenagem e rede de distribuição que podem ser mobilizadas para absorver excedentes produtivos, estabilizar preços e garantir o abastecimento em regiões vulneráveis. Sua atuação pode mitigar impactos negativos sobre a cadeia produtiva, preservar empregos e proteger o consumidor final de oscilações abruptas no custo da alimentação.

A ampliação proposta está em consonância com os princípios constitucionais da eficiência, da razoabilidade e da supremacia do interesse



público, reforçando a possibilidade de utilização de todos os instrumentos e estruturas estatais disponíveis para garantir o abastecimento alimentar da população em situações excepcionais. Ao mesmo tempo, preserva-se a transparência e a lisura das contratações, uma vez que as empresas públicas e sociedades de economia mista continuam vinculadas às normas de governança, licitações e controles previstos na Lei nº 13.303/2016, bem como à fiscalização dos órgãos de controle interno e externo.

Além disso, a redação proposta reforça a coerência normativa entre o regime jurídico geral da Lei nº 14.133/2021 e o regime específico da Lei nº 13.303/2016, reconhecendo que ambos integram o arcabouço legal que rege as contratações públicas no Brasil, embora com peculiaridades próprias. Essa harmonização evita lacunas e conflitos interpretativos, assegurando uniformidade de entendimento e aplicabilidade prática da Medida Provisória em todas as esferas da Administração Pública direta e indireta.

Assim, a emenda ora apresentada não apenas supre uma omissão potencialmente prejudicial, mas também fortalece a capacidade de ação integrada do Estado brasileiro no enfrentamento de desafios alimentares emergenciais, maximizando o uso eficiente e coordenado de seus recursos humanos, logísticos e financeiros. Ao incluir explicitamente as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias no escopo da norma, amplia-se o leque de agentes públicos aptos a atuar na execução dessa política, garantindo maior eficácia, agilidade e capilaridade na proteção do direito fundamental à alimentação adequada, previsto no art. 6º da Constituição Federal, e na mitigação dos efeitos de choques externos que ameacem a estabilidade da cadeia de suprimentos alimentar nacional.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Deputado Marangoni
(UNIÃO - SP)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória, nº 1309 de 2025, o seguinte artigo:

(...)

“Art. XXX Fica prorrogado por 6 (seis) meses o pagamento das parcelas de programas de refinanciamento de débitos dos contribuintes com a União, sem incidência de juros e multa, para as empresas que sejam comprovadamente afetadas por medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos da América especificamente contra produtos brasileiros.”

(...)

JUSTIFICAÇÃO

A prorrogação, por seis meses, do prazo de vencimento das parcelas referentes a programas de refinanciamento de débitos com a União representa medida indispensável para oferecer alívio fiscal imediato às empresas exportadoras brasileiras que se encontram em situação de vulnerabilidade em razão de medidas unilaterais impostas pelos Estados Unidos da América contra produtos nacionais.

A iniciativa busca evitar que tais empresas, já prejudicadas pela redução de sua competitividade no mercado internacional, sejam ainda oneradas por dificuldades no cumprimento de compromissos fiscais. Ao conceder prazo adicional, cria-se um espaço de reorganização financeira, prevenindo a



inadimplência e permitindo que os contribuintes mantenham sua regularidade perante o Fisco.

A medida contribui para a preservação da atividade produtiva, da manutenção de empregos e da continuidade das exportações, todos elementos essenciais para o equilíbrio da balança comercial e para a estabilidade macroeconômica do país. Ademais, reforça a sinalização de que o Estado brasileiro adota uma postura de parceria e apoio ao setor produtivo em situações excepcionais, buscando mitigar impactos externos sobre a economia doméstica.

Assim, a prorrogação temporária atende ao interesse público, ao mesmo tempo em que se mostra uma solução equilibrada e responsável, voltada a garantir a sustentabilidade financeira das empresas e a resiliência do setor exportador brasileiro em um contexto de adversidade internacional.

Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória, nº 1309 de 2025, o seguinte artigo:

(...)

“Art. XXX Fica prorrogado por 6 (seis) meses o pagamento das parcelas de obrigações financeiras de financiamentos de bancos públicos e de desenvolvimento, sem incidência de juros e multa, para as empresas que sejam comprovadamente afetadas por medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos da América especificamente contra produtos brasileiros.”

(...)

JUSTIFICAÇÃO

A prorrogação, por seis meses, das parcelas de obrigações financeiras relativas a financiamentos contratados junto a bancos públicos e de desenvolvimento, sem a incidência de juros e multa, constitui medida necessária para atenuar os efeitos econômicos das medidas unilaterais impostas pelos Estados Unidos da América contra produtos brasileiros.

O objetivo é oferecer às empresas exportadoras atingidas um período de alívio financeiro que possibilite reorganizar o fluxo de caixa, recompor capital de giro e preservar sua capacidade produtiva. Ao eliminar encargos adicionais nesse período de prorrogação, a iniciativa evita que dificuldades momentâneas se transformem em inadimplência permanente, o que poderia comprometer empregos, investimentos e a manutenção da competitividade internacional.



A medida também se justifica pela relevância estratégica do setor exportador para a economia brasileira. A postergação temporária das obrigações contribui para preservar a confiança dos agentes econômicos, fortalece a continuidade das operações e sinaliza o compromisso do Estado em apoiar as empresas nacionais diante de circunstâncias externas excepcionais e imprevisíveis.

Dessa forma, a providência equilibra o interesse público de proteção da economia nacional com a responsabilidade fiscal, ao mesmo tempo em que assegura às empresas condições mais favoráveis para enfrentar e superar os impactos das barreiras comerciais impostas.

Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória, nº 1309 de 2025, os seguintes artigos:

(...)

“Art. XXXA validade das certidões negativas de débito (CND) e certidões positivas com efeito de negativa (CPEN) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) será prorrogada por mais 120 (cento de vinte) dias, em caráter excepcional, para as empresas que sejam comprovadamente afetadas por medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos da América especificamente contra produtos brasileiros.

.....

Art. XXX O prazo para interrupção de financiamentos oficiais de empresas inscritas em Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) será prorrogado por mais 120 (cento de vinte) dias, em caráter excepcional, para as empresas que sejam comprovadamente afetadas por medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos da América especificamente contra produtos brasileiros.”

JUSTIFICAÇÃO

As medidas propostas buscam conferir maior segurança jurídica e fôlego financeiro às empresas brasileiras diretamente impactadas pelas recentes



medidas unilaterais impostas pelos Estados Unidos da América contra produtos nacionais.

A prorrogação excepcional da validade das certidões negativas de débito (CND) e das certidões positivas com efeito de negativa (CPEN) por mais 120 dias evita que empresas em situação regular, mas momentaneamente afetadas pelas barreiras externas, sofram restrições adicionais em operações financeiras e comerciais. Trata-se de instrumento essencial para preservar sua capacidade de honrar contratos, manter empregos e sustentar a continuidade de suas exportações.

De igual modo, a extensão do prazo de interrupção dos financiamentos oficiais para empresas inscritas no Cadin garante tempo adicional para reorganização financeira diante das dificuldades impostas pelo mercado internacional. A medida evita a paralisação de linhas de crédito estratégicas, assegurando condições para que essas companhias mantenham liquidez e preservem sua competitividade em cenário adverso.

Ambas as iniciativas são justificadas pelo interesse público em proteger a indústria exportadora nacional, resguardar empregos e reduzir os efeitos nocivos das práticas unilaterais adotadas contra produtos brasileiros. Ao conceder um prazo adicional de adaptação, o Governo Federal reforça sua atuação no sentido de mitigar impactos externos sobre a economia doméstica e garantir estabilidade às operações das empresas afetadas.

Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Altere-se a redação do art. 1º da Medida Provisória, nº 1.309 de 2025, para acrescentar o §1º-A, da seguinte forma:

(...)

Art.1º.....

(...)

“§ 1º-A Os tributos federais que tiverem o seu prazo de vencimento diferido, nos termos do § 1º, serão pagos em, no mínimo, 6 (seis) prestações mensais, sem a incidência de multas e juros, com vencimento após o fim do prazo do diferimento.”

(...)

JUSTIFICAÇÃO

A medida proposta busca conferir maior segurança jurídica e fôlego financeiro às empresas brasileiras diretamente impactadas pelas recentes medidas unilaterais impostas pelos Estados Unidos da América contra produtos nacionais.

O dispositivo proposto, ao permitir que os tributos federais diferidos sejam pagos em, no mínimo, seis prestações mensais sem a incidência de multas e juros, com vencimento somente após o fim do prazo de diferimento, amplia a efetividade da política de diferimento ao transformar o alívio temporário em uma condição sustentável de ajuste de caixa, contribuindo, ainda, para a preservação de empregos e da atividade produtiva nos setores mais afetados.



Sem essa flexibilização, as empresas correm o risco de enfrentar um acúmulo de obrigações no encerramento do prazo de diferimento. O parcelamento dos tributos federais, com início posterior ao diferimento, complementa a prorrogação, sem implicar renúncia de receita, uma vez que os tributos serão integralmente recolhidos, apenas em cronograma compatível com a nova realidade das empresas, protegendo a competitividade das empresas brasileiras no comércio internacional e mitigando os efeitos nocivos das medidas unilaterais adotadas pelos EUA.

Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória, nº 1309 de 2025, os incisos X e XI ao art. 54 da Lei nº. 12712/2012, nos termos a seguir:

“ (...)

Art. 54: Compete à ABGF, inclusive na qualidade de administradora e gestora de fundos:

(...)

X – habilitar empresas ou seguradoras privadas para concessão de garantias em operações de crédito ao comércio exterior;

XI – realizar análise, acompanhamento, aprovação e emissão de garantias em operações de crédito ao comércio exterior;

(...)”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da Emenda é aperfeiçoar o marco normativo do apoio oficial ao crédito à exportação, em dois aspectos fundamentais: (i) habilitação de financiadores e seguradores privados para operacionalização de modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação, de forma a conferir maior participação do setor privado; (ii) responsabilização equilibrada de agentes públicos.

Em relação à habilitação para modalidades indiretas, a abertura ao mercado amplia a concorrência e permite melhores condições de financiamento e garantia, reduzindo custos e riscos para exportadores brasileiros, e, em



paralelo, aumenta a celeridade para concessão de financiamentos às exportadoras brasileiras. Trata-se, portanto, de medida de fomento que contribui para a competitividade do país no comércio internacional, em linha com práticas adotadas em outros mercados de crédito à exportação.

Além disso, para maior segurança jurídica, a Emenda estabelece que os agentes públicos responsáveis por decisões técnicas no âmbito do apoio oficial ao crédito à exportação somente responderão pessoalmente em casos de dolo ou erro grosseiro. Essa previsão afasta a responsabilização automática por divergência de entendimento técnico ou por decisões de natureza discricionária, o que garante maior eficiência e celeridade na análise de operações.

Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória, nº 1309 de 2025, os seguintes artigos:

(...)

“Art. XXX Financiadores e seguradores privados poderão ser habilitados na condição de operadores de modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação, visando à atração do mercado privado para a oferta de melhores condições de financiamento e garantia à exportação.

Parágrafo Único: A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias estipulará ato normativo para a habilitação de operadores em modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação.

.....

Art. XXX Os agentes públicos envolvidos na tomada de decisão em atividades de apoio oficial ao crédito à exportação somente serão responsabilizados pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a responsabilização dos agentes públicos de que trata o caput, inclusive no que se refere à definição de dolo ou erro grosseiro.”

(...)



JUSTIFICAÇÃO

A Emenda para inclusão dos incisos X e XI ao art. 54 da Lei nº 12.712/2012, permite que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) possa habilitar seguradoras privadas e realizar a análise, aprovação e emissão de garantias em operações de crédito ao comércio exterior.

A medida fortalece a segurança jurídica e institucional no apoio oficial ao financiamento das exportações, assegurando maior previsibilidade e transparência quanto às atribuições da ABGF. A habilitação de seguradoras e empresas privadas, sob supervisão da ABGF, aprimorará a coordenação e atuação conjunta entre entes públicos e privados, de forma a conferir maior capilaridade operacional do sistema, otimizando o uso de recursos públicos e atraindo maior participação do setor privado.

Desse modo, evita-se a dispersão de competências, aprimora-se a governança e se assegura a credibilidade das operações perante credores e investidores internacionais.

Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

A Medida Provisória nº 1309/2025 passa a vigorar com a alteração em seu capítulo IX, art. 16º e 17º, e inclusão dos art. 18º ao 31º e do capítulo X:

“CAPÍTULO IX

**DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA A
MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA**

Seção I

**Da instituição, dos objetivos e das medidas do Programa
Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda**

“Art. 16. Fica instituído o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, com aplicação enquanto perdurar a taxação unilateral e desproporcional imposta pelo governo dos Estados Unidos da América às exportações de produtos brasileiros para aquele país e com os seguintes objetivos:

- I - preservar o emprego e a renda;
- II - garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; e



III - reduzir o impacto social decorrente das consequências da redução ou extinção das atividades empresariais impactadas pela taxação.

Art. 17. São medidas do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda:

I - o pagamento de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda;

II - a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários; e

III - a suspensão temporária do contrato de trabalho.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos órgãos da administração pública direta e indireta, às empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive às suas subsidiárias, e aos organismos internacionais.

Art. 18. Compete aos Ministério do Trabalho coordenar, executar, monitorar e avaliar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e editar normas complementares necessárias à sua execução.

Seção II

Do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda

Art. 19. Fica criado o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, a ser pago nas seguintes hipóteses:

I - redução proporcional de jornada de trabalho e de salário; e



II - suspensão temporária do contrato de trabalho.

§ 1º O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda será custeado com recursos da União.

§ 2º O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda será de prestação mensal e devido a partir da data do início da redução da jornada de trabalho e de salário ou da suspensão temporária do contrato de trabalho, observadas as seguintes disposições:

I - o empregador informará ao Ministério do Trabalho a redução da jornada de trabalho e de salário ou a suspensão temporária do contrato de trabalho, no prazo de dez dias, contado da data da celebração do acordo;

II - a primeira parcela será paga no prazo de trinta dias, contado da data da celebração do acordo, desde que a celebração do acordo seja informada no prazo a que se refere o inciso I; e

III - o Benefício Emergencial será pago exclusivamente enquanto durar a redução proporcional da jornada de trabalho e de salário ou a suspensão temporária do contrato de trabalho.

§ 3º Caso o empregador não preste a informação dentro do prazo previsto no inciso I do § 2º:

I - ficará responsável pelo pagamento da remuneração no valor anterior à redução da jornada de trabalho e de salário ou da suspensão temporária do contrato de trabalho do empregado, inclusive dos respectivos encargos sociais, até a que informação seja prestada;

II - a data de início do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda será fixada na data em que a informação tenha



sido efetivamente prestada e o benefício será devido pelo restante do período pactuado; e

III - a primeira parcela, observado o disposto no inciso II, será paga no prazo de trinta dias, contado da data em que a informação tenha sido efetivamente prestada.

§ 4º Ato do Ministério do Trabalho disciplinará a forma de:

I - transmissão das informações e comunicações pelo empregador; e

II - concessão e pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda.

§ 5º O recebimento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda não impede a concessão e não altera o valor do seguro-desemprego a que o empregado vier a ter direito, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, no momento de eventual dispensa.

§ 6º O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda será operacionalizado e pago pelo Ministério do Trabalho.

§ 7º Serão inscritos em dívida ativa da União os créditos constituídos em decorrência de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda pago indevidamente ou além do devido, hipótese em que se aplica o disposto na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para a execução judicial.

Art. 20. O valor do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda terá como base de cálculo o valor mensal do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, nos termos do art. 5º da Lei nº 7.998, de 1990, observadas as seguintes disposições:



I - na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário, será calculado aplicando-se sobre a base de cálculo o percentual da redução; e

II - na hipótese de suspensão temporária do contrato de trabalho, terá valor mensal:

a) equivalente a cem por cento do valor do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, na hipótese prevista no caput do art. 22; ou

b) equivalente a setenta por cento do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, na hipótese prevista no § 5º do art. 22.

§ 1º O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda será pago ao empregado independentemente do:

I - cumprimento de qualquer período aquisitivo;

II - tempo de vínculo empregatício; e

III - número de salários recebidos.

§ 2º O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda não será devido ao empregado que esteja:

I - ocupando cargo ou emprego público, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração ou titular de mandato eletivo; ou

II - em gozo:

a) de benefício de prestação continuada do Regime Geral de Previdência Social ou dos Regimes Próprios de Previdência Social, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 124 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;



b) do seguro-desemprego, em qualquer de suas modalidades;
e

c) da bolsa de qualificação profissional de que trata o art. 2º-
A da Lei nº 7.998, de 1990.

§ 3º O empregado com mais de um vínculo formal de emprego poderá receber cumulativamente um Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda para cada vínculo com redução proporcional de jornada de trabalho e de salário ou com suspensão temporária do contrato de trabalho, observado o valor previsto no caput do art. 18 e a condição prevista no § 3º do art. 18, se houver vínculo na modalidade de contrato intermitente, nos termos do disposto no § 3º do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 4º Nos casos em que o cálculo do benefício emergencial resultar em valores decimais, o valor a ser pago deverá ser arredondado para a unidade inteira imediatamente superior.

Seção III

Da redução proporcional de jornada de trabalho e de salário

Art. 21. Durante o período de exigência das tarifas unilaterais a que se refere o art. 16, o empregador poderá acordar a redução proporcional da jornada de trabalho e de salário de seus empregados, por até cento e vinte dias, observados os seguintes requisitos:

I - preservação do valor do salário-hora de trabalho;

II - pactuação por acordo individual escrito entre empregador e empregado, que será encaminhado ao empregado com antecedência de, no mínimo, dois dias corridos; e



III - redução da jornada de trabalho e de salário, exclusivamente, nos seguintes percentuais:

- a) vinte e cinco por cento;
- b) cinquenta por cento; ou
- c) setenta por cento.

Parágrafo único. A jornada de trabalho e o salário pago anteriormente serão restabelecidos no prazo de dois dias corridos, contado:

I - da cessação das tarifas impostas;

II - da data estabelecida no acordo individual como termo de encerramento do período e redução pactuado; ou

III - da data de comunicação do empregador que informe ao empregado sobre a sua decisão de antecipar o fim do período de redução pactuado.

Seção IV

Da suspensão temporária do contrato de trabalho

Art. 22. Durante o período de exigência das tarifas unilaterais a que se refere o art. 16º, o empregador poderá acordar a suspensão temporária do contrato de trabalho de seus empregados, pelo prazo máximo de sessenta dias, que poderá ser fracionado em até dois períodos de trinta dias.

§ 1º A suspensão temporária do contrato de trabalho será pactuada por acordo individual escrito entre empregador e empregado,



que será encaminhado ao empregado com antecedência de, no mínimo, dois dias corridos.

§ 2º Durante o período de suspensão temporária do contrato, o empregado:

I - fará jus a todos os benefícios concedidos pelo empregador aos seus empregados; e

II - ficará autorizado a recolher para o Regime Geral de Previdência Social na qualidade de segurado facultativo.

§ 3º O contrato de trabalho será restabelecido no prazo de dois dias corridos, contado:

I - da data estabelecida no acordo individual como termo de encerramento do período e suspensão pactuados; ou

II - da data de comunicação do empregador que informe ao empregado sobre a sua decisão de antecipar o fim do período de suspensão pactuado.

§ 4º Se durante o período de suspensão temporária do contrato de trabalho o empregado mantiver as atividades de trabalho, ainda que parcialmente, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho à distância, ficará descaracterizada a suspensão temporária do contrato de trabalho, e o empregador estará sujeito:

I - ao pagamento imediato da remuneração e dos encargos sociais referentes a todo o período;

II - às penalidades previstas na legislação em vigor; e

III - às sanções previstas em convenção ou em acordo coletivo.



§ 5º A empresa que tiver auferido, no ano-calendário de 2024, receita bruta superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), somente poderá suspender o contrato de trabalho de seus empregados mediante o pagamento de ajuda compensatória mensal no valor de trinta por cento do valor do salário do empregado, durante o período da suspensão temporária de trabalho pactuado, observado o disposto no caput e no art. 23.

Seção V

Das disposições comuns às medidas do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda

Art. 23. O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda poderá ser acumulado com o pagamento, pelo empregador, de ajuda compensatória mensal, em decorrência da redução de jornada de trabalho e de salário ou da suspensão temporária de contrato de trabalho de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º A ajuda compensatória mensal de que trata o caput:

I - deverá ter o valor definido no acordo individual pactuado ou em negociação coletiva;

II - terá natureza indenizatória;

III - não integrará a base de cálculo do imposto sobre a renda retido na fonte ou da declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda da pessoa física do empregado;

IV - não integrará a base de cálculo da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários;

V - não integrará a base de cálculo do valor devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 8.036, de



11 de maio de 1990, e pela Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015; e

VI - poderá ser excluída do lucro líquido para fins de determinação do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real.

§ 2º Na hipótese de redução proporcional de jornada e de salário, a ajuda compensatória prevista no caput não integrará o salário devido pelo empregador e observará o disposto no § 1º.

Art. 24. Fica reconhecida a garantia provisória no emprego ao empregado que receber o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, de que trata o art. 5º, em decorrência da redução da jornada de trabalho e de salário ou da suspensão temporária do contrato de trabalho de que trata esta Medida Provisória, nos seguintes termos:

I - durante o período acordado de redução da jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária do contrato de trabalho; e

II - após o restabelecimento da jornada de trabalho e de salário ou do encerramento da suspensão temporária do contrato de trabalho, por período equivalente ao acordado para a redução ou a suspensão.

§ 1º A dispensa sem justa causa que ocorrer durante o período de garantia provisória no emprego previsto no caput sujeitará o empregador ao pagamento, além das parcelas rescisórias previstas na legislação em vigor, de indenização no valor de:



I - cinquenta por cento do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário igual ou superior a vinte e cinco por cento e inferior a cinquenta por cento;

II - setenta e cinco por cento do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário igual ou superior a cinquenta por cento e inferior a setenta por cento; ou

III - cem por cento do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, nas hipóteses de redução de jornada de trabalho e de salário em percentual superior a setenta por cento ou de suspensão temporária do contrato de trabalho.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de dispensa a pedido ou por justa causa do empregado.

Art. 25. As medidas de redução de jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária de contrato de trabalho de que trata esta Medida Provisória poderão ser celebradas por meio de negociação coletiva, observado o disposto no art. 21, no art. 22 e no § 1º deste artigo.

§ 1º A convenção ou o acordo coletivo de trabalho poderão estabelecer percentuais de redução de jornada de trabalho e de salário diversos dos previstos no inciso III do caput do art. 21.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º, o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda de que trata os art. 19 e art. 20 será devido nos seguintes termos:

I - sem percepção do Benefício Emergencial para a redução de jornada e de salário inferior a vinte e cinco por cento;



II - de vinte e cinco por cento sobre a base de cálculo prevista no art. 6º para a redução de jornada e de salário igual ou superior a vinte e cinco por cento e inferior a cinquenta por cento;

III - de cinquenta por cento sobre a base de cálculo prevista no art. 6º para a redução de jornada e de salário igual ou superior a cinquenta por cento e inferior a setenta por cento; e

IV - de setenta por cento sobre a base de cálculo prevista no art. 6º para a redução de jornada e de salário superior a setenta por cento.

§ 3º As convenções ou os acordos coletivos de trabalho celebrados anteriormente poderão ser renegociados para adequação de seus termos, no prazo de dez dias corridos, contado da data de publicação desta Medida Provisória.

§ 4º Os acordos individuais de redução de jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária do contrato de trabalho, pactuados nos termos desta Medida Provisória, deverão ser comunicados pelos empregadores ao respectivo sindicato laboral, no prazo de até dez dias corridos, contado da data de sua celebração.

Art. 26. As medidas de que trata o art. 17 serão implementadas por meio de acordo individual ou de negociação coletiva aos empregados:

I - com salário igual ou inferior a R\$ 3.135,00 (três mil cento e trinta e cinco reais); ou

II - portadores de diploma de nível superior e que percebam salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.



Parágrafo único. Para os empregados não enquadrados no caput, as medidas previstas no art. 3º somente poderão ser estabelecidas por convenção ou acordo coletivo, ressalvada a redução de jornada de trabalho e de salário de vinte e cinco por cento, prevista na alínea “a” do inciso III do caput do art. 21, que poderá ser pactuada por acordo individual.

Art. 27. As irregularidades constatadas pela Auditoria Fiscal do Trabalho quanto aos acordos de redução de jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária do contrato de trabalho previstos nesta Medida Provisória sujeitam os infratores à multa prevista no art. 25 da Lei nº 7.998, de 1990.

Parágrafo único. O processo de fiscalização, de notificação, de autuação e de imposição de multas decorrente desta Medida Provisória observarão o disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, não aplicado o critério da dupla visita.

Art. 28. O disposto nesta Medida Provisória se aplica aos contratos de trabalho de aprendizagem e de jornada parcial.

Art. 29. O tempo máximo de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho, ainda que sucessivos, não poderá ser superior a cento e vinte dias, respeitado o prazo máximo de que trata o art. 21.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Fica revogado o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.



Art. 31. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo garantir que o governo federal auxilie às empresas a adotarem medidas para mitigar os impactos negativos sobre o emprego e a renda dos trabalhadores empregados na indústria nacional e as cadeias produtivas associadas atingidos pelas tarifas impostas unilateralmente pelo governo dos Estados Unidos.

A medida ora proposta é similar àquela editada em 1º de abril de 2020, através da Medida Provisória nº. 936/2020, editada no início da pandemia de *Covid-19* em nosso país.

A retomada do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda é fundamental para que as empresas exportadoras, com a redução, ou a interrupção, das exportações para os EUA devido às tarifas, possam de alguma forma manter empregados os trabalhadores enquanto readéquam as suas atividades.

Enquanto o governo negocia o adiamento ou a revisão das tarifas, a criação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda é a única forma de evitar a demissão sumária de milhares de trabalhadores diante da já iniciada exigência das tarifas pelo governo norte-americano.



A iniciativa vem agregar ao conjunto de medidas incluídos na presente Medida Provisória, porém estabelecendo requisitos diretos e objetivos com relação à manutenção dos empregos.

Portanto, a presente emenda garante que, em conjunto, setor privado e governo federal possam manter o emprego e a renda dos trabalhadores diretamente afetados pela imposição unilateral das tarifas, até que se encontrem saídas viáveis nas negociações que vêm sendo realizadas entre os dois países, evitando assim uma tragédia de caráter social com a demissão sumária de trabalhadores.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Joaquim Passarinho
(PL - PA)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se inciso III ao § 2º do art. 6º-I da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, na forma proposta pelo art. 4º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 6º-I.
.....
§ 2º

III – taxa de juros anual reduzida para as operações de crédito de que dispõe o caput deste artigo, quando a empresa for controlada ou administrada por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar ou por pessoas com deficiência.
.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda tem como objetivo trazer taxas de juros reduzidas para as operações de crédito no âmbito da MPV, quando a empresa for controlada ou administrada por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar ou por pessoas com deficiência.

A Medida Provisória foi elaborada em resposta à imposição de tarifas unilaterais e desproporcionais por parte dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. A iniciativa busca proteger os exportadores do país, preservar empregos e estimular investimentos em setores estratégicos. E, obviamente, a crise resultante dessas tarifas unilaterais afeta de forma desproporcional os grupos mais vulneráveis da sociedade.

A concessão de taxa reduzida para empresas controladas ou administradas por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar ou por pessoas com deficiência não apenas protege os empregos e a produção nacional, como também promove a equidade e a justiça social. Reconhece, ademais, que



a capacidade de empreender e se manter no mercado é um desafio ainda maior para esses grupos, que frequentemente enfrentam barreiras adicionais de acesso ao crédito e ao mercado de trabalho.

A emenda, por fim, complementa a intenção da MPV, ao garantir que as ações de apoio econômico alcancem de forma mais eficaz aqueles que mais precisam de maior suporte para superar as dificuldades e contribuir para a recuperação econômica. Por isso, pedimos o apoio para sua aprovação.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Aureo Ribeiro
(SOLIDARIEDADE - RJ)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. ____ As atividades de financiamento e garantia oficiais à exportação, chamadas atividades de apoio oficial ao crédito à exportação, são essenciais à política industrial, de serviços e de comércio exterior.

Art. ____ Financiadores e seguradores privados poderão ser habilitados na condição de operadores de modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação, com o objetivo de fomentar a participação do mercado privado na provisão de soluções de financiamento e de instrumentos de garantia às operações de exportação.

Art. ____ Os prazos, os limites, os processos, as formas e as condições de utilização dos mecanismos de apoio oficial ao crédito à exportação, nas modalidades direta e indireta, serão previstos em regulamento, com revisões periódicas.

Parágrafo único. A elaboração e a atualização do regulamento de que trata o caput poderão ser precedidas de consulta pública, ouvidos os representantes de exportadores e de financiadores e seguradores.

Art. ____ Será provido aos exportadores e aos demais agentes de exportação, bem como aos operadores de modalidades de apoio oficial ao crédito à exportação, portal único para a solicitação de apoio oficial nas modalidades direta e indireta, acessível por meio da internet.

§ 1º O portal único deverá permitir a tramitação de forma paralela de uma mesma solicitação entre diferentes operadores de modalidades de apoio

oficial à exportação, com o aproveitamento por todos dos documentos submetidos pelo exportador ou pelo agente de exportação.

§ 2º Os operadores de modalidades de apoio oficial ao crédito à exportação buscarão disponibilizar mecanismos alternativos de solução de controvérsias, entre eles a mediação, a conciliação e a arbitragem, nas operações firmadas com exportadores e demais agentes de exportação.

§ 3º O portal único para a solicitação de apoio oficial ao crédito à exportação deverá assegurar aos exportadores e aos demais agentes de exportação:

I – transparência quanto às condições financeiras de cada operação e às respectivas metodologias de cálculo dos encargos;

II – clareza quanto à tramitação das solicitações, aos resultados das análises e aos indicadores de desempenho de cada operador.

Art. ____ Os agentes públicos envolvidos na tomada de decisão em atividades de apoio oficial ao crédito à exportação somente serão responsabilizados pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a responsabilização dos agentes públicos de que trata o caput, inclusive no que se refere à definição de dolo ou erro grosseiro.

Art. ____ Os arts. 27 e 28 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 27.....

I – o risco comercial em operações de crédito ao comércio exterior;

II – o risco comercial que possa afetar as operações das micro, pequenas e médias empresas que se enquadrem nas diretrizes fixadas pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), desde que o prazo da operação seja de até 750 (setecentos e cinquenta) dias, na fase de pré-embarque, e de até 2 (dois) anos, na fase de pós-embarque;



.....

§ 1º A integralização de cotas pela União será autorizada por decreto e realizar-se-á por transferência de recursos, bens e direitos próprios, a critério do Ministério da Fazenda.

.....

§ 6º Incluem-se como operações de crédito ao comércio exterior as modalidades previstas em acordos internacionais de que a República Federativa do Brasil faça parte, bem como garantias a operações internas do setor de aviação civil e a operações que financiem a parcela de projetos binacionais ou plurinacionais executada no Brasil.

§ 7º A União será responsável pelas coberturas emitidas sob amparo do fundo e as honrará quando o patrimônio do fundo for insuficiente para o pagamento de indenizações decorrentes das garantias previstas neste artigo.” (NR)

“Art. 28. O fundo de que trata o art. 27 desta Lei, cujo estatuto observará as políticas, as diretrizes, os limites e as condições previamente estabelecidas pela Camex, terá natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da administradora, será sujeito a direitos e obrigações próprias e responderá por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes do seu patrimônio.

.....

§ 7º Às garantias emitidas com lastro no fundo de que trata o art. 27 desta Lei não se aplicam as limitações contidas nas disposições do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, exceto quanto à competência do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

§ 8º O valor de exposição do fundo de que trata o art. 27 desta Lei não poderá exceder o limite estabelecido pelo Senado Federal, ouvida a Camex.

§ 9º A Camex aprovará política de subscrição de risco para o fundo de que trata o art. 27 desta Lei, com os parâmetros básicos de gestão de risco, podendo



ainda prever critérios e procedimentos para a suspensão da concessão de novas coberturas e para a intervenção direta da União na administração.

§ 10. O agente operador do fundo de que trata o art. 27 desta Lei deverá enviar à Camex, mensalmente, relatório com informações contábeis, gerenciais, financeiras e atuariais, contendo, necessariamente, indicadores de alavancagem, solvência e sinistralidade. § 11. O valor segurado que exceder o patrimônio líquido do fundo de que trata o art. 27 desta Lei deverá ser incluído no Anexo de Riscos Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.” (NR)

Art. ___ Os arts. 1º e 4º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

§ 1º.....

§ 2º Para fins de utilização dos recursos do FGE, consideram-se compreendidas no seguro de crédito à exportação as operações de seguro de crédito para projetos de investimento produtivo em território nacional que visem à produção de bens e à prestação de serviços, destinados à exportação brasileira, de alta intensidade tecnológica ou relacionados à economia verde, entendida como modalidade econômica orientada pela descarbonização e pela promoção da eficiência no uso de recursos, reduzindo os riscos ambientais e a escassez ecológica, conforme diretrizes, limites e condições fixados pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), observado regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.” (NR)

“Art. 4º.....

.....

II –.....

.....

b) contra riscos comerciais, em operações com qualquer prazo de financiamento; e



c) contra riscos comerciais que possam afetar as operações das micro, pequenas e médias empresas que se enquadrem nas diretrizes fixadas pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), desde que o prazo da operação seja de até 750 (setecentos e cinquenta) dias, na fase de pré-embarque, e de até 2 (dois) anos, na fase de pós-embarque.

.....” (NR)

Art. ___ A Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos 3º-A e 3º-B:

“Art. 3º-A. As operações de crédito à exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de suas subsidiárias têm por finalidade financiar:

I – as atividades produtivas das empresas brasileiras exportadoras de bens e serviços;

II – a comercialização no exterior de bens e serviços realizada por empresa brasileira exportadora.

§ 1º As operações de financiamento à exportação de serviços de que trata este artigo observarão as orientações quanto à elegibilidade, ao reconhecimento e à comprovação das exportações estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, e os modos de prestação de serviços estabelecidos no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC).

§ 2º Nos financiamentos à exportação de serviços, as condições devem ser estabelecidas de acordo com as características de cada operação e ter como referência a prática internacional, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º O valor máximo do financiamento à exportação de serviços estabelecido pelo BNDES será definido com base no valor do contrato comercial de exportação, o qual, em consonância com as melhores práticas internacionais, é considerado como o valor total a ser pago pelo importador pelos bens e serviços exportados, incluídas as exportações realizadas a partir de países terceiros e



excluído o custo incorrido pelo exportador com bens e serviços adquiridos no país do importador.

§ 4º É proibida, nos financiamentos à exportação de serviços, a concessão de novas operações de crédito entre o BNDES e as pessoas jurídicas de direito público externo inadimplentes com a República Federativa do Brasil, exceto nas hipóteses em que houver a formalização da renegociação da dívida.

§ 5º O BNDES manterá atualizadas, em sítio público e de fácil acesso ao cidadão, informações financeiras sobre a carteira de financiamentos à exportação de serviços concedidos a pessoas jurídicas de direito público externo, observados os princípios da transparência e da publicidade, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

§ 6º O BNDES deverá apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, anualmente, relatório com informações sobre a carteira de financiamentos à exportação de serviços concedidos a pessoas jurídicas de direito público externo, com a indicação do objeto, das condições financeiras, dos resultados para a economia brasileira e dos principais aspectos socioambientais avaliados.”

“Art. 3º-B. Os custos incorridos pelo exportador com bens e serviços adquiridos no país do importador e as exportações realizadas a partir de países terceiros poderão ser financiados, conforme diretrizes e limites estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal, em consonância com as melhores práticas internacionais.””

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo modernizar e aprimorar os mecanismos de apoio oficial ao crédito à exportação no Brasil.

A proposta reproduz o conteúdo da versão final do Projeto de Lei nº 6.139, de 2023, de minha autoria, Senador Mecias de Jesus, já aprovado de forma terminativa no Senado Federal e que agora aguarda a deliberação da Câmara dos Deputados.



O texto do referido PL foi fruto de um aprofundado processo de debate e aprimoramento no âmbito do Senado Federal, tendo sido relatado pelo Senador Esperidião Amin, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e pelo Senador Fernando Farias, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Tendo em vista a mudança do cenário geopolítico e econômico, as medidas que proponho tornam-se mais urgentes e necessárias, sendo apropriado o regime de tramitação de Medida Provisória.

A Medida Provisória nº 1.309, de 2025, por sua vez, foi editada com o objetivo de responder, de forma ágil e eficaz, às medidas unilaterais impostas pelo governo dos Estados Unidos, que resultaram na taxaço de produtos brasileiros.

A justificativa da MP ressalta a necessidade de “mitigar os impactos econômicos causados pela agressão comercial injustificada” e de “proteger os exportadores brasileiros”.

É nesse ponto que a emenda encontra perfeita adequação ao texto da Medida Provisória, pois suas proposições se alinham de forma coesa e complementar ao objetivo central da medida, oferecendo um conjunto de aprimoramentos aos mecanismos de apoio ao crédito à exportação que não apenas irão mitigar os efeitos da taxaço imposta aos produtos brasileiros, mas também oferecerão um arcabouço permanente e aprimorado para o setor.

Ao incorporar o texto do PL nº 6.139, de 2023, a emenda fortalece a MP nº 1.309, de 2025, conferindo-lhe um conjunto de ferramentas mais completas e robustas para enfrentar os desafios do comércio exterior, especialmente no presente cenário de tensão comercial.

Prevê-se a possibilidade de financiadores e seguradores privados atuarem como operadores indiretos do apoio oficial ao crédito à exportação, fomentando a oferta de soluções de financiamento e garantias para exportadores. Também se regulamentam prazos, limites, processos e condições para utilização desses mecanismos, com revisões periódicas e possibilidade de consulta pública.

Além disso, institui-se um portal único para solicitação de apoio, que permitirá tramitação paralela entre operadores, aproveitamento de



documentos, transparência nas condições e indicadores de desempenho, bem como mecanismos alternativos de resolução de controvérsias.

A proposta também altera legislações vigentes para ampliar as modalidades de risco cobertas, incluindo operações voltadas a micro, pequenas e médias empresas, projetos de alta intensidade tecnológica e iniciativas alinhadas à economia verde.

Reforça-se a atuação do BNDES no financiamento à exportação de bens e serviços, definindo parâmetros claros para elegibilidade, limites de financiamento e práticas internacionais de referência. Estabelece-se ainda maior transparência e controle sobre operações com pessoas jurídicas de direito público externo, incluindo relatórios anuais ao Senado Federal e a divulgação de informações na *internet*, além de ajustes na governança e gestão dos fundos que lastreiam as operações.

A aprovação dessas medidas é de grande importância para a competitividade internacional do Brasil, pois fortalece a política industrial e de comércio exterior com instrumentos modernos, transparentes e alinhados às melhores práticas globais. A ampliação do acesso a financiamento e garantias, especialmente para empresas de menor porte e setores estratégicos, a proposta incentiva a diversificação das exportações e a inserção de produtos e serviços brasileiros em mercados exigentes.

Ademais, a maior participação do setor privado e a previsibilidade das regras conferem agilidade e segurança jurídica, atraindo investimentos, gerando empregos e impulsionando o desenvolvimento econômico sustentável.

Portanto, com sua aprovação, as medidas de resposta propostas pelo governo federal poderão ser implementadas com maior agilidade, eficiência e segurança jurídica, beneficiando diretamente e de forma definitiva os exportadores brasileiros e ampliando a competitividade da economia nacional.

Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9424200582>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O § 2º do art. 1º da Medida Provisória passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

§ 2º Ato Conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços poderá dispor sobre critérios de priorização para os destinatários das medidas de apoio previstas nesta Medida Provisória, observado, inclusive, o percentual de faturamento dependente de exportações para os Estados Unidos da América, os setores, o porte dos beneficiários ou os tipos de produtos, em especial os produtores rurais, cooperados e pequenos empreendedores que estão na base de fornecimento da cadeia produtiva afetada.”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de alteração tem como objetivo assegurar que os critérios de priorização para as medidas de apoio previstas na Medida Provisória nº 1.309/2025 contemplem de forma explícita os produtores rurais, cooperados e pequenos empreendedores que estão na base de fornecimento para as cadeias produtivas afetadas pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos.

Esses agentes representam o núcleo vital da produção brasileira, sendo responsáveis pela geração de valor desde o início da cadeia, seja no campo ou nas cidades. São eles que sustentam a oferta de alimentos, matérias-primas e serviços essenciais, muitas vezes com recursos limitados e alta exposição às



oscilações do mercado internacional e, por tais razões, devem ser priorizados pelas medidas de apoio.

Preservar a base produtiva é garantir a continuidade da produção, a manutenção de empregos locais, o equilíbrio das economias regionais e a segurança alimentar nacional. É também reconhecer que a resposta ao tarifaço deve ser ampla, justa e estratégica, alcançando não apenas os grandes exportadores, mas também os pequenos agentes que tornam possível a competitividade brasileira no mercado global.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Deputado Sergio Souza
(MDB - PR)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 5º-A da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como proposto pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 5º-A.

.....

§ 3º No caso de pessoas físicas e jurídicas que tomarem recursos das linhas de financiamento, o contrato de financiamento firmado com a instituição financeira deverá prever cláusula de compromisso de manutenção ou ampliação do número de empregos, bem como a obrigação de comprovar o repasse econômico aos produtores rurais fornecedores vinculados à respectiva cadeia produtiva, nos termos e condições estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida visa fortalecer a base produtiva do agronegócio nacional, assegurando que os benefícios decorrentes das linhas de financiamento públicas não se concentrem exclusivamente nos segmentos finais da cadeia exportadora ou em agentes com maior poder econômico. Ao estabelecer a obrigatoriedade de cláusula contratual que comprove o repasse econômico aos produtores rurais fornecedores, busca-se mitigar o risco de apropriação indevida dos incentivos por intermediários ou grandes empresas, promovendo maior equilíbrio na distribuição dos recursos.



Essa exigência contribui diretamente para a sustentabilidade da produção primária, reconhecida como o alicerce da competitividade do agronegócio brasileiro. Ao reforçar a segurança de renda dos produtores rurais e estimular a manutenção de vínculos produtivos, a medida favorece a continuidade do fornecimento de matéria-prima de qualidade, elemento indispensável para o desempenho das exportações nacionais.

Além disso, ao vincular o acesso ao crédito à preservação ou ampliação do número de empregos, a proposta incorpora uma dimensão social relevante, alinhando os instrumentos de financiamento público aos objetivos de geração de trabalho e renda. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que promove justiça econômica, eficiência produtiva e responsabilidade social, ampliando os impactos positivos da política pública sobre toda a cadeia agroindustrial.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Sergio Souza
(MDB - PR)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Fica incluído, onde couber, na Medida Provisória nº 1.309, de 13 de agosto de 2025, o seguinte dispositivo:

Art. XX. O Poder Executivo deverá encaminhar, trimestralmente, ao Congresso Nacional relatório circunstanciado sobre a execução das medidas previstas nesta Medida Provisória, contendo informações detalhadas acerca dos valores despendidos, beneficiários contemplados e os impactos projetados sobre a política externa comercial.

Parágrafo único. O relatório referido no **caput** deverá ser encaminhado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre civil, de forma a possibilitar o acompanhamento e a fiscalização pelo Congresso Nacional, em consonância com o princípio da separação de Poderes e o fortalecimento do controle legislativo sobre a política externa comercial.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo reforçar o controle legislativo sobre a execução das medidas previstas na Medida Provisória nº 1.309, de 2025, estabelecendo a obrigatoriedade de prestação de contas periódica ao Congresso Nacional.

Ao exigir que o Poder Executivo encaminhe, trimestralmente, relatórios circunstanciados sobre os valores despendidos, os beneficiários contemplados e os impactos projetados sobre a política externa comercial, busca-se assegurar maior transparência na gestão dos recursos públicos, além de promover a **accountability** necessária em políticas de elevada relevância estratégica para o país.



O acompanhamento regular permitirá que o Parlamento exerça de maneira mais efetiva sua função fiscalizadora, em conformidade com o art. 49 da Constituição Federal, que lhe confere competência exclusiva para fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, especialmente os relacionados à política externa e à gestão orçamentária.

Além disso, a exigência de relatórios periódicos contribui para o fortalecimento do equilíbrio entre os Poderes, garantindo que a condução da política externa comercial seja objeto de constante diálogo e supervisão institucional, sem prejuízo da agilidade necessária para a implementação das medidas.

Dessa forma, a emenda promove maior segurança jurídica, transparência administrativa e legitimidade democrática às ações decorrentes da Medida Provisória nº 1.309/2025.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação desta Emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Plínio Valério
(PSDB - AM)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias-primas;.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;.....

VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;

.....

XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;

.....

XLIII – Substratos para plantas; XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:



a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e

II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art.XX As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação do rol de insumos agropecuários alcançados pela alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins corrige, antes de tudo, uma distorção reconhecida pelo próprio Congresso: a aplicação restritiva do art. 1º, I, da Lei 10.925/2004 deixa de fora do adequado tratamento tributário diversos insumos.

Essa exclusão impõe hoje uma tributação efetiva extremamente elevada nas vendas internas desses produtos, bem como na importação, elevando o custo de produção em um momento de forte alta internacional de insumos – dinâmica que o relatório do PL 2022/2022 aponta como fator central na inflação do setor.

Manter essa tributação diferenciada transfere o ônus para toda a cadeia: importadores, distribuidores e, por fim, o produtor rural, que vê sua margem encolher quando compra, por exemplo, rocha fosfática ou ureia pecuária



oneradas. O resultado é perda de competitividade frente a concorrentes externos que, em muitos casos, subsidiam seus insumos.

Mais do que uma questão tributária, o tema envolve soberania nacional. O setor agropecuário brasileiro, responsável por assegurar alimentos acessíveis à população e superávits expressivos na balança comercial, depende de insumos básicos cuja produção ainda é majoritariamente importada. A dependência externa em fertilizantes e corretivos expõe o país a choques de oferta e geopolíticos, comprometendo a segurança alimentar e, por consequência, a segurança nacional.

A inclusão expressa de adubos e defensivos biológicos, corretivos, inoculantes microbianos, substratos e rações minerais na lista de alíquota zero reequilibra o tratamento fiscal, estimula a adoção de tecnologias sustentáveis reconhecidas por Embrapa e MAPA – como bioinsumos que reduzem a dependência de nitrogenados fósseis – e mitiga pressões futuras sobre preços de alimentos.

Além do efeito direto na formação de custos, a medida reduz litígios administrativos e judiciais: ao declarar interpretativas as alterações nos incisos I, II, IV e VI, o texto reflete entendimento já consolidado de que esses produtos se enquadram no conceito de insumo agropecuário, mas vinham sendo excluídos apenas por tecnicismo de classificação tarifária.

Com isso, elimina-se a incerteza que trava investimentos em misturadoras, biofábricas e unidades de micronutrientes, liberando capital para expansão de oferta interna justamente quando o Plano Nacional de Fertilizantes aponta a substituição de importações como prioridade estratégica.

Do ponto de vista macroeconômico, a renúncia é largamente compensada pelo aumento de produção, arrecadação de tributos setoriais sobre volumes maiores e estabilização de preços no atacado, efeito já previsto pelo substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara, que estimou redução imediata de até 4% no custo do fertilizante final.



Em síntese, a emenda alinha a política tributária à realidade tecnológica do campo, fortalece a autonomia nacional na produção de insumos estratégicos, protege a segurança alimentar, reduz a inflação de alimentos e consolida o agro brasileiro como ativo de interesse estratégico para o país, razão pela qual merece integral acolhimento.

A presente emenda também dialoga diretamente com o contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos às exportações brasileiras, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025. Se, de um lado, a Medida Provisória busca proteger setores industriais e exportadores nacionais dos efeitos de medidas unilaterais externas, de outro, é igualmente estratégico fortalecer o setor agropecuário interno, garantindo-lhe acesso a insumos a custos compatíveis. Afinal, um país que assegura sua base produtiva – tanto na indústria exportadora quanto no campo – reduz vulnerabilidades externas e reforça sua soberania econômica e alimentar, enfrentando com mais resiliência choques internacionais como o tarifaço ora em curso.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

**Deputado Capitão Alden
(PL - BA)**



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XXX Fica permitida a transferência intragrupo de créditos de PIS e COFINS que, de acordo com a legislação vigente, sejam compensáveis com outros tributos federais ou sujeitos à ressarcimento, para empresas produtoras de biocombustíveis pertencentes ao mesmo Grupo Econômico, para uso por estas na compensação com quaisquer tributos federais.

§ 1º. O produtor de biocombustíveis detentor de saldos de créditos de PIS e COFINS decorrentes de operações de frete e armazenagem com biocombustíveis fica autorizado a utilizar tais créditos nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.116/2005, independentemente da data de constituição desses saldos.

§ 2º. Fica atribuída exclusivamente ao cedente dos créditos a responsabilidade em caso de qualquer questionamento fiscal quanto a legitimidade dos créditos transferidos e eventual autuação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa instituir um tratamento fiscal que favoreça diretamente os produtores de biocombustíveis, em especial os de etanol de primeira e segunda geração, permitindo a transferência intragrupo de créditos de PIS e Cofins compensáveis com tributos federais ou sujeitos a ressarcimento. A medida reconhece que tais produtores incorrem em investimentos elevados



para instalação e manutenção de suas plantas, notadamente no caso do etanol de segunda geração, cuja produção é intensiva em tecnologia e capital.

O mecanismo proposto reforça a liquidez e a sustentabilidade econômica do setor ao possibilitar que créditos acumulados em outras empresas do mesmo grupo sejam aproveitados pelos produtores de biocombustíveis, liberando recursos essenciais para a expansão da oferta. Além disso, o § 1º garante que os créditos de operações de frete e armazenagem possam ser utilizados de imediato para compensar quaisquer tributos federais, enquanto o § 2º estabelece responsabilidade exclusiva do cedente em caso de questionamento fiscal, preservando a segurança jurídica da operação.

Mais do que uma medida de ajuste tributário, a proposição deve ser compreendida em um contexto de segurança nacional e soberania energética. O recente tarifaço norte-americano sobre produtos brasileiros, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, evidencia a vulnerabilidade externa do país e a necessidade de fortalecer cadeias produtivas internas estratégicas. O setor de biocombustíveis, além de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e de importações, projeta o Brasil como líder global em energia renovável e contribui para a segurança alimentar ao gerar demanda para a produção agrícola nacional.

Assim, a emenda complementa os objetivos centrais da MP ao assegurar competitividade, estimular inovação tecnológica e ampliar a resiliência do agronegócio e da indústria de biocombustíveis frente a choques internacionais. Trata-se, portanto, de medida alinhada ao art. 225 da Constituição Federal, que orienta políticas públicas e regimes fiscais favorecidos voltados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Capitão Alden
(PL - BA)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se inclusive para os créditos já registrados e sujeitos a pedido de restituição pelo contribuinte:

Art. 73-A. Não se aplica o disposto nos incisos VI, VII e IX, do §3º, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aos créditos relativos aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil apropriados pelo contribuinte com base nas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, submetidos a pedido de restituição, mas ainda não utilizados pelo contribuinte para compensação, não podendo tais créditos ser objeto de lançamento de ofício para quaisquer fins.

Parágrafo único. O direito de crédito somente poderá ser objeto de glosa e eventualmente autuação a partir do momento em que o contribuinte efetivamente utilizar o crédito para dedução em sua apuração fiscal ou por compensação com outros tributos federais.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de inclusão do art. 73-A na Lei 9.430/1996 fundamenta-se na necessidade de alinhar o processo de fiscalização tributária aos princípios constitucionais de legalidade, segurança jurídica, confiança legítima, proporcionalidade e vedação ao confisco. Os contribuintes lançaram em seus livros créditos expressamente autorizados pelas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, mas correm o risco de autuação já na fase de escrituração, isto é, antes de



qualquer utilização econômica desses valores, em razão de reiteradas tentativas da administração tributária de restringir o aproveitamento de créditos legítimos.

Essa prática, além de violar a lógica da não cumulatividade, gera cobrança em duplicidade e impõe custos financeiros desnecessários a empresas que apenas registram créditos, sem qualquer impacto real sobre a arrecadação. A antecipação da glosa cria incerteza regulatória, eleva litigiosidade no CARF e obriga contribuintes a manter depósitos e garantias onerosas em torno de créditos “de papel”.

O dispositivo ora proposto preserva o poder de fiscalização da Receita Federal, que continuará apta a glosar créditos e lavrar autos quando houver efetiva compensação, mas evita sanções desproporcionais antes de qualquer benefício econômico. Ao concentrar a fiscalização no momento da utilização do crédito, a medida melhora o ambiente de negócios, reduz o contencioso administrativo e judicial e aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação sobre valor agregado.

Mais do que uma correção técnica, trata-se de medida com impacto estratégico no contexto do tarifaço norte-americano, que levou à edição da MP nº 1.309/2025. Se os Estados Unidos impõem barreiras unilaterais para enfraquecer a competitividade brasileira, o Brasil não pode, internamente, impor obstáculos adicionais que minam a liquidez e a segurança jurídica de suas empresas. Essa emenda garante coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, fortalecendo a resiliência do setor produtivo em um cenário de disputas internacionais.

Do ponto de vista macroeconômico, a proposta elimina custos inúteis, melhora a alocação de recursos da fiscalização e favorece investimentos, sobretudo de startups e pequenas empresas, que são mais vulneráveis a longos litígios. Em linha com a reforma tributária em curso, a medida reforça a previsibilidade do sistema, reduz incertezas e protege a competitividade nacional.

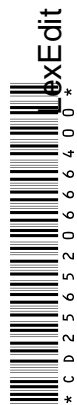


Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Capitão Alden
(PL - BA)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256520666400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Altere-se o art. 9º da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, dando nova redação aos §§ 5º e 10 do art. 8º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para que passem a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

.....

“Art. 8º.....

.....

§ 5º Em caso de encerramento de contratações do Peac-FGI ou do Peac-FGI Solidário, os créditos honrados e não recuperados deverão ser leiloados pelos agentes financeiros, em nome do Peac-FGI ou do Peac-FGI Solidário, no prazo de sessenta meses, contado da data originalmente prevista para a última parcela de amortização **da operação vigente, considerando as possíveis renegociações realizadas sobre a operação original** dentre todas as operações de crédito da carteira do agente financeiro com garantia no âmbito do respectivo Programa, observadas as condições estabelecidas no regulamento de operações do Peac-FGI ou do Peac-FGI Solidário, **sendo que os agentes financeiros poderão, observadas suas políticas de cobrança e de recuperação do crédito, inclusive por meios judiciais, definir aqueles créditos considerados como não recuperados para inclusão no processo de leilão.**

.....

§10 Observados os limites estabelecidos no § 5º, os agentes financeiros poderão, a seu critério e a qualquer tempo, para encerramento do processo de



recuperação de créditos honrados e não recuperados de qualquer conjunto de operações contratadas no âmbito do Peac-FGI ou do Peac-FGI Solidário, efetuar cessão de créditos por meio do procedimento de leilão a que se refere o § 8º ou ainda, por meio de cessão individualizada de crédito (“single name”), de acordo com a política de recuperação de crédito do agente financeiro.” (NR)” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Fazendo referência ao **§5º do artigo 8º da [Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020](#)** , **previsto no artigo 9º da MP 1.309/2025** , considerando que a operação original pode ter sido renegociada, com dilatação do prazo final, **sugere-se que o início do prazo para o leilão seja contado a partir da data de vencimento da última parcela do novo fluxo formalizado, resultante das eventuais renegociações realizadas.** A intenção é deixar a cargo dos agentes financeiros a seleção da carteira a ser colocada em leilão, de modo que sejam incluídos apenas os créditos que, de fato, não foram recuperados.

Tal ajuste é relevante pois podem existir operações de crédito ainda em processo de cobrança judicial, com expectativa de recuperação superior àquela que poderia ser obtida em leilão. No entanto, o prazo necessário para essa recuperação pode exceder o limite estabelecido para a venda em leilão, sendo recomendável referida alteração.

Ainda, a nova proposta de redação de **§10 do artigo 8º da A [Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020](#)** , **previsto no artigo 9º da MP 1.309/2025** estabelece que a cessão de créditos honrados e não recuperados no âmbito do Peac-FGI e do Peac-FGI Solidário seja realizada, a critério do agente financeiro e a qualquer tempo, **exclusivamente por meio do procedimento de leilão previsto no §8º.**

Embora o leilão seja mecanismo válido para cessão de carteiras de crédito, essa exclusividade restrinja capacidade dos agentes financeiros de adotar outras estratégias reconhecidamente eficazes no mercado, em especial a **cessão individualizada de créditos (“single name”).**



A proposta de alteração não substitui o leilão, mas **acrescenta** a possibilidade de cessão single name, conferindo ao agente financeiro a flexibilidade para escolher a modalidade mais adequada de acordo com a natureza do crédito, perfil do devedor, garantias existentes e estratégia de recuperação.

Fundamentos para a inclusão

1. **Eficiência na recuperação** – A cessão single name permite abordagem personalizada, adequada às particularidades de cada crédito inadimplido, reduzindo tempo e custo de cobrança e potencializando a recuperação.

2. **Maximização do retorno ao fundo garantidor** – Ao ampliar as alternativas, aumenta-se a probabilidade de recuperar valores mais próximos do saldo devedor, fortalecendo o patrimônio do FGI e sua capacidade de garantir novas operações.

3. **Alinhamento às práticas de mercado** – A cessão individualizada é prática consolidada entre instituições financeiras, securitizadoras e fundos, e sua adoção no âmbito do Peac-FGI traria convergência regulatória com as operações privadas.

4. **Segurança jurídica e previsibilidade** – A inclusão expressa no texto legal elimina interpretações restritivas, permitindo implementação imediata sem necessidade de regulamentações adicionais que possam atrasar sua aplicação

A possibilidade de realização de cessão individualizada de crédito permite que os agentes financeiros otimizem suas estratégias de recuperação de crédito, adaptando-se às particularidades de cada caso e respeitando suas políticas internas. Ao reduzir o tempo e os custos operacionais da cobrança, são minimizadas perdas por inadimplência e potencializadas a recuperação dos créditos.

Assim, considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para acolhimento da emenda apresentada.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1368213896>



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se ao art. 9º da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, novas redações para os textos originais dos §§ 3º e 7º do art. 8º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para que passem a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

.....

“Art. 8º.....

.....

§ 3º Os agentes financeiros concedentes do crédito empregarão os melhores esforços e adotarão os procedimentos necessários à recuperação dos créditos das operações realizadas nos termos do caput deste artigo em conformidade com as suas políticas de crédito e não poderão interromper ou negligenciar o acompanhamento desses procedimentos, **sendo que, dentre os meios de recuperação dos créditos, os agentes financeiros poderão realizar a venda direta dos créditos individualizados (“single name”), a qualquer momento, seguindo as suas políticas internas e de governança e ante ao processo de leilão previsto no §5º deste artigo.**

.....

§ 7º Após a realização do último leilão de que trata o § 6º deste artigo pelo agente financeiro, a parcela do crédito eventualmente não alienada, **a critério do agente financeiro**, será considerada extinta de pleno direito, nos termos do ato a que se refere o § 8º deste artigo.

.....” (NR)” (NR)



JUSTIFICAÇÃO

Fazendo referência ao §3º do artigo 8º da [Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020](#) , previsto no artigo 9º da MP 1.309/2025 , destaca-se que embora o leilão seja mecanismo válido para cessão de carteiras de crédito, essa exclusividade restringe a capacidade dos agentes financeiros de adotar outras estratégias reconhecidamente eficazes no mercado, em especial a **cessão individualizada de créditos (“single name”)**.

A proposta de alteração não substitui o leilão, mas **acrescenta** a possibilidade de cessão single name, conferindo ao agente financeiro a flexibilidade para escolher a modalidade mais adequada de acordo com a natureza do crédito, perfil do devedor, garantias existentes e estratégia de recuperação.

Fundamentos para a inclusão

1. **Eficiência na recuperação** – A cessão single name permite abordagem personalizada, adequada às particularidades de cada crédito inadimplido, reduzindo tempo e custo de cobrança e potencializando a recuperação.

2. **Maximização do retorno ao fundo garantidor** – Ao ampliar as alternativas, aumenta-se a probabilidade de recuperar valores mais próximos do saldo devedor, fortalecendo o patrimônio do FGI e sua capacidade de garantir novas operações.

3. **Alinhamento às práticas de mercado** – A cessão individualizada é prática consolidada entre instituições financeiras, securitizadoras e fundos, e sua adoção no âmbito do Peac-FGI traria convergência regulatória com as operações privadas.

4. **Segurança jurídica e previsibilidade** – A inclusão expressa no texto legal elimina interpretações restritivas, permitindo implementação imediata sem necessidade de regulamentações adicionais que possam atrasar sua aplicação.



A possibilidade de realização de cessão individualizada de crédito permite que os agentes financeiros otimizem suas estratégias de recuperação de crédito, adaptando-se às particularidades de cada caso e respeitando suas políticas internas. Ao reduzir o tempo e os custos operacionais da cobrança, são minimizadas perdas por inadimplência e potencializadas a recuperação dos créditos.

Por fim, com relação ao **§7º do artigo 8º da [Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020](#)** , **previsto no artigo 9º da MP 1.309/2025** , sugere-se que a extinção do crédito fique a critério do agente financeiro, permitindo que, mesmo após a realização do leilão e eventual ausência de propostas, o agente financeiro ainda possa buscar a recuperação do crédito por outros meios, observado os termos de suas políticas internas, como, por exemplo, concessão de desconto maior em renegociação do que o anteriormente proposto, entre outras alternativas.

Assim, considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“**Art. ____** O art. 52-A da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art.52-A.....**

§ 1º A empresa brasileira de navegação deverá formalizar o pedido de ressarcimento do AFRMM no Sistema Mercante.

§ 2º O pedido de ressarcimento do AFRMM será automaticamente deferido às empresas brasileiras de navegação, sob condição resolutória de ulterior homologação pela autoridade competente.

§ 3º O valor ressarcido ficará sujeito à fiscalização pela Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do crédito dos valores em conta vinculada.

§ 4º Na hipótese de constatação de inconsistências apontadas pela fiscalização, a autoridade administrativa deverá cientificar o sujeito passivo e intimá-lo a regularizar a inconsistência documental, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do relatório de fiscalização.

§ 5º No caso de descumprimento do prazo previsto no § 3º, deverá ser realizada a devolução dos valores indevidamente recebidos, no prazo de 30 (trinta) dias, atualizados monetariamente pela taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Não efetuada a devolução do ressarcimento no



prazo, o débito será encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição em Dívida Ativa da União.

§ 6º É facultado às empresas brasileiras de navegação, em até 10 (dez) dias, contados da ciência do ato que apontou exigência ou indeferimento na análise do pedido de ressarcimento, a apresentação de recurso, com efeito suspensivo, nos moldes do art. 56 e seguintes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 7º O procedimento previsto no caput do art. 52-A se aplica aos pedidos de ressarcimento formulados no Sistema Mercante que estiverem pendentes de análise na data da publicação deste decreto.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa alterar o art. 52-A da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, com o objetivo de disciplinar, de forma clara e eficiente, a adoção de procedimento para garantir maior efetividade ao direito de ressarcimento do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.

O AFRMM, instituído como uma contribuição de intervenção no domínio econômico, constitui um dos pilares da política pública nacional voltada ao fortalecimento da marinha mercante e à ampliação da navegação interior e de cabotagem.

Nos termos do art. 52-A da Lei nº 10.893/2004, é assegurado às Empresas Brasileiras de Navegação (EBN), em determinadas hipóteses — especialmente nas operações com origem ou destino em portos localizados nas Regiões Norte e Nordeste — o direito ao ressarcimento do AFRMM.

O ressarcimento nada mais é do que o repasse, para as EBN, de recursos arrecadados com o AFRMM para utilização na construção ou no reparo de embarcações, mesmo que a referida contribuição seja desonerada nos transportes fluviais das Regiões Norte e Nordeste. Trata-se, pois, de uma subvenção para investimento, essencial para viabilizar o transporte aquaviário nessas Regiões, mais carentes de investimentos e recursos.



Nesse contexto, o AFRMM desempenha papel estratégico na economia brasileira e na sustentabilidade da matriz logística nacional. Segundo estudo do Instituto ILOS, entre 2009 e 2023, foram arrecadados R\$ 64 bilhões, dos quais R\$ 42 bilhões foram destinados ao Fundo da Marinha Mercante, viabilizando a construção ou modernização de cerca de 2.000 embarcações e gerando, em média, 81 mil empregos diretos e indiretos por ano.

Além disso, R\$ 5 bilhões foram aplicados em contas vinculadas das Empresas Brasileiras de Navegação (EBN), apoiando a manutenção e modernização das frotas, fundamentais, repita-se, para a continuidade das operações e o crescimento do setor.

O AFRMM contribui também para o equilíbrio ambiental da matriz de transportes, pois o modal hidroviário incentivado pelo adicional é até cinco vezes menos poluente que o transporte rodoviário, promovendo uma matriz de transportes mais eficiente e sustentável, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a navegação interior e a cabotagem são essenciais.

Nesse contexto, garantir a efetividade do direito ao ressarcimento do AFRMM é fundamental para assegurar que as Empresas Brasileiras de Navegação – EBN possam planejar seus investimentos e operações com segurança jurídica e previsibilidade.

Contudo, é fato conhecido que a liturgia atual de processamento administrativo do direito depende de complexa interoperabilidade dos sistemas informatizados da Administração Pública Federal, com destaque para o Sistema Mercante e o Siscomex Carga, além da intervenção (hoje sem parametrização eletrônica) de outros órgãos regulatórios, como ocorre com a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), o que tem tornado o procedimento excessivamente lento e ineficiente, muito embora inexista histórico relevante de pleitos passíveis de glosa ou de justo bloqueio.

A enorme demora no processamento, então, tem significado um grave entrave à fruição da política pública, conforme demonstrado em auditoria do Tribunal de Contas da União (acórdão nº 1327/2020), que apontou as incompatibilidades sistêmicas como vetor de retenção indevida de recursos na



ordem de R\$ 126 milhões, que deveriam ter sido repassados tempestivamente aos armadores.

Assim, a adequação de procedimento ora proposta no presente projeto busca, com justiça, simplificar e agilizar os pedidos de ressarcimento, reduzindo etapas burocráticas que não se justificam, para conferir ao trâmite maior eficiência administrativa, em linha com o mandamento constitucional do art. 37.

Ademais, a alteração que se busca está alinhada aos princípios gerais do processo administrativo, previstos na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Entre eles, destacam-se os Princípios da Eficiência, da Razoável Duração do Processo, Boa-fé Administrativa, da Segurança Jurídica e Proteção da Confiança Legítima dos Administrados, que passam a ser devidamente observados sem supressão do direito ao Contraditório e da Ampla Defesa, garantidos aos armadores.

Um aspecto essencial de ser ressaltado está na garantia de que o Erário não será prejudicado, de forma alguma, pelo repasse automático e provisório dos valores, dado que estes seriam submetidos à ulterior homologação e à inscrição em Dívida Ativa da União Federal em caso de identificação de inconsistências, sempre com acréscimo de juros SELIC, em linha com o que já é feito, por exemplo, para concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, com mecanismo semelhante previsto na Lei nº 8.427/1992, em seu artigo 6º.

Por fim, o Decreto-Lei nº 4.657/42, conhecido como Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), dispõe, em seu artigo 6º, que a norma em vigor pode produzir efeitos imediatos, desde que respeitados os atos jurídicos perfeitos e os direitos adquiridos — razão pela qual aqui se opta por incluir na liberação automática os pedidos administrativos ainda pendentes de seguimento, aos quais o novo procedimento pode, portanto, ser aplicado sem violar garantias jurídicas.

Assim, a alteração do art. 52-A, da Lei nº 10.893/2004, é plenamente legal e visa eliminar entraves desnecessários, conferir maior celeridade e transparência ao processo de ressarcimento do AFRMM, e assegurar que as empresas brasileiras de navegação tenham garantido o direito ao crédito ao qual



fazem jus, sem prejuízo da segurança e do controle da Administração Pública, que poderá fiscalizar a qualquer momento a regularidade do ressarcimento.

Dessa forma, o projeto contribui para a consolidação de um ambiente regulatório moderno, eficiente e confiável, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento econômico sustentável e fortalecimento da matriz logística nacional, que são essenciais para o Brasil.

Diante do exposto, considerando a relevância socioeconômica do AFRMM e a necessidade de aperfeiçoar o processo administrativo de ressarcimento, é premente a aprovação desta emenda, visto que resultará em benefícios concretos para o setor naval, a economia nacional e a sociedade como um todo.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“**Art. ____** O art. 11 da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 11. O prazo previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, fica prorrogado até **31 de dezembro de 2031**, nas navegações de cabotagem, interior fluvial, **longo curso e lacustre, desde que a origem ou o destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.**’ (NR)”

“**Art. ____** Fica revogado o art. 24 da Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022.”

JUSTIFICAÇÃO

A prorrogação do prazo de não incidência do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) até 31 de dezembro de 2031 é medida necessária para fortalecer a competitividade do transporte marítimo brasileiro, reduzir o chamado “custo Brasil” e garantir previsibilidade aos agentes econômicos que atuam nos setores de comércio exterior, cabotagem e logística portuária.



O prazo atualmente em vigor, até 8 de janeiro de 2027, embora já represente avanço em relação ao marco original, mostra-se insuficiente para viabilizar a maturação de projetos de médio e longo prazo, considerando o tempo necessário para planejamento, contratação, implementação e amortização de investimentos no setor. A extensão até 2031 proporcionará ambiente regulatório estável, incentivando novos aportes de capital e a expansão da infraestrutura logística e portuária nacional.

A medida está alinhada às diretrizes da Lei nº 14.301/2022 (BR do Mar), que busca ampliar a oferta de transporte marítimo, modernizar a frota e otimizar o uso da cabotagem como alternativa eficiente e sustentável ao transporte rodoviário. Ao reduzir custos de frete e eliminar encargos que oneram diretamente a cadeia de suprimentos, a prorrogação contribui para o aumento da competitividade das exportações e para a diminuição do custo final dos produtos importados.

Adicionalmente, a revogação expressa do art. 24 da Lei nº 14.301/2022 e a manutenção das remissões à Lei nº 11.482/2007 promovem maior clareza normativa, evitando sobreposições e interpretações divergentes. Essa harmonização legislativa reforça a segurança jurídica, fator essencial para a atração de investimentos privados e a continuidade de projetos estruturantes no setor marítimo.

Assim, a ampliação do prazo até 2031 representa um instrumento estratégico de política pública voltado à redução de custos logísticos, incremento da competitividade e consolidação do transporte marítimo como eixo fundamental da matriz de transporte nacional.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Carlos Viana

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 12-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 12-1.** Pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos gêneros alimentícios adquiridos na forma deste Capítulo deverão ser destinados a programas de segurança alimentar e nutricional, incluindo a alimentação escolar, programas de cestas básicas e bancos de alimentos.

§ 1º As aquisições realizadas na forma deste Capítulo serão objeto de auditoria pelo sistema de controle interno da União, com divulgação em sítio eletrônico oficial.

§ 2º O Tribunal de Contas da União poderá realizar auditorias específicas, em caráter extraordinário, sobre as contratações.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A MP autoriza compras públicas emergenciais, com dispensa de licitação e simplificação de controles, mas não vincula sua destinação. Sem parâmetros legais mínimos, existe risco de que as aquisições funcionem apenas como instrumento de socorro empresarial, sem atender às políticas públicas de segurança alimentar.

A Constituição reconhece o direito social à alimentação (art. 6º, CF) e impõe ao Estado a obrigação de reduzir desigualdades (art. 3º, III, CF). A emenda garante que parte das aquisições excepcionais seja obrigatoriamente direcionada



a programas sociais, promovendo dupla finalidade: proteção ao setor produtivo e combate à fome.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5049268532>



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Carlos Viana

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 2º

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo federal disporá sobre as finalidades e as competências do Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, cuja composição deverá incluir representantes do Poder Executivo, do Congresso Nacional, do setor produtivo e de entidades representativas dos trabalhadores, observada a regulamentação.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto da MP atribui ao Executivo a definição da composição do Comitê, sem fixar parâmetros mínimos. Isso poderia levar a um desenho restritivo, limitando-se ao Executivo.

A lei deve estabelecer, desde já, a pluralidade obrigatória da composição, assegurando a participação do Legislativo, do setor produtivo e dos trabalhadores.

Há precedentes constitucionais: o Conselho da República (art. 89 da CF) e o Conselho de Defesa Nacional (art. 91 da CF), ambos com participação de representantes do Congresso em órgãos estratégicos de soberania. O Plano Brasil Soberano, ao lidar com soberania econômica e comercial, justifica igual tratamento.



Assim, a emenda garante legitimidade democrática, transparência e controle interinstitucional, sem retirar do Executivo a prerrogativa de detalhar a regulamentação.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4040637794>



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Carlos Viana

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se § 10 ao art. 5º-A da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, na forma proposta pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 5º-A.**

.....

§ 10. Os recursos das linhas de financiamento a que se refere este artigo também poderão ser destinados a apoiar investimentos de adaptação produtiva, inovação tecnológica e abertura de novos mercados internacionais, além dos Estados Unidos da América.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MP centra suas medidas no impacto das tarifas impostas pelos EUA. Porém, ao deixar para regulamentação infralegal o direcionamento dos recursos, não garante que o apoio será utilizado também para diversificação de destinos comerciais.

Fixar essa diretriz mínima na lei é estratégico para reduzir a dependência de um único mercado, alinhando-se ao princípio da soberania nacional (art. 1º, I, CF) e ao dever do Estado de fomentar a integração equilibrada na economia internacional (art. 219, CF).

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Carlos Viana

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** No mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos disponibilizados pelos programas de crédito, garantias e fundos previstos nesta Medida Provisória deverão ser destinados a micro, pequenas e médias empresas exportadoras ou a seus fornecedores.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto da MP deixa ao Executivo a definição dos critérios de priorização (art. 1º, §2º). Para evitar que as medidas se concentrem apenas em grandes empresas exportadoras, é fundamental que a lei preveja percentual mínimo obrigatório para MPMEs.

A medida concretiza o tratamento favorecido constitucionalmente assegurado às micro e pequenas empresas (art. 170, IX, CF) e reforça o papel desses empreendedores na preservação do emprego e da renda. Ao fixar essa prioridade na lei, a emenda garante que os critérios infralegais não possam excluir ou marginalizar esse segmento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Revoga-se o artigo 74-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do art. 74-A da Lei nº 9.430/1996, introduzido pela Lei nº 14.873/2024, que impôs limite mensal à compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

A restrição criada pelo dispositivo em questão representa grave retrocesso em matéria de segurança jurídica e respeito à coisa julgada. O crédito tributário decorrente de decisão definitiva do Poder Judiciário constitui direito líquido e certo do contribuinte, não podendo ser artificialmente limitado por ato infralegal do Ministro da Fazenda. Tal limitação converte uma vitória judicial em um benefício esvaziado, diluído no tempo, que impede o contribuinte de obter o pleno efeito econômico da decisão que lhe foi favorável.

Além da violação à coisa julgada, a medida fere os princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco, ao impor ao contribuinte custos financeiros desnecessários, obrigando-o a manter débitos em aberto ou a recorrer a endividamento enquanto seus créditos legítimos permanecem represados pela trava mensal.

O contexto atual do tarifaço norte-americano – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça a urgência da supressão desse



dispositivo. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem a competitividade das empresas nacionais, é incoerente manter entraves internos que drenam liquidez, aumentam incerteza regulatória e comprometem a capacidade de reação do setor produtivo. Ao contrário: é preciso devolver previsibilidade e confiança, assegurando que créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário cumpram imediatamente seu papel de neutralizar a carga tributária.

Do ponto de vista macroeconômico, a supressão do art. 74-A não representa renúncia de receita, mas apenas a restituição tempestiva de valores que a União foi condenada judicialmente a devolver. Sua manutenção apenas alonga artificialmente a execução das decisões judiciais e amplia a litigiosidade, criando um passivo desnecessário para empresas e para o próprio Estado.

Em síntese, ao eliminar o limite mensal para a compensação de créditos judiciais, esta emenda fortalece a segurança jurídica, reduz distorções econômicas, melhora a liquidez das empresas e contribui para a resiliência do Brasil frente ao cenário adverso do comércio internacional. Trata-se de medida que complementa os objetivos centrais da MP nº 1.309/2025, ao reforçar a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Capitão Alden
(PL - BA)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário e pelo prazo de até 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos destinados ao mercado dos Estados Unidos da América tenham sido comprovadamente afetados pelo aumento tarifário imposto por aquele país.

§ 1º. O crédito será calculado sobre os insumos empregados na produção de bens ou na prestação de serviços vinculados a tais pedidos, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos a partes relacionadas situadas fora do território nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir, pelo prazo de até 12 meses, um crédito de PIS/Pasep e da Cofins em favor de pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos ao mercado norte-americano tenham sido impactados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.



O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia de fornecedores de insumos e serviços vinculados às encomendas destinadas ao mercado americano. Esses fornecedores, muitas vezes pequenas e médias empresas, sofrem efeitos imediatos com a redução ou cancelamento de pedidos, absorvendo custos fixos e estoques sem a correspondente geração de receita.

O crédito temporário proposto atua como medida compensatória e de preservação da base produtiva, ao devolver liquidez e neutralizar parte da carga tributária incidente sobre os insumos empregados na produção de bens e serviços afetados pelo tarifaço. Trata-se de medida de natureza emergencial, voltada a assegurar a continuidade da atividade econômica, a manutenção de empregos e a proteção de setores estratégicos da economia nacional diante de agressões comerciais externas.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas mecanismo transitório de compensação, limitado a 12 meses e sujeito a critérios de elegibilidade e controle a serem definidos pelo Ministério da Fazenda. Do ponto de vista econômico, permite que empresas mantenham capacidade operacional até que o setor produtivo consiga redirecionar sua produção para outros mercados, mitigando os efeitos do choque externo sobre a balança comercial e sobre o nível de atividade interna.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço dos EUA busca fragilizar a competitividade brasileira, o crédito presumido temporário devolve liquidez à cadeia produtiva, preserva empregos e garante resiliência ao setor exportador e seus fornecedores, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Capitão Alden
(PL - BA)





CONGRESSO NACIONAL
LIDERANÇA DO AVANTE

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Os recursos de que trata a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, também poderão ser utilizados para apoiar ações de promoção internacional de empresas brasileiras, especialmente aquelas impactadas por medidas tarifárias impostas por países parceiros estratégicos, inclusive mediante parceria com organização da sociedade civil cuja capacidade e singularidade na promoção da integração econômica e comercial do Brasil com novos mercados estratégicos, tornem a parceria indispensável para o pronto atendimento das metas e urgências da política comercial do País.

§ 1º Entre os beneficiários das ações previstas neste artigo, incluem-se as organizações da sociedade civil que tenham por finalidade estatutária a promoção da integração econômica, comercial, científica e tecnológica entre o Brasil e os países do Sudeste Asiático, quando sua capacidade técnica e experiência atestem a natureza singular da parceria ou a impossibilidade de atingir as metas por outra entidade.

§ 2º As parcerias firmadas com tais instituições deverão observar:

I – o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), aplicando-se as disposições relativas à dispensa de chamamento público quando cabível, conforme reconhecimento de singularidade do objeto ou da entidade;

II – a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações);

III – as diretrizes da política de comércio exterior e promoção comercial do Governo Federal.

§ 3º Terão prioridade as iniciativas que comprovadamente promovam:



I – a mitigação de impactos econômicos causados por medidas protecionistas internacionais;

II – o acesso de micro, pequenas e médias empresas brasileiras a mercados do Sudeste Asiático;

III – a compensação das perdas econômicas setoriais por meio de missões comerciais, feiras internacionais, apoio técnico e jurídico, e formação de parcerias empresariais internacionais.

§ 4º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e os órgãos competentes em âmbito estadual regulamentarão a forma de seleção, repasse e controle dos recursos previstos neste artigo, considerando a natureza singular da parceria, quando for o caso, assegurada a ampla transparência e controle social.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda busca fortalecer a capacidade do Estado brasileiro de reagir, de forma ágil e estratégica, às mudanças abruptas no cenário internacional de comércio, como o recente aumento de tarifas sobre produtos brasileiros imposto pelos Estados Unidos. A MP 1.309/2025 já autoriza a utilização de recursos de Fundos (FGO, FGE, FGI) para compensar impactos tarifários e financiar a promoção comercial. A presente proposta amplia esse escopo, permitindo parcerias com organizações da sociedade civil que detenham capacidade e singularidade na integração econômica com novos mercados estratégicos, especialmente no Sudeste Asiático, tornando-as indispensáveis para as urgências da política comercial e justificando a dispensa de chamamento público.

O cenário comercial global é imprevisível, com políticas nacionalistas e barreiras não-tarifárias expondo fragilidades na estratégia brasileira, como evidenciado pelo “tarifaço de Trump”. Isso sublinha a urgência de diversificação. Nesse contexto, o Sudeste Asiático surge como um vetor de oportunidades sem precedentes, consolidando-se como novo polo de produção e desenvolvimento do comércio global. Com um vasto mercado e economias dinâmicas, aprofundar a relação comercial com essa região não apenas compensa perdas em mercados



tradicionais, mas insere o Brasil em um eixo promissor, fortalecendo sua competitividade e reduzindo a vulnerabilidade a choques externos.

Ao permitir a parceria com entidades de expertise específica e exclusiva, esta emenda facilita a rápida e técnica diversificação de mercados, reduzindo a dependência e amparando empresas impactadas por barreiras tarifárias. Essa medida, ao se valer da dispensa de chamamento público para casos de singularidade conforme o MROSC, conjuga diplomacia econômica, segurança jurídica e desenvolvimento produtivo. O foco é na abertura de novos mercados e mitigação de riscos comerciais de forma célere e eficiente, posicionando o Brasil de forma mais soberana e estratégica no comércio internacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Neto Carletto
(AVANTE - BA)
Deputado





CONGRESSO NACIONAL

DEPUTADA FEDERAL FERNANDA PESSOA (UNIÃO/CE)

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** Fica permitida a transferência intragrupo de créditos de PIS e COFINS que, de acordo com a legislação vigente, sejam compensáveis com outros tributos federais ou sujeitos à ressarcimento, para empresas produtoras de biocombustíveis pertencentes ao mesmo Grupo Econômico, para uso por estas na compensação com quaisquer tributos federais.

§ 1º O produtor de biocombustíveis detentor de saldos de créditos de PIS e COFINS decorrentes de operações de frete e armazenagem com biocombustíveis fica autorizado a utilizar tais créditos nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.116/2005, independentemente da data de constituição desses saldos.

§ 2º Fica atribuída exclusivamente ao cedente dos créditos a responsabilidade em caso de qualquer questionamento fiscal quanto a legitimidade dos créditos transferidos e eventual autuação.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa instituir um tratamento fiscal que favoreça diretamente os produtores de biocombustíveis, em especial os de etanol de primeira e segunda geração, permitindo a transferência intragrupo de créditos de PIS e Cofins compensáveis com tributos federais ou sujeitos a ressarcimento. A medida reconhece que tais produtores incorrem em investimentos elevados



para instalação e manutenção de suas plantas, notadamente no caso do etanol de segunda geração, cuja produção é intensiva em tecnologia e capital.

O mecanismo proposto reforça a liquidez e a sustentabilidade econômica do setor ao possibilitar que créditos acumulados em outras empresas do mesmo grupo sejam aproveitados pelos produtores de biocombustíveis, liberando recursos essenciais para a expansão da oferta. Além disso, o § 1º garante que os créditos de operações de frete e armazenagem possam ser utilizados de imediato para compensar quaisquer tributos federais, enquanto o § 2º estabelece responsabilidade exclusiva do cedente em caso de questionamento fiscal, preservando a segurança jurídica da operação.

Mais do que uma medida de ajuste tributário, a proposição deve ser compreendida em um contexto de segurança nacional e soberania energética. O recente tarifaço norte-americano sobre produtos brasileiros, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, evidencia a vulnerabilidade externa do país e a necessidade de fortalecer cadeias produtivas internas estratégicas. O setor de biocombustíveis, além de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e de importações, projeta o Brasil como líder global em energia renovável e contribui para a segurança alimentar ao gerar demanda para a produção agrícola nacional.

Assim, a emenda complementa os objetivos centrais da MP ao assegurar competitividade, estimular inovação tecnológica e ampliar a resiliência do agronegócio e da indústria de biocombustíveis frente a choques internacionais. Trata-se, portanto, de medida alinhada ao art. 225 da Constituição Federal, que orienta políticas públicas e regimes fiscais favorecidos voltados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Fernanda Pessoa
(UNIÃO - CE)





CONGRESSO NACIONAL

DEPUTADA FEDERAL FERNANDA PESSOA (UNIÃO/CE)

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se arts. 4º-1 e 4º-2 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de: (Vigência) (Vide Decreto nº 5.630, de 2005) (Vide Lei Complementar nº 214, de 2025) Produção de efeitos:

I – adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II – defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias primas;

III – corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;

IV – inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;

V – óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;

VI – substratos para plantas;

VII – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen de milho classificado na subposição 1104.30.00;

a) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.



.....
§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo, ressalvadas aquelas destinadas a produtores rurais pessoas físicas, agricultores familiares, micro e pequenas propriedades, devidamente cadastrados no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ou em registro equivalente; e

II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.”

“**Art. 4º-2.** As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1º da Lei n.º 10.925/2004 são consideradas interpretativas.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação do rol de insumos agropecuários alcançados pela alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins corrige, antes de tudo, uma distorção reconhecida pelo próprio Congresso: a aplicação restritiva do art. 1º, I, da Lei 10.925/2004 deixa de fora do adequado tratamento tributário diversos insumos.

Essa exclusão impõe hoje uma tributação efetiva extremamente elevada nas vendas internas desses produtos, bem como na importação, elevando o custo de produção em um momento de forte alta internacional de insumos – dinâmica que o relatório do PL 2022/2022 aponta como fator central na inflação do setor.

Manter essa tributação diferenciada transfere o ônus para toda a cadeia: importadores, distribuidores e, por fim, o produtor rural, que vê sua margem encolher quando compra, por exemplo, rocha fosfática ou ureia pecuária oneradas. O resultado é perda de competitividade frente a concorrentes externos que, em muitos casos, subsidiam seus insumos.

Mais do que uma questão tributária, o tema envolve soberania nacional. O setor agropecuário brasileiro, responsável por assegurar alimentos acessíveis à população e superávits expressivos na balança comercial, depende de insumos básicos cuja produção ainda é majoritariamente importada. A dependência externa em fertilizantes e corretivos expõe o país a choques de oferta e geopolíticos, comprometendo a segurança alimentar e, por consequência, a segurança nacional.

A inclusão expressa de adubos e defensivos biológicos, corretivos, inoculantes microbianos, substratos e rações minerais na lista de alíquota zero



reequilibra o tratamento fiscal, estimula a adoção de tecnologias sustentáveis reconhecidas por Embrapa e MAPA – como bioinsumos que reduzem a dependência de nitrogenados fósseis – e mitiga pressões futuras sobre preços de alimentos.

Além do efeito direto na formação de custos, a medida reduz litígios administrativos e judiciais: ao declarar interpretativas as alterações nos incisos I, II, IV e VI, o texto reflete entendimento já consolidado de que esses produtos se enquadram no conceito de insumo agropecuário, mas vinham sendo excluídos apenas por tecnicismo de classificação tarifária.

Com isso, elimina-se a incerteza que trava investimentos em misturadoras, biofábricas e unidades de micronutrientes, liberando capital para expansão de oferta interna justamente quando o Plano Nacional de Fertilizantes aponta a substituição de importações como prioridade estratégica.

Do ponto de vista macroeconômico, a renúncia é largamente compensada pelo aumento de produção, arrecadação de tributos setoriais sobre volumes maiores e estabilização de preços no atacado, efeito já previsto pelo substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara, que estimou redução imediata de até 4% no custo do fertilizante final.

Em síntese, a emenda alinha a política tributária à realidade tecnológica do campo, fortalece a autonomia nacional na produção de insumos estratégicos, protege a segurança alimentar, reduz a inflação de alimentos e consolida o agro brasileiro como ativo de interesse estratégico para o país, razão pela qual merece integral acolhimento.

A presente emenda também dialoga diretamente com o contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos às exportações brasileiras, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025. Se, de um lado, a Medida Provisória busca proteger setores industriais e exportadores nacionais dos efeitos de medidas unilaterais externas, de outro, é igualmente estratégico fortalecer o setor agropecuário interno, garantindo-lhe acesso a insumos a custos compatíveis. Afinal, um país que assegura sua base produtiva – tanto na indústria exportadora quanto no campo – reduz vulnerabilidades externas e reforça sua soberania econômica e alimentar, enfrentando com mais resiliência choques internacionais como o tarifaço ora em curso.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Fernanda Pessoa
(UNIÃO - CE)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Acrescentem-se os seguintes artigos à Medida Provisória:

I – “Art. Todas as ações de que dispõe esta Lei observarão os seguintes princípios:

a) I – proporcionalidade, garantindo que o apoio não excederá o prejuízo efetivamente comprovado ao exportador brasileiro;

b) II – prioridade no atendimento a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e seus trabalhadores, bem como a agricultores familiares, suas organizações associativas e cooperativas;

c) III – transparência, com publicidade obrigatória dos critérios, valores e beneficiários dos apoios;

d) IV – celeridade nos processos de análise e implementação das medidas compensatórias;

e) V – restabelecimento da condição de competitividade da atividade ou do produtor;

f) VI – prioridade na sustentação do emprego e da renda, tendo como condicionalidade para todas as ações a manutenção, readmissão ou expansão de postos de trabalho;

g) VII – subsidiariedade e temporalidade das medidas de compensação para facilitar o ajuste dos setores atingidos às novas condições de mercado, não devendo gerar dependência permanente ou distorcer a estrutura produtiva da economia no longo prazo.” “Art. Em todas as ações destinadas a apoiar atividades e empresas exportadoras brasileiras de que dispõe esta Lei fica vedada a concessão de apoio a empresas de capital estrangeiro de origem dos EUA. Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput* deste artigo, são empresas de capital estrangeiro aquelas cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no exterior, considerado também o grupo econômico de que fazem parte, entendendo-se por controle efetivo a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de



fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.” “Art. Na hipótese de abertura de créditos extraordinários ou de decretação de calamidade pública de âmbito nacional de que trata o art. 167-B da Constituição Federal, os recursos públicos daí derivados devem ser destinados prioritariamente para o apoio ao setor de produção de bens perecíveis, tais como hortifrutigranjeiros.” “Art. Os produtos adquiridos na forma desta Lei serão destinados, prioritariamente, ao abastecimento de programas e ações sociais do governo, incluindo:

1. I – a rede pública de ensino, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

2. II – a rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como restaurantes populares e cozinhas solidárias;

3. III – a rede socioassistencial e de saúde;

4. IV – a formação ou recomposição de estoques públicos estratégicos;
e

5. V – a doação para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Parágrafo único. Quando possível, o Poder Executivo determinará a entrega de produto para atendimento a programa governamental ou assistencial de forma imediata para evitar o desperdício, seguindo os princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criado pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.’ “Art. As ações do Poder Executivo e os dados relativos à aplicação desta Lei serão apresentados trimestralmente ao Congresso Nacional.””

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.309, de 2025, traz importantes medidas para compensar as perdas decorrentes das ações unilaterais dos EUA contra exportadores brasileiros, ao criar o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América e alterar diversas leis pertinentes ao socorro aos produtores em nosso País.

A Medida Provisória pode ser aprimorada com elementos do Projeto de Lei nº 3.677, de 2025, que apresentamos um pouco antes da edição do texto do Poder Executivo, tendo em mente a importância de regular e propor parâmetros com a finalidade de preservar a capacidade produtiva nacional, de sustentar



empregos e a renda e de mitigar os impactos socioeconômicos adversos das ações dos EUA.

No Projeto de Lei nº 3.677, de 2025, tínhamos então a perspectiva de apresentar diretrizes e ações para a compensação a atingidos por medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira.

Elementos centrais do Projeto podem contribuir para trazer princípios de: proporcionalidade, garantindo que o apoio não excederá o prejuízo efetivamente comprovado ao exportador brasileiro; prioridade no atendimento a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e seus trabalhadores, bem como a agricultores familiares, suas organizações associativas e cooperativas.

Também julgamos importante qualificar transparência e celeridade nesses apoios, junto com mais princípios sobre: restabelecimento da condição de competitividade da atividade ou do produtor; prioridade na sustentação do emprego e da renda, tendo como condicionalidade para todas as ações a manutenção, readmissão ou expansão de postos de trabalho; e subsidiariedade e temporalidade das medidas, para facilitar o ajuste às novas condições de mercado sem dependência ou distorção no longo prazo.

Adicionalmente, torna-se relevante vedar a concessão de apoio a empresas de capital estrangeiro de origem dos EUA, bem como priorizar gastos com bens perecíveis. Igualmente, as aquisições devem, prioritariamente, visar ao abastecimento de programas e ações sociais do governo, incluindo: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); a rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como restaurantes populares e cozinhas solidárias; a rede socioassistencial e de saúde; estoques públicos estratégicos; e a doação para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda à Medida Provisória nº 1.309, de 2025.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** A Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 5º**

§ 1º *O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre a receita de exportação dos produtos classificados no código 0901.1 da Tipi, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.*

.....

§ 7º *Haverá pagamento de 80% (oitenta por cento) dos créditos previstos, no prazo de até 30 dias, do pedido de ressarcimento, independentemente de fiscalização.*

§ 8º *O saldo remanescente será objeto de posterior pagamento em até 180 dias, caso não exista fiscalização em andamento.*

§ 9º *Eventual despacho decisório quanto ao ressarcimento de crédito presumido, inclusive, de forma antecipada, está sujeito ao processo administrativo fiscal do Decreto n. 70.235/72.*

§ 10. *Os pagamentos a título de ressarcimento não poderão ser objeto de compensação de ofício, salvo anuência do contribuinte, nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito (art. 151, do Código Tributário Nacional) ou em razão de dívida objeto de garantia*



e discussão em juízo por meio de medida judicial, inclusive, embargos à execução fiscal. ' (NR)''

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

O setor cafeeiro, com o surgimento da Lei n. 12.599/2012, recebeu disciplina específica quanto à previsão de crédito presumido de PIS/COFINS em suas operações.

Esta previsão, embora não suficiente para cumprir efetivamente a não cumulatividade, eliminando os resíduos tributários da operação, especialmente, na exportação, foi um importante passo à época para o setor, dada sua relevância no mercado exterior.

Todavia, o setor atualmente enfrenta dois grandes problemas, sendo, de imediato o “Tarifaço” imposto ao café brasileira pelo Governo dos Estados Unidos da América, majorando significativamente o custo da operação para aquele país.

Na relação comercial cafeeira entre EUA e Brasil, as nações são imprescindíveis uma à outra, uma vez que os cafés brasileiros representam uma fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano, sendo o principal fornecedor ao país, ao passo que os EUA respondem por 16% das exportações do produto nacional, cerca de USD 2 bilhões, sendo o principal destino de nossas exportações.

A medida adotada gerará um grave e irreparável prejuízo ao setor, refletindo em perda de investimentos a curto prazo, demissões, endividamento, entre outros reflexos econômicos e sociais, que serão potencializados pelo atual momento que vive a economia nacional.



Ademais, houve a aprovação da Reforma Tributária para o Consumo (EC 312/2023), que começará a vigorar em 2026, com relevante alteração em 2027, quando o PIS/COFINS será extinto e surgirá em substituição a CBS.

Sendo assim, o setor cafeeiro não terá, a partir de 2027, tais créditos presumidos que, em comparação à carga fiscal que haverá com a CBS, gerará um efetivo aumento de tributação, além de relevante impacto de imediato no fluxo de caixa da cadeia, de tal sorte que o ajuste até 31 de dezembro de 2026 seria uma medida paliativa adicional para atenuar este reflexo negativo que ocorrerá em breve.

Diante deste contexto fático e jurídico, foi sugerida a alteração da Lei n. 12.599/2012, aumentando os percentuais de crédito presumido de PIS/COFINS, até 31 de dezembro de 2026, bem como garantindo efetiva e imediato ressarcimento em pecúnia, como alternativa paliativa ao setor visando atenuar os efeitos do tarifaço e breve impacto da Reforma Tributária.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a instituírem modalidade de transação tributária específica, voltada a exportadores



e fornecedores diretamente impactados pelo tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto das tarifas sobre produtos brasileiros ameaça a sustentabilidade financeira de setores estratégicos do agronegócio e da indústria, que enfrentam simultaneamente queda nas receitas externas e necessidade de adaptação de suas linhas de produção. Nesse contexto, a transação tributária surge como instrumento adequado de recomposição, pois possibilita a regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas.

A proposta prevê condições diferenciadas, como entrada reduzida, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, além de descontos em multas e juros, de forma a compatibilizar a exigência de arrecadação com a realidade econômica excepcional vivida pelas empresas. Em contrapartida, a manutenção ou ampliação de empregos é estabelecida como condição essencial, assegurando que os benefícios concedidos se revertam em ganhos sociais concretos.

Do ponto de vista fiscal, a medida não representa renúncia, mas recuperação de créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis em razão da crise de liquidez enfrentada pelos exportadores. Do ponto de vista econômico, preserva a capacidade produtiva, sustenta empregos e garante que empresas brasileiras possam enfrentar a adversidade sem recorrer a encerramento de atividades ou redução drástica de operações.

Em síntese, a transação tributária específica proposta representa uma resposta ágil e equilibrada do Estado brasileiro: ao mesmo tempo em que oferece fôlego às empresas atingidas pelo tarifaço, reforça a arrecadação futura e protege empregos, alinhando-se plenamente aos objetivos da MP nº 1.309/2025 de defesa da soberania econômica e da competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Tião Medeiros
(PP - PR)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória, nº 1309 de 2025, os seguintes artigos:

Art.xx. A Medida Provisória nº 1.309, de 15 de agosto de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 12.....

IV- permitida a adoção do sistema de registro de preços, facultada a adesão entre os órgãos, sem restrições entre as esferas do órgão gerenciador e do órgão aderente.”

Art.xx. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.6º.....

.....

XXXVII - produto nacional: produto produzido no território nacional de acordo com o processo produtivo básico ou com as regras de origem estabelecidas pelo Poder Executivo federal;

.....

Art.9º.....

.....

II – Revogado.

.....

Art. 26.....



I - bens e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;

II - bens e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e a critérios de sustentabilidade, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

III - bens e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e que sejam resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º.....

I - será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal.

II - poderá ser de até 20% (vinte por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I, II ou III do caput deste artigo;

II-A - poderá ser acrescida de até 10% (dez por cento) adicionais sobre o disposto no inciso II, quando o bem ou serviço se enquadrar no inciso II ou III do caput deste artigo, totalizando até 30% (trinta por cento); e

II-B - poderá ser acrescida de até 10% (dez por cento) sobre o disposto no inciso III, quando o bem ou serviço se enquadrar, cumulativamente, nos incisos I, II e III do caput deste artigo, totalizando até 40% (quarenta por cento);

III - poderá ser estendida a bens e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.

§ 2º – Revogado.

.....

§5º A margem de preferência não se aplica aos bens nacionais e aos serviços nacionais se a capacidade de produção desses bens ou de prestação desses serviços no País for inferior:



.....

§8º A exigência de medidas de compensação comercial, industrial ou tecnológica prevista no §6º é obrigatória nas licitações com valor estimado acima de 50% do valor previsto no art. 6º, XXII, e facultativa nas demais.

Art. 26-A. Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão exigir a aquisição de bens nacionais e de serviços nacionais na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Os editais de que trata o caput poderão prever a participação exclusiva de empresas brasileiras de capital nacional, em áreas estratégicas, na forma do regulamento.

Art. 60.....

.....

§3º O critério de desempate estabelecido no inciso I do §1º aplica-se aos órgãos e entidades da União, nas contratações que não tenham abrangência nacional, conforme regulamento.

Art. 75.....

.....

XIX - para contratação que possa contribuir para o reestabelecimento da ordem econômica, nos casos definidos em ato do Poder Executivo federal.

Art. 137.....

.....

X - alteração do controle efetivo da empresa, descaracterizando-a como empresa brasileira de capital nacional, nos casos em que a licitação era restrita a participação dessas empresas, na forma do artigo 26-A.

.....

Art. xx. A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 31-A Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão prever:

I - a aplicação das margens de preferência de que trata o art.26 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II – a exigência de aquisição de bens nacionais e de serviços nacionais na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal; e

III - a participação exclusiva de empresas brasileiras de capital nacional, em áreas estratégicas, na forma do regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda à Medida Provisória nº 1.309, de 15 de agosto de 2025, tem por objetivo fortalecer a política de desenvolvimento produtivo e tecnológico nacional, ao mesmo tempo em que moderniza os instrumentos de contratação pública, assegurando maior eficiência e racionalidade às aquisições do Estado brasileiro.

Em primeiro lugar, propõe-se a ampliação do sistema de registro de preços, facultando a adesão entre órgãos e entidades de todas as esferas federativas, sem restrições entre o órgão gerenciador e o aderente. Tal medida trará maior economicidade, padronização e planejamento nas compras públicas, permitindo que municípios, estados e União possam se beneficiar de processos licitatórios centralizados, com ganhos de escala e redução de custos administrativos.

As alterações sugeridas buscam reforçar a prioridade à produção nacional, com a inclusão de critérios que valorizem bens e serviços que atendam a normas técnicas brasileiras, que incorporem critérios de sustentabilidade e que sejam resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País. Essa atualização cria um ambiente normativo favorável ao fortalecimento das empresas brasileiras, à geração de empregos qualificados e ao estímulo à



pesquisa e inovação, colocando o Estado como indutor do desenvolvimento econômico e tecnológico.

Destaca-se também a previsão de margens de preferência diferenciadas, que poderão alcançar até 40% em determinados casos, incentivando a competitividade da indústria nacional frente à concorrência externa. Trata-se de uma política pública alinhada à prática internacional de países desenvolvidos, que utilizam seus sistemas de compras governamentais como instrumentos estratégicos de política industrial.

Outro ponto relevante é a possibilidade de que os editais de licitação exijam a aquisição de produtos e serviços nacionais e, em áreas estratégicas, a participação exclusiva de empresas brasileiras de capital nacional. Essa previsão assegura a soberania nacional em setores sensíveis, reduzindo vulnerabilidades externas e garantindo que investimentos públicos retornem em forma de emprego, renda e inovação dentro do território brasileiro.

Além disso, a emenda dialoga diretamente com o propósito da MPV nº 1.309/2025, que surgiu como resposta às tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras. Nesse contexto, a proposta busca ampliar o alcance das medidas de proteção à economia nacional, contemplando ações como apoio financeiro emergencial aos exportadores afetados, prorrogação de prazos tributários e a flexibilização na aquisição de insumos e produtos não exportados, de modo a preservar a liquidez das empresas. O objetivo é garantir empregos, sustentabilidade e competitividade às cadeias produtivas impactadas, aproveitando a janela aberta pela MP para reforçar o compromisso do Estado brasileiro com a defesa de sua soberania econômica e a proteção das empresas nacionais diante de práticas comerciais desleais.

Por fim, a proposta alinha-se ao espírito do PLano Brasil Soberano, cujo objetivo central é reforçar a capacidade produtiva nacional, ampliar a autonomia tecnológica e assegurar que as compras públicas sirvam como alavanca para o desenvolvimento econômico, social e estratégico do País.

Diante do exposto, entendemos que a aprovação desta emenda representa um passo fundamental para consolidar um modelo de contratações



públicas mais justo, eficiente e voltado ao interesse nacional, contribuindo para que o Brasil fortaleça sua competitividade, soberania e inovação no cenário global.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Vitor Lippi
(PSDB - SP)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254821442900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vitor Lippi





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda institui, pelo prazo de 12 meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins, limitado ao valor global de R\$ 2 bilhões, destinado às pessoas jurídicas da cadeia de exportação de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose.



A medida se justifica pelo contexto excepcional criado pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou abruptamente em até 50% as tarifas incidentes sobre exportações brasileiras desses setores estratégicos. A agressão comercial norte-americana compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia produtiva que lhes fornece insumos, serviços e bens intermediários, gerando cancelamento de pedidos, acúmulo de estoques e perda de liquidez.

O crédito outorgado proposto funciona como mecanismo de compensação emergencial, devolvendo liquidez e preservando margens em segmentos que têm papel decisivo para a balança comercial e para a segurança econômica do país. Café, carnes, suco de laranja, celulose e frutas tropicais não apenas sustentam parte expressiva do superávit externo, mas também garantem milhões de empregos diretos e indiretos no campo e na indústria.

Do ponto de vista fiscal, a medida não constitui renúncia permanente de receita, mas apoio temporário e focalizado, com limite global definido em R\$ 2 bilhões e critérios de elegibilidade a serem estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Assim, assegura previsibilidade, controle orçamentário e compatibilidade com a responsabilidade fiscal.

Sob a ótica econômica, a medida garante fôlego financeiro às empresas até que consigam redirecionar fluxos comerciais para outros mercados, evitando um choque de produção e de emprego que poderia aprofundar os efeitos do tarifaço. Além disso, reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se os Estados Unidos buscam enfraquecer a competitividade brasileira por meio de tarifas punitivas, cabe ao Brasil proteger sua base produtiva e assegurar resiliência.

Em síntese, esta proposta protege setores-chave do agronegócio brasileiro, preserva empregos, garante liquidez e fortalece a capacidade do país de enfrentar agressões externas sem comprometer a sustentabilidade fiscal. Por essas razões, a emenda merece integral acolhimento.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Tião Medeiros
(PP - PR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251918180900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tião Medeiros





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica instituído, em caráter temporário e pelo prazo de até 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos destinados ao mercado dos Estados Unidos da América tenham sido comprovadamente afetados pelo aumento tarifário imposto por aquele país.

§ 1º O crédito será calculado sobre os insumos empregados na produção de bens ou na prestação de serviços vinculados a tais pedidos, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos a partes relacionadas situadas fora do território nacional.’ NR).”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir, pelo prazo de até 12 meses, um crédito de PIS/Pasep e da Cofins em favor de pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos ao mercado norte-americano tenham sido impactados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia de fornecedores de



insumos e serviços vinculados às encomendas destinadas ao mercado americano. Esses fornecedores, muitas vezes pequenas e médias empresas, sofrem efeitos imediatos com a redução ou cancelamento de pedidos, absorvendo custos fixos e estoques sem a correspondente geração de receita.

O crédito temporário proposto atua como medida compensatória e de preservação da base produtiva, ao devolver liquidez e neutralizar parte da carga tributária incidente sobre os insumos empregados na produção de bens e serviços afetados pelo tarifaço. Trata-se de medida de natureza emergencial, voltada a assegurar a continuidade da atividade econômica, a manutenção de empregos e a proteção de setores estratégicos da economia nacional diante de agressões comerciais externas.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas mecanismo transitório de compensação, limitado a 12 meses e sujeito a critérios de elegibilidade e controle a serem definidos pelo Ministério da Fazenda. Do ponto de vista econômico, permite que empresas mantenham capacidade operacional até que o setor produtivo consiga redirecionar sua produção para outros mercados, mitigando os efeitos do choque externo sobre a balança comercial e sobre o nível de atividade interna.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço dos EUA busca fragilizar a competitividade brasileira, o crédito presumido temporário devolve liquidez à cadeia produtiva, preserva empregos e garante resiliência ao setor exportador e seus fornecedores, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Tião Medeiros
(PP - PR)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Revoga-se o artigo 74-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.’ (NR).”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do art. 74-A da Lei nº 9.430/1996, introduzido pela Lei nº 14.873/2024, que impôs limite mensal à compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

A restrição criada pelo dispositivo em questão representa grave retrocesso em matéria de segurança jurídica e respeito à coisa julgada. O crédito tributário decorrente de decisão definitiva do Poder Judiciário constitui direito líquido e certo do contribuinte, não podendo ser artificialmente limitado por ato infralegal do Ministro da Fazenda. Tal limitação converte uma vitória judicial em um benefício esvaziado, diluído no tempo, que impede o contribuinte de obter o pleno efeito econômico da decisão que lhe foi favorável.

Além da violação à coisa julgada, a medida fere os princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco, ao impor ao contribuinte custos financeiros desnecessários, obrigando-o a manter débitos em aberto ou a recorrer a endividamento enquanto seus créditos legítimos permanecem represados pela trava mensal.

O contexto atual do tarifaço norte-americano – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça a urgência da supressão desse dispositivo. Se o



Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem a competitividade das empresas nacionais, é incoerente manter entraves internos que drenam liquidez, aumentam incerteza regulatória e comprometem a capacidade de reação do setor produtivo. Ao contrário: é preciso devolver previsibilidade e confiança, assegurando que créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário cumpram imediatamente seu papel de neutralizar a carga tributária.

Do ponto de vista macroeconômico, a supressão do art. 74-A não representa renúncia de receita, mas apenas a restituição tempestiva de valores que a União foi condenada judicialmente a devolver. Sua manutenção apenas alonga artificialmente a execução das decisões judiciais e amplia a litigiosidade, criando um passivo desnecessário para empresas e para o próprio Estado.

Em síntese, ao eliminar o limite mensal para a compensação de créditos judiciais, esta emenda fortalece a segurança jurídica, reduz distorções econômicas, melhora a liquidez das empresas e contribui para a resiliência do Brasil frente ao cenário adverso do comércio internacional. Trata-se de medida que complementa os objetivos centrais da MP nº 1.309/2025, ao reforçar a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Tião Medeiros
(PP - PR)





CONGRESSO NACIONAL
emenda

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** A Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 4º-B:”

“**Art.** Nos atos públicos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas autarquias, fundações, empresas públicas e de economia mista, deverá ser exigido, como condição para a celebração ou continuidade do instrumento, o atendimento a um percentual mínimo de conteúdo local ou a processo produtivo básico, nos termos de regulamento.

§ 1º A exigência de conteúdo local mínimo ou de processo produtivo básico visa:

I – Promover a internalização dos investimentos públicos e privados, garantindo que parte dos recursos circule na economia nacional;

II – Estimular a inovação e o adensamento das cadeias produtivas, ao incentivar o desenvolvimento de fornecedores locais; e

III – Garantir contrapartidas concretas ao uso de recursos públicos, em linha com os princípios da eficiência, economicidade e interesse nacional.

§ 2º O regulamento referido no caput deverá observar:

I – as peculiaridades setoriais e tecnológicas;

II – a existência de oferta nacional viável, em termos técnicos, quantitativos e econômicos;

III – a transparência na verificação e certificação do conteúdo local.

§ 3º Regulamento poderá definir sanções para o descumprimento da exigência de conteúdo local ou de processo produtivo básico.’ (NR)”



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por escopo inserir no ordenamento jurídico dispositivo que estabelece a exigência de conteúdo local mínimo ou de processo produtivo básico (PPB) como condição para a celebração ou continuidade de instrumentos administrativos firmados por entes da Administração Pública direta e indireta, em todas as esferas federativas.

Em um contexto geopolítico em que as relações internacionais estão tensionadas, principalmente após as medidas tomadas pelos EUA, em 2025, percebe-se mudança nas relações comerciais entre os países. Há, cada vez mais, obstáculos ao acesso aos mercados de outros países devido ao enrijecimento das medidas de defesa comercial estabelecidas.

Apesar de deficitário na balança comercial com os EUA, o Brasil tinha o mercado americano como uma das principais fontes de receita. Atualmente, com as tarifas de 50% estabelecidas pelo presidente Donald Trump, o acesso a este mercado está restrito e os exportadores brasileiros precisam de apoio para realocar sua produção.

Neste sentido, o fortalecimento do mercado nacional torna-se essencial para absorção dos produtos que poderiam ser exportados para o aumento da geração de renda e emprego no país. Um instrumento que pode ser diferencial neste processo é a Política de Conteúdo Local.

A Política de Conteúdo Local é ferramenta largamente utilizada por diversos países, como EUA, México, Noruega, Reino Unido, dentre outros, que incentiva o desenvolvimento do mercado nacional, uma vez que, além de contribuir para a utilização da capacidade industrial instalada no país, torna-se responsável pela atração de investimentos e mais desenvolvimento tecnológico de crescimento econômico sustentado.

Por fim, é importante também destacar que, principalmente após a pandemia do COVID-19, há um movimento de nearshoring, que faz com que as empresas transfiram parte de suas operações, para uma região próxima geograficamente, em vez de optar por locais mais distantes. A política de Conteúdo



Local é instrumento que reforça a importância da produção local, o que vai ao encontro deste movimento.

Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Luiz Carlos Hauly
(PODEMOS - PR)
deputado federal





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Acrescente-se o seguinte artigo 73-A à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se inclusive para os créditos já registrados e sujeitos a pedido de restituição pelo contribuinte: Art. 73-A. Não se aplica o disposto nos incisos VI, VII e IX, do §3º, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aos créditos relativos aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil apropriados pelo contribuinte com base nas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, submetidos a pedido de restituição, mas ainda não utilizados pelo contribuinte para compensação, não podendo tais créditos ser objeto de lançamento de ofício para quaisquer fins. Parágrafo único. O direito de crédito somente poderá ser objeto de glosa e eventualmente autuação a partir do momento em que o contribuinte efetivamente utilizar o crédito para dedução em sua apuração fiscal ou por compensação com outros tributos federais.’ (NR) Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se inclusive para os créditos já registrados e sujeitos a pedido de restituição pelo contribuinte.”

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de inclusão do art. 73-A na Lei 9.430/1996 fundamenta-se na necessidade de alinhar o processo de fiscalização tributária aos princípios constitucionais de legalidade, segurança jurídica, confiança legítima, proporcionalidade e vedação ao confisco. Os contribuintes lançaram em seus livros créditos expressamente autorizados pelas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, mas correm o risco de autuação já na fase de escrituração, isto é, antes de



qualquer utilização econômica desses valores, em razão de reiteradas tentativas da administração tributária de restringir o aproveitamento de créditos legítimos.

Essa prática, além de violar a lógica da não cumulatividade, gera cobrança em duplicidade e impõe custos financeiros desnecessários a empresas que apenas registram créditos, sem qualquer impacto real sobre a arrecadação. A antecipação da glosa cria incerteza regulatória, eleva litigiosidade no CARF e obriga contribuintes a manter depósitos e garantias onerosas em torno de créditos “de papel”.

O dispositivo ora proposto preserva o poder de fiscalização da Receita Federal, que continuará apta a glosar créditos e lavrar autos quando houver efetiva compensação, mas evita sanções desproporcionais antes de qualquer benefício econômico. Ao concentrar a fiscalização no momento da utilização do crédito, a medida melhora o ambiente de negócios, reduz o contencioso administrativo e judicial e aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação sobre valor agregado.

Mais do que uma correção técnica, trata-se de medida com impacto estratégico no contexto do tarifaço norte-americano, que levou à edição da MP nº 1.309/2025. Se os Estados Unidos impõem barreiras unilaterais para enfraquecer a competitividade brasileira, o Brasil não pode, internamente, impor obstáculos adicionais que minam a liquidez e a segurança jurídica de suas empresas. Essa emenda garante coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, fortalecendo a resiliência do setor produtivo em um cenário de disputas internacionais.

Do ponto de vista macroeconômico, a proposta elimina custos inúteis, melhora a alocação de recursos da fiscalização e favorece investimentos, sobretudo de startups e pequenas empresas, que são mais vulneráveis a longos litígios. Em linha com a reforma tributária em curso, a medida reforça a previsibilidade do sistema, reduz incertezas e protege a competitividade nacional.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Tião Medeiros
(PP - PR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250516452100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tião Medeiros





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** Fica instituído, em caráter temporário e pelo prazo de até 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos destinados ao mercado dos Estados Unidos da América tenham sido comprovadamente afetados pelo aumento tarifário imposto por aquele país.

§ 1º O crédito será calculado sobre os insumos empregados na produção de bens ou na prestação de serviços vinculados a tais pedidos, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos a partes relacionadas situadas fora do território nacional.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir, pelo prazo de até 12 meses, um crédito de PIS/Pasep e da Cofins em favor de pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos ao mercado norte-americano



tenham sido impactados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia de fornecedores de insumos e serviços vinculados às encomendas destinadas ao mercado americano. Esses fornecedores, muitas vezes pequenas e médias empresas, sofrem efeitos imediatos com a redução ou cancelamento de pedidos, absorvendo custos fixos e estoques sem a correspondente geração de receita.

O crédito temporário proposto atua como medida compensatória e de preservação da base produtiva, ao devolver liquidez e neutralizar parte da carga tributária incidente sobre os insumos empregados na produção de bens e serviços afetados pelo tarifaço. Trata-se de medida de natureza emergencial, voltada a assegurar a continuidade da atividade econômica, a manutenção de empregos e a proteção de setores estratégicos da economia nacional diante de agressões comerciais externas.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas mecanismo transitório de compensação, limitado a 12 meses e sujeito a critérios de elegibilidade e controle a serem definidos pelo Ministério da Fazenda. Do ponto de vista econômico, permite que empresas mantenham capacidade operacional até que o setor produtivo consiga redirecionar sua produção para outros mercados, mitigando os efeitos do choque externo sobre a balança comercial e sobre o nível de atividade interna.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço dos EUA busca fragilizar a competitividade brasileira, o crédito presumido temporário devolve liquidez à cadeia produtiva, preserva empregos e garante resiliência ao setor exportador e seus fornecedores, razão pela qual merece acolhimento.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252000780400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 16-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 16-1. Revoga-se o artigo 74-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do art. 74-A da Lei nº 9.430/1996, introduzido pela Lei nº 14.873/2024, que impôs limite mensal à compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

A restrição criada pelo dispositivo em questão representa grave retrocesso em matéria de segurança jurídica e respeito à coisa julgada. O crédito tributário decorrente de decisão definitiva do Poder Judiciário constitui direito líquido e certo do contribuinte, não podendo ser artificialmente limitado por ato infralegal do Ministro da Fazenda. Tal limitação converte uma vitória judicial em um benefício esvaziado, diluído no tempo, que impede o contribuinte de obter o pleno efeito econômico da decisão que lhe foi favorável.

Além da violação à coisa julgada, a medida fere os princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco, ao impor ao contribuinte custos financeiros desnecessários, obrigando-o a manter débitos em aberto ou a recorrer a endividamento enquanto seus créditos legítimos permanecem represados pela trava mensal.



O contexto atual do tarifação norte-americano – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça a urgência da supressão desse dispositivo. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem a competitividade das empresas nacionais, é incoerente manter entraves internos que drenam liquidez, aumentam incerteza regulatória e comprometem a capacidade de reação do setor produtivo. Ao contrário: é preciso devolver previsibilidade e confiança, assegurando que créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário cumpram imediatamente seu papel de neutralizar a carga tributária.

Do ponto de vista macroeconômico, a supressão do art. 74-A não representa renúncia de receita, mas apenas a restituição tempestiva de valores que a União foi condenada judicialmente a devolver. Sua manutenção apenas alonga artificialmente a execução das decisões judiciais e amplia a litigiosidade, criando um passivo desnecessário para empresas e para o próprio Estado.

Em síntese, ao eliminar o limite mensal para a compensação de créditos judiciais, esta emenda fortalece a segurança jurídica, reduz distorções econômicas, melhora a liquidez das empresas e contribui para a resiliência do Brasil frente ao cenário adverso do comércio internacional. Trata-se de medida que complementa os objetivos centrais da MP nº 1.309/2025, ao reforçar a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“Art. O limite mensal a que se refere o artigo 74-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, será suspenso, em caráter excepcional, para as empresas que sejam comprovadamente afetadas por medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos da América especificamente contra produtos brasileiros, durante o período de imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.”

JUSTIFICAÇÃO

As tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América já estão causando redução e perda de faturamento para as empresas brasileiras e, conseqüentemente, a redução de geração de caixa, comprometendo a capacidade destas em honrarem com seus pagamentos, incluindo os salários a funcionários, pagamentos de fornecedores e impostos devidos.

O artigo Art. 74-A da Lei 9.430/96 estabeleceu um limite mensal de compensação de crédito tributário decorrente de decisão judicial transitada em julgado. Suspender essa limitação, temporariamente, para as empresas afetadas pela imposição de tarifas pelos Estados Unidos da América ajudará as empresas a honrarem com os pagamentos dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, aliviando seu fluxo de caixa, permitindo ter disponibilidade para honrar com outras obrigações, como folha de pagamento dos funcionários e com fornecedores.

Além disso, a medida contribuirá para preservar a competitividade internacional das empresas brasileiras e reduzirá o risco de fechamento de postos



de trabalho nos setores atingidos, funcionando como instrumento de proteção social e econômica. Por fim, ao mitigar os efeitos financeiros das tarifas, reforça a segurança jurídica do ambiente de negócios no país.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica instituído, em caráter emergencial e transitório, o Programa de Preservação do Emprego, da Renda e da Atividade Econômica, aplicável durante a vigência da presente Medida Provisória, com o objetivo de mitigar os efeitos econômicos e sociais decorrentes do aumento extraordinário de custos de produção e manutenção da atividade empresarial, sendo autorizadas as seguintes medidas trabalhistas:

I – redução proporcional da jornada de trabalho e de salários, mediante acordo individual ou coletivo, observado o limite de até 70% (setenta por cento), garantida a manutenção do valor do salário-hora;

II – suspensão temporária do contrato de trabalho, pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, com garantia provisória de emprego pelo mesmo período após o restabelecimento contratual;

III – pagamento do Benefício de Preservação da Renda, a cargo da União, destinado a complementar a renda do trabalhador atingido pela redução proporcional de jornada e salários ou pela suspensão temporária do contrato de trabalho, nos moldes do seguro-desemprego;

IV – Concessão de férias coletivas, independentemente de comunicação prévia ao órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego ou ao sindicato profissional;

V – antecipação de férias individuais, inclusive para trabalhadores que ainda não tenham completado o período aquisitivo, devendo ser comunicado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;



VI – aproveitamento e antecipação de feriados federais, estaduais, distritais e municipais, podendo ser utilizados para compensação futura da jornada;

VII – implementação de banco de horas negativo, autorizando que o empregado usufrua de folgas durante a vigência desta Medida Provisória, com compensação futura das horas não trabalhadas no prazo de até 18 (dezoito) meses;

VIII – diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, relativo às competências compreendidas no período de vigência desta Medida Provisória, podendo ser parcelado em até 6 (seis) vezes, sem incidência de encargos.

§ 1º As medidas previstas neste artigo poderão ser adotadas por ato do empregador, por acordo individual ou por negociação coletiva, observados os limites constitucionais e legais aplicáveis.

§ 2º O trabalhador submetido às medidas de que trata este artigo terá garantia provisória no emprego durante o período de vigência da medida e por período equivalente após o seu término.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 15 (quinze) dias, as condições de operacionalização do Benefício de Preservação da Renda de que trata o inciso III.”

JUSTIFICAÇÃO

Medidas emergenciais no âmbito das relações de trabalho fazem-se necessárias para reduzir a pressão financeira sobre as empresas e manter a base produtiva ativa até que o ambiente comercial se estabilize. A criação de um benefício, a cargo da União, para compor a renda de trabalhadores submetidos às medidas de redução de jornada e de salário ou de suspensão dos contratos de trabalho permite conciliar manutenção dos empregos, proteção da renda e viabilidade empresarial.

Nos mesmos moldes das MPs 1045 e 1046, ambas de 2021, a adesão às medidas trabalhistas deve ser voluntária, a critério da empresa, mediante convenção coletiva, acordo coletivo ou acordo individual escrito entre



empregador e empregado, e o benefício de complementação de renda custeado pela União deve ser pago diretamente aos trabalhadores atingidos.

Importante que a adesão às medidas seja autorizada não só às empresas exportadoras, mas também a todas as empresas que fazem parte da cadeia produtiva, visto que também são fortemente impactadas pelas tarifas adicionais norte-americanas.

Dessa forma, é imprescindível garantir que as medidas alcancem todas as empresas impactadas, direta ou indiretamente, pelas tarifas adicionais, incluindo os fornecedores, que em muitos casos apresentam alta exposição às exportações e sofrem reflexos significativos dessas restrições comerciais.

Outro ponto importante, é não assegurar estabilidade aos empregados submetidos às medidas, pois o impacto do tarifaço nas empresas inviabiliza que se comprometam com a manutenção dos empregos. Muitas têm suas atividades voltadas integralmente ou majoritariamente à exportação de seus produtos aos EUA, o que leva à impossibilidade de continuar com o mesmo quadro de funcionários face à estagnação da produção provocada pela elevação das tarifas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** As atividades de financiamento e garantia oficiais à exportação, chamadas atividades de apoio oficial ao crédito à exportação, são essenciais à política industrial, de serviços e de comércio exterior.”

“**Art.** Financiadores e seguradores privados poderão ser habilitados na condição de operadores de modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação, com o objetivo de fomentar a participação do mercado privado na provisão de soluções de financiamento e de instrumentos de garantia às operações de exportação.”

“**Art.** Os prazos, os limites, os processos, as formas e as condições de utilização dos mecanismos de apoio oficial ao crédito à exportação, nas modalidades direta e indireta, serão previstos em regulamento, com revisões periódicas.

Parágrafo único. A elaboração e a atualização do regulamento de que trata o caput poderão ser precedidas de consulta pública, ouvidos os representantes de exportadores e de financiadores e seguradores.”

“**Art.** Será provido aos exportadores e aos demais agentes de exportação, bem como aos operadores de modalidades de apoio oficial ao crédito à exportação, portal único para a solicitação de apoio oficial nas modalidades direta e indireta, acessível por meio da internet.

§ 1º O portal único deverá permitir a tramitação de forma paralela de uma mesma solicitação entre diferentes operadores de modalidades de apoio oficial à exportação, com o aproveitamento por todos dos documentos submetidos pelo exportador ou pelo agente de exportação.



§ 2º Os operadores de modalidades de apoio oficial ao crédito à exportação buscarão disponibilizar mecanismos alternativos de solução de controvérsias, entre eles a mediação, a conciliação e a arbitragem, nas operações firmadas com exportadores e demais agentes de exportação.

§ 3º O portal único para a solicitação de apoio oficial ao crédito à exportação deverá assegurar aos exportadores e aos demais agentes de exportação:

I – transparência quanto às condições financeiras de cada operação e às respectivas metodologias de cálculo dos encargos;

II – clareza quanto à tramitação das solicitações, aos resultados das análises e aos indicadores de desempenho de cada operador.”

“Art. Os agentes públicos envolvidos na tomada de decisão em atividades de apoio oficial ao crédito à exportação somente serão responsabilizados pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a responsabilização dos agentes públicos de que trata o caput, inclusive no que se refere à definição de dolo ou erro grosseiro.”

“Art. A Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos 3º-A e 3º-B:

‘Art. 3º-A. As operações de crédito à exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de suas subsidiárias têm por finalidade financiar:

.....
§ 1º As operações de financiamento à exportação de serviços de que trata este artigo observarão as orientações quanto à elegibilidade, ao reconhecimento e à comprovação das exportações estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, e os modos de prestação de serviços estabelecidos no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC).

§ 2º Nos financiamentos à exportação de serviços, as condições devem ser estabelecidas de acordo com as características



de cada operação e ter como referência a prática internacional, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º O valor máximo do financiamento à exportação de serviços estabelecido pelo BNDES será definido com base no valor do contrato comercial de exportação, o qual, em consonância com as melhores práticas internacionais, é considerado como o valor total a ser pago pelo importador pelos bens e serviços exportados, incluídas as exportações realizadas a partir de países terceiros e excluído o custo incorrido pelo exportador com bens e serviços adquiridos no país do importador.

§ 4º É proibida, nos financiamentos à exportação de serviços, a concessão de novas operações de crédito entre o BNDES e as pessoas jurídicas de direito público externo inadimplentes com a República Federativa do Brasil, exceto nas hipóteses em que houver a formalização da renegociação da dívida.

§ 5º O BNDES manterá atualizadas, em sítio público e de fácil acesso ao cidadão, informações financeiras sobre a carteira de financiamentos à exportação de serviços concedidos a pessoas jurídicas de direito público externo, observados os princípios da transparência e da publicidade, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

§ 6º O BNDES deverá apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, anualmente, relatório com informações sobre a carteira de financiamentos à exportação de serviços concedidos a pessoas jurídicas de direito público externo, com a indicação do objeto, das condições financeiras, dos resultados para a economia brasileira e dos principais aspectos socioambientais avaliados.'

Art. 3º-B. Os custos incorridos pelo exportador com bens e serviços adquiridos no país do importador e as exportações realizadas a partir de países terceiros poderão ser financiados, conforme diretrizes e limites estabelecidos em regulamento do



Poder Executivo federal, em consonância com as melhores práticas internacionais.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda reproduz parcialmente a versão final do Projeto de Lei nº 6.139, de 2023, de autoria do Senador Mecias de Jesus, já aprovado de forma terminativa no Senado Federal e que agora aguarda a deliberação da Câmara dos Deputados. O texto do referido PL foi fruto de um aprofundado processo de debate e aprimoramento no âmbito do Senado Federal, tendo sido relatado pelo Senador Esperidião Amin, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e pelo Senador Fernando Farias, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A Medida Provisória nº 1.309, de 2025, por sua vez, foi editada com o objetivo de responder, de forma ágil e eficaz, às medidas unilaterais impostas pelo governo dos Estados Unidos, que resultaram na taxaço de produtos brasileiros. A justificativa da MP ressalta a necessidade de “mitigar os impactos econômicos causados pela agressão comercial injustificada” e de “proteger os exportadores brasileiros”. É nesse ponto que a emenda encontra perfeita adequação ao texto da Medida Provisória, pois suas proposições se alinham de forma coesa e complementar ao objetivo central da medida, oferecendo um conjunto de aprimoramentos aos mecanismos de apoio ao crédito à exportação que não apenas irão mitigar os efeitos da taxaço imposta aos produtos brasileiros, mas também oferecerão um arcabouço permanente e aprimorado para o setor.

Ao incorporar parcialmente o texto do PL nº 6.139, de 2023, a emenda fortalece a MP nº 1.309, de 2025, conferindo-lhe um conjunto de ferramentas mais completas e robustas para enfrentar os desafios do comércio exterior, especialmente no presente cenário de tensão comercial. Com sua aprovação, as medidas de resposta propostas pelo governo federal poderão ser implementadas com maior agilidade, eficiência e segurança jurídica, beneficiando diretamente e de forma definitiva os exportadores brasileiros e ampliando a competitividade



da economia nacional. Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Isnaldo Bulhões Jr.
(MDB - AL)
Líder



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255577111600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Isnaldo Bulhões Jr.





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** As atividades de financiamento e garantia oficiais à exportação, chamadas atividades de apoio oficial ao crédito à exportação, são essenciais à política industrial, de serviços e de comércio exterior.”

“**Art.** Financiadores e seguradores privados poderão ser habilitados na condição de operadores de modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação, com o objetivo de fomentar a participação do mercado privado na provisão de soluções de financiamento e de instrumentos de garantia às operações de exportação.”

“**Art.** Os prazos, os limites, os processos, as formas e as condições de utilização dos mecanismos de apoio oficial ao crédito à exportação, nas modalidades direta e indireta, serão previstos em regulamento, com revisões periódicas.

Parágrafo único. A elaboração e a atualização do regulamento de que trata o caput poderão ser precedidas de consulta pública, ouvidos os representantes de exportadores e de financiadores e seguradores.”

“**Art.** Será provido aos exportadores e aos demais agentes de exportação, bem como aos operadores de modalidades de apoio oficial ao crédito à exportação, portal único para a solicitação de apoio oficial nas modalidades direta e indireta, acessível por meio da internet.

§ 1º O portal único deverá permitir a tramitação de forma paralela de uma mesma solicitação entre diferentes operadores de modalidades de apoio oficial à exportação, com o aproveitamento por todos dos documentos submetidos pelo exportador ou pelo agente de exportação.



§ 2º Os operadores de modalidades de apoio oficial ao crédito à exportação buscarão disponibilizar mecanismos alternativos de solução de controvérsias, entre eles a mediação, a conciliação e a arbitragem, nas operações firmadas com exportadores e demais agentes de exportação.

§ 3º O portal único para a solicitação de apoio oficial ao crédito à exportação deverá assegurar aos exportadores e aos demais agentes de exportação:

I – transparência quanto às condições financeiras de cada operação e às respectivas metodologias de cálculo dos encargos;

II – clareza quanto à tramitação das solicitações, aos resultados das análises e aos indicadores de desempenho de cada operador.”

“Art. Os agentes públicos envolvidos na tomada de decisão em atividades de apoio oficial ao crédito à exportação somente serão responsabilizados pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a responsabilização dos agentes públicos de que trata o caput, inclusive no que se refere à definição de dolo ou erro grosseiro.”

“Art. Os arts. 27 e 28 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 27.

.....

‘ ’

‘§ 1º A integralização de cotas pela União será autorizada por decreto e realizar-se-á por transferência de recursos, bens e direitos próprios, a critério do Ministério da Fazenda.’

‘ ’

‘§ 6º Incluem-se como operações de crédito ao comércio exterior as modalidades previstas em acordos internacionais de que a República Federativa do Brasil faça parte, bem como garantias a operações internas do setor de aviação civil e a operações que financiem a parcela de projetos binacionais ou plurinacionais executada no Brasil.’



‘§ 7º A União será responsável pelas coberturas emitidas sob amparo do fundo e as honrará quando o patrimônio do fundo for insuficiente para o pagamento de indenizações decorrentes das garantias previstas neste artigo.’

‘Art. 28. O fundo de que trata o art. 27 desta Lei, cujo estatuto observará as políticas, as diretrizes, os limites e as condições previamente estabelecidas pela Camex, terá natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da administradora, será sujeito a direitos e obrigações próprias e responderá por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes do seu patrimônio.

.....

§ 7º Às garantias emitidas com lastro no fundo de que trata o art. 27 desta Lei não se aplicam as limitações contidas nas disposições do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, exceto quanto à competência do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

§ 8º O valor de exposição do fundo de que trata o art. 27 desta Lei não poderá exceder o limite estabelecido pelo Senado Federal, ouvida a Camex.

§ 9º A Camex aprovará política de subscrição de risco para o fundo de que trata o art. 27 desta Lei, com os parâmetros básicos de gestão de risco, podendo ainda prever critérios e procedimentos para a suspensão da concessão de novas coberturas e para a intervenção direta da União na administração.

§ 10. O agente operador do fundo de que trata o art. 27 desta Lei deverá enviar à Camex, mensalmente, relatório com informações contábeis, gerenciais, financeiras e atuariais, contendo, necessariamente, indicadores de alavancagem, solvência e sinistralidade. § 11. O valor segurado que exceder o patrimônio líquido do fundo de que trata o art. 27 desta Lei deverá ser incluído no Anexo de Riscos Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.”

“Art. A Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, passa a vigorar com as

seguintes alterações:



‘Art. 1º’

§ 1º’

§ 2º Para fins de utilização dos recursos do FGE, consideram-se compreendidas no seguro de crédito à exportação as operações de seguro de crédito para projetos de investimento produtivo em território nacional que visem à produção de bens e à prestação de serviços, destinados à exportação brasileira, de alta intensidade tecnológica ou relacionados à economia verde, entendida como modalidade econômica orientada pela descarbonização e pela promoção da eficiência no uso de recursos, reduzindo os riscos ambientais e a escassez ecológica, conforme diretrizes, limites e condições fixados pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), observado regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.’

‘Art. 4º’

.....’

‘.....’

“Art. A Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos 3º-A e 3º-B:

‘Art. 3º-A. As operações de crédito à exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de suas subsidiárias têm por finalidade financiar:

.....’

§ 1º As operações de financiamento à exportação de serviços de que trata este artigo observarão as orientações quanto à elegibilidade, ao reconhecimento e à comprovação das exportações estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, e os modos de prestação de serviços estabelecidos no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC).

§ 2º Nos financiamentos à exportação de serviços, as condições devem ser estabelecidas de acordo com as características de cada operação e ter como referência a prática internacional, na forma estabelecida em regulamento.



§ 3º O valor máximo do financiamento à exportação de serviços estabelecido pelo BNDES será definido com base no valor do contrato comercial de exportação, o qual, em consonância com as melhores práticas internacionais, é considerado como o valor total a ser pago pelo importador pelos bens e serviços exportados, incluídas as exportações realizadas a partir de países terceiros e excluído o custo incorrido pelo exportador com bens e serviços adquiridos no país do importador.

§ 4º É proibida, nos financiamentos à exportação de serviços, a concessão de novas operações de crédito entre o BNDES e as pessoas jurídicas de direito público externo inadimplentes com a República Federativa do Brasil, exceto nas hipóteses em que houver a formalização da renegociação da dívida.

§ 5º O BNDES manterá atualizadas, em sítio público e de fácil acesso ao cidadão, informações financeiras sobre a carteira de financiamentos à exportação de serviços concedidos a pessoas jurídicas de direito público externo, observados os princípios da transparência e da publicidade, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

§ 6º O BNDES deverá apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, anualmente, relatório com informações sobre a carteira de financiamentos à exportação de serviços concedidos a pessoas jurídicas de direito público externo, com a indicação do objeto, das condições financeiras, dos resultados para a economia brasileira e dos principais aspectos socioambientais avaliados.'

'Art. 3º-B. Os custos incorridos pelo exportador com bens e serviços adquiridos no país do importador e as exportações realizadas a partir de países terceiros poderão ser financiados, conforme diretrizes e limites estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal, em consonância com as melhores práticas internacionais.'"



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo modernizar e aprimorar os mecanismos de apoio oficial ao crédito à exportação no Brasil. A proposta reproduz o conteúdo da versão final do Projeto de Lei nº 6.139, de 2023, de autoria do Senador Mecias de Jesus, já aprovado de forma terminativa no Senado Federal e que agora aguarda a deliberação da Câmara dos Deputados. O texto do referido PL foi fruto de um aprofundado processo de debate e aprimoramento no âmbito do Senado Federal.

A Medida Provisória nº 1.309, de 2025, por sua vez, foi editada com o objetivo de responder, de forma ágil e eficaz, às medidas unilaterais impostas pelo governo dos Estados Unidos, que resultaram na taxaço de produtos brasileiros. A justificativa da MP ressalta a necessidade de “mitigar os impactos econômicos causados pela agressão comercial injustificada” e de “proteger os exportadores brasileiros”. É nesse ponto que a emenda encontra perfeita adequação ao texto da Medida Provisória, pois suas proposições se alinham de forma coesa e complementar ao objetivo central da medida, oferecendo um conjunto de aprimoramentos aos mecanismos de apoio ao crédito à exportação que não apenas irão mitigar os efeitos da taxaço imposta aos produtos brasileiros, mas também oferecerão um arcabouço permanente e aprimorado para o setor.

Ao incorporar o texto do PL nº 6.139, de 2023, a emenda fortalece a MP nº 1.309, de 2025, conferindo-lhe um conjunto de ferramentas mais completas e robustas para enfrentar os desafios do comércio exterior, especialmente no presente cenário de tensão comercial. Com sua aprovação, as medidas de resposta propostas pelo governo federal poderão ser implementadas com maior agilidade, eficiência e segurança jurídica, beneficiando diretamente e de forma definitiva os exportadores brasileiros e ampliando a competitividade da economia nacional.



Pelo exposto, peço o apoio de meus nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Isnaldo Bulhões Jr.
(MDB - AL)
Líder



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252435472900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Isnaldo Bulhões Jr.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 10-1 ao Capítulo VII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 10-1. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por até um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime de drawback, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendido os seguintes critérios:

I – o beneficiário seja exportador que, nos últimos 12 meses, tenha realizado exportações para adquirente localizado nos Estados Unidos da América; e

II – o produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§ 1º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§ 2º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecida no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação



excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios abertos que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente, podendo dificultar ou inviabilizar seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao § 1º do art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 1º

.....”

§ 1º As pessoas jurídicas exportadoras ou integrantes de sua cadeia de fornecimento, comprovadamente impactadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, terão prioridade no processo de restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como poderão diferir o prazo de vencimento de tributos federais e de prestações relacionadas à dívida ativa da União, por até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do vencimento original, aplicando-se de forma automática, independentemente de regulamentação por ato do Poder Executivo, cabendo à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apenas a operacionalização do procedimento.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar maior efetividade às medidas previstas no art. 1º, §1º da MP nº 1.309/2025, estabelecendo que a prioridade na restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como o diferimento de tributos federais e prestações da dívida ativa da União, seja autoaplicável e com prazo definido de 120 dias.

O texto original condiciona tais benefícios a ato do Ministro da Fazenda, criando incerteza quanto à sua efetiva implementação e alcance. No



atual contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou drasticamente as tarifas sobre exportações brasileiras, a previsibilidade e a imediata aplicação das medidas são fundamentais para assegurar liquidez e fôlego financeiro às empresas afetadas.

O prazo de 120 dias garante equilíbrio entre a necessidade de suporte emergencial às empresas e a responsabilidade fiscal, funcionando como mecanismo temporário de ajuste de fluxo de caixa. Além disso, reduz litígios e burocracia, uma vez que o direito passa a ser exercido automaticamente, cabendo ao fisco apenas sua execução administrativa.

Em síntese, a emenda reforça o espírito da MP nº 1.309/2025, conferindo segurança jurídica e agilidade na resposta do Estado brasileiro frente às barreiras comerciais externas. Se o tarifaço busca fragilizar a competitividade do Brasil, cabe ao país assegurar instrumentos imediatos de proteção e resiliência para os seus exportadores e fornecedores.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a depreciação acelerada de investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas



de produção realizados por empresas brasileiras que necessitam redirecionar exportações ou abrir novos mercados em razão do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros ameaça cadeias produtivas inteiras, tornando urgente a diversificação de destinos comerciais. Contudo, a adaptação de linhas produtivas, a aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias para atender mercados alternativos demandam elevado volume de capital. A depreciação acelerada é instrumento fiscal consagrado, utilizado em diversos países como mecanismo de incentivo ao investimento produtivo em cenários de crise ou de transição tecnológica.

Ao permitir a dedução integral do valor do investimento no período em que o bem ou a adaptação entrar em operação, a medida reduz o custo de capital, antecipa o benefício fiscal e melhora a liquidez das empresas, garantindo condições para a rápida readequação de sua produção e a preservação de sua competitividade internacional.

Do ponto de vista fiscal, a medida não implica renúncia permanente de receita, mas apenas diferimento temporal: a União arrecadará o mesmo montante ao longo do tempo, apenas postergando parte da arrecadação em benefício da recuperação imediata do setor produtivo. Do ponto de vista econômico, representa estímulo direto à inovação, à modernização da indústria e à abertura de novos mercados, preservando empregos e assegurando resiliência nacional frente às barreiras externas.

Em síntese, esta emenda fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço busca limitar o acesso do Brasil ao mercado americano, cabe ao país apoiar seus exportadores e fornecedores na conquista de novos mercados e na adaptação de suas cadeias produtivas.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252623468700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de cacau classificados nos códigos 1803.10.00, 1803.20.00; 1804.00.00 e 1805.00.00 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 4º-1. Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda institui, pelo prazo de 12 meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins, limitado ao valor global de R\$ 2 bilhões, destinado às pessoas jurídicas da cadeia de exportação de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose.

A medida se justifica pelo contexto excepcional criado pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou abruptamente em até 50% as tarifas incidentes sobre exportações brasileiras desses setores estratégicos. A agressão comercial norte-americana compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia produtiva que lhes fornece insumos, serviços e bens intermediários, gerando cancelamento de pedidos, acúmulo de estoques e perda de liquidez.

O crédito outorgado proposto funciona como mecanismo de compensação emergencial, devolvendo liquidez e preservando margens em segmentos que têm papel decisivo para a balança comercial e para a segurança econômica do país. Café, carnes, suco de laranja, celulose e frutas tropicais não apenas sustentam parte expressiva do superávit externo, mas também garantem milhões de empregos diretos e indiretos no campo e na indústria.

Do ponto de vista fiscal, a medida não constitui renúncia permanente de receita, mas apoio temporário e focalizado, com limite global definido em R\$ 2 bilhões e critérios de elegibilidade a serem estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Assim, assegura previsibilidade, controle orçamentário e compatibilidade com a responsabilidade fiscal.

Sob a ótica econômica, a medida garante fôlego financeiro às empresas até que consigam redirecionar fluxos comerciais para outros mercados, evitando um choque de produção e de emprego que poderia aprofundar os efeitos do tarifaço. Além disso, reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se os Estados Unidos buscam enfraquecer a competitividade brasileira por meio de tarifas punitivas, cabe ao Brasil proteger sua base produtiva e assegurar resiliência.



Em síntese, esta proposta protege setores-chave do agronegócio brasileiro, preserva empregos, garante liquidez e fortalece a capacidade do país de enfrentar agressões externas sem comprometer a sustentabilidade fiscal. Por essas razões, a emenda merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art. XX.** Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, os percentuais de créditos presumidos a que se referem o artigo 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e o artigo 15, da Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013, ficam majorados em 100% (cem por cento) para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Os créditos referidos no caput deverão ser ressarcidos em até 30 (trinta) dias após o pedido efetuado pelo contribuinte.”

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe a majoração, em 100% (cem por cento), do percentual de crédito presumido previsto no art. 8º da Lei nº 10.925/2004, em caráter excepcional e restrito aos exercícios de 2025 e 2026, para pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

A medida se fundamenta no cenário adverso criado pelo tarifaço norte-americano, que elevou de forma abrupta as tarifas incidentes sobre diversos produtos do agronegócio e da indústria brasileira, reduzindo margens de exportadores, cancelando contratos e comprometendo a previsibilidade de setores inteiros.

O crédito presumido de PIS/Pasep e Cofins é um mecanismo já consolidado de desoneração, utilizado justamente para neutralizar a cumulatividade residual dessas contribuições em cadeias produtivas exportadoras. Sua majoração temporária atua como instrumento emergencial de recomposição da competitividade das empresas brasileiras frente ao aumento artificial de custos imposto externamente.



Do ponto de vista econômico, a medida garante liquidez imediata às empresas exportadoras, permitindo a manutenção de empregos, investimentos e contratos de fornecimento, além de estimular a busca de novos mercados para compensar a retração das vendas aos EUA. Do ponto de vista fiscal, a proposta não representa renúncia estrutural de receita, mas apoio transitório e focalizado, limitado a dois exercícios e condicionado às exportações destinadas ao mercado norte-americano.

A adoção de um crédito presumido majorado reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se o tarifaço busca fragilizar a posição brasileira no comércio internacional, o país deve responder com medidas que assegurem a continuidade da produção e da competitividade de seus setores estratégicos.

Em síntese, a emenda representa um instrumento de alívio emergencial e temporário, que protege a base exportadora nacional, garante empregos e reforça a resiliência da economia brasileira diante de medidas unilaterais externas, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Rosângela Reis
(PL - MG)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art. XX.** Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estabelece, em caráter excepcional, que nos anos de 2025 e 2026 a devolução de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins às pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América seja obrigatoriamente efetuada no prazo máximo de 30 dias após o pedido.

O fundamento da proposta é a necessidade de dar resposta imediata ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos, que elevou de forma abrupta as tarifas de importação sobre produtos brasileiros, comprometendo a competitividade e a liquidez das empresas exportadoras. No cenário atual, em que a perda de mercado externo representa risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos, a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência.

Hoje, o processo de ressarcimento de créditos de PIS/Cofins é marcado por burocracia e longos prazos de análise, o que transforma créditos legítimos em “ativos de papel”, sem efeito prático sobre o fluxo de caixa das empresas. Ao determinar prazo certo de 30 dias, a emenda torna o direito efetivo e autoaplicável, reduzindo incertezas e devolvendo liquidez imediata às empresas.

Do ponto de vista fiscal, não há renúncia de receita, mas apenas a aceleração da restituição de valores que já pertencem ao contribuinte. Do ponto de vista econômico, a medida funciona como injeção rápida de capital de giro,



essencial para a manutenção das atividades exportadoras e para a busca de novos mercados diante das barreiras impostas pelos EUA.

Em síntese, a proposta confere efetividade ao direito do exportador, garante previsibilidade e segurança jurídica e fortalece a resiliência da base produtiva nacional contra os efeitos do tarifaço, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Rosângela Reis
(PL - MG)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 4º-1. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

§ 1º Os créditos serão calculados sobre o volume de exportação realizado nos últimos 12 (doze) meses da publicação dessa lei.

§ 2º Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja e café destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do



mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** A Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 5º**

§ 1º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre a receita de exportação dos produtos classificados no código 0901.1 da Tipi, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

.....

§ 7º Haverá pagamento de 80% (oitenta por cento) dos créditos previstos, no prazo de até 30 dias, do pedido de ressarcimento, independentemente de fiscalização.

§ 8º O saldo remanescente será objeto de posterior pagamento em até 180 dias, caso não exista fiscalização em andamento .

§ 9º Eventual despacho decisório quanto ao ressarcimento de crédito presumido, inclusive, de forma antecipada, está sujeito ao processo administrativo fiscal do Decreto n. 70.235/72.

§ 10. Os pagamentos a título de ressarcimento não poderão ser objeto de compensação de ofício, salvo anuência do contribuinte, nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do



crédito (art. 151, do Código Tributário Nacional) ou em razão de dívida objeto de garantia e discussão em juízo por meio de medida judicial, inclusive, embargos à execução fiscal.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

O setor cafeeiro, com o surgimento da Lei n. 12.599/2012, recebeu disciplina específica quanto à previsão de crédito presumido de PIS/COFINS em suas operações.

Esta previsão, embora não suficiente para cumprir efetivamente a não cumulatividade, eliminando os resíduos tributários da operação, especialmente, na exportação, foi um importante passo à época para o setor, dada sua relevância no mercado exterior.

Todavia, o setor atualmente enfrenta dois grandes problemas, sendo, de imediato o “Tarifaço” imposto ao café brasileira pelo Governo dos Estados Unidos da América, majorando significativamente o custo da operação para aquele país.

Na relação comercial cafeeira entre EUA e Brasil, as nações são imprescindíveis uma à outra, uma vez que os cafés brasileiros representam uma fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano, sendo o principal fornecedor ao país, ao passo que os EUA respondem por 16% das exportações do produto nacional, cerca de USD 2 bilhões, sendo o principal destino de nossas exportações.

A medida adotada gerará um grave e irreparável prejuízo ao setor, refletindo em perda de investimentos a curto prazo, demissões, endividamento, entre outros reflexos econômicos e sociais, que serão potencializados pelo atual momento que vive a economia nacional.



Ademais, houve a aprovação da Reforma Tributária para o Consumo (EC 312/2023), que começará a vigorar em 2026, com relevante alteração em 2027, quando o PIS/COFINS será extinto e surgirá em substituição a CBS.

Sendo assim, o setor cafeeiro não terá, a partir de 2027, tais créditos presumidos que, em comparação à carga fiscal que haverá com a CBS, gerará um efetivo aumento de tributação, além de relevante impacto de imediato no fluxo de caixa da cadeia, de tal sorte que o ajuste até 31 de dezembro de 2026 seria uma medida paliativa adicional para atenuar este reflexo negativo que ocorrerá em breve.

Diante deste contexto fático e jurídico, foi sugerida a alteração da Lei n. 12.599/2012, aumentando os percentuais de crédito presumido de PIS/COFINS, até 31 de dezembro de 2026, bem como garantindo efetiva e imediato ressarcimento em pecúnia, como alternativa paliativa ao setor visando atenuar os efeitos do tarifaço e breve impacto da Reforma Tributária.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estabelece, em caráter excepcional, que nos anos de 2025 e 2026 a devolução de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins às pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América seja obrigatoriamente efetuada no prazo máximo de 30 dias após o pedido.

O fundamento da proposta é a necessidade de dar resposta imediata ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos, que elevou de forma abrupta as tarifas de importação sobre produtos brasileiros, comprometendo a competitividade e a liquidez das empresas exportadoras. No cenário atual, em que a perda de mercado externo representa risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos, a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência.



Hoje, o processo de ressarcimento de créditos de PIS/Cofins é marcado por burocracia e longos prazos de análise, o que transforma créditos legítimos em “ativos de papel”, sem efeito prático sobre o fluxo de caixa das empresas. Ao determinar prazo certo de 30 dias, a emenda torna o direito efetivo e autoaplicável, reduzindo incertezas e devolvendo liquidez imediata às empresas.

Do ponto de vista fiscal, não há renúncia de receita, mas apenas a aceleração da restituição de valores que já pertencem ao contribuinte. Do ponto de vista econômico, a medida funciona como injeção rápida de capital de giro, essencial para a manutenção das atividades exportadoras e para a busca de novos mercados diante das barreiras impostas pelos EUA.

Em síntese, a proposta confere efetividade ao direito do exportador, garante previsibilidade e segurança jurídica e fortalece a resiliência da base produtiva nacional contra os efeitos do tarifaço, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 4º-1. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos. Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores



nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Evair Vieira de Melo
(PP - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 16-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 16-1. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º A transação poderá admitir entrada reduzida; utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida; descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a instituírem modalidade de transação tributária específica, voltada a exportadores



e fornecedores diretamente impactados pelo tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto das tarifas sobre produtos brasileiros ameaça a sustentabilidade financeira de setores estratégicos do agronegócio e da indústria, que enfrentam simultaneamente queda nas receitas externas e necessidade de adaptação de suas linhas de produção. Nesse contexto, a transação tributária surge como instrumento adequado de recomposição, pois possibilita a regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas.

A proposta prevê condições diferenciadas, como entrada reduzida, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, além de descontos em multas e juros, de forma a compatibilizar a exigência de arrecadação com a realidade econômica excepcional vivida pelas empresas. Em contrapartida, a manutenção ou ampliação de empregos é estabelecida como condição essencial, assegurando que os benefícios concedidos se revertam em ganhos sociais concretos.

Do ponto de vista fiscal, a medida não representa renúncia, mas recuperação de créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis em razão da crise de liquidez enfrentada pelos exportadores. Do ponto de vista econômico, preserva a capacidade produtiva, sustenta empregos e garante que empresas brasileiras possam enfrentar a adversidade sem recorrer a encerramento de atividades ou redução drástica de operações.

Em síntese, a transação tributária específica proposta representa uma resposta ágil e equilibrada do Estado brasileiro: ao mesmo tempo em que oferece fôlego às empresas atingidas pelo tarifaço, reforça a arrecadação futura e protege empregos, alinhando-se plenamente aos objetivos da MP nº 1.309/2025 de defesa da soberania econômica e da competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao § 1º do art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 1º

.....”

§ 1º As pessoas jurídicas exportadoras ou integrantes de sua cadeia de fornecimento, comprovadamente impactadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, terão prioridade no processo de restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como poderão diferir o prazo de vencimento de tributos federais e de prestações relacionadas à dívida ativa da União, por até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do vencimento original, aplicando-se de forma automática, independentemente de regulamentação por ato do Poder Executivo, cabendo à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apenas a operacionalização do procedimento.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar maior efetividade às medidas previstas no art. 1º, §1º da MP nº 1.309/2025, estabelecendo que a prioridade na restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como o diferimento de tributos federais e prestações da dívida ativa da União, seja autoaplicável e com prazo definido de 120 dias.

O texto original condiciona tais benefícios a ato do Ministro da Fazenda, criando incerteza quanto à sua efetiva implementação e alcance. No



atual contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou drasticamente as tarifas sobre exportações brasileiras, a previsibilidade e a imediata aplicação das medidas são fundamentais para assegurar liquidez e fôlego financeiro às empresas afetadas.

O prazo de 120 dias garante equilíbrio entre a necessidade de suporte emergencial às empresas e a responsabilidade fiscal, funcionando como mecanismo temporário de ajuste de fluxo de caixa. Além disso, reduz litígios e burocracia, uma vez que o direito passa a ser exercido automaticamente, cabendo ao fisco apenas sua execução administrativa.

Em síntese, a emenda reforça o espírito da MP nº 1.309/2025, conferindo segurança jurídica e agilidade na resposta do Estado brasileiro frente às barreiras comerciais externas. Se o tarifaço busca fragilizar a competitividade do Brasil, cabe ao país assegurar instrumentos imediatos de proteção e resiliência para os seus exportadores e fornecedores.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art. X.** Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por até um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime de drawback, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendido os seguintes critérios:

I – o beneficiário seja exportador que, nos últimos 12 meses, tenha realizado exportações para adquirente localizado nos Estados Unidos da América; e

II – o produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§ 1º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§ 2º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecida no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios abertos que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente, podendo dificultar ou inviabilizar seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições



para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Rosângela Reis
(PL - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253503873200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rosângela Reis



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art. Xº** - O artigo 5º, da Lei n. 12.599/2012, passa a vigorar com a seguinte disposição:

I – § 1º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre a receita de exportação dos produtos classificados no código 0901.1 da Tipi, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. (...) ”

II – § 7º Haverá pagamento de 80% (oitenta por cento) dos créditos previstos, no prazo de até 30 dias, do pedido de ressarcimento, independentemente de fiscalização.

§ 1º § 8º O saldo remanescente será objeto de posterior pagamento em até 180 dias, caso não exista fiscalização em andamento.

§ 2º § 9º Eventual despacho decisório quanto ao ressarcimento de crédito presumido, inclusive, de forma antecipada, está sujeito ao processo administrativo fiscal do Decreto n. 70.235/72.

§ 3º § 10 Os pagamentos a título de ressarcimento não poderão ser objeto de compensação de ofício, salvo anuência do contribuinte, nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito (art. 151, do Código Tributário Nacional) ou em razão de dívida objeto de garantia e discussão em juízo por meio de medida judicial, inclusive, embargos à execução fiscal.”

JUSTIFICAÇÃO

O setor cafeeiro, com o surgimento da Lei n. 12.599/2012, recebeu disciplina específica quanto à previsão de crédito presumido de PIS/COFINS em suas operações.



Esta previsão, embora não suficiente para cumprir efetivamente a não cumulatividade, eliminando os resíduos tributários da operação, especialmente, na exportação, foi um importante passo à época para o setor, dada sua relevância no mercado exterior.

Todavia, o setor atualmente enfrenta dois grandes problemas, sendo, de imediato o “Tarifaço” imposto ao café brasileira pelo Governo dos Estados Unidos da América, majorando significativamente o custo da operação para aquele país.

Na relação comercial cafeeira entre EUA e Brasil, as nações são imprescindíveis uma à outra, uma vez que os cafés brasileiros representam uma fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano, sendo o principal fornecedor ao país, ao passo que os EUA respondem por 16% das exportações do produto nacional, cerca de USD 2 bilhões, sendo o principal destino de nossas exportações.

A medida adotada gerará um grave e irreparável prejuízo ao setor, refletindo em perda de investimentos a curto prazo, demissões, endividamento, entre outros reflexos econômicos e sociais, que serão potencializados pelo atual momento que vive a economia nacional.

Ademais, houve a aprovação da Reforma Tributária para o Consumo (EC 312/2023), que começará a vigorar em 2026, com relevante alteração em 2027, quando o PIS/COFINS será extinto e surgirá em substituição a CBS.

Sendo assim, o setor cafeeiro não terá, a partir de 2027, tais créditos presumidos que, em comparação à carga fiscal que haverá com a CBS, gerará um efetivo aumento de tributação, além de relevante impacto de imediato no fluxo de caixa da cadeia, de tal sorte que o ajuste até 31 de dezembro de 2026 seria uma medida paliativa adicional para atenuar este reflexo negativo que ocorrerá em breve.

Diante deste contexto fático e jurídico, foi sugerida a alteração da Lei n. 12.599/2012, aumentando os percentuais de crédito presumido de PIS/



COFINS, até 31 de dezembro de 2026, bem como garantindo efetiva e imediato ressarcimento em pecúnia, como

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Rosângela Reis
(PL - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254753090000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rosângela Reis



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art. X.** Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime aduaneiro especial de drawback, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendidos os seguintes critérios:

I – os compromissos de exportação em aberto para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros;

II – a análise de encerramento do ato concessório não tenha sido concluída pela autoridade competente na data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se também aos prazos de suspensão de tributos previstos nos atos concessórios titulados por empresas fabricantes-intermediários com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras, para emprego ou consumo na industrialização de produto final cujo compromisso de exportação para os Estados Unidos da América seja comprovadamente afetado por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.

§ 2º A prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos de que trata este artigo fica condicionada à apresentação à autoridade competente de:

I – Documentos de qualquer natureza, inclusive histórico de exportações para os Estados Unidos, que demonstrem a intenção comercial, preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória, de venda para os Estados Unidos da América dos produtos objeto dos compromissos de exportação assumidos no ato concessório; e



II – II – O produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§ 3º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos. §4º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecido no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente e que podem impedir o acesso aos exportadores, dificultando ou inviabilizando seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Importa destacar que os atos concessórios de Drawback são firmados considerando-se o histórico comercial com as empresas estrangeiras e cujo cumprimento deverá ocorrer em até 2 (dois) anos. Portanto, todos os atos concessórios vigentes são impactados pelo aumento tarifário, porque resultam de negociações de médio prazo e não apenas os compromissos vencíveis até dezembro de 2025.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Rosângela Reis
(PL - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253074971900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rosângela Reis



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art. XX** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de pescados classificados nos Capítulos 3 e 16 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de



compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Rosângela Reis
(PL - MG)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória 1.309, de 2025, os seguintes artigos:

Art. XXX O § 1º do artigo 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º.....

I -.....

II -.....

§ 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto nos artigos 26, 39-A e 178 desta Lei.”

Art. XXX O caput, o inciso II do parágrafo 2º, e o parágrafo 2º do artigo 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 No processo de licitação, deverá ser estabelecida margem de preferência para:

§ 1º.....

I -.....

II – será de até 20% (vinte por cento) sobre o preço dos bens e serviços quando se enquadrarem no disposto nos incisos I e II do caput deste artigo;

III -.....

§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 30% (trinta por cento).



Art. XXX A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será acrescida do artigo 39-A, com a seguinte redação:

“Art. 39-A Na compra ou contratação de serviços destinados a atividades consideradas estratégicas sob o ponto de vista do desenvolvimento nacional a critério do Poder Executivo Federal, as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, poderão realizar licitações exclusivas para compra de bens ou contratação de serviços nacionais.

§ 1º Para os fins do previsto no caput, serão considerados bens e serviços nacionais os produzidos no território nacional por empresas com sede e administração no País, e constantes do Cadastro FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

JUSTIFICAÇÃO

As recentes turbulências ocorridas no comércio mundial que culminou com ao chamado “tarifaço” decretado pelo presidente dos Estados Unidos da América é apenas a confirmação da onda de protecionismo que vinha ocorrendo há, pelo menos três décadas, ainda de forma muito difusa pelas nações mundo afora, como defesa contra a impetuosa e, muitas vezes, agressiva invasão de produtos e serviços chineses.

Mesmo descontados os excessos das trocas de desafios entre as grandes nações ou blocos econômicos, o fenômeno do protecionismo deve prevalecer como o “novo normal” nas relações de comércio, com suas repercussões nas economias internas de cada país. Embora o Brasil seja visto como uma economia relativamente fechada, quando avaliada pelos números de seu comércio exterior, é preciso que essa visão seja analisada com muito cuidado, sopesando seus poucos pontos fortes e muitas fraquezas e vulnerabilidades, como a do “custo Brasil” ou da “taxa de juros”, ou do preço dos insumos”, ou ainda, da “carga tributária”.

O Brasil não tem condições de preservar a sua indústria ou até mesmo a sua agropecuária ou o seu setor mineral com o protecionismo pragmático mas enganoso da “lei do similar nacional”, ou da “isenção ao ex-tarifário”, ou “dos



regimes tributários especiais”, que na verdade nada protege, ao contrário, abre uma enorme brecha por onde tudo pode ser importado sem pagamento de “direitos aduaneiros” criando uma economia onde a tarifa não funciona mais como proteção do nacional ou como estímulo à fabricação de novos produtos.

O governo, no seu sentido mais amplo, que inclui os poderes Legislativo e Judiciário, deve se articular com a sociedade para criar, desenvolver e implementar políticas públicas corajosas e efetivas para dar proteção real, porém razoável, a tudo que é produzido internamente, sem exceção. Os exemplos de países que seguiram esse dogma de forma fiel, estão aí para serem seguidos.

A presente Medida Provisória nº 1.309, de 2025, foi editada com o objetivo de responder, de forma ágil e eficaz, às medidas unilaterais impostas pelo governo dos Estados Unidos da América, que resultaram na taxação de produtos brasileiros.

A justificativa constante da MP ressalta a necessidade de “mitigar os impactos econômicos causados pela agressão comercial injustificada” e de “preservar empregos, estimular investimentos em setores de ponta e garantir a continuidade do desenvolvimento econômico nacional.” É nesse ponto que a emenda encontra perfeita adequação ao texto da Medida Provisória, pois suas proposições se alinham de forma coesa e complementar ao objetivo central da medida, no sentido de apenas aperfeiçoar a modalidade da margem de preferência prevista nos artigos 26 e 27 da Lei nº 14.133/2021, aumentando o limite para até 30%, no caso de licitações para compra de bens e serviços nacionais que atendam a normas técnicas nacionais.

A presente sugestão de emenda propõe também a possibilidade de as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais realizarem licitações exclusivas na compra de bens e na contratação de serviços nacionais, quando destinados a atividades consideradas, a critério do Poder Executivo federal, como estratégicas para o desenvolvimento tecnológico e inovação.

Por fim, esta sugestão não implicará em qualquer desoneração tributária, mas apenas e tão somente confere tratamento preferencial aos produtos e serviços



nacionais nas compras governamentais, princípio, aliás, adotado pela quase totalidade dos países.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Vitor Lippi
(PSDB - SP)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Dê-se nova redação ao caput do art. 2º da Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024, na forma que se segue: “Art. 2º O Poder Executivo federal poderá, por meio de decreto, autorizar quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, adquiridos a partir da data de publicação do decreto regulamentador até 31 de dezembro de 2027, destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas da pessoa jurídica adquirente.” (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A política de depreciação acelerada, ao permitir que o valor investido em máquinas e equipamentos seja deduzido no IRPJ e na CSLL mais rapidamente, estimula a expansão e a modernização da indústria brasileira.

A medida beneficia a economia como um todo ao reduzir indiretamente o custo financeiro de aquisição de bens de capital, viabilizar a ampliação da capacidade produtiva e, conseqüentemente, modernizar o parque fabril.

Com ela, não ganham apenas as empresas que realizarem os investimentos, mas todo o tecido produtivo do país. Isso porque os benefícios decorrentes do uso de máquinas e equipamentos mais modernos e eficientes transbordam por meio do encadeamento produtivo, alcançando também empresas fornecedoras e clientes.



A presente emenda, ao autorizar a prorrogação do benefício para as aquisições de equipamentos realizadas até 2027, permite que a depreciação acelerada possa ser utilizada no atual contexto de enfrentamento dos efeitos da política de elevação de tarifas de importação implementada pelos EUA, em favor da preservação de empresas impactadas por essa elevação abrupta, beneficiando a manutenção de empregos e a geração de renda em nosso país.

O teto de renúncia fiscal previsto para os anos de 2024, 2025 e 2026 é de R\$ 3,4 bilhões. Entretanto, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) referentes ao período até 30 de junho 2025, o montante de investimentos já realizados e habilitados na política implica em renúncia fiscal de R\$ 265,0 milhões, que corresponde a 7,8% do teto, o qual precisa, de acordo com a atual redação legal, ser utilizado com aquisições feitas até o fim de 2025. Portanto, com base nesses dados, ainda há um saldo de renúncia de R\$ 3,1 bilhões a ser utilizado na execução da política.

Ainda, é importante destacar que, apesar de a Lei nº 14.871/24 ter sido promulgada em 28 de maio de 2024, as empresas só puderam habilitar as suas compras junto à Receita Federal do Brasil (RFB) a partir de outubro de 2024 (mês em que o sistema da RFB passou a autorizar as habilitações), o que resultou em uma menor janela temporal para as empresas em 2024.

Os dados disponibilizados pelo MDIC mostram demora na avaliação dos pedidos para utilização da depreciação acelerada. Dos 3.385 pedidos realizados até junho de 2025, 2.307 (68%) seguiam em análise pela RFB, impedindo que as empresas possam gozar da depreciação acelerada. Dos 2.295 novos pedidos feitos em 2025, apenas 2 haviam sido aprovados.



Esse problema relacionado à análise dos pedidos decorre da greve dos servidores da RFB, órgão responsável pela habilitação das empresas, que durou de novembro de 2024 a julho de 2025, intervalo que abrange praticamente toda a vigência efetiva da política, resultando na demora na avaliação dos pedidos das empresas. Desse modo, o prazo para utilização da política de depreciação acelerada foi gravemente comprometido, impactando na decisão das empresas em realizarem novos investimentos.

Com isso, mostra-se necessária a prorrogação do prazo para a utilização da política de depreciação acelerada. Para tanto, o valor da renúncia fiscal originalmente previsto (R\$ 3,4 bilhões) e que não tenha sido consumido até o final do prazo inicial estipulado deve ser utilizado para as aquisições realizadas até o final de 2027.

Dessa forma, não há aumento de renúncia fiscal, pois os recursos utilizados para viabilizar a prorrogação da política de depreciação acelerada serão aqueles já previstos inicialmente pela Lei nº 14.871/24.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Jaime Bagattoli
(PL - RO)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

Item 1 – Suprima-se o art. 5º da Medida Provisória.

Item 2 – Suprima-se o § 9º do art. 27 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de matéria que extrapola os propósitos da Medida Provisória e apresenta graves vícios. A MP deveria se limitar a dispor sobre o apoio a empresas impactadas pelas novas tarifas americanas sobre exportações brasileiras, com efeitos limitados ao tempo em que esse impacto durar. Não é isso que se verifica.

O Art. 5º da Medida Provisória introduziu um §8º no Art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, com a seguinte redação: “§ 8º O sistema oficial de garantias à exportação poderá considerar, na metodologia de precificação dos prêmios de seguro, aspectos relacionados à competitividade da produção nacional nos mercados internacionais, conforme diretrizes estabelecidas pela Câmara de Comércio Exterior – CAMEX.” (NR)

A mesma redação foi inserida no Art. 7º, que altera a Lei 12.712/2012, para normatizar as operações do fundo de natureza privada que também será utilizado para prover garantias às exportações.

É possível depreender da própria redação que se trata de uma medida de alcance geral, uma alteração no arcabouço do Seguro de Crédito à Exportação, e não uma medida temporária voltada ao apoio das empresas impactadas pela nova tarifa. Mas há outros graves vícios nessa proposição.



Os dispositivos buscam dar respaldo legal para que a precificação do prêmio de risco do Seguro de Crédito à Exportação seja estabelecida abaixo do nível necessário para cobrir os riscos assumidos pelo Tesouro Nacional. Ao invés do preço da operação de garantia ser definido em função do risco de inadimplência e possíveis perdas na operação de financiamento garantida, ele seria cobrado em níveis mais baixos para que o financiamento do BNDES fique mais barato para o importador / tomador do crédito.

Em outras palavras, países importadores com alto risco de crédito pagariam prêmios de risco equivalentes aos que são cobrados de países com baixo risco de crédito.

Esse tipo de abordagem já foi adotada entre 2003 e 2015 para tornar mais baratos os financiamentos para obras em países da América do Sul, inclusive em país que veio a dar calote no Brasil. Não havia respaldo legal para isso e a prática foi apontada como irregular pelo Tribunal de Contas da União. Com o respaldo legal que a Medida Provisória está dando, a prática danosa ao erário poderá ser retomada e expandida para países do resto do mundo.

Essa subprecificação significa subsídio à exportação e pode ser contestada na OMC. E, o mais grave, o Tesouro Nacional não vai receber prêmios de risco suficientes para cobrir os sinistros (calotes) que tenha que indenizar. A conta mais uma vez ficaria para o contribuinte.

Para perceber os reais propósitos desse dispositivo, é preciso registrar que em 2023 o governo enviou para o Congresso um projeto de lei (PL 5719/23) que busca dar conforto ao BNDES para retomar o financiamento às exportações de serviços. O texto admite que os países hoje inadimplentes com o Brasil voltem a receber financiamento do BNDES na hipótese de formalizarem uma renegociação de dívidas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7338457446>

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

Item 1 – Suprima-se o § 2º do art. 1º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como proposto pelo art. 6º da Medida Provisória.

Item 2 – Suprima-se o § 11 do art. 27 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de matéria que extrapola os propósitos da Medida Provisória e apresenta graves vícios. A MP deveria se limitar a dispor sobre o apoio a empresas impactadas pelas novas tarifas americanas sobre exportações brasileiras, com efeitos limitados ao tempo em que esse impacto durar. Não é isso que se verifica.

O Art. 6º insere um § 2º no Art. 1º da Lei 9.818, de 23 de agosto de 1999, nos seguintes termos: § 2º Para fins de utilização dos recursos do FGE, consideram-se compreendidas no seguro de crédito à exportação as operações de seguro de crédito direcionadas a projetos de investimento produtivo em território nacional, que visem à produção de bens ou à prestação de serviços destinados à exportação brasileira, de média ou alta intensidade tecnológica ou relacionados à economia verde, de acordo com as diretrizes, os limites e as condições fixados pela Câmara de Comércio Exterior – CAMEX.

A mesma redação foi inserida no Art. 7º, que altera a Lei 12.712/2012, para normatizar as operações do fundo de natureza privada que também será utilizado para prover garantias às exportações.

Percebe-se que a medida não tem nada a ver com a mitigação dos efeitos da nova tarifa americana. Trata-se da utilização de um instrumento que



deveria garantir riscos em operações de exportação para garantir riscos em operações de investimento. Mas há outros vícios: além de desvirtuar o Seguro de Crédito à Exportação, tenta-se ludibriar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O dispositivo estabelece que operações de seguro de crédito para o financiamento de projetos de investimento produtivo no Brasil seja considerado Seguro de Crédito à Exportação. Para justificar a alquimia, se limita o efeito dessa medida aos projetos que no futuro produzirão bens e serviços destinados à exportação de média ou alta intensidade tecnológica ou relacionados à economia verde.

Ou seja, se uma empresa quer investir no Brasil para produzir painéis solares ou baterias de carros, ela poderá pedir financiamento ao BNDES para construir sua fábrica e pedir a garantia de crédito do Tesouro Nacional brasileiro. Se ela nunca exportar coisa alguma, o financiamento já foi dado, não há mais o que se fazer. E se ela der calote, o contribuinte brasileiro paga.

Mas não é só isso, o governo está novamente ludibriando a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Art. 40 dessa lei estabelece que a União só pode dar garantias para pessoa jurídica se dela receber contragarantias em valor igual ou superior à garantia concedida. Mas o Artigo 40 da LRF abre uma exceção: “§ 8o Excetua-se do disposto neste artigo a garantia prestada:II - pela União, na forma de lei federal, a empresas de natureza financeira por ela controladas, direta e indiretamente, quanto às operações de seguro de crédito à exportação.”

Tratando-se seguro de crédito à investimento produtivo como sendo Seguro de Crédito à Exportação, o Tesouro brasileiro poderá oferecer garantias a financiamentos do BNDES a projetos de investimento mediante cobrança de prêmio de risco, e não exigir contragarantias de igual valor.



A medida amplia os riscos fiscais da União e não se sabe se esse risco foi dimensionado. Ademais, se abre um precedente de flexibilização da LRF para garantias da União que não se sabe onde pode parar.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4505241029>

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 5º-A, aos incisos III e IV do § 1º do art. 5º-A e aos §§ 6º e 8º do art. 5º-A; suprima-se o inciso V do § 1º do art. 5º-A; e acrescentem-se §§ 10 e 11 ao art. 5º-A, todos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, na forma proposta pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 5º-A.** Fica autorizada a utilização do superávit financeiro do FGE, apurado em 31 de dezembro de 2024, inclusive do principal, limitada ao montante de R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens, bem como seus fornecedores, impactados pelas imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

§ 1º

III – investimentos que propiciem adensamento da cadeia produtiva com vistas à ampliação das exportações e à abertura de novos mercados para os produtos impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre as exportações brasileiras aos Estados Unidos da América; e

IV – investimento em inovação tecnológica ou adaptação de produtos, serviços e processos com vistas à ampliação das exportações e à abertura de novos mercados para os produtos impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre as exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

V – (Suprimir)
.....

§ 6º As condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras das linhas de financiamento de que trata o *caput* serão estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, respeitada a taxa a que se refere o Art. 1º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, como limite mínimo para os encargos financeiros.
.....



§ 8º Ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços disciplinará o disposto neste artigo, inclusive o conceito de pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens, bem como seus fornecedores.

.....
§ 10. Os recursos repagos pelos tomadores dos financiamentos serão devolvidos ao Tesouro Nacional até quinze dias após o recebimento de cada parcela pelo banco financiador, incluídos os juros da operação.

§ 11. Os recursos não desembolsados pelo BNDES ou pelas instituições financeiras por ele habilitadas até 30 de junho de 2026 serão devolvidos ao Tesouro Nacional até 15 de julho de 2026.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória deveria se limitar a dispor sobre o apoio a empresas impactadas pelas novas tarifas americanas sobre exportações brasileiras, com efeitos limitados ao tempo em que esse impacto durar. Não é isso que se verifica.

O artigo que disponibiliza R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais) como fonte de recursos para linhas de financiamento às empresas impactadas, estabelece que os recursos serão utilizados “especialmente” por essas empresas, não exclusivamente. Tanto o caput do artigo quanto dois dos cinco incisos de seu §1º abrem a possibilidade de concessão de financiamento para empresas exportadoras de serviços, quando não se tem conhecimento de tarifas americanas aplicadas a exportadores de serviços brasileiros, ou qualquer embaraço a seus negócios.

Enquanto as possibilidades de financiamentos previstas pelos dois primeiros incisos do § 1º são exclusivas de empresas impactadas pelas tarifas, os outros três incisos correspondem a hipóteses de financiamentos que podem ser dados a qualquer empresa, impactadas ou não pela tarifa americana. O último inciso deu um cheque em branco para o governo expandir a aplicação desses



recursos no financiamento ao comércio exterior de bens e serviços como bem entender.

Para endereçar essas inadequações, propõe-se alterações no texto que assegurem que os financiamentos sejam concedidos apenas a empresas impactadas pela tarifa americana.

Propõe-se também suprimir o cheque em branco que foi dado ao governo para expandir as hipóteses de aplicação dos recursos.

Define-se a TLP – Taxa de Longo Prazo como patamar mínimo de juros a serem cobrados nos financiamentos. Assim, se assegura que o governo trabalhará com taxas de juros compatíveis com as taxas atualmente praticadas pelo BNDES, evitando subsídios indevidos.

Também se estabelece o mecanismo de devolução dos recursos ao Tesouro Nacional após o cumprimento do seu propósito. É preciso ter em mente que a linha de financiamento criada pelo governo aumenta a dívida bruta em R\$ 30 bilhões e não havia sido previsto prazo algum para que esse recurso volte ao Tesouro Nacional com a consequente redução da dívida pública.

Convém registrar ainda que em 2023 o governo enviou para o Congresso um projeto de lei (PL 5719/23) que busca dar conforto ao BNDES para retomar o financiamento às exportações de serviços. O texto admite que os países hoje inadimplentes com o Brasil voltem a receber financiamento do BNDES na hipótese de formalizarem uma renegociação de dívidas. Cabe fechar brechas que venham a permitir que parte dos R\$ 30 bilhões agora disponibilizados ao BNDES venham a ser utilizados para o financiamento de serviços em obras de infraestrutura em países de alto risco, como ocorreu no passado recente.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5048286828>

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

Item 1 – Dê-se nova redação à alínea “b” do inciso II do *caput* do art. 4º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como proposta pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 4º

.....

II –

.....

b) contra riscos comerciais, em operações na fase pós-embarque, com qualquer prazo de financiamento; e

.....” (NR)

Item 2 – Dê-se nova redação ao inciso I do *caput* do art. 27 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 27.

I – contra riscos comerciais em operações de crédito ao comércio exterior, na fase pós-embarque, com qualquer prazo de financiamento;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória deveria se limitar a dispor sobre o apoio a empresas impactadas pelas novas tarifas americanas sobre exportações brasileiras, com efeitos limitados ao tempo de duração desse impacto. Não é isso que se verifica.



Os dispositivos alterados por essa emenda têm alcance geral, alteram o arcabouço do Seguro de Crédito à Exportação. Não se trata de medida temporária voltada ao apoio das empresas impactadas pela nova tarifa. Mas há outros graves vícios nessa proposição.

Os dispositivos estabelecem que o FGE e o fundo de natureza privada previsto na Lei 12.712/2012, que presta garantias às exportações, poderão dar garantias de crédito: “contra riscos comerciais, em operações nas fases pré e pós-embarque, com qualquer prazo de financiamento”. Até então, esses riscos eram cobertos apenas em operações pós-embarque com prazo de financiamento superior a dois anos. Essa é a lacuna de mercado que é endereçada pelas políticas de crédito à exportação nos países que dispõem desse instrumento.

Abriu-se a possibilidade de o Tesouro Nacional garantir risco comercial na fase pré-embarque, ou seja, no financiamento da produção voltada à exportação. Além de isso não ser uma lacuna de mercado, aqui o risco não é a inadimplência do importador, mas sim, o risco do exportador tomar o financiamento, não exportar e dar calote no banco financiador. Esse tipo de cobertura de riscos faz sentido no financiamento de pequenos exportadores (o que já está previsto na MP), que têm dificuldades de obter crédito para financiar sua produção. Mas, não faz sentido que a União federal, com seus recursos escassos e com o dinheiro do contribuinte, dê garantia para o financiamento do capital de giro de grandes exportadores. É uma expansão significativa no risco fiscal da União e abre a oportunidade para exportadores malintencionados aplicarem golpes contra a União.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao § 1º do art. 11 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 11.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, ato conjunto do Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços estabelecerá:

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa conferir maior rigor técnico e isenção institucional à definição dos critérios de comprovação para aquisição excepcional de gêneros alimentícios. A substituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços se justifica pela competência deste último na formulação e execução da política de comércio exterior, bem como pelo seu acesso a informações sobre operações de exportação, capacidade instalada, e dados empresariais. Tal alteração busca reduzir o risco de aparelhamento político e garantir que os benefícios da medida provisória alcancem, de fato, produtores ou empresas exportadoras que comprovadamente tenham sido prejudicadas pela imposição de tarifas adicionais pelos Estados Unidos, assegurando maior controle, transparência e lisura à execução da política pública.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao inciso I do § 1º do art. 11 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 11.

§ 1º

I – a forma de comprovação dos requisitos para fins de habilitação à contratação de que trata este Capítulo, devendo incluir, no mínimo:

a) comprovação de regularidade como produtor ou exportador de gêneros alimentícios afetados;

b) comprovação, por meio de documentos fiscais, aduaneiros ou registros oficiais, de que o produto foi destinado originalmente à exportação aos Estados Unidos da América e que, após a imposição das tarifas adicionais, houve cancelamento, devolução, queda relevante ou interrupção nas remessas;

c) declaração de estoque represado, assinada por responsável técnico e acompanhada de laudo ou relatório que ateste sua existência, validade e condições sanitárias;

d) inexistência de condenação definitiva em processos por fraude em programas públicos de aquisição de alimentos, nos últimos cinco anos;

e) compromisso formal de destinação dos gêneros alimentícios exclusivamente ao consumo humano, em conformidade com as políticas públicas informadas no art. 14 desta Medida Provisória.

..... ”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda aditiva tem por finalidade estabelecer requisitos mínimos obrigatórios para a comprovação da condição de produtores ou exportadores prejudicados pelas tarifas impostas pelos Estados Unidos, como



condição para acesso ao regime excepcional de aquisição pública de gêneros alimentícios previsto no Capítulo VIII da Medida Provisória nº 1.309/2025.

A inclusão das alíneas assegura objetividade, transparência e isonomia na aplicação da norma, dificultando fraudes ou desvios, especialmente diante da autorização para dispensa de licitação e simplificação dos procedimentos administrativos.

Em especial, a alínea b) busca garantir que a alegação de prejuízo por barreiras tarifárias seja verificável por meio de documentos fiscais ou aduaneiros concretos, como declarações de exportação canceladas, notas fiscais não embarcadas ou dados comparativos de queda abrupta nas exportações.

Ao estabelecer esse piso normativo mínimo, preserva-se o interesse público, evita-se a captura da política por interesses político-partidários, e reforça-se a segurança jurídica dos gestores públicos e a confiança nos mecanismos emergenciais de compras públicas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se § 3º ao art. 12 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 12.

.....

§ 3º O valor estimado dos itens, apurado com base na média dos preços coletados entre os fornecedores afetados, nos termos do inciso V do caput, não poderá superar em mais de vinte por cento a média ponderada dos preços praticados para os mesmos produtos no mercado interno, conforme dados de fonte oficial ou de ampla divulgação, tais como centrais de abastecimento, índices estaduais, publicações especializadas ou registros da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa prevenir o superfaturamento nas contratações diretas autorizadas pela MP, estabelecendo um limite objetivo de variação de preços em relação ao mercado interno.

Ao permitir que os preços sejam definidos apenas com base em cotações entre fornecedores afetados, o texto atual cria uma brecha técnica perigosa para distorções, especialmente em contextos de baixa concorrência ou combinação de preços.

A inclusão de um teto de 20% sobre a média de mercado não impede a contratação, mas impõe um limite razoável à variação, permitindo eventuais prêmios de risco ou logística, sem comprometer a economicidade.



A proposta também reforça a segurança jurídica para os gestores públicos, ao estabelecer parâmetro objetivo que será utilizado futuramente pelos órgãos de controle como critério de auditoria.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5203655329>

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao art. 13 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 13.** As contratações na forma prevista no art. 12 poderão ser firmadas no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, devendo ser imediatamente interrompidas caso seja celebrado acordo bilateral ou multilateral que resulte na redução, eliminação ou suspensão das tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América às exportações brasileiras.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa condicionar a vigência das contratações emergenciais autorizadas pelo Capítulo VIII da MP nº 1.309/2025 à permanência do cenário de exceção que as motivou — qual seja, a imposição de tarifas adicionais unilaterais pelos Estados Unidos da América a produtos brasileiros.

Embora o texto original preveja um limite temporal de 180 dias, ele não prevê um mecanismo de extinção antecipada da medida, caso o cenário internacional se normalize antes desse prazo.

A cláusula de interrupção ora proposta é fundamental para garantir que a medida não ultrapasse sua finalidade emergencial, impedindo o uso político ou oportunista do regime de dispensa, e preservando o princípio da razoabilidade administrativa.

Ao atrelar a continuidade da contratação ao fator externo que justifica a excepcionalidade (o tarifaço), assegura-se a proporcionalidade da resposta do



Estado brasileiro e reforça-se a credibilidade da norma frente aos órgãos de controle e à sociedade.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6017719739>

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se parágrafo único ao art. 14 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 14.

Parágrafo único. As informações divulgadas na forma do caput deverão conter, no mínimo:

- I** – nome e número de inscrição no CNPJ do fornecedor contratado;
- II** – produto adquirido, respectiva quantidade e preço unitário;
- III** – justificativa do enquadramento legal como exportador afetado;
- IV** – número do processo administrativo e data da contratação;
- V** – identificação da política pública ou programa a que se destina a aquisição.”

JUSTIFICAÇÃO

Embora o art. 14 da Medida Provisória imponha um dever genérico de publicidade, não estabelece qualquer padrão mínimo de conteúdo, o que compromete a efetividade da transparência e dificulta o controle social e institucional.

Esta emenda define um conjunto de informações mínimas obrigatórias, a serem publicadas de forma acessível, permitindo à sociedade civil, órgãos de controle e imprensa acompanhar e fiscalizar as contratações emergenciais realizadas com dispensa de licitação.



Com isso, busca-se coibir fraudes, direcionamento e uso indevido dos recursos públicos, além de fortalecer os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2566612585>

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de cacau classificados nos códigos 1803.10.00, 1803.20.00; 1804.00.00 e 1805.00.00 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de



compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Rosângela Reis
(PL - MG)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de laranja classificados nos códigos 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2009.11, 2009.12 e 2009.19 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de



compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Rosângela Reis
(PL - MG)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de café classificados nos códigos 09.01.2 e 2101.11.10 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de



compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Rosângela Reis
(PL - MG)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e até 31 de dezembro de 2026, o percentual do Reintegra, de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, sem prejuízo de situações específicas em que a legislação já determine alíquotas superiores.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie. No caso de opção pelo ressarcimento, este deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional, o percentual do Reintegra em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, abrangendo qualquer produto exportado.

A medida se justifica pelo impacto severo da cumulatividade da tributação existente no Brasil, agravada pelo “tarifaço” imposto pelos Estados Unidos, que elevou abruptamente as tarifas de importação da maioria dos produtos exportados, inclusive do agronegócio brasileiro.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a dezembro de 2026, quando o novo sistema de tributação da CBS substituirá o PIS e a Cofins.

Do ponto de vista econômico, o restabelecimento do Reintegra eleva a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional, permitindo



sua reestruturação com a rapidez necessária para enfrentar a crise instaurada pelas tarifas impostas pelo governo norte-americano.

Destaca-se que o próprio Governo Federal, no âmbito do Projeto Brasil Soberano^[1], reconheceu a relevância do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) para as empresas exportadoras, comprometendo-se a devolver “aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, na forma de crédito tributário, ajudando a reduzir custos e aumentar a competitividade no mercado externo”.

O Governo também reforçou a necessidade de antecipar “os efeitos da Reforma Tributária, desonerando a atividade exportadora”.

Assim, o restabelecimento do Reintegra em 3% constitui medida de proteção às cadeias produtivas nacionais contra os efeitos imediatos e mediatos decorrentes das tarifas norte-americanas, que colocam em risco milhares de empregos no campo e na indústria, além de ameaçarem o superávit da balança comercial e a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o “tarifaço” norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Rosângela Reis
(PL - MG)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica permitida a transferência intragrupo de créditos de PIS e COFINS que, de acordo com a legislação vigente, sejam compensáveis com outros tributos federais ou sujeitos à ressarcimento, para empresas produtoras de biocombustíveis pertencentes ao mesmo Grupo Econômico, para uso por estas na compensação com quaisquer tributos federais.

§ 1º O produtor de biocombustíveis detentor de saldos de créditos de PIS e COFINS decorrentes de operações de frete e armazenagem com biocombustíveis fica autorizado a utilizar tais créditos nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.116/2005, independentemente da data de constituição desses saldos.

§ 2º Fica atribuída exclusivamente ao cedente dos créditos a responsabilidade em caso de qualquer questionamento fiscal quanto a legitimidade dos créditos transferidos e eventual autuação.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa instituir um tratamento fiscal que favoreça diretamente os produtores de biocombustíveis, em especial os de etanol de primeira e segunda geração, permitindo a transferência intragrupo de créditos de PIS e Cofins compensáveis com tributos federais ou sujeitos a ressarcimento. A medida reconhece que tais produtores incorrem em investimentos elevados para instalação e manutenção de suas plantas, notadamente no caso do etanol de segunda geração, cuja produção é intensiva em tecnologia e capital.



O mecanismo proposto reforça a liquidez e a sustentabilidade econômica do setor ao possibilitar que créditos acumulados em outras empresas do mesmo grupo sejam aproveitados pelos produtores de biocombustíveis, liberando recursos essenciais para a expansão da oferta. Além disso, o § 1º garante que os créditos de operações de frete e armazenagem possam ser utilizados de imediato para compensar quaisquer tributos federais, enquanto o § 2º estabelece responsabilidade exclusiva do cedente em caso de questionamento fiscal, preservando a segurança jurídica da operação.

Mais do que uma medida de ajuste tributário, a proposição deve ser compreendida em um contexto de segurança nacional e soberania energética. O recente tarifaço norte-americano sobre produtos brasileiros, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, evidencia a vulnerabilidade externa do país e a necessidade de fortalecer cadeias produtivas internas estratégicas. O setor de biocombustíveis, além de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e de importações, projeta o Brasil como líder global em energia renovável e contribui para a segurança alimentar ao gerar demanda para a produção agrícola nacional.

Assim, a emenda complementa os objetivos centrais da MP ao assegurar competitividade, estimular inovação tecnológica e ampliar a resiliência do agronegócio e da indústria de biocombustíveis frente a choques internacionais. Trata-se, portanto, de medida alinhada ao art. 225 da Constituição Federal, que orienta políticas públicas e regimes fiscais favorecidos voltados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** As usinas de biocombustíveis e as que produzam combustíveis oriundos de fontes agrícolas renováveis poderão restituir administrativamente ou compensar com débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal, nos termos dos arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, créditos acumulados das contribuições sociais PIS/PASEP e COFINS, apurados na forma do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, independentemente de serem sujeitos ou não a ressarcimento ou restituição.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende a inclusão de artigo que autoriza a restituição ou compensação de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins pelas usinas de biocombustíveis e destilarias de combustíveis agrícolas renováveis.

A produção de biocombustíveis ocupa posição estratégica no agronegócio brasileiro: reduz a dependência de combustíveis fósseis, gera divisas, impulsiona a descarbonização prevista no Programa RenovaBio e mantém milhares de empregos no meio rural. Contudo, como boa parte das vendas internas é desonerada ou sujeita a alíquotas reduzidas, o regime não cumulativo de PIS/Pasep e Cofins faz com que as usinas acumulem créditos que, sem direito pleno à restituição ou à compensação, transformam-se em custo financeiro permanente, estreitando margens e encarecendo o preço final do combustível.



O contexto atual do tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça ainda mais a urgência de medidas internas que preservem a competitividade da produção nacional. Se de um lado o Governo busca mitigar os efeitos de tarifas externas injustificadas sobre a indústria exportadora, de outro é essencial assegurar que o setor de biocombustíveis não seja sufocado por distorções tributárias internas. Garantir o pleno direito de compensação e restituição dos créditos acumulados significa devolver liquidez a um segmento intensivo em capital e decisivo para a segurança energética do país, permitindo que ele responda com vigor ao cenário adverso do comércio internacional.

Aliás, a própria produção de biocombustível é responsável por grande parte das exportações: seja de etanol, ou da biomassa (DDG de milho, por exemplo) ou até mesmo da proteína animal que utilizou o farelo como ração.

Ademais, incentivar a produção e o consumo de biocombustíveis provenientes de fontes agrícolas renováveis é uma estratégia que transcende o plano econômico imediato: reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa, reforça os compromissos brasileiros no Acordo de Paris e no RenovaBio, estimula o reaproveitamento de resíduos agroindustriais e melhora a qualidade do ar nas regiões urbanas. Trata-se, portanto, de medida que alia sustentabilidade, geração de renda, transição energética e soberania nacional.

Ao restaurar a neutralidade tributária prometida pelos arts. 3º da Lei 10.637/2002, 3º da Lei 10.833/2003 e 8º da Lei 10.925/2004, e permitir a aplicação plena dos mecanismos de compensação previstos nos arts. 73 e 74 da Lei 9.430/1996, a emenda garante justiça fiscal, reduz distorções e fortalece a autonomia brasileira na produção de energia limpa.

Em síntese, esta proposta complementa de forma decisiva os objetivos da MP nº 1.309/2025: se o tarifaço busca enfraquecer a economia nacional, esta



emenda oferece resposta concreta ao fortalecer o agro e a bioenergia como pilares de soberania, segurança energética e competitividade do Brasil..

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254265780900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cobalchini





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 10-1 ao Capítulo VIII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 10-1.** As medidas excepcionais previstas nesta Medida Provisória para as aquisições de gêneros alimentícios estendem-se, no que couber, às aquisições de produtos de fabricação nacional provenientes da indústria de transformação, classificados no Capítulo 93 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, assegurada a prioridade de contratação desses itens, ainda que o valor ofertado seja superior em até vinte por cento ao de similares importados.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

O **Capítulo 93 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI)** compreende bens diretamente relacionados à **segurança pública e à defesa nacional**, como armas, munições, equipamentos correlatos e suas partes, cuja fabricação demanda **alto grau de especialização tecnológica, elevado controle de qualidade e rígidos requisitos de certificação**. Trata-se, portanto, de um segmento sensível, cuja produção nacional deve ser tratada como **estratégica para a soberania do País**.

A **extensão da margem de preferência e dos incentivos** previstos na Medida Provisória nº 1.309/2025 a esses produtos não apenas **fortalece a indústria de transformação nacional**, mas também **estimula investimentos**



em pesquisa, desenvolvimento e inovação, promovendo a incorporação de tecnologias avançadas no território brasileiro. Além disso, contribui para a **geração e manutenção de empregos altamente qualificados**, com efeitos positivos sobre a **cadeia produtiva e a base tecnológica do setor**.

Ao assegurar **prioridade de contratação para a produção nacional**, mesmo em condições de preço ligeiramente superior, o Brasil **reduz sua vulnerabilidade às oscilações externas de fornecimento** – como embargos, crises logísticas ou restrições de exportação impostas por países produtores. Essa medida garante maior **resiliência em situações de emergência** e reforça a **capacidade de pronta resposta do Estado** diante de demandas de segurança interna e defesa.

Por fim, a consolidação de uma **base industrial sólida em segmento de alta relevância geopolítica** permite ao Brasil **fortalecer sua autonomia decisória**, ampliar sua **inserção internacional como fornecedor confiável**, e assegurar que, em áreas críticas à sua soberania, **não haja dependência excessiva de atores estrangeiros**.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lupion
(PP - PR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se inclusive para os créditos já registrados e sujeitos a pedido de restituição pelo contribuinte:”

“**Art. 73-A.** Não se aplica o disposto nos incisos VI, VII e IX, do §3º, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aos créditos relativos aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil apropriados pelo contribuinte com base nas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, submetidos a pedido de restituição, mas ainda não utilizados pelo contribuinte para compensação, não podendo tais créditos ser objeto de lançamento de ofício para quaisquer fins.

Parágrafo único. O direito de crédito somente poderá ser objeto de glosa e eventualmente autuação a partir do momento em que o contribuinte efetivamente utilizar o crédito para dedução em sua apuração fiscal ou por compensação com outros tributos federais.”

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de inclusão do art. 73-A na Lei 9.430/1996 fundamenta-se na necessidade de alinhar o processo de fiscalização tributária aos princípios constitucionais de legalidade, segurança jurídica, confiança legítima, proporcionalidade e vedação ao confisco. Os contribuintes lançaram em seus livros créditos expressamente autorizados pelas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, mas correm o risco de autuação já na fase de escrituração, isto é, antes de



qualquer utilização econômica desses valores, em razão de reiteradas tentativas da administração tributária de restringir o aproveitamento de créditos legítimos.

Essa prática, além de violar a lógica da não cumulatividade, gera cobrança em duplicidade e impõe custos financeiros desnecessários a empresas que apenas registram créditos, sem qualquer impacto real sobre a arrecadação. A antecipação da glosa cria incerteza regulatória, eleva litigiosidade no CARF e obriga contribuintes a manter depósitos e garantias onerosas em torno de créditos “de papel”.

O dispositivo ora proposto preserva o poder de fiscalização da Receita Federal, que continuará apta a glosar créditos e lavrar autos quando houver efetiva compensação, mas evita sanções desproporcionais antes de qualquer benefício econômico. Ao concentrar a fiscalização no momento da utilização do crédito, a medida melhora o ambiente de negócios, reduz o contencioso administrativo e judicial e aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação sobre valor agregado.

Mais do que uma correção técnica, trata-se de medida com impacto estratégico no contexto do tarifaço norte-americano, que levou à edição da MP nº 1.309/2025. Se os Estados Unidos impõem barreiras unilaterais para enfraquecer a competitividade brasileira, o Brasil não pode, internamente, impor obstáculos adicionais que minam a liquidez e a segurança jurídica de suas empresas. Essa emenda garante coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, fortalecendo a resiliência do setor produtivo em um cenário de disputas internacionais.

Do ponto de vista macroeconômico, a proposta elimina custos inúteis, melhora a alocação de recursos da fiscalização e favorece investimentos, sobretudo de startups e pequenas empresas, que são mais vulneráveis a longos litígios. Em linha com a reforma tributária em curso, a medida reforça a previsibilidade do sistema, reduz incertezas e protege a competitividade nacional.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259630206300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cobalchini



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“Art. No art. 9º da Medida Provisória nº 1.309, de 13 de agosto de 2025, que altera a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, acrescente-se, ao art. 3º-C, os §§ 4º, 5º e 6º, renumerando-se os demais, se houver, com a seguinte redação: Art. 1º-D.....”

“Art. § 6º Nas operações realizadas no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito – PEAC-FGI Solidário, destinadas a empresas brasileiras exportadoras de bens e serviços impactadas pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América, a taxa de juros máxima será equivalente à taxa Selic acrescida de até 4,14% a.a. § 7º Para empresas cuja dependência de exportações para os Estados Unidos, no exercício imediatamente anterior, seja superior a 50% da receita bruta anual, a taxa de juros máxima prevista no § 6º será reduzida à metade, ou seja, Selic + 2,07% a.a. § 8º Os critérios de aferição da dependência de exportações, bem como os procedimentos de comprovação, serão definidos em regulamento pelo Poder Executivo.” (NR) Inclua-se na Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, o Art XX, no capítulo IV – Disposições comuns ao PEAC FGI, ao PEAC Maquininhas, ao PEAC FGI Solidário RS e ao PEAC-FGI Solidário: Art. XX Quando se tratar de pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, especialmente os impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos poderá ser aplicado as medidas de mecanismos de Preservação do Emprego, sendo: I – suspensão temporária do contrato de trabalho por até 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período, mediante acordo individual ou coletivo, devidamente comunicado ao Ministério do Trabalho e Emprego em até 10 (dez) dias, respeitadas as condições previstas na legislação trabalhista; II – redução proporcional da jornada de trabalho e do salário em percentuais de 25% (vinte e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) ou 70% (setenta por cento), pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser adotadas



de forma combinada ou sucessiva, desde que não ultrapassem o prazo total referido; III – benefício emergencial de preservação do emprego e da renda, custeado com recursos da União, pago ao trabalhador durante o período de suspensão ou redução, em caráter escalonado, conforme o grau de dependência das exportações para os Estados Unidos, calculado com base no valor do seguro-desemprego a que teria direito, nos seguintes termos: a) para empresas cuja dependência seja superior a 25% e até 50%, a União custeará até 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício, sendo o restante complementado pela empresa; b) para empresas cuja dependência seja superior a 50% e até 75%, a União custeará até 75% (setenta e cinco por cento) do valor do benefício, sendo o restante complementado pela empresa; c) para empresas cuja dependência seja superior a 75%, a União custeará 100% (cem por cento) do valor do benefício. IV - A adesão aos mecanismos previstos no art. 16 não implicará aumento da taxa de juros, penalidades contratuais, exigência de garantias adicionais ou restrições de acesso aos benefícios previstos nesta Medida Provisória. V - O trabalhador submetido aos mecanismos previstos no art. 16 terá estabilidade provisória durante o período de redução ou suspensão e por igual período após o restabelecimento da jornada normal ou do contrato de trabalho, vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa. VI -. Durante o período de suspensão ou redução, o empregador poderá oferecer programas de qualificação profissional, presenciais ou a distância, em cooperação com o SENAI, SENAC ou outras entidades credenciadas, sem que isso gere encargos trabalhistas ou tributários adicionais. VII - Deverá ser publicado ato do Poder Executivo definindo critérios e elegibilidades contemplando as demais características previstas para preservar o emprego e a renda; garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; e reduzir o impacto social decorrente das imposições de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, prevendo: a) o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; b) a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário; e c) a suspensão temporária do contrato de trabalho.....

“Art. A presente emenda tem por objetivo **adequar o custo financeiro das operações realizadas no âmbito do PEAC-FGI Solidário** à realidade das empresas brasileiras exportadoras afetadas pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos. Estudos recentes do Banco Central do Brasil



(Relatório de Economia Bancária, 2023) demonstram que, na decomposição do spread, a **inadimplência responde, em média, por 30,98% do spread total**. Considerando que o risco de crédito já está mitigado pela cobertura do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), esse componente não deve ser integralmente repassado às empresas beneficiárias. Dessa forma, a emenda propõe alteração da taxa de juros do PEAC utilizando o mesmo critério do Pronampe, sendo assim, haverá o componente fixo (Selic) acrescido à taxa fixa de **4,14%**, resultante da dedução da parcela correspondente à inadimplência de 30,98%, sem comprometer a sustentabilidade financeira do programa. Adicionalmente, reconhece-se que as empresas com **elevada dependência das exportações para os Estados Unidos (superior a 50% da receita bruta anual)** enfrentam maiores riscos e dificuldades na recomposição de mercados externos em prazo razoável. Para esses casos, estabelece-se **tratamento diferenciado**, com teto de juros reduzido à metade (Selic + 2,07%), de modo a assegurar a sobrevivência dessas firmas no período de transição. A proposta garante, portanto, **equilíbrio entre solidez financeira do programa e viabilidade econômica para as empresas mais afetadas**, preservando empregos, produção e competitividade industrial do Brasil. No contexto da crise gerada pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos, implementar medidas de preservação de empregados adotadas em instrumentos já testados durante a pandemia de COVID-19 pela Lei nº 14.020/2020, a saber: suspensão temporária de contratos, redução proporcional de jornada e salário e benefício emergencial custeado pela União. Esses instrumentos conferem flexibilidade às empresas e asseguram proteção ao trabalhador. Isto garante que a adesão a esses mecanismos não resulte em custos financeiros adicionais ou restrições no acesso aos benefícios da MP, conferindo segurança jurídica às partes, além de assegurar estabilidade provisória ao trabalhador, impedindo demissões arbitrárias durante e após o período de aplicação das medidas. Também possibilita incentivar a qualificação profissional no período de suspensão ou redução, promovendo ganhos de produtividade e competitividade.”

JUSTIFICAÇÃO



A presente emenda tem por objetivo **adequar o custo financeiro das operações realizadas no âmbito do PEAC-FGI Solidário** à realidade das empresas brasileiras exportadoras afetadas pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos. Estudos recentes do Banco Central do Brasil (Relatório de Economia Bancária, 2023) demonstram que, na decomposição do spread, **a inadimplência responde, em média, por 30,98% do spread total.** Considerando que o risco de crédito já está mitigado pela cobertura do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), esse componente não deve ser integralmente repassado às empresas beneficiárias. Dessa forma, a emenda propõe alteração da taxa de juros do PEAC utilizando o mesmo critério do Pronampe, sendo assim, haverá o componente fixo (Selic) acrescido à taxa fixa de **4,14%**, resultante da dedução da parcela correspondente à inadimplência de 30,98%, sem comprometer a sustentabilidade financeira do programa. Adicionalmente, reconhece-se que as empresas com **elevada dependência das exportações para os Estados Unidos (superior a 50% da receita bruta anual)** enfrentam maiores riscos e dificuldades na recomposição de mercados externos em prazo razoável. Para esses casos, estabelece-se **tratamento diferenciado**, com teto de juros reduzido à metade (Selic + 2,07%), de modo a assegurar a sobrevivência dessas firmas no período de transição. A proposta garante, portanto, **equilíbrio entre solidez financeira do programa e viabilidade econômica para as empresas mais afetadas**, preservando empregos, produção e competitividade industrial do Brasil. No contexto da crise gerada pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos, implementar medidas de preservação de empregados adotadas em instrumentos já testados durante a pandemia de COVID-19 pela Lei nº 14.020/2020, a saber: suspensão temporária de contratos, redução proporcional de jornada e salário e benefício emergencial custeado pela União. Esses instrumentos conferem flexibilidade às empresas e asseguram proteção ao trabalhador. Isto garante que a adesão a esses mecanismos não resulte em custos financeiros adicionais ou restrições no acesso aos benefícios da MP, conferindo segurança jurídica às partes, além de assegurar estabilidade provisória ao trabalhador, impedindo demissões arbitrárias durante e após o período de aplicação das medidas. Também



possibilita incentivar a qualificação profissional no período de suspensão ou redução, promovendo ganhos de produtividade e competitividade.”

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250424661200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Westphalen





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação ao inciso VII do *caput* do art. 1º, à denominação do Capítulo VIII, ao *caput* do art. 11, ao § 1º do art. 11 e ao *caput* do art. 12; e acrescente-se § 1º-1 ao art. 11 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 1º**

.....
VII – medidas excepcionais para a aquisição, pela administração pública, dos seguintes produtos que deixaram de ser exportados por produtores ou pessoas jurídicas exportadoras em virtude da imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América:

- a) gêneros alimentícios;
- b) bens industriais, priorizando-se aqueles aplicados em políticas públicas de educação, habitação e infraestrutura social;

.....”

“CAPÍTULO VIII

**DAS MEDIDAS EXCEPCIONAIS PARA AQUISIÇÃO
DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BENS INDUSTRIAIS”**

“**Art. 11.** Excepcionalmente, poderão ser adquiridos, pela administração pública, os seguintes produtos que deixaram de ser exportados por produtores ou pessoas jurídicas exportadoras em virtude da imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, nos termos do disposto neste Capítulo:

- I** – gêneros alimentícios;
- II** – bens industriais, priorizando-se aqueles aplicados em políticas públicas de educação, habitação e infraestrutura social;

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do *caput*, ato conjunto do Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária e do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar estabelecerá:

.....
§ 1º-1. Para fins do disposto no inciso II do *caput*, ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio estabelecerá:



I – a forma de comprovação dos requisitos para fins de habilitação à contratação de que trata este Capítulo; e

II – os bens elegíveis à contratação de que trata este Capítulo.

.....”

“Art. 12. Na aquisição excepcional de gêneros alimentícios e bens industriais de que trata este Capítulo, será:

.....”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente reenumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil enfrenta uma grave crise em suas exportações em razão da decisão unilateral dos Estados Unidos de elevar em até 50% as tarifas de importação para produtos brasileiros. Os impactos são imediatos: pedidos cancelados, contratos rompidos, fábricas com estoques parados e redução de turnos de trabalho. Muitas empresas já concederam férias coletivas ou reduziram salários, enquanto cresce o risco de demissões e fechamento de unidades produtivas.

O setor moveleiro catarinense simboliza essa realidade. Apenas em 2024, os municípios de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre exportaram US\$ 123,44 milhões em móveis, o que representou 47% das exportações catarinenses e 14% das nacionais. Em 2025, até junho, já foram US\$ 63,33 milhões em vendas externas, sendo 62% destinadas ao mercado norte-americano. Essa dependência revela como as novas barreiras comerciais colocam em risco não apenas as indústrias locais, mas toda a economia regional, sustentada pela geração de empregos e pela arrecadação derivada dessas exportações.

Os efeitos, contudo, não se restringem ao setor moveleiro. Indústrias de cerâmica sanitária, materiais de construção, uniformes e máquinas leves - bens de uso cotidiano e vinculados a políticas públicas - também sofrem com a perda abrupta de mercados. Embora a busca por novos compradores seja necessária, trata-se de processo lento, que exige investimentos e adaptação. Sem ação imediata, há risco de colapso em cadeias produtivas inteiras.

A Medida Provisória nº 1.309 já reconhece a importância de o Estado atuar como comprador estratégico em momentos de crise, ao permitir a aquisição excepcional de gêneros alimentícios que deixaram de ser exportados. No entanto, restringir essa autorização apenas a alimentos limita sua eficácia. Nossa emenda amplia a medida, permitindo também a aquisição de bens industriais, com



prioridade para aqueles aplicados em políticas públicas de educação, habitação e infraestrutura social.

Essa ampliação atende a duas finalidades centrais. Primeiro, protege a indústria nacional, evitando o fechamento de fábricas e a perda de empregos. Segundo, transforma a resposta emergencial em oportunidade de fortalecer políticas públicas. Móveis escolares podem ser destinados à rede pública; uniformes, a estudantes; cerâmica e materiais de construção, a programas habitacionais; e máquinas leves, a obras comunitárias. Assim, o que antes seria exportado passa a ser incorporado em benefício da população brasileira.

A medida não implica novos gastos obrigatórios ou renúncia de receita. Trata-se apenas de abrir a possibilidade de que recursos já orçados sejam aplicados de forma estratégica.

Dessa forma, Senhoras e Senhores Senadores, a aprovação desta emenda é essencial para que a resposta brasileira à agressão comercial seja firme e abrangente. Não se trata apenas de salvar indústrias, mas de preservar empregos, dinamizar economias locais e fortalecer as políticas sociais do País.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Suprima-se o § 3º do art. 5º-A da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como proposto pelo art. 6º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Com a nova alíquota de exportação aos Estados Unidos da América, já em vigência, consideramos que a MPV é uma redução de danos. Compreendemos a preocupação com a manutenção de empregos, como contrapartida às condições de crédito por ela oferecida, a exemplo dos financiamentos favorecidos concedidos durante a pandemia.

Todavia, significativa parcela do setor produtivo (exportadores e demais indústrias da cadeia produtiva) vem sofrendo cancelamento de pedidos e contratos, paralisação de mercado, o que já obrigou várias empresas a conceder férias coletivas, realizar acordos de redução de jornada e salário, com sérios riscos de demissões e fechamento de empresas.

Consideramos que, dado o enorme impacto direto para as empresas atingidas e o menor impacto macroeconômico das tarifas, é mais adequado que as empresas possam elas mesmas mensurar qual é a redução de custos necessária para sobreviver, manter o capital e poder recontratar posteriormente.

É uma situação diversa da pandemia, por exemplo, em que a economia foi atingida macroeconomicamente de forma aguda. Nesse caso, pode haver até necessidade e possibilidade de deslocamento da mão de obra, que deve ser amparada pelo Seguro Desemprego e, no prazo mais breve possível, incorporada ao setor produtivo.



Dessa forma, consideramos que é mais adequada a revogação da condicionalidade para as linhas de financiamento previstas no Plano Brasil Soberano.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4728581083>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Revoga-se o artigo 74-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do art. 74-A da Lei nº 9.430/1996, introduzido pela Lei nº 14.873/2024, que impôs limite mensal à compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

A restrição criada pelo dispositivo em questão representa grave retrocesso em matéria de segurança jurídica e respeito à coisa julgada. O crédito tributário decorrente de decisão definitiva do Poder Judiciário constitui direito líquido e certo do contribuinte, não podendo ser artificialmente limitado por ato infralegal do Ministro da Fazenda. Tal limitação converte uma vitória judicial em um benefício esvaziado, diluído no tempo, que impede o contribuinte de obter o pleno efeito econômico da decisão que lhe foi favorável.

Além da violação à coisa julgada, a medida fere os princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco, ao impor ao contribuinte custos financeiros desnecessários, obrigando-o a manter débitos em aberto ou a recorrer



a endividamento enquanto seus créditos legítimos permanecem represados pela trava mensal.

O contexto atual do tarifaço norte-americano – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça a urgência da supressão desse dispositivo. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem a competitividade das empresas nacionais, é incoerente manter entraves internos que drenam liquidez, aumentam incerteza regulatória e comprometem a capacidade de reação do setor produtivo. Ao contrário: é preciso devolver previsibilidade e confiança, assegurando que créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário cumpram imediatamente seu papel de neutralizar a carga tributária.

Do ponto de vista macroeconômico, a supressão do art. 74-A não representa renúncia de receita, mas apenas a restituição tempestiva de valores que a União foi condenada judicialmente a devolver. Sua manutenção apenas alonga artificialmente a execução das decisões judiciais e amplia a litigiosidade, criando um passivo desnecessário para empresas e para o próprio Estado.

Em síntese, ao eliminar o limite mensal para a compensação de créditos judiciais, esta emenda fortalece a segurança jurídica, reduz distorções econômicas, melhora a liquidez das empresas e contribui para a resiliência do Brasil frente ao cenário adverso do comércio internacional. Trata-se de medida que complementa os objetivos centrais da MP nº 1.309/2025, ao reforçar a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Suprima-se o inciso IX do §3º do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do inciso IX do §3º do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, que atualmente impede a utilização de créditos tributários na compensação de débitos relativos a recolhimentos mensais por estimativa do IRPJ e da CSLL.

A manutenção dessa vedação cria distorção grave no sistema tributário: de um lado, o contribuinte acumula créditos regularmente reconhecidos de PIS, Cofins ou outros tributos; de outro, é obrigado a recolher, em espécie, estimativas mensais de IRPJ e CSLL, sem poder compensá-las, ainda que possua saldo credor suficiente. Trata-se de uma duplicidade desnecessária, que gera custo financeiro permanente para as empresas e alimenta litígios administrativos e judiciais.

O contexto atual do tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, reforça a necessidade de eliminar entraves internos que



enfraquecem a liquidez e a competitividade das empresas brasileiras. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem margens e restringem exportações, é incoerente que o próprio ordenamento interno continue a impor obstáculos burocráticos que drenam capital de giro e encarecem a atividade produtiva.

A supressão do inciso IX devolve racionalidade ao regime de compensação, permitindo que créditos já constituídos cumpram sua função de neutralizar a carga tributária e preservem a lógica da não cumulatividade. Do ponto de vista macroeconômico, a medida não representa renúncia fiscal – trata-se apenas de ajustar o fluxo temporal de recolhimentos – mas devolve liquidez imediata às empresas, reduzindo custos financeiros e liberando recursos para investimentos e manutenção de empregos.

Além disso, a medida aproxima o sistema brasileiro das melhores práticas internacionais, que concentram a fiscalização no momento da efetiva compensação e não impõem restrições artificiais à utilização de créditos. Também contribui para reduzir a litigiosidade no CARF, onde boa parte das controvérsias decorre justamente de compensações glosadas por força de limitações como a aqui revogada.

Em síntese, ao permitir a compensação com as estimativas mensais de IRPJ e CSLL, a proposta fortalece a coerência da política fiscal, protege a competitividade das empresas brasileiras frente ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos e alinha-se ao espírito da MP nº 1.309/2025: eliminar entraves internos para que o país responda com mais resiliência às pressões externas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário e pelo prazo de até 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos destinados ao mercado dos Estados Unidos da América tenham sido comprovadamente afetados pelo aumento tarifário imposto por aquele país.

§ 1º. O crédito será calculado sobre os insumos empregados na produção de bens ou na prestação de serviços vinculados a tais pedidos, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos a partes relacionadas situadas fora do território nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir, pelo prazo de até 12 meses, um crédito de PIS/Pasep e da Cofins em favor de pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos ao mercado norte-americano



tenham sido impactados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia de fornecedores de insumos e serviços vinculados às encomendas destinadas ao mercado americano. Esses fornecedores, muitas vezes pequenas e médias empresas, sofrem efeitos imediatos com a redução ou cancelamento de pedidos, absorvendo custos fixos e estoques sem a correspondente geração de receita.

O crédito temporário proposto atua como medida compensatória e de preservação da base produtiva, ao devolver liquidez e neutralizar parte da carga tributária incidente sobre os insumos empregados na produção de bens e serviços afetados pelo tarifaço. Trata-se de medida de natureza emergencial, voltada a assegurar a continuidade da atividade econômica, a manutenção de empregos e a proteção de setores estratégicos da economia nacional diante de agressões comerciais externas.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas mecanismo transitório de compensação, limitado a 12 meses e sujeito a critérios de elegibilidade e controle a serem definidos pelo Ministério da Fazenda. Do ponto de vista econômico, permite que empresas mantenham capacidade operacional até que o setor produtivo consiga redirecionar sua produção para outros mercados, mitigando os efeitos do choque externo sobre a balança comercial e sobre o nível de atividade interna.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço dos EUA busca fragilizar a competitividade brasileira, o crédito presumido temporário devolve liquidez à cadeia produtiva, preserva empregos e garante resiliência ao setor exportador e seus fornecedores, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Suprima-se o inciso IX do §3º do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do inciso IX do §3º do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, que atualmente impede a utilização de créditos tributários na compensação de débitos relativos a recolhimentos mensais por estimativa do IRPJ e da CSLL.

A manutenção dessa vedação cria distorção grave no sistema tributário: de um lado, o contribuinte acumula créditos regularmente reconhecidos de PIS, Cofins ou outros tributos; de outro, é obrigado a recolher, em espécie, estimativas mensais de IRPJ e CSLL, sem poder compensá-las, ainda que possua saldo credor suficiente. Trata-se de uma duplicidade desnecessária, que gera custo financeiro permanente para as empresas e alimenta litígios administrativos e judiciais.

O contexto atual do tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, reforça a necessidade de eliminar entraves internos que enfraquecem a liquidez e a competitividade das empresas brasileiras. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem margens e restringem exportações, é incoerente que o próprio ordenamento interno continue a impor obstáculos burocráticos que drenam capital de giro e encarecem a atividade produtiva.



A supressão do inciso IX devolve racionalidade ao regime de compensação, permitindo que créditos já constituídos cumpram sua função de neutralizar a carga tributária e preservem a lógica da não cumulatividade. Do ponto de vista macroeconômico, a medida não representa renúncia fiscal – trata-se apenas de ajustar o fluxo temporal de recolhimentos – mas devolve liquidez imediata às empresas, reduzindo custos financeiros e liberando recursos para investimentos e manutenção de empregos.

Além disso, a medida aproxima o sistema brasileiro das melhores práticas internacionais, que concentram a fiscalização no momento da efetiva compensação e não impõem restrições artificiais à utilização de créditos. Também contribui para reduzir a litigiosidade no CARF, onde boa parte das controvérsias decorre justamente de compensações glosadas por força de limitações como a aqui revogada.

Em síntese, ao permitir a compensação com as estimativas mensais de IRPJ e CSLL, a proposta fortalece a coerência da política fiscal, protege a competitividade das empresas brasileiras frente ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos e alinha-se ao espírito da MP nº 1.309/2025: eliminar entraves internos para que o país responda com mais resiliência às pressões externas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória 1.309, de 2025, os seguintes artigos:

Art. XXX A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, é acrescida do artigo 39-A, com a seguinte redação:

“Art. 39-A No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I – bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;

II – bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

§ 1º A margem de preferência de que trata o *caput* deste artigo:

I – será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal no caso do inciso I do *caput* deste artigo;

II – será de até 20% (vinte por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo;

III – poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.



§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser de até 30% (trinta por cento).

§ 3º A margem de preferência não se aplica aos bens manufaturados nacionais e aos serviços nacionais se a capacidade de produção desses bens ou de prestação desses serviços no País for inferior:

I – à quantidade a ser adquirida ou contratada; ou

II – aos quantitativos fixados em razão do parcelamento do objeto, quando for o caso.

§ 4º No caso de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, consideram-se como nacionais, os produtos credenciados no CFI (Credenciamento Finame) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Art. XXX A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, é acrescida do artigo 39-B, com a seguinte redação:

“Art. 39-B Na compra ou contratação de serviços desinados a atividades consideradas estratégicas sob o ponto de vista do desenvolvimento nacional a critério do Poder Executivo Federal, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, poderão realizar licitações exclusivas para compra de bens ou contratação de serviços nacionais.

Parágrafo único. Para os fins do previsto no *caput*, serão considerados bens e serviços nacionais os produzidos no território nacional por empresas com sede e administração no País, e credenciados no Cadastro FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.



JUSTIFICAÇÃO

As recentes turbulências ocorridas no comércio mundial que culminou com o chamado “tarifaço” decretado pelo presidente dos Estados Unidos da América é apenas a confirmação da onda de protecionismo que vinha ocorrendo há, pelo menos três décadas, ainda de forma muito difusa pelas nações mundo afora, como defesa contra a impetuosa e, muitas vezes, agressiva invasão de produtos e serviços de origem chinesa.

Mesmo descontados os excessos das trocas de desafios entre as grandes nações ou blocos econômicos, tudo indica que o fenômeno do protecionismo deve prevalecer como o “novo normal” nas relações de comércio, com suas repercussões relevantes nas economias internas de cada país.

Embora o Brasil seja visto como uma economia relativamente fechada, quando avaliada pelos números de seu comércio exterior, é preciso que essa visão seja analisada com muito cuidado, sopesando seus poucos pontos fortes e muitas fraquezas e vulnerabilidades, como a do “custo Brasil” ou da “taxa de juros”, ou do preço dos insumos”, ou ainda, da “carga tributária”.

O Brasil, nessa nova conjuntura internacional, não terá condições de preservar a sua indústria ou até mesmo a sua agropecuária ou o seu setor mineral, com o protecionismo pragmático e enganoso de “lei do similar nacional”, ou da “isenção ao ex-tarifário”, ou “dos regimes tributários especiais”, que na verdade nada protege – pelo contrário, abre uma enorme brecha por onde tudo pode ser importado sem pagamento de “direitos aduaneiros” criando uma economia onde a tarifa não funciona mais como proteção do nacional ou como estímulo à fabricação de novos produtos.

O governo, no seu sentido mais amplo, que inclui os poderes Legislativo e Judiciário, deve se articular com a sociedade, para criar, desenvolver e implementar políticas públicas corajosas e efetivas para dar proteção real, porém razoável, a tudo que é produzido internamente, sem exceção. Os exemplos de países que seguiram esse dogma de forma fiel, estão aí para serem seguidos.

A presente Medida Provisória nº 1.309, de 2025, foi editada com o objetivo de responder, de forma ágil e eficaz, às medidas unilaterais impostas pelo



governo dos Estados Unidos da América, que resultaram na taxaço de produtos brasileiros. A justificativa constante da MP ressalta a necessidade de “mitigar os impactos econômicos causados pela agressão comercial injustificada” e de “preservar empregos, estimular investimentos em setores de ponta e garantir a continuidade do desenvolvimento econômico nacional.”

É nesse ponto que a emenda encontra perfeita adequação ao texto da Medida Provisória, pois suas proposições se alinham de forma coesa e complementar ao objetivo central da medida, no sentido de apenas aperfeiçoar o capítulo dedicado à licitação da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, com a incorporação das disposições existentes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e que tratam da margem de preferência e da licitação exclusiva, modalidades destinadas a dar isonomia aos produtos e serviços nacionais nas compras governamentais, no caso, pelas Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais.

Com a incorporação desta sugestão de emenda à MPV, os bens e serviços nacionais terão tratamento equânime, tanto nas licitações promovidas pelas Administrações Públicas diretas, como pelas empresas públicas e sociedades de economia mista. Hoje, o tratamento preferencial aos produtos e serviços nacionais é dado somente nas licitações realizadas pelas Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados e dos Municípios.

Esta proposta, se aprovada, fechará uma brecha inaceitável que algumas empresas públicas utilizam para importar máquinas, implementos, tratores e até veículos de origem asiática (da China e outros países vizinhos), em detrimento da indústria brasileira que, nesse segmento, é altamente competitiva.

Aliás é importante mencionar que a facilidade na introdução dos referidos bens de origem estrangeira, além de concorrer de forma injusta com a indústria nacional, é prejudicial à economia dos pequenos produtores agrícolas que os adquirem para, em pouco tempo, terem que encostá-los por falta de peças e serviços de assistência técnica.



A presente sugestão de emenda não implicará em qualquer desoneração tributária, mas apenas e tão somente tratamento preferencial aos produtos e serviços nacionais nas compras governamentais.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Vitor Lippi
(PSDB - SP)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“Art. Revoga-se o artigo 74-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do art. 74-A da Lei nº 9.430/1996, introduzido pela Lei nº 14.873/2024, que impôs limite mensal à compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

A restrição criada pelo dispositivo em questão representa grave retrocesso em matéria de segurança jurídica e respeito à coisa julgada. O crédito tributário decorrente de decisão definitiva do Poder Judiciário constitui direito líquido e certo do contribuinte, não podendo ser artificialmente limitado por ato infralegal do Ministro da Fazenda. Tal limitação converte uma vitória judicial em um benefício esvaziado, diluído no tempo, que impede o contribuinte de obter o pleno efeito econômico da decisão que lhe foi favorável.

Além da violação à coisa julgada, a medida fere os princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco, ao impor ao contribuinte custos financeiros desnecessários, obrigando-o a manter débitos em aberto ou a recorrer a endividamento enquanto seus créditos legítimos permanecem represados pela trava mensal.

O contexto atual do tarifaço norte-americano – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça a urgência da supressão desse



dispositivo. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem a competitividade das empresas nacionais, é incoerente manter entraves internos que drenam liquidez, aumentam incerteza regulatória e comprometem a capacidade de reação do setor produtivo. Ao contrário: é preciso devolver previsibilidade e confiança, assegurando que créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário cumpram imediatamente seu papel de neutralizar a carga tributária.

Do ponto de vista macroeconômico, a supressão do art. 74-A não representa renúncia de receita, mas apenas a restituição tempestiva de valores que a União foi condenada judicialmente a devolver. Sua manutenção apenas alonga artificialmente a execução das decisões judiciais e amplia a litigiosidade, criando um passivo desnecessário para empresas e para o próprio Estado.

Em síntese, ao eliminar o limite mensal para a compensação de créditos judiciais, esta emenda fortalece a segurança jurídica, reduz distorções econômicas, melhora a liquidez das empresas e contribui para a resiliência do Brasil frente ao cenário adverso do comércio internacional. Trata-se de medida que complementa os objetivos centrais da MP nº 1.309/2025, ao reforçar a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º. A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º. Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a depreciação acelerada de investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção realizados por empresas brasileiras que necessitam redirecionar exportações ou abrir novos mercados em razão do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros ameaça cadeias produtivas inteiras, tornando urgente a diversificação de destinos comerciais. Contudo, a adaptação de linhas produtivas, a aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias para atender mercados alternativos demandam elevado volume de capital. A depreciação acelerada é instrumento fiscal consagrado, utilizado em diversos países como mecanismo de incentivo ao investimento produtivo em cenários de crise ou de transição tecnológica.

Ao permitir a dedução integral do valor do investimento no período em que o bem ou a adaptação entrar em operação, a medida reduz o custo de capital, antecipa o benefício fiscal e melhora a liquidez das empresas, garantindo condições para a rápida readequação de sua produção e a preservação de sua competitividade internacional.

Do ponto de vista fiscal, a medida não implica renúncia permanente de receita, mas apenas diferimento temporal: a União arrecadará o mesmo montante ao longo do tempo, apenas postergando parte da arrecadação em benefício da recuperação imediata do setor produtivo. Do ponto de vista econômico, representa estímulo direto à inovação, à modernização da indústria e à abertura de novos mercados, preservando empregos e assegurando resiliência nacional frente às barreiras externas.

Em síntese, esta emenda fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço busca limitar o acesso do Brasil ao mercado americano, cabe ao país apoiar seus exportadores



e fornecedores na conquista de novos mercados e na adaptação de suas cadeias produtivas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258901861200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se inclusive para os créditos já registrados e sujeitos a pedido de restituição pelo contribuinte:

Art. 73-A. Não se aplica o disposto nos incisos VI, VII e IX, do §3º, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aos créditos relativos aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil apropriados pelo contribuinte com base nas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, submetidos a pedido de restituição, mas ainda não utilizados pelo contribuinte para compensação, não podendo tais créditos ser objeto de lançamento de ofício para quaisquer fins.

Parágrafo único. O direito de crédito somente poderá ser objeto de glosa e eventualmente autuação a partir do momento em que o contribuinte efetivamente utilizar o crédito para dedução em sua apuração fiscal ou por compensação com outros tributos federais.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de inclusão do art. 73-A na Lei 9.430/1996 fundamenta-se na necessidade de alinhar o processo de fiscalização tributária aos



princípios constitucionais de legalidade, segurança jurídica, confiança legítima, proporcionalidade e vedação ao confisco. Os contribuintes lançaram em seus livros créditos expressamente autorizados pelas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, mas correm o risco de autuação já na fase de escrituração, isto é, antes de qualquer utilização econômica desses valores, em razão de reiteradas tentativas da administração tributária de restringir o aproveitamento de créditos legítimos.

Essa prática, além de violar a lógica da não cumulatividade, gera cobrança em duplicidade e impõe custos financeiros desnecessários a empresas que apenas registram créditos, sem qualquer impacto real sobre a arrecadação. A antecipação da glosa cria incerteza regulatória, eleva litigiosidade no CARF e obriga contribuintes a manter depósitos e garantias onerosas em torno de créditos “de papel”.

O dispositivo ora proposto preserva o poder de fiscalização da Receita Federal, que continuará apta a glosar créditos e lavrar autos quando houver efetiva compensação, mas evita sanções desproporcionais antes de qualquer benefício econômico. Ao concentrar a fiscalização no momento da utilização do crédito, a medida melhora o ambiente de negócios, reduz o contencioso administrativo e judicial e aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação sobre valor agregado.

Mais do que uma correção técnica, trata-se de medida com impacto estratégico no contexto do tarifaço norte-americano, que levou à edição da MP nº 1.309/2025. Se os Estados Unidos impõem barreiras unilaterais para enfraquecer a competitividade brasileira, o Brasil não pode, internamente, impor obstáculos adicionais que minam a liquidez e a segurança jurídica de suas empresas. Essa emenda garante coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, fortalecendo a resiliência do setor produtivo em um cenário de disputas internacionais.

Do ponto de vista macroeconômico, a proposta elimina custos inúteis, melhora a alocação de recursos da fiscalização e favorece investimentos, sobretudo de startups e pequenas empresas, que são mais vulneráveis a longos litígios. Em linha com a reforma tributária em curso,



a medida reforça a previsibilidade do sistema, reduz incertezas e protege a competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255156753600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. As usinas de biocombustíveis e as que produzam combustíveis oriundos de fontes agrícolas renováveis poderão restituir administrativamente ou compensar com débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal, nos termos dos arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, créditos acumulados das contribuições sociais PIS/PASEP e COFINS, apurados na forma do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, independentemente de serem sujeitos ou não a ressarcimento ou restituição.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende a inclusão de artigo que autoriza a restituição ou compensação de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins pelas usinas de biocombustíveis e destilarias de combustíveis agrícolas renováveis.

A produção de biocombustíveis ocupa posição estratégica no agronegócio brasileiro: reduz a dependência de combustíveis fósseis, gera divisas, impulsiona a descarbonização prevista no Programa RenovaBio e mantém milhares de empregos no meio rural. Contudo, como boa parte das vendas internas é desonerada ou sujeita a alíquotas reduzidas, o regime não cumulativo de PIS/



Pasep e Cofins faz com que as usinas acumulem créditos que, sem direito pleno à restituição ou à compensação, transformam-se em custo financeiro permanente, estreitando margens e encarecendo o preço final do combustível.

O contexto atual do tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça ainda mais a urgência de medidas internas que preservem a competitividade da produção nacional. Se de um lado o Governo busca mitigar os efeitos de tarifas externas injustificadas sobre a indústria exportadora, de outro é essencial assegurar que o setor de biocombustíveis não seja sufocado por distorções tributárias internas. Garantir o pleno direito de compensação e restituição dos créditos acumulados significa devolver liquidez a um segmento intensivo em capital e decisivo para a segurança energética do país, permitindo que ele responda com vigor ao cenário adverso do comércio internacional.

Aliás, a própria produção de biocombustível é responsável por grande parte das exportações: seja de etanol, ou da biomassa (DDG de milho, por exemplo) ou até mesmo da proteína animal que utilizou o farelo como ração.

Ademais, incentivar a produção e o consumo de biocombustíveis provenientes de fontes agrícolas renováveis é uma estratégia que transcende o plano econômico imediato: reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa, reforça os compromissos brasileiros no Acordo de Paris e no RenovaBio, estimula o reaproveitamento de resíduos agroindustriais e melhora a qualidade do ar nas regiões urbanas. Trata-se, portanto, de medida que alia sustentabilidade, geração de renda, transição energética e soberania nacional.

Ao restaurar a neutralidade tributária prometida pelos arts. 3º da Lei 10.637/2002, 3º da Lei 10.833/2003 e 8º da Lei 10.925/2004, e permitir a aplicação plena dos mecanismos de compensação previstos nos arts. 73 e 74 da Lei 9.430/1996, a emenda garante justiça fiscal, reduz distorções e fortalece a autonomia brasileira na produção de energia limpa.

Em síntese, esta proposta complementa de forma decisiva os objetivos da MP nº 1.309/2025: se o tarifaço busca enfraquecer a economia



nacional, esta emenda oferece resposta concreta ao fortalecer o agro e a bioenergia como pilares de soberania, segurança energética e competitividade do Brasil.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250305516700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

§1º Os créditos serão calculados sobre o volume de exportação realizado nos últimos 12 (doze) meses da publicação dessa lei.

§2º. Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja e café destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores



nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025, renumerando-se os demais:

“Art. XX. Em caráter excepcional e até 31 de dezembro de 2026, o percentual do Reintegra, de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, sem prejuízo de situações específicas em que a legislação já determine alíquotas superiores.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie. No caso de opção pelo ressarcimento, este deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional, o percentual do Reintegra em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, abrangendo qualquer produto exportado.

A medida se justifica pelo impacto severo da cumulatividade da tributação existente no Brasil, agravada pelo “tarifaço” imposto pelos Estados



Unidos, que elevou abruptamente as tarifas de importação da maioria dos produtos exportados, inclusive do agronegócio brasileiro.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a dezembro de 2026, quando o novo sistema de tributação da CBS substituirá o PIS e a Cofins.

Do ponto de vista econômico, o restabelecimento do Reintegra eleva a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional, permitindo sua reestruturação com a rapidez necessária para enfrentar a crise instaurada pelas tarifas impostas pelo governo norte-americano.

Destaca-se que o próprio Governo Federal, no âmbito do Projeto Brasil Soberano, reconheceu a relevância do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) para as empresas exportadoras, comprometendo-se a devolver “aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, na forma de crédito tributário, ajudando a reduzir custos e aumentar a competitividade no mercado externo”.

O Governo também reforçou a necessidade de antecipar “os efeitos da Reforma Tributária, desonerando a atividade exportadora”.

Assim, o restabelecimento do Reintegra em 3% constitui medida de proteção às cadeias produtivas nacionais contra os efeitos imediatos e mediatos decorrentes das tarifas norte-americanas, que colocam em risco milhares de empregos no campo e na indústria, além de ameaçarem o superávit da balança comercial e a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o “tarifaço” norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256970577100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Simoes



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se inciso VII-1 ao *caput* do art. 1º e Capítulo VIII-1 antes do Capítulo IX; e dê-se nova redação ao art. 15 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º

VII-1 – medidas de fortalecimento da indústria nacional em setores estratégicos, com ênfase em inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental e geração de empregos qualificados, de forma a mitigar os impactos da imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras pelos Estados Unidos da América;
.....”

“Art. 15. O disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplica-se às aquisições de que trata este Capítulo naquilo que não lhe for contrário.”

“CAPÍTULO VIII-1

DAS MEDIDAS DE FOMENTO À INDÚSTRIA
NACIONAL EM SETORES ESTRATÉGICOS

Art. 15-1. A Administração Pública, direta e indireta, deverá adotar políticas de fomento à indústria nacional em setores estratégicos — incluindo o segmento metal-mecânico, metalúrgico, de materiais especiais, de montagens industriais e de transição energética —, priorizando fornecedores que comprovem produção local, inovação tecnológica e geração de empregos qualificados no Brasil.

Art. 15-2. Nos processos de contratação de bens e serviços, especialmente por empresas estatais de economia mista dos setores de óleo, gás e energia, será assegurada preferência a fornecedores que:

I – desenvolvam tecnologia própria no Brasil ou promovam transferência de tecnologia;

II – mantenham atividade industrial no território nacional;

III – adotem critérios de sustentabilidade socioambiental e inovação verde; e



IV – forneçam equipe técnica local para acompanhamento, inspeção e manutenção durante a vida útil do produto.

Parágrafo único. A regulamentação desta preferência observará os princípios da isonomia, da eficiência e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, conforme ato do Poder Executivo.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fortalecer a indústria nacional em setores estratégicos — como o metal-mecânico, metalúrgico, de materiais especiais, de montagens industriais e, de forma inovadora, os segmentos vinculados à transição energética e à economia verde — em resposta ao cenário adverso criado pela imposição unilateral de tarifas adicionais pelos Estados Unidos da América às exportações brasileiras. A iniciativa busca assegurar a sobrevivência dessas cadeias produtivas, preservar empregos qualificados, estimular a inovação tecnológica e reforçar a autonomia do país em áreas críticas da economia. O Brasil enfrenta atualmente um duplo estrangulamento: de um lado, a perda de competitividade nos mercados externos devido a barreiras tarifárias impostas por parceiros estratégicos; de outro, a inundação do mercado interno por produtos importados, especialmente asiáticos, muitas vezes ofertados a preços artificialmente baixos em decorrência de práticas de dumping. Esse cenário vem corroendo a base industrial nacional, com impactos diretos sobre a geração de empregos, a arrecadação tributária e a capacidade de inovação do país. Ao priorizar fornecedores que mantenham atividade industrial no território nacional, desenvolvam tecnologia própria, invistam em inovação verde e garantam equipes técnicas locais para manutenção e inspeção de produtos, a emenda propõe critérios objetivos que ampliam a competitividade da indústria brasileira e asseguram benefícios socioeconômicos duradouros. Trata-se de medida que promove empregos de alta qualidade, envolvendo engenheiros, técnicos e trabalhadores especializados, com efeitos multiplicadores positivos nas economias regionais e na arrecadação pública. Além do aspecto social e econômico,



a medida reforça a soberania e a autonomia tecnológica do Brasil. A indústria de base, especialmente nos segmentos de metalurgia avançada e materiais especiais, é estratégica para setores críticos como óleo, gás, energia, defesa e transição energética. O estímulo à produção e ao desenvolvimento tecnológico nacional reduz a dependência externa, fortalece cadeias produtivas locais e amplia a resiliência do país diante de crises globais de suprimento. Diferentemente de uma reserva de mercado incondicional, a proposta vincula a preferência a critérios alinhados com os princípios constitucionais da isonomia e da eficiência administrativa, compatibilizando-se com a Lei nº 14.133/2021, que já admite margens de preferência nacional, e com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Dessa forma, reduz-se o risco de questionamentos jurídicos e de contenciosos comerciais, ao mesmo tempo em que se garante efetividade à política de fortalecimento da indústria nacional. A emenda, portanto, não se limita a uma resposta conjuntural à crise tarifária com os Estados Unidos, mas projeta uma estratégia estrutural de reindustrialização sustentável. Ao promover inovação tecnológica, geração de empregos qualificados, sustentabilidade socioambiental e fortalecimento da indústria de base, a medida contribui para que o Brasil não se restrinja ao papel de exportador de commodities, mas avance em direção a um modelo de desenvolvimento que combine competitividade internacional, justiça social e autonomia tecnológica.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Rodrigo Rollemberg
(PSB - DF)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....
.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias-primas;
.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;
.....

VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;
.....

XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;



.....

XLIII – Substratos para plantas; XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e

II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art.XX As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação do rol de insumos agropecuários alcançados pela alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins corrige, antes de tudo, uma distorção reconhecida pelo próprio Congresso: a aplicação restritiva do art. 1º, I, da Lei 10.925/2004 deixa de fora do adequado tratamento tributário diversos insumos.

Essa exclusão impõe hoje uma tributação efetiva extremamente elevada nas vendas internas desses produtos, bem como na importação, elevando o custo de produção em um momento de forte alta internacional de insumos –



dinâmica que o relatório do PL 2022/2022 aponta como fator central na inflação do setor.

Manter essa tributação diferenciada transfere o ônus para toda a cadeia: importadores, distribuidores e, por fim, o produtor rural, que vê sua margem encolher quando compra, por exemplo, rocha fosfática ou ureia pecuária oneradas. O resultado é perda de competitividade frente a concorrentes externos que, em muitos casos, subsidiam seus insumos.

Mais do que uma questão tributária, o tema envolve soberania nacional. O setor agropecuário brasileiro, responsável por assegurar alimentos acessíveis à população e superávits expressivos na balança comercial, depende de insumos básicos cuja produção ainda é majoritariamente importada. A dependência externa em fertilizantes e corretivos expõe o país a choques de oferta e geopolíticos, comprometendo a segurança alimentar e, por consequência, a segurança nacional.

A inclusão expressa de adubos e defensivos biológicos, corretivos, inoculantes microbianos, substratos e rações minerais na lista de alíquota zero reequilibra o tratamento fiscal, estimula a adoção de tecnologias sustentáveis reconhecidas por Embrapa e MAPA – como bioinsumos que reduzem a dependência de nitrogenados fósseis – e mitiga pressões futuras sobre preços de alimentos.

Além do efeito direto na formação de custos, a medida reduz litígios administrativos e judiciais: ao declarar interpretativas as alterações nos incisos I, II, IV e VI, o texto reflete entendimento já consolidado de que esses produtos se enquadram no conceito de insumo agropecuário, mas vinham sendo excluídos apenas por tecnicismo de classificação tarifária.

Com isso, elimina-se a incerteza que trava investimentos em misturadoras, biofábricas e unidades de micronutrientes, liberando capital para expansão de oferta interna justamente quando o Plano Nacional de Fertilizantes aponta a substituição de importações como prioridade estratégica.

Do ponto de vista macroeconômico, a renúncia é largamente compensada pelo aumento de produção, arrecadação de tributos setoriais sobre



volumes maiores e estabilização de preços no atacado, efeito já previsto pelo substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara, que estimou redução imediata de até 4% no custo do fertilizante final.

Em síntese, a emenda alinha a política tributária à realidade tecnológica do campo, fortalece a autonomia nacional na produção de insumos estratégicos, protege a segurança alimentar, reduz a inflação de alimentos e consolida o agro brasileiro como ativo de interesse estratégico para o país, razão pela qual merece integral acolhimento.

A presente emenda também dialoga diretamente com o contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos às exportações brasileiras, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025. Se, de um lado, a Medida Provisória busca proteger setores industriais e exportadores nacionais dos efeitos de medidas unilaterais externas, de outro, é igualmente estratégico fortalecer o setor agropecuário interno, garantindo-lhe acesso a insumos a custos compatíveis. Afinal, um país que assegura sua base produtiva – tanto na indústria exportadora quanto no campo – reduz vulnerabilidades externas e reforça sua soberania econômica e alimentar, enfrentando com mais resiliência choques internacionais como o tarifaço ora em curso.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Suprima-se o inciso IX do §3º do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do inciso IX do §3º do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, que atualmente impede a utilização de créditos tributários na compensação de débitos relativos a recolhimentos mensais por estimativa do IRPJ e da CSLL.

A manutenção dessa vedação cria distorção grave no sistema tributário: de um lado, o contribuinte acumula créditos regularmente reconhecidos de PIS, Cofins ou outros tributos; de outro, é obrigado a recolher, em espécie, estimativas mensais de IRPJ e CSLL, sem poder compensá-las, ainda que possua saldo credor suficiente. Trata-se de uma duplicidade desnecessária, que gera custo financeiro permanente para as empresas e alimenta litígios administrativos e judiciais.

O contexto atual do tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, reforça a necessidade de eliminar entraves internos que



enfraquecem a liquidez e a competitividade das empresas brasileiras. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem margens e restringem exportações, é incoerente que o próprio ordenamento interno continue a impor obstáculos burocráticos que drenam capital de giro e encarecem a atividade produtiva.

A supressão do inciso IX devolve racionalidade ao regime de compensação, permitindo que créditos já constituídos cumpram sua função de neutralizar a carga tributária e preservem a lógica da não cumulatividade. Do ponto de vista macroeconômico, a medida não representa renúncia fiscal – trata-se apenas de ajustar o fluxo temporal de recolhimentos – mas devolve liquidez imediata às empresas, reduzindo custos financeiros e liberando recursos para investimentos e manutenção de empregos.

Além disso, a medida aproxima o sistema brasileiro das melhores práticas internacionais, que concentram a fiscalização no momento da efetiva compensação e não impõem restrições artificiais à utilização de créditos. Também contribui para reduzir a litigiosidade no CARF, onde boa parte das controvérsias decorre justamente de compensações glosadas por força de limitações como a aqui revogada.

Em síntese, ao permitir a compensação com as estimativas mensais de IRPJ e CSLL, a proposta fortalece a coerência da política fiscal, protege a competitividade das empresas brasileiras frente ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos e alinha-se ao espírito da MP nº 1.309/2025: eliminar entraves internos para que o país responda com mais resiliência às pressões externas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Revoga-se o artigo 74-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do art. 74-A da Lei nº 9.430/1996, introduzido pela Lei nº 14.873/2024, que impôs limite mensal à compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

A restrição criada pelo dispositivo em questão representa grave retrocesso em matéria de segurança jurídica e respeito à coisa julgada. O crédito tributário decorrente de decisão definitiva do Poder Judiciário constitui direito líquido e certo do contribuinte, não podendo ser artificialmente limitado por ato infralegal do Ministro da Fazenda. Tal limitação converte uma vitória judicial em um benefício esvaziado, diluído no tempo, que impede o contribuinte de obter o pleno efeito econômico da decisão que lhe foi favorável.

Além da violação à coisa julgada, a medida fere os princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco, ao impor ao contribuinte custos financeiros desnecessários, obrigando-o a manter débitos em aberto ou a recorrer



a endividamento enquanto seus créditos legítimos permanecem represados pela trava mensal.

O contexto atual do tarifaço norte-americano – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça a urgência da supressão desse dispositivo. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem a competitividade das empresas nacionais, é incoerente manter entraves internos que drenam liquidez, aumentam incerteza regulatória e comprometem a capacidade de reação do setor produtivo. Ao contrário: é preciso devolver previsibilidade e confiança, assegurando que créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário cumpram imediatamente seu papel de neutralizar a carga tributária.

Do ponto de vista macroeconômico, a supressão do art. 74-A não representa renúncia de receita, mas apenas a restituição tempestiva de valores que a União foi condenada judicialmente a devolver. Sua manutenção apenas alonga artificialmente a execução das decisões judiciais e amplia a litigiosidade, criando um passivo desnecessário para empresas e para o próprio Estado.

Em síntese, ao eliminar o limite mensal para a compensação de créditos judiciais, esta emenda fortalece a segurança jurídica, reduz distorções econômicas, melhora a liquidez das empresas e contribui para a resiliência do Brasil frente ao cenário adverso do comércio internacional. Trata-se de medida que complementa os objetivos centrais da MP nº 1.309/2025, ao reforçar a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica instituído, em caráter temporário e pelo prazo de até 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos destinados ao mercado dos Estados Unidos da América tenham sido comprovadamente afetados pelo aumento tarifário imposto por aquele país.

§ 1º O crédito será calculado sobre os insumos empregados na produção de bens ou na prestação de serviços vinculados a tais pedidos, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos a partes relacionadas situadas fora do território nacional.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir, pelo prazo de até 12 meses, um crédito de PIS/Pasep e da Cofins em favor de pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos ao mercado norte-americano tenham sido impactados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia de fornecedores de



insumos e serviços vinculados às encomendas destinadas ao mercado americano. Esses fornecedores, muitas vezes pequenas e médias empresas, sofrem efeitos imediatos com a redução ou cancelamento de pedidos, absorvendo custos fixos e estoques sem a correspondente geração de receita.

O crédito temporário proposto atua como medida compensatória e de preservação da base produtiva, ao devolver liquidez e neutralizar parte da carga tributária incidente sobre os insumos empregados na produção de bens e serviços afetados pelo tarifaço. Trata-se de medida de natureza emergencial, voltada a assegurar a continuidade da atividade econômica, a manutenção de empregos e a proteção de setores estratégicos da economia nacional diante de agressões comerciais externas.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas mecanismo transitório de compensação, limitado a 12 meses e sujeito a critérios de elegibilidade e controle a serem definidos pelo Ministério da Fazenda. Do ponto de vista econômico, permite que empresas mantenham capacidade operacional até que o setor produtivo consiga redirecionar sua produção para outros mercados, mitigando os efeitos do choque externo sobre a balança comercial e sobre o nível de atividade interna.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço dos EUA busca fragilizar a competitividade brasileira, o crédito presumido temporário devolve liquidez à cadeia produtiva, preserva empregos e garante resiliência ao setor exportador e seus fornecedores, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda institui, pelo prazo de 12 meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins, limitado ao valor global de R\$ 2 bilhões, destinado às pessoas jurídicas da cadeia de exportação de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose.



A medida se justifica pelo contexto excepcional criado pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou abruptamente em até 50% as tarifas incidentes sobre exportações brasileiras desses setores estratégicos. A agressão comercial norte-americana compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia produtiva que lhes fornece insumos, serviços e bens intermediários, gerando cancelamento de pedidos, acúmulo de estoques e perda de liquidez.

O crédito outorgado proposto funciona como mecanismo de compensação emergencial, devolvendo liquidez e preservando margens em segmentos que têm papel decisivo para a balança comercial e para a segurança econômica do país. Café, carnes, suco de laranja, celulose e frutas tropicais não apenas sustentam parte expressiva do superávit externo, mas também garantem milhões de empregos diretos e indiretos no campo e na indústria.

Do ponto de vista fiscal, a medida não constitui renúncia permanente de receita, mas apoio temporário e focalizado, com limite global definido em R\$ 2 bilhões e critérios de elegibilidade a serem estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Assim, assegura previsibilidade, controle orçamentário e compatibilidade com a responsabilidade fiscal.

Sob a ótica econômica, a medida garante fôlego financeiro às empresas até que consigam redirecionar fluxos comerciais para outros mercados, evitando um choque de produção e de emprego que poderia aprofundar os efeitos do tarifaço. Além disso, reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se os Estados Unidos buscam enfraquecer a competitividade brasileira por meio de tarifas punitivas, cabe ao Brasil proteger sua base produtiva e assegurar resiliência.

Em síntese, esta proposta protege setores-chave do agronegócio brasileiro, preserva empregos, garante liquidez e fortalece a capacidade do país de enfrentar agressões externas sem comprometer a sustentabilidade fiscal. Por essas razões, a emenda merece integral acolhimento.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252792708500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cobalchini





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA SUBSTITUTIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Substitua-se o §1º do artigo 1º da Medida Provisória nº 1309/2025, passando a ter o seguinte texto:

Art. 1º.....

.....

§1º As pessoas jurídicas exportadoras ou integrantes de sua cadeia de fornecimento, comprovadamente impactadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, terão prioridade no processo de restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como poderão diferir o prazo de vencimento de tributos federais e de prestações relacionadas à dívida ativa da União, por até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do vencimento original, aplicando-se de forma automática, independentemente de regulamentação por ato do Poder Executivo, cabendo à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apenas a operacionalização do procedimento.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar maior efetividade às medidas previstas no art. 1º, §1º da MP nº 1.309/2025, estabelecendo que a prioridade na restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como o diferimento de tributos federais



e prestações da dívida ativa da União, seja autoaplicável e com prazo definido de 120 dias.

O texto original condiciona tais benefícios a ato do Ministro da Fazenda, criando incerteza quanto à sua efetiva implementação e alcance. No atual contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou drasticamente as tarifas sobre exportações brasileiras, a previsibilidade e a imediata aplicação das medidas são fundamentais para assegurar liquidez e fôlego financeiro às empresas afetadas.

O prazo de 120 dias garante equilíbrio entre a necessidade de suporte emergencial às empresas e a responsabilidade fiscal, funcionando como mecanismo temporário de ajuste de fluxo de caixa. Além disso, reduz litígios e burocracia, uma vez que o direito passa a ser exercido automaticamente, cabendo ao fisco apenas sua execução administrativa.

Em síntese, a emenda reforça o espírito da MP nº 1.309/2025, conferindo segurança jurídica e agilidade na resposta do Estado brasileiro frente às barreiras comerciais externas. Se o tarifaço busca fragilizar a competitividade do Brasil, cabe ao país assegurar instrumentos imediatos de proteção e resiliência para os seus exportadores e fornecedores.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º. A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º. A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º. Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a instituírem modalidade de transação tributária específica, voltada a exportadores e fornecedores diretamente impactados pelo tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto das tarifas sobre produtos brasileiros ameaça a sustentabilidade financeira de setores estratégicos do agronegócio e da indústria, que enfrentam simultaneamente queda nas receitas externas e necessidade de adaptação de suas linhas de produção. Nesse contexto, a transação tributária surge como instrumento adequado de recomposição, pois possibilita a regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas.

A proposta prevê condições diferenciadas, como entrada reduzida, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, além de descontos em multas e juros, de forma a compatibilizar a exigência de arrecadação com a realidade econômica excepcional vivida pelas empresas. Em contrapartida, a manutenção ou ampliação de empregos é estabelecida como condição essencial, assegurando que os benefícios concedidos se revertam em ganhos sociais concretos.

Do ponto de vista fiscal, a medida não representa renúncia, mas recuperação de créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis em razão da crise de liquidez enfrentada pelos exportadores. Do ponto de vista econômico, preserva a capacidade produtiva, sustenta empregos e garante que empresas brasileiras possam enfrentar a adversidade sem recorrer a encerramento de atividades ou redução drástica de operações.

Em síntese, a transação tributária específica proposta representa uma resposta ágil e equilibrada do Estado brasileiro: ao mesmo tempo em que oferece fôlego às empresas atingidas pelo tarifaço, reforça a arrecadação futura e protege



empregos, alinhando-se plenamente aos objetivos da MP nº 1.309/2025 de defesa da soberania econômica e da competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257372078900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por até um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime de drawback, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendido os seguintes critérios:

I – o beneficiário seja exportador que, nos últimos 12 meses, tenha realizado exportações para adquirente localizado nos Estados Unidos da América; e

II – o produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§1º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§2º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecida no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.



JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios abertos que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente, podendo dificultar ou inviabilizar seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime aduaneiro especial de drawback, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendidos os seguintes critérios:

I - os compromissos de exportação em aberto para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros;

II - a análise de encerramento do ato concessório não tenha sido concluída pela autoridade competente na data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se também aos prazos de suspensão de tributos previstos nos atos concessórios titulados por empresas fabricantes-intermediários com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras, para emprego ou consumo na industrialização de produto final cujo compromisso de exportação para os Estados Unidos da América seja comprovadamente afetado por



medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.

§ 2º A prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos de que trata este artigo fica condicionada à apresentação à autoridade competente de:

I – Documentos de qualquer natureza, inclusive histórico de exportações para os Estados Unidos, que demonstrem a intenção comercial, preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória, de venda para os Estados Unidos da América dos produtos objeto dos compromissos de exportação assumidos no ato concessório; e

II – O produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§3º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§4º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecido no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente e que podem impedir o acesso aos exportadores, dificultando ou inviabilizando seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Importa destacar que os atos concessórios de Drawback são firmados considerando-se o histórico comercial com as empresas estrangeiras e cujo



cumprimento deverá ocorrer em até 2 (dois) anos. Portanto, todos os atos concessórios vigentes são impactados pelo aumento tarifário, porque resultam de negociações de médio prazo e não apenas os compromissos vencíveis até dezembro de 2025.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....
.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias-primas;
.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;
.....

VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;
.....

XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;



.....

XLIII – Substratos para plantas; XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e

II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art.XX As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação do rol de insumos agropecuários alcançados pela alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins corrige, antes de tudo, uma distorção reconhecida pelo próprio Congresso: a aplicação restritiva do art. 1º, I, da Lei 10.925/2004 deixa de fora do adequado tratamento tributário diversos insumos.

Essa exclusão impõe hoje uma tributação efetiva extremamente elevada nas vendas internas desses produtos, bem como na importação, elevando o custo de produção em um momento de forte alta internacional de insumos –



dinâmica que o relatório do PL 2022/2022 aponta como fator central na inflação do setor.

Manter essa tributação diferenciada transfere o ônus para toda a cadeia: importadores, distribuidores e, por fim, o produtor rural, que vê sua margem encolher quando compra, por exemplo, rocha fosfática ou ureia pecuária oneradas. O resultado é perda de competitividade frente a concorrentes externos que, em muitos casos, subsidiam seus insumos.

Mais do que uma questão tributária, o tema envolve soberania nacional. O setor agropecuário brasileiro, responsável por assegurar alimentos acessíveis à população e superávits expressivos na balança comercial, depende de insumos básicos cuja produção ainda é majoritariamente importada. A dependência externa em fertilizantes e corretivos expõe o país a choques de oferta e geopolíticos, comprometendo a segurança alimentar e, por consequência, a segurança nacional.

A inclusão expressa de adubos e defensivos biológicos, corretivos, inoculantes microbianos, substratos e rações minerais na lista de alíquota zero reequilibra o tratamento fiscal, estimula a adoção de tecnologias sustentáveis reconhecidas por Embrapa e MAPA – como bioinsumos que reduzem a dependência de nitrogenados fósseis – e mitiga pressões futuras sobre preços de alimentos.

Além do efeito direto na formação de custos, a medida reduz litígios administrativos e judiciais: ao declarar interpretativas as alterações nos incisos I, II, IV e VI, o texto reflete entendimento já consolidado de que esses produtos se enquadram no conceito de insumo agropecuário, mas vinham sendo excluídos apenas por tecnicismo de classificação tarifária.

Com isso, elimina-se a incerteza que trava investimentos em misturadoras, biofábricas e unidades de micronutrientes, liberando capital para expansão de oferta interna justamente quando o Plano Nacional de Fertilizantes aponta a substituição de importações como prioridade estratégica.

Do ponto de vista macroeconômico, a renúncia é largamente compensada pelo aumento de produção, arrecadação de tributos setoriais sobre



volumes maiores e estabilização de preços no atacado, efeito já previsto pelo substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara, que estimou redução imediata de até 4% no custo do fertilizante final.

Em síntese, a emenda alinha a política tributária à realidade tecnológica do campo, fortalece a autonomia nacional na produção de insumos estratégicos, protege a segurança alimentar, reduz a inflação de alimentos e consolida o agro brasileiro como ativo de interesse estratégico para o país, razão pela qual merece integral acolhimento.

A presente emenda também dialoga diretamente com o contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos às exportações brasileiras, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025. Se, de um lado, a Medida Provisória busca proteger setores industriais e exportadores nacionais dos efeitos de medidas unilaterais externas, de outro, é igualmente estratégico fortalecer o setor agropecuário interno, garantindo-lhe acesso a insumos a custos compatíveis. Afinal, um país que assegura sua base produtiva – tanto na indústria exportadora quanto no campo – reduz vulnerabilidades externas e reforça sua soberania econômica e alimentar, enfrentando com mais resiliência choques internacionais como o tarifaço ora em curso.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda



norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estabelece, em caráter excepcional, que nos anos de 2025 e 2026 a devolução de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins às pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América seja obrigatoriamente efetuada no prazo máximo de 30 dias após o pedido.

O fundamento da proposta é a necessidade de dar resposta imediata ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos, que elevou de forma abrupta as tarifas de importação sobre produtos brasileiros, comprometendo a competitividade e a liquidez das empresas exportadoras. No cenário atual, em que a perda de mercado externo representa risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos, a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência.



Hoje, o processo de ressarcimento de créditos de PIS/Cofins é marcado por burocracia e longos prazos de análise, o que transforma créditos legítimos em “ativos de papel”, sem efeito prático sobre o fluxo de caixa das empresas. Ao determinar prazo certo de 30 dias, a emenda torna o direito efetivo e autoaplicável, reduzindo incertezas e devolvendo liquidez imediata às empresas.

Do ponto de vista fiscal, não há renúncia de receita, mas apenas a aceleração da restituição de valores que já pertencem ao contribuinte. Do ponto de vista econômico, a medida funciona como injeção rápida de capital de giro, essencial para a manutenção das atividades exportadoras e para a busca de novos mercados diante das barreiras impostas pelos EUA.

Em síntese, a proposta confere efetividade ao direito do exportador, garante previsibilidade e segurança jurídica e fortalece a resiliência da base produtiva nacional contra os efeitos do tarifaço, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por até um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime de drawback, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendido os seguintes critérios:

I – o beneficiário seja exportador que, nos últimos 12 meses, tenha realizado exportações para adquirente localizado nos Estados Unidos da América; e

II – o produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§1º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§2º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecida no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.



JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios abertos que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente, podendo dificultar ou inviabilizar seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º. A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º. A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º. Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a instituírem modalidade de transação tributária específica, voltada a exportadores e fornecedores diretamente impactados pelo tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto das tarifas sobre produtos brasileiros ameaça a sustentabilidade financeira de setores estratégicos do agronegócio e da indústria, que enfrentam simultaneamente queda nas receitas externas e necessidade de adaptação de suas linhas de produção. Nesse contexto, a transação tributária surge como instrumento adequado de recomposição, pois possibilita a regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas.

A proposta prevê condições diferenciadas, como entrada reduzida, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, além de descontos em multas e juros, de forma a compatibilizar a exigência de arrecadação com a realidade econômica excepcional vivida pelas empresas. Em contrapartida, a manutenção ou ampliação de empregos é estabelecida como condição essencial, assegurando que os benefícios concedidos se revertam em ganhos sociais concretos.

Do ponto de vista fiscal, a medida não representa renúncia, mas recuperação de créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis em razão da crise de liquidez enfrentada pelos exportadores. Do ponto de vista econômico, preserva a capacidade produtiva, sustenta empregos e garante que empresas brasileiras possam enfrentar a adversidade sem recorrer a encerramento de atividades ou redução drástica de operações.

Em síntese, a transação tributária específica proposta representa uma resposta ágil e equilibrada do Estado brasileiro: ao mesmo tempo em que oferece fôlego às empresas atingidas pelo tarifaço, reforça a arrecadação futura e protege



empregos, alinhando-se plenamente aos objetivos da MP nº 1.309/2025 de defesa da soberania econômica e da competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252633855700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XXX Fica permitida a transferência intragrupo de créditos de PIS e COFINS que, de acordo com a legislação vigente, sejam compensáveis com outros tributos federais ou sujeitos à ressarcimento, para empresas produtoras de biocombustíveis pertencentes ao mesmo Grupo Econômico, para uso por estas na compensação com quaisquer tributos federais.

§ 1º. O produtor de biocombustíveis detentor de saldos de créditos de PIS e COFINS decorrentes de operações de frete e armazenagem com biocombustíveis fica autorizado a utilizar tais créditos nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.116/2005, independentemente da data de constituição desses saldos.

§ 2º. Fica atribuída exclusivamente ao cedente dos créditos a responsabilidade em caso de qualquer questionamento fiscal quanto a legitimidade dos créditos transferidos e eventual autuação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa instituir um tratamento fiscal que favoreça diretamente os produtores de biocombustíveis, em especial os de etanol de primeira e segunda geração, permitindo a transferência intragrupo de créditos



de PIS e Cofins compensáveis com tributos federais ou sujeitos a ressarcimento. A medida reconhece que tais produtores incorrem em investimentos elevados para instalação e manutenção de suas plantas, notadamente no caso do etanol de segunda geração, cuja produção é intensiva em tecnologia e capital.

O mecanismo proposto reforça a liquidez e a sustentabilidade econômica do setor ao possibilitar que créditos acumulados em outras empresas do mesmo grupo sejam aproveitados pelos produtores de biocombustíveis, liberando recursos essenciais para a expansão da oferta. Além disso, o § 1º garante que os créditos de operações de frete e armazenagem possam ser utilizados de imediato para compensar quaisquer tributos federais, enquanto o § 2º estabelece responsabilidade exclusiva do cedente em caso de questionamento fiscal, preservando a segurança jurídica da operação.

Mais do que uma medida de ajuste tributário, a proposição deve ser compreendida em um contexto de segurança nacional e soberania energética. O recente tarifaço norte-americano sobre produtos brasileiros, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, evidencia a vulnerabilidade externa do país e a necessidade de fortalecer cadeias produtivas internas estratégicas. O setor de biocombustíveis, além de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e de importações, projeta o Brasil como líder global em energia renovável e contribui para a segurança alimentar ao gerar demanda para a produção agrícola nacional.

Assim, a emenda complementa os objetivos centrais da MP ao assegurar competitividade, estimular inovação tecnológica e ampliar a resiliência do agronegócio e da indústria de biocombustíveis frente a choques internacionais. Trata-se, portanto, de medida alinhada ao art. 225 da Constituição Federal, que orienta políticas públicas e regimes fiscais favorecidos voltados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de café subposição 09.01.2 e do código 2101.1, ambos da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda



norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA SUBSTITUTIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Substitua-se o §1º do artigo 1º da Medida Provisória nº 1309/2025, passando a ter o seguinte texto:

Art. 1º.....

.....

§1º As pessoas jurídicas exportadoras ou integrantes de sua cadeia de fornecimento, comprovadamente impactadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, terão prioridade no processo de restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como poderão diferir o prazo de vencimento de tributos federais e de prestações relacionadas à dívida ativa da União, por até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do vencimento original, aplicando-se de forma automática, independentemente de regulamentação por ato do Poder Executivo, cabendo à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apenas a operacionalização do procedimento.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar maior efetividade às medidas previstas no art. 1º, §1º da MP nº 1.309/2025, estabelecendo que a prioridade na restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como o diferimento de tributos federais



e prestações da dívida ativa da União, seja autoaplicável e com prazo definido de 120 dias.

O texto original condiciona tais benefícios a ato do Ministro da Fazenda, criando incerteza quanto à sua efetiva implementação e alcance. No atual contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou drasticamente as tarifas sobre exportações brasileiras, a previsibilidade e a imediata aplicação das medidas são fundamentais para assegurar liquidez e fôlego financeiro às empresas afetadas.

O prazo de 120 dias garante equilíbrio entre a necessidade de suporte emergencial às empresas e a responsabilidade fiscal, funcionando como mecanismo temporário de ajuste de fluxo de caixa. Além disso, reduz litígios e burocracia, uma vez que o direito passa a ser exercido automaticamente, cabendo ao fisco apenas sua execução administrativa.

Em síntese, a emenda reforça o espírito da MP nº 1.309/2025, conferindo segurança jurídica e agilidade na resposta do Estado brasileiro frente às barreiras comerciais externas. Se o tarifaço busca fragilizar a competitividade do Brasil, cabe ao país assegurar instrumentos imediatos de proteção e resiliência para os seus exportadores e fornecedores.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário e pelo prazo de até 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos destinados ao mercado dos Estados Unidos da América tenham sido comprovadamente afetados pelo aumento tarifário imposto por aquele país.

§ 1º. O crédito será calculado sobre os insumos empregados na produção de bens ou na prestação de serviços vinculados a tais pedidos, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos a partes relacionadas situadas fora do território nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir, pelo prazo de até 12 meses, um crédito de PIS/Pasep e da Cofins em favor de pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos ao mercado norte-americano



tenham sido impactados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia de fornecedores de insumos e serviços vinculados às encomendas destinadas ao mercado americano. Esses fornecedores, muitas vezes pequenas e médias empresas, sofrem efeitos imediatos com a redução ou cancelamento de pedidos, absorvendo custos fixos e estoques sem a correspondente geração de receita.

O crédito temporário proposto atua como medida compensatória e de preservação da base produtiva, ao devolver liquidez e neutralizar parte da carga tributária incidente sobre os insumos empregados na produção de bens e serviços afetados pelo tarifaço. Trata-se de medida de natureza emergencial, voltada a assegurar a continuidade da atividade econômica, a manutenção de empregos e a proteção de setores estratégicos da economia nacional diante de agressões comerciais externas.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas mecanismo transitório de compensação, limitado a 12 meses e sujeito a critérios de elegibilidade e controle a serem definidos pelo Ministério da Fazenda. Do ponto de vista econômico, permite que empresas mantenham capacidade operacional até que o setor produtivo consiga redirecionar sua produção para outros mercados, mitigando os efeitos do choque externo sobre a balança comercial e sobre o nível de atividade interna.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço dos EUA busca fragilizar a competitividade brasileira, o crédito presumido temporário devolve liquidez à cadeia produtiva, preserva empregos e garante resiliência ao setor exportador e seus fornecedores, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º. O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda institui, pelo prazo de 12 meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins, limitado ao valor global de R\$ 2 bilhões, destinado às pessoas jurídicas da cadeia de exportação de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose.

A medida se justifica pelo contexto excepcional criado pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou abruptamente em até 50% as tarifas incidentes sobre exportações brasileiras desses setores estratégicos. A agressão comercial norte-americana compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia produtiva que lhes fornece insumos, serviços e bens intermediários, gerando cancelamento de pedidos, acúmulo de estoques e perda de liquidez.

O crédito outorgado proposto funciona como mecanismo de compensação emergencial, devolvendo liquidez e preservando margens em segmentos que têm papel decisivo para a balança comercial e para a segurança econômica do país. Café, carnes, suco de laranja, celulose e frutas tropicais não apenas sustentam parte expressiva do superávit externo, mas também garantem milhões de empregos diretos e indiretos no campo e na indústria.

Do ponto de vista fiscal, a medida não constitui renúncia permanente de receita, mas apoio temporário e focalizado, com limite global definido em R\$ 2 bilhões e critérios de elegibilidade a serem estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Assim, assegura previsibilidade, controle orçamentário e compatibilidade com a responsabilidade fiscal.

Sob a ótica econômica, a medida garante fôlego financeiro às empresas até que consigam redirecionar fluxos comerciais para outros mercados, evitando um choque de produção e de emprego que poderia aprofundar os efeitos do tarifaço. Além disso, reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se os Estados Unidos buscam enfraquecer a competitividade brasileira por meio de tarifas punitivas, cabe ao Brasil proteger sua base produtiva e assegurar resiliência.



Em síntese, esta proposta protege setores-chave do agronegócio brasileiro, preserva empregos, garante liquidez e fortalece a capacidade do país de enfrentar agressões externas sem comprometer a sustentabilidade fiscal. Por essas razões, a emenda merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime aduaneiro especial de drawback, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendidos os seguintes critérios:

I - os compromissos de exportação em aberto para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros;

II - a análise de encerramento do ato concessório não tenha sido concluída pela autoridade competente na data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se também aos prazos de suspensão de tributos previstos nos atos concessórios titulados por empresas fabricantes-intermediários com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras, para emprego ou consumo na industrialização de produto final cujo compromisso de exportação para os Estados Unidos da América seja comprovadamente afetado por



medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.

§ 2º A prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos de que trata este artigo fica condicionada à apresentação à autoridade competente de:

I – Documentos de qualquer natureza, inclusive histórico de exportações para os Estados Unidos, que demonstrem a intenção comercial, preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória, de venda para os Estados Unidos da América dos produtos objeto dos compromissos de exportação assumidos no ato concessório; e

II – O produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§3º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§4º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecido no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente e que podem impedir o acesso aos exportadores, dificultando ou inviabilizando seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Importa destacar que os atos concessórios de Drawback são firmados considerando-se o histórico comercial com as empresas estrangeiras e cujo



cumprimento deverá ocorrer em até 2 (dois) anos. Portanto, todos os atos concessórios vigentes são impactados pelo aumento tarifário, porque resultam de negociações de médio prazo e não apenas os compromissos vencíveis até dezembro de 2025.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. Xº - O artigo 5º, da Lei n. 12.599/2012, passa a vigorar com a seguinte disposição:

Art. 5º

§ 1º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre a receita de exportação dos produtos classificados no código 0901.1 da Tipi, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

(...)

§ 7º Haverá pagamento de 80% (oitenta por cento) dos créditos previstos, no prazo de até 30 dias, do pedido de ressarcimento, independentemente de fiscalização.

§ 8º O saldo remanescente será objeto de posterior pagamento em até 180 dias, caso não exista fiscalização em andamento.



§ 9º Eventual despacho decisório quanto ao ressarcimento de crédito presumido, inclusive, de forma antecipada, está sujeito ao processo administrativo fiscal do Decreto n. 70.235/72.

§ 10 Os pagamentos a título de ressarcimento não poderão ser objeto de compensação de ofício, salvo anuência do contribuinte, nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito (art. 151, do Código Tributário Nacional) ou em razão de dívida objeto de garantia e discussão em juízo por meio de medida judicial, inclusive, embargos à execução fiscal.

JUSTIFICAÇÃO

O setor cafeeiro, com o surgimento da Lei n. 12.599/2012, recebeu disciplina específica quanto à previsão de crédito presumido de PIS/COFINS em suas operações.

Esta previsão, embora não suficiente para cumprir efetivamente a não cumulatividade, eliminando os resíduos tributários da operação, especialmente, na exportação, foi um importante passo à época para o setor, dada sua relevância no mercado exterior.

Todavia, o setor atualmente enfrenta dois grandes problemas, sendo, de imediato o “Tarifaço” imposto ao café brasileira pelo Governo dos Estados Unidos da América, majorando significativamente o custo da operação para aquele país.

Na relação comercial cafeeira entre EUA e Brasil, as nações são imprescindíveis uma à outra, uma vez que os cafés brasileiros representam uma fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano, sendo o principal fornecedor ao país, ao passo que os EUA respondem por 16% das exportações do produto nacional, cerca de USD 2 bilhões, sendo o principal destino de nossas exportações.

A medida adotada gerará um grave e irreparável prejuízo ao setor, refletindo em perda de investimentos a curto prazo, demissões, endividamento,



entre outros reflexos econômicos e sociais, que serão potencializados pelo atual momento que vive a economia nacional.

Ademais, houve a aprovação da Reforma Tributária para o Consumo (EC 312/2023), que começará a vigorar em 2026, com relevante alteração em 2027, quando o PIS/COFINS será extinto e surgirá em substituição a CBS.

Sendo assim, o setor cafeeiro não terá, a partir de 2027, tais créditos presumidos que, em comparação à carga fiscal que haverá com a CBS, gerará um efetivo aumento de tributação, além de relevante impacto de imediato no fluxo de caixa da cadeia, de tal sorte que o ajuste até 31 de dezembro de 2026 seria uma medida paliativa adicional para atenuar este reflexo negativo que ocorrerá em breve.

Diante deste contexto fático e jurídico, foi sugerida a alteração da Lei n. 12.599/2012, aumentando os percentuais de crédito presumido de PIS/COFINS, até 31 de dezembro de 2026, bem como garantindo efetiva e imediato ressarcimento em pecúnia, como alternativa paliativa ao setor visando atenuar os efeitos do tarifaço e breve impacto da Reforma Tributária.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Suprima-se o inciso IX do §3º do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do inciso IX do §3º do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, que atualmente impede a utilização de créditos tributários na compensação de débitos relativos a recolhimentos mensais por estimativa do IRPJ e da CSLL.

A manutenção dessa vedação cria distorção grave no sistema tributário: de um lado, o contribuinte acumula créditos regularmente reconhecidos de PIS, Cofins ou outros tributos; de outro, é obrigado a recolher,



em espécie, estimativas mensais de IRPJ e CSLL, sem poder compensá-las, ainda que possua saldo credor suficiente. Trata-se de uma duplicidade desnecessária, que gera custo financeiro permanente para as empresas e alimenta litígios administrativos e judiciais.

O contexto atual do tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, reforça a necessidade de eliminar entraves internos que enfraquecem a liquidez e a competitividade das empresas brasileiras. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem margens e restringem exportações, é incoerente que o próprio ordenamento interno continue a impor obstáculos burocráticos que drenam capital de giro e encarecem a atividade produtiva.

A supressão do inciso IX devolve racionalidade ao regime de compensação, permitindo que créditos já constituídos cumpram sua função de neutralizar a carga tributária e preservem a lógica da não cumulatividade. Do ponto de vista macroeconômico, a medida não representa renúncia fiscal – trata-se apenas de ajustar o fluxo temporal de recolhimentos – mas devolve liquidez imediata às empresas, reduzindo custos financeiros e liberando recursos para investimentos e manutenção de empregos.

Além disso, a medida aproxima o sistema brasileiro das melhores práticas internacionais, que concentram a fiscalização no momento da efetiva compensação e não impõem restrições artificiais à utilização de créditos. Também contribui para reduzir a litigiosidade no CARF, onde boa parte das controvérsias decorre justamente de compensações glosadas por força de limitações como a aqui revogada.

Em síntese, ao permitir a compensação com as estimativas mensais de IRPJ e CSLL, a proposta fortalece a coerência da política fiscal, protege a competitividade das empresas brasileiras frente ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos e alinha-se ao espírito da MP nº 1.309/2025: eliminar entraves internos para que o país responda com mais resiliência às pressões externas.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4641479883>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º. A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos



termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º. Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a depreciação acelerada de investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção realizados por empresas brasileiras que necessitam redirecionar exportações ou abrir novos mercados em razão do tarifação imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros ameaça cadeias produtivas inteiras, tornando urgente a diversificação de destinos comerciais. Contudo, a adaptação de linhas produtivas, a aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias para atender mercados alternativos demandam elevado volume de capital. A depreciação acelerada é instrumento fiscal consagrado, utilizado em diversos países como mecanismo de incentivo ao investimento produtivo em cenários de crise ou de transição tecnológica.

Ao permitir a dedução integral do valor do investimento no período em que o bem ou a adaptação entrar em operação, a medida reduz o custo de capital, antecipa o benefício fiscal e melhora a liquidez das empresas, garantindo condições para a rápida readequação de sua produção e a preservação de sua competitividade internacional.

Do ponto de vista fiscal, a medida não implica renúncia permanente de receita, mas apenas diferimento temporal: a União arrecadará o mesmo montante ao longo do tempo, apenas postergando parte da arrecadação em benefício da recuperação imediata do setor produtivo. Do ponto de vista econômico, representa estímulo direto à inovação, à modernização da indústria e à abertura de novos mercados, preservando empregos e assegurando resiliência nacional frente às barreiras externas.



Em síntese, esta emenda fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço busca limitar o acesso do Brasil ao mercado americano, cabe ao país apoiar seus exportadores e fornecedores na conquista de novos mercados e na adaptação de suas cadeias produtivas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2114852020>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. As usinas de biocombustíveis e as que produzam combustíveis oriundos de fontes agrícolas renováveis poderão restituir administrativamente ou compensar com débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal, nos termos dos arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, créditos acumulados das contribuições sociais PIS/PASEP e COFINS, apurados na forma do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, independentemente de serem sujeitos ou não a ressarcimento ou restituição.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende a inclusão de artigo que autoriza a restituição ou compensação de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins pelas usinas de biocombustíveis e destilarias de combustíveis agrícolas renováveis.

A produção de biocombustíveis ocupa posição estratégica no agronegócio brasileiro: reduz a dependência de combustíveis fósseis, gera divisas, impulsiona a descarbonização prevista no Programa RenovaBio e mantém milhares de empregos no meio rural. Contudo, como boa parte das vendas internas é desonerada ou sujeita a alíquotas reduzidas, o regime não cumulativo de PIS/Pasep e Cofins faz com que as usinas acumulem créditos que, sem direito pleno à restituição ou à compensação, transformam-se em custo financeiro permanente, estreitando margens e encarecendo o preço final do combustível.

O contexto atual do tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça ainda mais a urgência de medidas internas que preservem a competitividade da produção nacional. Se de um lado o Governo busca mitigar os efeitos de tarifas externas injustificadas sobre a indústria exportadora, de outro é essencial assegurar que o setor de biocombustíveis não seja sufocado por distorções tributárias internas. Garantir o pleno direito de compensação e restituição dos créditos acumulados significa devolver liquidez a um segmento intensivo em capital e decisivo para a segurança energética do país, permitindo que ele responda com vigor ao cenário adverso do comércio internacional.

Aliás, a própria produção de biocombustível é responsável por grande parte das exportações: seja de etanol, ou da biomassa (DDG de milho, por exemplo) ou até mesmo da proteína animal que utilizou o farelo como ração.

Ademais, incentivar a produção e o consumo de biocombustíveis provenientes de fontes agrícolas renováveis é uma estratégia que transcende o plano econômico imediato: reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa, reforça os compromissos brasileiros no Acordo de Paris e no RenovaBio,



estimula o reaproveitamento de resíduos agroindustriais e melhora a qualidade do ar nas regiões urbanas. Trata-se, portanto, de medida que alia sustentabilidade, geração de renda, transição energética e soberania nacional.

Ao restaurar a neutralidade tributária prometida pelos arts. 3º da Lei 10.637/2002, 3º da Lei 10.833/2003 e 8º da Lei 10.925/2004, e permitir a aplicação plena dos mecanismos de compensação previstos nos arts. 73 e 74 da Lei 9.430/1996, a emenda garante justiça fiscal, reduz distorções e fortalece a autonomia brasileira na produção de energia limpa.

Em síntese, esta proposta complementa de forma decisiva os objetivos da MP nº 1.309/2025: se o tarifaço busca enfraquecer a economia nacional, esta emenda oferece resposta concreta ao fortalecer o agro e a bioenergia como pilares de soberania, segurança energética e competitividade do Brasil.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2904020980>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025, renumerando-se os demais:

“Art. XX. Em caráter excepcional e até 31 de dezembro de 2026, o percentual do Reintegra, de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, sem prejuízo de situações específicas em que a legislação já determine alíquotas superiores.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie. No caso de opção pelo ressarcimento, este deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO



A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional, o percentual do Reintegra em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, abrangendo qualquer produto exportado.

A medida se justifica pelo impacto severo da cumulatividade da tributação existente no Brasil, agravada pelo “tarifaço” imposto pelos Estados Unidos, que elevou abruptamente as tarifas de importação da maioria dos produtos exportados, inclusive do agronegócio brasileiro.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a dezembro de 2026, quando o novo sistema de tributação da CBS substituirá o PIS e a Cofins.

Do ponto de vista econômico, o restabelecimento do Reintegra eleva a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional, permitindo sua reestruturação com a rapidez necessária para enfrentar a crise instaurada pelas tarifas impostas pelo governo norte-americano.

Destaca-se que o próprio Governo Federal, no âmbito do Projeto Brasil Soberano^[1], reconheceu a relevância do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) para as empresas exportadoras, comprometendo-se a devolver “aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, na forma de crédito tributário, ajudando a reduzir custos e aumentar a competitividade no mercado externo”.

O Governo também reforçou a necessidade de antecipar “os efeitos da Reforma Tributária, desonerando a atividade exportadora”.

Assim, o restabelecimento do Reintegra em 3% constitui medida de proteção às cadeias produtivas nacionais contra os efeitos imediatos e mediatos decorrentes das tarifas norte-americanas, que colocam em risco milhares de empregos no campo e na indústria, além de ameaçarem o superávit da balança comercial e a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o “tarifaço” norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos



que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2921667496>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de café classificados nos códigos 09.01.2 e 2101.11.10 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO



A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7977536164>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nsº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de laranja classificados nos códigos 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2009.11, 2009.12 e 2009.19 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO



A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2395819108>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nsº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de cacau classificados nos códigos 1803.10.00, 1803.20.00; 1804.00.00 e 1805.00.00 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICATIVA



A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

JUSTIFICAÇÃO



A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9599587030>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de pescados classificados nos Capítulos 3 e 16 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2522219577>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. Xº - O artigo 5º, da Lei n. 12.599/2012, passa a vigorar com a seguinte disposição:

Art. 5º

§ 1º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre a receita de exportação dos produtos classificados no código 0901.1 da Tipi, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

(...)



§ 7º Haverá pagamento de 80% (oitenta por cento) dos créditos previstos, no prazo de até 30 dias, do pedido de ressarcimento, independentemente de fiscalização.

§ 8º O saldo remanescente será objeto de posterior pagamento em até 180 dias, caso não exista fiscalização em andamento.

§ 9º Eventual despacho decisório quanto ao ressarcimento de crédito presumido, inclusive, de forma antecipada, está sujeito ao processo administrativo fiscal do Decreto n. 70.235/72.

§ 10 Os pagamentos a título de ressarcimento não poderão ser objeto de compensação de ofício, salvo anuência do contribuinte, nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito (art. 151, do Código Tributário Nacional) ou em razão de dívida objeto de garantia e discussão em juízo por meio de medida judicial, inclusive, embargos à execução fiscal.

JUSTIFICAÇÃO

O setor cafeeiro, com o surgimento da Lei n. 12.599/2012, recebeu disciplina específica quanto à previsão de crédito presumido de PIS/COFINS em suas operações.

Esta previsão, embora não suficiente para cumprir efetivamente a não cumulatividade, eliminando os resíduos tributários da operação, especialmente, na exportação, foi um importante passo à época para o setor, dada sua relevância no mercado exterior.

Todavia, o setor atualmente enfrenta dois grandes problemas, sendo, de imediato o “Tarifaço” imposto ao café brasileira pelo Governo dos Estados Unidos da América, majorando significativamente o custo da operação para aquele país.

Na relação comercial cafeeira entre EUA e Brasil, as nações são imprescindíveis uma à outra, uma vez que os cafés brasileiros representam uma



fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano, sendo o principal fornecedor ao país, ao passo que os EUA respondem por 16% das exportações do produto nacional, cerca de USD 2 bilhões, sendo o principal destino de nossas exportações.

A medida adotada gerará um grave e irreparável prejuízo ao setor, refletindo em perda de investimentos a curto prazo, demissões, endividamento, entre outros reflexos econômicos e sociais, que serão potencializados pelo atual momento que vive a economia nacional.

Ademais, houve a aprovação da Reforma Tributária para o Consumo (EC 312/2023), que começará a vigorar em 2026, com relevante alteração em 2027, quando o PIS/COFINS será extinto e surgirá em substituição a CBS.

Sendo assim, o setor cafeeiro não terá, a partir de 2027, tais créditos presumidos que, em comparação à carga fiscal que haverá com a CBS, gerará um efetivo aumento de tributação, além de relevante impacto de imediato no fluxo de caixa da cadeia, de tal sorte que o ajuste até 31 de dezembro de 2026 seria uma medida paliativa adicional para atenuar este reflexo negativo que ocorrerá em breve.

Diante deste contexto fático e jurídico, foi sugerida a alteração da Lei n. 12.599/2012, aumentando os percentuais de crédito presumido de PIS/COFINS, até 31 de dezembro de 2026, bem como garantindo efetiva e imediato ressarcimento em pecúnia, como alternativa paliativa ao setor visando atenuar os efeitos do tarifaço e breve impacto da Reforma Tributária.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime aduaneiro especial de drawback, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendidos os seguintes critérios:

I - os compromissos de exportação em aberto para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros;

II - a análise de encerramento do ato concessório não tenha sido concluída pela autoridade competente na data de entrada em vigor desta Medida Provisória.



§ 1º O disposto no *caput* aplica-se também aos prazos de suspensão de tributos previstos nos atos concessórios titulados por empresas fabricantes-intermediários com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras, para emprego ou consumo na industrialização de produto final cujo compromisso de exportação para os Estados Unidos da América seja comprovadamente afetado por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.

§ 2º A prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos de que trata este artigo fica condicionada à apresentação à autoridade competente de:

I – Documentos de qualquer natureza, inclusive histórico de exportações para os Estados Unidos, que demonstrem a intenção comercial, preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória, de venda para os Estados Unidos da América dos produtos objeto dos compromissos de exportação assumidos no ato concessório; e

II – O produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§3º A prorrogação de que trata o *caput* será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§4º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecido no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios que



conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente e que podem impedir o acesso aos exportadores, dificultando ou inviabilizando seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Importa destacar que os atos concessórios de Drawback são firmados considerando-se o histórico comercial com as empresas estrangeiras e cujo cumprimento deverá ocorrer em até 2 (dois) anos. Portanto, todos os atos concessórios vigentes são impactados pelo aumento tarifário, porque resultam de negociações de médio prazo e não apenas os compromissos vencíveis até dezembro de 2025.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por até um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime de drawback, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendido os seguintes critérios:

I – o beneficiário seja exportador que, nos últimos 12 meses, tenha realizado exportações para adquirente localizado nos Estados Unidos da América; e

II – o produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§1º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.



§2º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecida no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios abertos que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente, podendo dificultar ou inviabilizar seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. As usinas de biocombustíveis e as que produzam combustíveis oriundos de fontes agrícolas renováveis poderão restituir administrativamente ou compensar com débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal, nos termos dos arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, créditos acumulados das contribuições sociais PIS/PASEP e COFINS, apurados na forma do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, independentemente de serem sujeitos ou não a ressarcimento ou restituição.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende a inclusão de artigo que autoriza a restituição ou compensação de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins pelas usinas de biocombustíveis e destilarias de combustíveis agrícolas renováveis.

A produção de biocombustíveis ocupa posição estratégica no agronegócio brasileiro: reduz a dependência de combustíveis fósseis, gera divisas, impulsiona a descarbonização prevista no Programa RenovaBio e mantém milhares de empregos no meio rural. Contudo, como boa parte das vendas internas é desonerada ou sujeita a alíquotas reduzidas, o regime não cumulativo de PIS/



Pasep e Cofins faz com que as usinas acumulem créditos que, sem direito pleno à restituição ou à compensação, transformam-se em custo financeiro permanente, estreitando margens e encarecendo o preço final do combustível.

O contexto atual do tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça ainda mais a urgência de medidas internas que preservem a competitividade da produção nacional. Se de um lado o Governo busca mitigar os efeitos de tarifas externas injustificadas sobre a indústria exportadora, de outro é essencial assegurar que o setor de biocombustíveis não seja sufocado por distorções tributárias internas. Garantir o pleno direito de compensação e restituição dos créditos acumulados significa devolver liquidez a um segmento intensivo em capital e decisivo para a segurança energética do país, permitindo que ele responda com vigor ao cenário adverso do comércio internacional.

Aliás, a própria produção de biocombustível é responsável por grande parte das exportações: seja de etanol, ou da biomassa (DDG de milho, por exemplo) ou até mesmo da proteína animal que utilizou o farelo como ração.

Ademais, incentivar a produção e o consumo de biocombustíveis provenientes de fontes agrícolas renováveis é uma estratégia que transcende o plano econômico imediato: reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa, reforça os compromissos brasileiros no Acordo de Paris e no RenovaBio, estimula o reaproveitamento de resíduos agroindustriais e melhora a qualidade do ar nas regiões urbanas. Trata-se, portanto, de medida que alia sustentabilidade, geração de renda, transição energética e soberania nacional.

Ao restaurar a neutralidade tributária prometida pelos arts. 3º da Lei 10.637/2002, 3º da Lei 10.833/2003 e 8º da Lei 10.925/2004, e permitir a aplicação plena dos mecanismos de compensação previstos nos arts. 73 e 74 da Lei 9.430/1996, a emenda garante justiça fiscal, reduz distorções e fortalece a autonomia brasileira na produção de energia limpa.

Em síntese, esta proposta complementa de forma decisiva os objetivos da MP nº 1.309/2025: se o tarifaço busca enfraquecer a economia



nacional, esta emenda oferece resposta concreta ao fortalecer o agro e a bioenergia como pilares de soberania, segurança energética e competitividade do Brasil.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256769574800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Vampiro





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025, renumerando-se os demais:

“Art. XX. Em caráter excepcional e até 31 de dezembro de 2026, o percentual do Reintegra, de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, sem prejuízo de situações específicas em que a legislação já determine alíquotas superiores.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie. No caso de opção pelo ressarcimento, este deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional, o percentual do Reintegra em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, abrangendo qualquer produto exportado.

A medida se justifica pelo impacto severo da cumulatividade da tributação existente no Brasil, agravada pelo “tarifaço” imposto pelos Estados



Unidos, que elevou abruptamente as tarifas de importação da maioria dos produtos exportados, inclusive do agronegócio brasileiro.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a dezembro de 2026, quando o novo sistema de tributação da CBS substituirá o PIS e a Cofins.

Do ponto de vista econômico, o restabelecimento do Reintegra eleva a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional, permitindo sua reestruturação com a rapidez necessária para enfrentar a crise instaurada pelas tarifas impostas pelo governo norte-americano.

Destaca-se que o próprio Governo Federal, no âmbito do Projeto Brasil Soberano, reconheceu a relevância do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) para as empresas exportadoras, comprometendo-se a devolver “aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, na forma de crédito tributário, ajudando a reduzir custos e aumentar a competitividade no mercado externo”.

O Governo também reforçou a necessidade de antecipar “os efeitos da Reforma Tributária, desonerando a atividade exportadora”.

Assim, o restabelecimento do Reintegra em 3% constitui medida de proteção às cadeias produtivas nacionais contra os efeitos imediatos e mediatos decorrentes das tarifas norte-americanas, que colocam em risco milhares de empregos no campo e na indústria, além de ameaçarem o superávit da balança comercial e a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o “tarifaço” norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251488061200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estabelece, em caráter excepcional, que nos anos de 2025 e 2026 a devolução de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins às pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América seja obrigatoriamente efetuada no prazo máximo de 30 dias após o pedido.



O fundamento da proposta é a necessidade de dar resposta imediata ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos, que elevou de forma abrupta as tarifas de importação sobre produtos brasileiros, comprometendo a competitividade e a liquidez das empresas exportadoras. No cenário atual, em que a perda de mercado externo representa risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos, a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência.

Hoje, o processo de ressarcimento de créditos de PIS/Cofins é marcado por burocracia e longos prazos de análise, o que transforma créditos legítimos em “ativos de papel”, sem efeito prático sobre o fluxo de caixa das empresas. Ao determinar prazo certo de 30 dias, a emenda torna o direito efetivo e autoaplicável, reduzindo incertezas e devolvendo liquidez imediata às empresas.

Do ponto de vista fiscal, não há renúncia de receita, mas apenas a aceleração da restituição de valores que já pertencem ao contribuinte. Do ponto de vista econômico, a medida funciona como injeção rápida de capital de giro, essencial para a manutenção das atividades exportadoras e para a busca de novos mercados diante das barreiras impostas pelos EUA.

Em síntese, a proposta confere efetividade ao direito do exportador, garante previsibilidade e segurança jurídica e fortalece a resiliência da base produtiva nacional contra os efeitos do tarifaço, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, os percentuais de créditos presumidos a que se referem o artigo 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e o artigo 15, da Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013, ficam majorados em 100% (cem por cento) para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Os créditos referidos no caput deverão ser ressarcidos em até 30 (trinta) dias após o pedido efetuado pelo contribuinte.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a majoração, em 100% (cem por cento), do percentual de crédito presumido previsto no art. 8º da Lei nº 10.925/2004, em



caráter excepcional e restrito aos exercícios de 2025 e 2026, para pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

A medida se fundamenta no cenário adverso criado pelo tarifaço norte-americano, que elevou de forma abrupta as tarifas incidentes sobre diversos produtos do agronegócio e da indústria brasileira, reduzindo margens de exportadores, cancelando contratos e comprometendo a previsibilidade de setores inteiros.

O crédito presumido de PIS/Pasep e Cofins é um mecanismo já consolidado de desoneração, utilizado justamente para neutralizar a cumulatividade residual dessas contribuições em cadeias produtivas exportadoras. Sua majoração temporária atua como instrumento emergencial de recomposição da competitividade das empresas brasileiras frente ao aumento artificial de custos imposto externamente.

Do ponto de vista econômico, a medida garante liquidez imediata às empresas exportadoras, permitindo a manutenção de empregos, investimentos e contratos de fornecimento, além de estimular a busca de novos mercados para compensar a retração das vendas aos EUA. Do ponto de vista fiscal, a proposta não representa renúncia estrutural de receita, mas apoio transitório e focalizado, limitado a dois exercícios e condicionado às exportações destinadas ao mercado norte-americano.

A adoção de um crédito presumido majorado reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se o tarifaço busca fragilizar a posição brasileira no comércio internacional, o país deve responder com medidas que assegurem a continuidade da produção e da competitividade de seus setores estratégicos.

Em síntese, a emenda representa um instrumento de alívio emergencial e temporário, que protege a base exportadora nacional, garante empregos e reforça a resiliência da economia brasileira diante de medidas unilaterais externas, razão pela qual merece integral acolhimento.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9458745374>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nsº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

§1º Os créditos serão calculados sobre o volume de exportação realizado nos últimos 12 (doze) meses da publicação dessa lei.

§2º. Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja e café destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3161770798>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nsº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

§1º Os créditos serão calculados sobre o volume de exportação realizado nos últimos 12 (doze) meses da publicação dessa lei.

§2º. Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja e café destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5899401799>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1º. Substitua-se o §1º do artigo 1º da Medida Provisória nº 1309/2025, passando a ter o seguinte texto:

Art. 1º.....

.....

§1º As pessoas jurídicas exportadoras ou integrantes de sua cadeia de fornecimento, comprovadamente impactadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, terão prioridade no processo de restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como poderão diferir o prazo de vencimento de tributos federais e de prestações relacionadas à dívida ativa da União, por até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do vencimento original, aplicando-se de forma automática, independentemente de regulamentação por ato do Poder Executivo, cabendo à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apenas a operacionalização do procedimento.



JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa dar maior efetividade às medidas previstas no art. 1º, §1º da MP nº 1.309/2025, estabelecendo que a prioridade na restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como o diferimento de tributos federais e prestações da dívida ativa da União, seja autoaplicável e com prazo definido de 120 dias.

O texto original condiciona tais benefícios a ato do Ministro da Fazenda, criando incerteza quanto à sua efetiva implementação e alcance. No atual contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou drasticamente as tarifas sobre exportações brasileiras, a previsibilidade e a imediata aplicação das medidas são fundamentais para assegurar liquidez e fôlego financeiro às empresas afetadas.

O prazo de 120 dias garante equilíbrio entre a necessidade de suporte emergencial às empresas e a responsabilidade fiscal, funcionando como mecanismo temporário de ajuste de fluxo de caixa. Além disso, reduz litígios e burocracia, uma vez que o direito passa a ser exercido automaticamente, cabendo ao fisco apenas sua execução administrativa.

Em síntese, a emenda reforça o espírito da MP nº 1.309/2025, conferindo segurança jurídica e agilidade na resposta do Estado brasileiro frente às barreiras comerciais externas. Se o tarifaço busca fragilizar a competitividade do Brasil, cabe ao país assegurar instrumentos imediatos de proteção e resiliência para os seus exportadores e fornecedores.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar maior efetividade às medidas previstas no art. 1º, §1º da MP nº 1.309/2025, estabelecendo que a prioridade na restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como o diferimento de tributos federais e prestações da dívida ativa da União, seja autoaplicável e com prazo definido de 120 dias.



O texto original condiciona tais benefícios a ato do Ministro da Fazenda, criando incerteza quanto à sua efetiva implementação e alcance. No atual contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou drasticamente as tarifas sobre exportações brasileiras, a previsibilidade e a imediata aplicação das medidas são fundamentais para assegurar liquidez e fôlego financeiro às empresas afetadas.

O prazo de 120 dias garante equilíbrio entre a necessidade de suporte emergencial às empresas e a responsabilidade fiscal, funcionando como mecanismo temporário de ajuste de fluxo de caixa. Além disso, reduz litígios e burocracia, uma vez que o direito passa a ser exercido automaticamente, cabendo ao fisco apenas sua execução administrativa.

Em síntese, a emenda reforça o espírito da MP nº 1.309/2025, conferindo segurança jurídica e agilidade na resposta do Estado brasileiro frente às barreiras comerciais externas. Se o tarifaço busca fragilizar a competitividade do Brasil, cabe ao país assegurar instrumentos imediatos de proteção e resiliência para os seus exportadores e fornecedores.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º. A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.



§ 2º. A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º. Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a instituírem modalidade de transação tributária específica, voltada a exportadores e fornecedores diretamente impactados pelo tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto das tarifas sobre produtos brasileiros ameaça a sustentabilidade financeira de setores estratégicos do agronegócio e da indústria, que enfrentam simultaneamente queda nas receitas externas e necessidade de adaptação de suas linhas de produção. Nesse contexto, a transação tributária surge como instrumento adequado de recomposição, pois possibilita a regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas.

A proposta prevê condições diferenciadas, como entrada reduzida, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, além de descontos em multas e juros, de forma a compatibilizar a exigência de arrecadação com a realidade econômica excepcional vivida pelas empresas. Em contrapartida, a manutenção ou ampliação de empregos é estabelecida como condição essencial, assegurando que os benefícios concedidos se revertam em ganhos sociais concretos.

Do ponto de vista fiscal, a medida não representa renúncia, mas recuperação de créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis em razão da crise de liquidez enfrentada pelos exportadores. Do ponto de vista econômico, preserva a capacidade produtiva, sustenta empregos e



garante que empresas brasileiras possam enfrentar a adversidade sem recorrer a encerramento de atividades ou redução drástica de operações.

Em síntese, a transação tributária específica proposta representa uma resposta ágil e equilibrada do Estado brasileiro: ao mesmo tempo em que oferece fôlego às empresas atingidas pelo tarifaço, reforça a arrecadação futura e protege empregos, alinhando-se plenamente aos objetivos da MP nº 1.309/2025 de defesa da soberania econômica e da competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4965347808>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º. O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.



§ 3º. Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda institui, pelo prazo de 12 meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins, limitado ao valor global de R\$ 2 bilhões, destinado às pessoas jurídicas da cadeia de exportação de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose.

A medida se justifica pelo contexto excepcional criado pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou abruptamente em até 50% as tarifas incidentes sobre exportações brasileiras desses setores estratégicos. A agressão comercial norte-americana compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia produtiva que lhes fornece insumos, serviços e bens intermediários, gerando cancelamento de pedidos, acúmulo de estoques e perda de liquidez.

O crédito outorgado proposto funciona como mecanismo de compensação emergencial, devolvendo liquidez e preservando margens em segmentos que têm papel decisivo para a balança comercial e para a segurança econômica do país. Café, carnes, suco de laranja, celulose e frutas tropicais não apenas sustentam parte expressiva do superávit externo, mas também garantem milhões de empregos diretos e indiretos no campo e na indústria.

Do ponto de vista fiscal, a medida não constitui renúncia permanente de receita, mas apoio temporário e focalizado, com limite global definido em R\$ 2 bilhões e critérios de elegibilidade a serem estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Assim, assegura previsibilidade, controle orçamentário e compatibilidade com a responsabilidade fiscal.



Sob a ótica econômica, a medida garante fôlego financeiro às empresas até que consigam redirecionar fluxos comerciais para outros mercados, evitando um choque de produção e de emprego que poderia aprofundar os efeitos do tarifaço. Além disso, reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se os Estados Unidos buscam enfraquecer a competitividade brasileira por meio de tarifas punitivas, cabe ao Brasil proteger sua base produtiva e assegurar resiliência.

Em síntese, esta proposta protege setores-chave do agronegócio brasileiro, preserva empregos, garante liquidez e fortalece a capacidade do país de enfrentar agressões externas sem comprometer a sustentabilidade fiscal. Por essas razões, a emenda merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário e pelo prazo de até 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos destinados ao mercado dos Estados Unidos da América tenham sido comprovadamente afetados pelo aumento tarifário imposto por aquele país.

§ 1º. O crédito será calculado sobre os insumos empregados na produção de bens ou na prestação de serviços vinculados a tais pedidos, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.



§ 3º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos a partes relacionadas situadas fora do território nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir, pelo prazo de até 12 meses, um crédito de PIS/Pasep e da Cofins em favor de pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos ao mercado norte-americano tenham sido impactados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia de fornecedores de insumos e serviços vinculados às encomendas destinadas ao mercado americano. Esses fornecedores, muitas vezes pequenas e médias empresas, sofrem efeitos imediatos com a redução ou cancelamento de pedidos, absorvendo custos fixos e estoques sem a correspondente geração de receita.

O crédito temporário proposto atua como medida compensatória e de preservação da base produtiva, ao devolver liquidez e neutralizar parte da carga tributária incidente sobre os insumos empregados na produção de bens e serviços afetados pelo tarifaço. Trata-se de medida de natureza emergencial, voltada a assegurar a continuidade da atividade econômica, a manutenção de empregos e a proteção de setores estratégicos da economia nacional diante de agressões comerciais externas.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas mecanismo transitório de compensação, limitado a 12 meses e sujeito a critérios de elegibilidade e controle a serem definidos pelo Ministério da Fazenda. Do ponto de vista econômico, permite que empresas mantenham capacidade operacional até que o setor produtivo consiga redirecionar sua produção para outros mercados, mitigando os efeitos do choque externo sobre a balança comercial e sobre o nível de atividade interna.



Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço dos EUA busca fragilizar a competitividade brasileira, o crédito presumido temporário devolve liquidez à cadeia produtiva, preserva empregos e garante resiliência ao setor exportador e seus fornecedores, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3564224218>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Revoga-se o artigo 74-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do art. 74-A da Lei nº 9.430/1996, introduzido pela Lei nº 14.873/2024, que impôs limite mensal à compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

A restrição criada pelo dispositivo em questão representa grave retrocesso em matéria de segurança jurídica e respeito à coisa julgada. O crédito



tributário decorrente de decisão definitiva do Poder Judiciário constitui direito líquido e certo do contribuinte, não podendo ser artificialmente limitado por ato infralegal do Ministro da Fazenda. Tal limitação converte uma vitória judicial em um benefício esvaziado, diluído no tempo, que impede o contribuinte de obter o pleno efeito econômico da decisão que lhe foi favorável.

Além da violação à coisa julgada, a medida fere os princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco, ao impor ao contribuinte custos financeiros desnecessários, obrigando-o a manter débitos em aberto ou a recorrer a endividamento enquanto seus créditos legítimos permanecem represados pela trava mensal.

O contexto atual do tarifaço norte-americano – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça a urgência da supressão desse dispositivo. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem a competitividade das empresas nacionais, é incoerente manter entraves internos que drenam liquidez, aumentam incerteza regulatória e comprometem a capacidade de reação do setor produtivo. Ao contrário: é preciso devolver previsibilidade e confiança, assegurando que créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário cumpram imediatamente seu papel de neutralizar a carga tributária.

Do ponto de vista macroeconômico, a supressão do art. 74-A não representa renúncia de receita, mas apenas a restituição tempestiva de valores que a União foi condenada judicialmente a devolver. Sua manutenção apenas alonga artificialmente a execução das decisões judiciais e amplia a litigiosidade, criando um passivo desnecessário para empresas e para o próprio Estado.

Em síntese, ao eliminar o limite mensal para a compensação de créditos judiciais, esta emenda fortalece a segurança jurídica, reduz distorções econômicas, melhora a liquidez das empresas e contribui para a resiliência do Brasil frente ao cenário adverso do comércio internacional. Trata-se de medida que complementa os objetivos centrais da MP nº 1.309/2025, ao reforçar a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, razão pela qual merece integral acolhimento.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3480543902>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se inclusive para os créditos já registrados e sujeitos a pedido de restituição pelo contribuinte:

Art. 73-A. Não se aplica o disposto nos incisos VI, VII e IX, do §3º, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aos créditos relativos aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil apropriados pelo contribuinte com base nas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, submetidos a pedido de restituição, mas ainda não utilizados pelo contribuinte para compensação, não podendo tais créditos ser objeto de lançamento de ofício para quaisquer fins.

Parágrafo único. O direito de crédito somente poderá ser objeto de glosa e eventualmente autuação a partir do momento em que o contribuinte



efetivamente utilizar o crédito para dedução em sua apuração fiscal ou por compensação com outros tributos federais.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de inclusão do art. 73-A na Lei 9.430/1996 fundamenta-se na necessidade de alinhar o processo de fiscalização tributária aos princípios constitucionais de legalidade, segurança jurídica, confiança legítima, proporcionalidade e vedação ao confisco. Os contribuintes lançaram em seus livros créditos expressamente autorizados pelas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, mas correm o risco de autuação já na fase de escrituração, isto é, antes de qualquer utilização econômica desses valores, em razão de reiteradas tentativas da administração tributária de restringir o aproveitamento de créditos legítimos.

Essa prática, além de violar a lógica da não cumulatividade, gera cobrança em duplicidade e impõe custos financeiros desnecessários a empresas que apenas registram créditos, sem qualquer impacto real sobre a arrecadação. A antecipação da glosa cria incerteza regulatória, eleva litigiosidade no CARF e obriga contribuintes a manter depósitos e garantias onerosas em torno de créditos “de papel”.

O dispositivo ora proposto preserva o poder de fiscalização da Receita Federal, que continuará apta a glosar créditos e lavrar autos quando houver efetiva compensação, mas evita sanções desproporcionais antes de qualquer benefício econômico. Ao concentrar a fiscalização no momento da utilização do crédito, a medida melhora o ambiente de negócios, reduz o contencioso administrativo e judicial e aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação sobre valor agregado.

Mais do que uma correção técnica, trata-se de medida com impacto estratégico no contexto do tarifaço norte-americano, que levou à edição da MP nº



1.309/2025. Se os Estados Unidos impõem barreiras unilaterais para enfraquecer a competitividade brasileira, o Brasil não pode, internamente, impor obstáculos adicionais que minam a liquidez e a segurança jurídica de suas empresas. Essa emenda garante coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, fortalecendo a resiliência do setor produtivo em um cenário de disputas internacionais.

Do ponto de vista macroeconômico, a proposta elimina custos inúteis, melhora a alocação de recursos da fiscalização e favorece investimentos, sobretudo de startups e pequenas empresas, que são mais vulneráveis a longos litígios. Em linha com a reforma tributária em curso, a medida reforça a previsibilidade do sistema, reduz incertezas e protege a competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

**Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)**





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XXX Fica permitida a transferência intragrupo de créditos de PIS e COFINS que, de acordo com a legislação vigente, sejam compensáveis com outros tributos federais ou sujeitos à ressarcimento, para empresas produtoras de biocombustíveis pertencentes ao mesmo Grupo Econômico, para uso por estas na compensação com quaisquer tributos federais.

§ 1º. O produtor de biocombustíveis detentor de saldos de créditos de PIS e COFINS decorrentes de operações de frete e armazenagem com biocombustíveis fica autorizado a utilizar tais créditos nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.116/2005, independentemente da data de constituição desses saldos.



§ 2º. Fica atribuída exclusivamente ao cedente dos créditos a responsabilidade em caso de qualquer questionamento fiscal quanto a legitimidade dos créditos transferidos e eventual autuação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa instituir um tratamento fiscal que favoreça diretamente os produtores de biocombustíveis, em especial os de etanol de primeira e segunda geração, permitindo a transferência intragrupo de créditos de PIS e Cofins compensáveis com tributos federais ou sujeitos a ressarcimento. A medida reconhece que tais produtores incorrem em investimentos elevados para instalação e manutenção de suas plantas, notadamente no caso do etanol de segunda geração, cuja produção é intensiva em tecnologia e capital.

O mecanismo proposto reforça a liquidez e a sustentabilidade econômica do setor ao possibilitar que créditos acumulados em outras empresas do mesmo grupo sejam aproveitados pelos produtores de biocombustíveis, liberando recursos essenciais para a expansão da oferta. Além disso, o § 1º garante que os créditos de operações de frete e armazenagem possam ser utilizados de imediato para compensar quaisquer tributos federais, enquanto o § 2º estabelece responsabilidade exclusiva do cedente em caso de questionamento fiscal, preservando a segurança jurídica da operação.

Mais do que uma medida de ajuste tributário, a proposição deve ser compreendida em um contexto de segurança nacional e soberania energética. O recente tarifaço norte-americano sobre produtos brasileiros, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, evidencia a vulnerabilidade externa do país e a necessidade de fortalecer cadeias produtivas internas estratégicas. O setor de biocombustíveis, além de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e de importações, projeta o Brasil como líder global em energia renovável e contribui para a segurança alimentar ao gerar demanda para a produção agrícola nacional.



Assim, a emenda complementa os objetivos centrais da MP ao assegurar competitividade, estimular inovação tecnológica e ampliar a resiliência do agronegócio e da indústria de biocombustíveis frente a choques internacionais. Trata-se, portanto, de medida alinhada ao art. 225 da Constituição Federal, que orienta políticas públicas e regimes fiscais favorecidos voltados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias-primas;.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;.....



VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;

.....

XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;

.....

XLIII - Substratos para plantas; XLIV - os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e

II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art.XX As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação do rol de insumos agropecuários alcançados pela alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins corrige, antes de tudo, uma distorção reconhecida pelo



próprio Congresso: a aplicação restritiva do art. 1º, I, da Lei 10.925/2004 deixa de fora do adequado tratamento tributário diversos insumos.

Essa exclusão impõe hoje uma tributação efetiva extremamente elevada nas vendas internas desses produtos, bem como na importação, elevando o custo de produção em um momento de forte alta internacional de insumos – dinâmica que o relatório do PL 2022/2022 aponta como fator central na inflação do setor.

Manter essa tributação diferenciada transfere o ônus para toda a cadeia: importadores, distribuidores e, por fim, o produtor rural, que vê sua margem encolher quando compra, por exemplo, rocha fosfática ou ureia pecuária oneradas. O resultado é perda de competitividade frente a concorrentes externos que, em muitos casos, subsidiam seus insumos.

Mais do que uma questão tributária, o tema envolve soberania nacional. O setor agropecuário brasileiro, responsável por assegurar alimentos acessíveis à população e superávits expressivos na balança comercial, depende de insumos básicos cuja produção ainda é majoritariamente importada. A dependência externa em fertilizantes e corretivos expõe o país a choques de oferta e geopolíticos, comprometendo a segurança alimentar e, por consequência, a segurança nacional.

A inclusão expressa de adubos e defensivos biológicos, corretivos, inoculantes microbianos, substratos e rações minerais na lista de alíquota zero reequilibra o tratamento fiscal, estimula a adoção de tecnologias sustentáveis reconhecidas por Embrapa e MAPA – como bioinsumos que reduzem a dependência de nitrogenados fósseis – e mitiga pressões futuras sobre preços de alimentos.

Além do efeito direto na formação de custos, a medida reduz litígios administrativos e judiciais: ao declarar interpretativas as alterações nos incisos I, II, IV e VI, o texto reflete entendimento já consolidado de que esses produtos se enquadram no conceito de insumo agropecuário, mas vinham sendo excluídos apenas por tecnicismo de classificação tarifária.



Com isso, elimina-se a incerteza que trava investimentos em misturadoras, biofábricas e unidades de micronutrientes, liberando capital para expansão de oferta interna justamente quando o Plano Nacional de Fertilizantes aponta a substituição de importações como prioridade estratégica.

Do ponto de vista macroeconômico, a renúncia é largamente compensada pelo aumento de produção, arrecadação de tributos setoriais sobre volumes maiores e estabilização de preços no atacado, efeito já previsto pelo substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara, que estimou redução imediata de até 4% no custo do fertilizante final.

Em síntese, a emenda alinha a política tributária à realidade tecnológica do campo, fortalece a autonomia nacional na produção de insumos estratégicos, protege a segurança alimentar, reduz a inflação de alimentos e consolida o agro brasileiro como ativo de interesse estratégico para o país, razão pela qual merece integral acolhimento.

A presente emenda também dialoga diretamente com o contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos às exportações brasileiras, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025. Se, de um lado, a Medida Provisória busca proteger setores industriais e exportadores nacionais dos efeitos de medidas unilaterais externas, de outro, é igualmente estratégico fortalecer o setor agropecuário interno, garantindo-lhe acesso a insumos a custos compatíveis. Afinal, um país que assegura sua base produtiva – tanto na indústria exportadora quanto no campo – reduz vulnerabilidades externas e reforça sua soberania econômica e alimentar, enfrentando com mais resiliência choques internacionais como o tarifaço ora em curso.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. Xº - O artigo 5º, da Lei n. 12.599/2012, passa a vigorar com a seguinte disposição:

Art. 5º

§ 1º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre a receita de exportação dos produtos classificados no código 0901.1 da Tipi, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

(...)

§ 7º Haverá pagamento de 80% (oitenta por cento) dos créditos previstos, no prazo de até 30 dias, do pedido de ressarcimento, independentemente de fiscalização.



§ 8º O saldo remanescente será objeto de posterior pagamento em até 180 dias, caso não exista fiscalização em andamento.

§ 9º Eventual despacho decisório quanto ao ressarcimento de crédito presumido, inclusive, de forma antecipada, está sujeito ao processo administrativo fiscal do Decreto n. 70.235/72.

§ 10 Os pagamentos a título de ressarcimento não poderão ser objeto de compensação de ofício, salvo anuência do contribuinte, nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito (art. 151, do Código Tributário Nacional) ou em razão de dívida objeto de garantia e discussão em juízo por meio de medida judicial, inclusive, embargos à execução fiscal.

JUSTIFICAÇÃO

O setor cafeeiro, com o surgimento da Lei n. 12.599/2012, recebeu disciplina específica quanto à previsão de crédito presumido de PIS/COFINS em suas operações.

Esta previsão, embora não suficiente para cumprir efetivamente a não cumulatividade, eliminando os resíduos tributários da operação, especialmente, na exportação, foi um importante passo à época para o setor, dada sua relevância no mercado exterior.

Todavia, o setor atualmente enfrenta dois grandes problemas, sendo, de imediato o “Tarifaço” imposto ao café brasileira pelo Governo dos Estados Unidos da América, majorando significativamente o custo da operação para aquele país.

Na relação comercial cafeeira entre EUA e Brasil, as nações são imprescindíveis uma à outra, uma vez que os cafés brasileiros representam uma fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano, sendo o principal fornecedor ao país, ao passo que os EUA respondem por 16% das exportações do produto nacional, cerca de USD 2 bilhões, sendo o principal destino de nossas exportações.



A medida adotada gerará um grave e irreparável prejuízo ao setor, refletindo em perda de investimentos a curto prazo, demissões, endividamento, entre outros reflexos econômicos e sociais, que serão potencializados pelo atual momento que vive a economia nacional.

Ademais, houve a aprovação da Reforma Tributária para o Consumo (EC 312/2023), que começará a vigorar em 2026, com relevante alteração em 2027, quando o PIS/COFINS será extinto e surgirá em substituição a CBS.

Sendo assim, o setor cafeeiro não terá, a partir de 2027, tais créditos presumidos que, em comparação à carga fiscal que haverá com a CBS, gerará um efetivo aumento de tributação, além de relevante impacto de imediato no fluxo de caixa da cadeia, de tal sorte que o ajuste até 31 de dezembro de 2026 seria uma medida paliativa adicional para atenuar este reflexo negativo que ocorrerá em breve.

Diante deste contexto fático e jurídico, foi sugerida a alteração da Lei n. 12.599/2012, aumentando os percentuais de crédito presumido de PIS/COFINS, até 31 de dezembro de 2026, bem como garantindo efetiva e imediato ressarcimento em pecúnia, como alternativa paliativa ao setor visando atenuar os efeitos do tarifaço e breve impacto da Reforma Tributária.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Domingos Sávio
(PL - MG)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a depreciação acelerada de investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção realizados por empresas brasileiras que necessitam redirecionar exportações ou abrir novos mercados em razão do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.



O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros ameaça cadeias produtivas inteiras, tornando urgente a diversificação de destinos comerciais. Contudo, a adaptação de linhas produtivas, a aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias para atender mercados alternativos demandam elevado volume de capital. A depreciação acelerada é instrumento fiscal consagrado, utilizado em diversos países como mecanismo de incentivo ao investimento produtivo em cenários de crise ou de transição tecnológica.

Ao permitir a dedução integral do valor do investimento no período em que o bem ou a adaptação entrar em operação, a medida reduz o custo de capital, antecipa o benefício fiscal e melhora a liquidez das empresas, garantindo condições para a rápida readequação de sua produção e a preservação de sua competitividade internacional.

Do ponto de vista fiscal, a medida não implica renúncia permanente de receita, mas apenas diferimento temporal: a União arrecadará o mesmo montante ao longo do tempo, apenas postergando parte da arrecadação em benefício da recuperação imediata do setor produtivo. Do ponto de vista econômico, representa estímulo direto à inovação, à modernização da indústria e à abertura de novos mercados, preservando empregos e assegurando resiliência nacional frente às barreiras externas.

Em síntese, esta emenda fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço busca limitar o acesso do Brasil ao mercado americano, cabe ao país apoiar seus exportadores e fornecedores na conquista de novos mercados e na adaptação de suas cadeias produtivas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.



O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime aduaneiro especial de drawback, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendidos os seguintes critérios:

I - os compromissos de exportação em aberto para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros;

II - a análise de encerramento do ato concessório não tenha sido concluída pela autoridade competente na data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se também aos prazos de suspensão de tributos previstos nos atos concessórios titulados por empresas fabricantes-intermediários com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras, para emprego ou consumo na industrialização de produto final cujo compromisso de exportação para os Estados Unidos da América seja comprovadamente afetado por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.

§ 2º A prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos de que trata este artigo fica condicionada à apresentação à autoridade competente de:



I – Documentos de qualquer natureza, inclusive histórico de exportações para os Estados Unidos, que demonstrem a intenção comercial, preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória, de venda para os Estados Unidos da América dos produtos objeto dos compromissos de exportação assumidos no ato concessório; e

II – O produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§3º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§4º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecido no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente e que podem impedir o acesso aos exportadores, dificultando ou inviabilizando seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Importa destacar que os atos concessórios de Drawback são firmados considerando-se o histórico comercial com as empresas estrangeiras e cujo cumprimento deverá ocorrer em até 2 (dois) anos. Portanto, todos os atos concessórios vigentes são impactados pelo aumento tarifário, porque resultam de negociações de médio prazo e não apenas os compromissos vencíveis até dezembro de 2025.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições



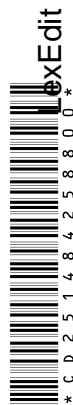
para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Domingos Sávio
(PL - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251484258800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de pescados classificados nos Capítulos 3 e 16 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Domingos Sávio
(PL - MG)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por até um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime de drawback, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendido os seguintes critérios:

I – o beneficiário seja exportador que, nos últimos 12 meses, tenha realizado exportações para adquirente localizado nos Estados Unidos da América; e

II – o produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§1º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§2º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecida no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios abertos



que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente, podendo dificultar ou inviabilizar seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Domingos Sávio
(PL - MG)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se arts. 15-1 e 15-2 ao Capítulo VIII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 15-1.** A Administração Pública deverá estabelecer medidas de conteúdo local, visando a proteção às empresas da cadeia produtiva nacional do segmento metal mecânico, metalurgia, materiais especiais e montagens industriais, afetadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras ao Estados Unidos da América.”

“**Art. 15-2.** Dentre as medidas que cita o Art. 15-1, as empresas estatais de economia mista do segmento de óleo e gás deverão priorizar a aquisição de produtos de fornecedores que sejam empresas de capital nacional com tecnologia metalúrgica proprietária em ligas refratárias para altas temperaturas, com produção nacional.

Parágrafo único. As empresas fornecedoras precisam comprovadamente ter atividade industrial no Brasil, bem como fornecer equipe técnica local para inspeções, e manutenção da garantia do produto ao longo da vida útil do equipamento.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca mitigar os impactos sofridos pelas empresas brasileiras da cadeia produtiva metal-mecânica, metalúrgica, de materiais especiais e de montagens industriais em decorrência da imposição de



tarifas adicionais pelo governo norte americano, assegurando a continuidade de suas atividades e a manutenção de milhares de empregos garantidos por elas.

As tarifas norte-americanas afetaram diretamente a competitividade dessa cadeia, reduzindo sua capacidade de manter participação em mercados externos estratégicos e aumentando o risco de retração produtiva no mercado interno.

Paralelamente, a indústria nacional enfrenta forte concorrência com produtos importados, especialmente da China e de outros países asiáticos, frequentemente ofertados a preços artificialmente baixos, resultado de práticas de dumping. Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), a China é o principal alvo de medidas antidumping em vigor no mundo, respondendo por mais de 30% dos casos globais, em setores como aço, alumínio e metalurgia. No Brasil, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), mantém dezenas de medidas antidumping ativas contra produtos siderúrgicos e metalúrgicos vindos da Ásia, em especial da China, justamente para conter a competição desleal que compromete a indústria nacional.

Esse cenário cria um duplo estrangulamento: de um lado, as barreiras tarifárias impostas por parceiros estratégicos, como os EUA; de outro, a inundação do mercado doméstico por produtos de baixo custo, muitas vezes subsidiados ou produzidos em condições desiguais de competição.

Com isso, a perda de empregos qualificados, que já vinha ocorrendo pela intensa competição externa, pode se agravar ainda mais, afetando milhares de famílias brasileiras. De acordo com o Instituto Aço Brasil, entre 2013 e 2019 o país perdeu cerca de 40 mil postos de trabalho diretos na siderurgia, sendo a concorrência desleal um dos fatores centrais para essa retração.

Assim, a adoção de medidas de conteúdo local para o setor é fundamental a fim de garantir a sobrevivência e o fortalecimento da indústria nacional. Além de proteger empresas que geram riqueza e arrecadação tributária no Brasil, o estímulo à produção doméstica traz benefícios estruturais e duradouros ao país.



Ao fomentar a indústria metalúrgica e metal-mecânica local, promove-se a geração de tecnologia nacional, especialmente em áreas estratégicas como ligas refratárias de alta performance, essenciais para os setores de óleo, gás e energia; a criação e manutenção de empregos qualificados, com mão de obra técnica e engenheiros especializados, assegurando melhores salários e benefícios para trabalhadores brasileiros; a ampliação da capacidade de inovação e manutenção local, reduzindo a dependência externa e fortalecendo a autonomia tecnológica do país; e os efeitos multiplicadores na economia, já que a indústria de base sustenta diversas outras cadeias produtivas relevantes.

Portanto, a presente emenda contribui para a construção de um ambiente de negócios mais justo e resiliente, assegurando que o Brasil não seja apenas um mercado consumidor de produtos importados, mas um país capaz de competir globalmente e de gerar benefícios sociais, tecnológicos e econômicos para toda a sociedade brasileira.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Jonas Donizette
(PSB - SP)
Deputado





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se inciso VII-1 ao *caput* do art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

VII-1 – medidas de conteúdo local, visando a proteção às empresas da cadeia produtiva nacional do segmento metal mecânico, metalurgia, materiais especiais e montagens industriais, afetadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras ao Estados Unidos da América;

.....”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca mitigar os impactos sofridos pelas empresas brasileiras da cadeia produtiva metal-mecânica, metalúrgica, de materiais especiais e de montagens industriais em decorrência da imposição de tarifas adicionais pelo governo norte americano, assegurando a continuidade de suas atividades e a manutenção de milhares de empregos garantidos por elas.

As tarifas norte-americanas afetaram diretamente a competitividade dessa cadeia, reduzindo sua capacidade de manter participação em mercados externos estratégicos e aumentando o risco de retração produtiva no mercado interno.



Paralelamente, a indústria nacional enfrenta forte concorrência com produtos importados, especialmente da China e de outros países asiáticos, frequentemente ofertados a preços artificialmente baixos, resultado de práticas de dumping. Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), a China é o principal alvo de medidas antidumping em vigor no mundo, respondendo por mais de 30% dos casos globais, em setores como aço, alumínio e metalurgia. No Brasil, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), mantém dezenas de medidas antidumping ativas contra produtos siderúrgicos e metalúrgicos vindos da Ásia, em especial da China, justamente para conter a competição desleal que compromete a indústria nacional.

Esse cenário cria um duplo estrangulamento: de um lado, as barreiras tarifárias impostas por parceiros estratégicos, como os EUA; de outro, a inundação do mercado doméstico por produtos de baixo custo, muitas vezes subsidiados ou produzidos em condições desiguais de competição.

Com isso, a perda de empregos qualificados, que já vinha ocorrendo pela intensa competição externa, pode se agravar ainda mais, afetando milhares de famílias brasileiras. De acordo com o Instituto Aço Brasil, entre 2013 e 2019 o país perdeu cerca de 40 mil postos de trabalho diretos na siderurgia, sendo a concorrência desleal um dos fatores centrais para essa retração.

Assim, a adoção de medidas de conteúdo local para o setor é fundamental a fim de garantir a sobrevivência e o fortalecimento da indústria nacional. Além de proteger empresas que geram riqueza e arrecadação tributária no Brasil, o estímulo à produção doméstica traz benefícios estruturais e duradouros ao país.

Ao fomentar a indústria metalúrgica e metal-mecânica local, promove-se a geração de tecnologia nacional, especialmente em áreas estratégicas como ligas refratárias de alta performance, essenciais para os setores de óleo, gás e energia; a criação e manutenção de empregos qualificados, com mão de obra técnica e engenheiros especializados, assegurando melhores salários e benefícios para trabalhadores brasileiros; a ampliação da capacidade de inovação e manutenção local, reduzindo a dependência externa e fortalecendo a



autonomia tecnológica do país; e os efeitos multiplicadores na economia, já que a indústria de base sustenta diversas outras cadeias produtivas relevantes.

Portanto, a presente emenda contribui para a construção de um ambiente de negócios mais justo e resiliente, assegurando que o Brasil não seja apenas um mercado consumidor de produtos importados, mas um país capaz de competir globalmente e de gerar benefícios sociais, tecnológicos e econômicos para toda a sociedade brasileira.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Jonas Donizette
(PSB - SP)
Deputado





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 18 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 18. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES fica autorizado a constituir subsidiárias integrais ou controladas, com vistas ao cumprimento de atividades do seu objeto social.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a constituir subsidiárias integrais ou controladas. Para o melhor cumprimento do seu objeto social e, em atendimento ao artigo 37, inciso XX, da Constituição da República, a legislação tem previsto, em relação a diversas empresas públicas e sociedades de economia mista, autorização legislativa para a constituição de subsidiárias.

Ocorre que, atualmente, o BNDES somente possui autorização para constituição de novas subsidiárias no exterior. No entanto, para o melhor exercício do seu objeto social de apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do País, é importante que o BNDES, a exemplo das demais empresas estatais, tenha autorização para constituir subsidiárias não só no exterior, como também dentro do Brasil. Isso permitirá que o BNDES, da mesma forma que os principais bancos públicos e as instituições financeiras privadas, possa se valer da constituição de estruturas societárias para exercer suas atividades de forma mais eficiente, com impactos positivos na sua contabilidade, nos seus controles e nas suas captações.



A autorização em questão é oportuna especialmente no momento em que o BNDES se estrutura para reforçar suas fontes de captação internas e externas, de maneira complementar ao FAT, para suas operações de financiamento, o que permitirá reduzir sua dependência em relação ao Tesouro Nacional e ao próprio FAT. Trata-se de algo usual para os Bancos de Desenvolvimento no exterior, a exemplo do alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), cuja principal fonte de recursos é sua própria captação, e que adequou a sua estrutura operacional para atender áreas de negócios específicas, tais como exportações e negócios internacionais, transição climática, startups e pequenas empresas, habitação, dentre outras.

Por fim, é importante registrar que esta proposta não implicará o aumento de despesas à Administração Pública, uma vez que não se prevê a imposição de novos gastos ao Governo Federal.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Bandeira de Mello

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Bandeira de Mello
(PSB - RJ)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de pescados classificados nos Capítulos 3 e 16 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda



norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, os percentuais de créditos presumidos a que se referem o artigo 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e o artigo 15, da Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013, ficam majorados em 100% (cem por cento) para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Os créditos referidos no caput deverão ser ressarcidos em até 30 (trinta) dias após o pedido efetuado pelo contribuinte.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a majoração, em 100% (cem por cento), do percentual de crédito presumido previsto no art. 8º da Lei nº 10.925/2004, em caráter excepcional e restrito aos exercícios de 2025 e 2026, para pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

A medida se fundamenta no cenário adverso criado pelo tarifaço norte-americano, que elevou de forma abrupta as tarifas incidentes sobre diversos produtos do agronegócio e da indústria brasileira, reduzindo margens de exportadores, cancelando contratos e comprometendo a previsibilidade de setores inteiros.



O crédito presumido de PIS/Pasep e Cofins é um mecanismo já consolidado de desoneração, utilizado justamente para neutralizar a cumulatividade residual dessas contribuições em cadeias produtivas exportadoras. Sua majoração temporária atua como instrumento emergencial de recomposição da competitividade das empresas brasileiras frente ao aumento artificial de custos imposto externamente.

Do ponto de vista econômico, a medida garante liquidez imediata às empresas exportadoras, permitindo a manutenção de empregos, investimentos e contratos de fornecimento, além de estimular a busca de novos mercados para compensar a retração das vendas aos EUA. Do ponto de vista fiscal, a proposta não representa renúncia estrutural de receita, mas apoio transitório e focalizado, limitado a dois exercícios e condicionado às exportações destinadas ao mercado norte-americano.

A adoção de um crédito presumido majorado reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se o tarifaço busca fragilizar a posição brasileira no comércio internacional, o país deve responder com medidas que assegurem a continuidade da produção e da competitividade de seus setores estratégicos.

Em síntese, a emenda representa um instrumento de alívio emergencial e temporário, que protege a base exportadora nacional, garante empregos e reforça a resiliência da economia brasileira diante de medidas unilaterais externas, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de café subposição 09.01.2 e do código 2101.1, ambos da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda



norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de cacau classificados nos códigos 1803.10.00, 1803.20.00; 1804.00.00 e 1805.00.00 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do



mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025, renumerando-se os demais:

“Art. XX. Em caráter excepcional e até 31 de dezembro de 2026, o percentual do Reintegra, de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, sem prejuízo de situações específicas em que a legislação já determine alíquotas superiores.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie. No caso de opção pelo ressarcimento, este deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional, o percentual do Reintegra em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, abrangendo qualquer produto exportado.

A medida se justifica pelo impacto severo da cumulatividade da tributação existente no Brasil, agravada pelo “tarifaço” imposto pelos Estados



Unidos, que elevou abruptamente as tarifas de importação da maioria dos produtos exportados, inclusive do agronegócio brasileiro.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a dezembro de 2026, quando o novo sistema de tributação da CBS substituirá o PIS e a Cofins.

Do ponto de vista econômico, o restabelecimento do Reintegra eleva a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional, permitindo sua reestruturação com a rapidez necessária para enfrentar a crise instaurada pelas tarifas impostas pelo governo norte-americano.

Destaca-se que o próprio Governo Federal, no âmbito do Projeto Brasil Soberano, reconheceu a relevância do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) para as empresas exportadoras, comprometendo-se a devolver “aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, na forma de crédito tributário, ajudando a reduzir custos e aumentar a competitividade no mercado externo”.

O Governo também reforçou a necessidade de antecipar “os efeitos da Reforma Tributária, desonerando a atividade exportadora”.

Assim, o restabelecimento do Reintegra em 3% constitui medida de proteção às cadeias produtivas nacionais contra os efeitos imediatos e mediatos decorrentes das tarifas norte-americanas, que colocam em risco milhares de empregos no campo e na indústria, além de ameaçarem o superávit da balança comercial e a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o “tarifaço” norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255488829800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao inciso IV do *caput* do art. 12 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 12.

.....

IV – permitida a adoção do sistema de registro de preços, facultada a adesão entre os órgãos, sem restrições entre a esfera do órgão gerenciador e aderente:

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo conferir maior clareza e segurança jurídica à redação do inciso IV do art. 12 da Medida Provisória nº 1.309, de 15 de agosto de 2025. O texto original prevê a possibilidade de adoção do sistema de registro de preços, facultando a adesão, porém sem especificar a abrangência entre diferentes esferas administrativas.

A nova redação propõe explicitar que a adesão poderá ocorrer sem restrições entre a esfera do órgão gerenciador e do órgão aderente, o que evita interpretações divergentes e insegurança jurídica para os gestores públicos. A medida preserva o objetivo de ampliar a eficiência e a economicidade nas contratações públicas, assegurando que o mecanismo de registro de preços seja utilizado de forma mais ampla, transparente e uniforme em toda a Administração Pública.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Vitor Lippi
(PSDB - SP)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252285653900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vitor Lippi





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Suprima-se o inciso IX do §3º do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do inciso IX do §3º do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, que atualmente impede a utilização de créditos tributários na compensação de débitos relativos a recolhimentos mensais por estimativa do IRPJ e da CSLL.

A manutenção dessa vedação cria distorção grave no sistema tributário: de um lado, o contribuinte acumula créditos regularmente reconhecidos de PIS, Cofins ou outros tributos; de outro, é obrigado a recolher, em espécie, estimativas mensais de IRPJ e CSLL, sem poder compensá-las, ainda que possua saldo credor suficiente. Trata-se de uma duplicidade desnecessária, que gera custo financeiro permanente para as empresas e alimenta litígios administrativos e judiciais.

O contexto atual do tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, reforça a necessidade de eliminar entraves internos que



enfraquecem a liquidez e a competitividade das empresas brasileiras. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem margens e restringem exportações, é incoerente que o próprio ordenamento interno continue a impor obstáculos burocráticos que drenam capital de giro e encarecem a atividade produtiva.

A supressão do inciso IX devolve racionalidade ao regime de compensação, permitindo que créditos já constituídos cumpram sua função de neutralizar a carga tributária e preservem a lógica da não cumulatividade. Do ponto de vista macroeconômico, a medida não representa renúncia fiscal – trata-se apenas de ajustar o fluxo temporal de recolhimentos – mas devolve liquidez imediata às empresas, reduzindo custos financeiros e liberando recursos para investimentos e manutenção de empregos.

Além disso, a medida aproxima o sistema brasileiro das melhores práticas internacionais, que concentram a fiscalização no momento da efetiva compensação e não impõem restrições artificiais à utilização de créditos. Também contribui para reduzir a litigiosidade no CARF, onde boa parte das controvérsias decorre justamente de compensações glosadas por força de limitações como a aqui revogada.

Em síntese, ao permitir a compensação com as estimativas mensais de IRPJ e CSLL, a proposta fortalece a coerência da política fiscal, protege a competitividade das empresas brasileiras frente ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos e alinha-se ao espírito da MP nº 1.309/2025: eliminar entraves internos para que o país responda com mais resiliência às pressões externas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. Xº - O artigo 5º, da Lei n. 12.599/2012, passa a vigorar com a seguinte disposição:

Art. 5º

§ 1º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre a receita de exportação dos produtos classificados no código 0901.1 da Tipi, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

(...)

§ 7º Haverá pagamento de 80% (oitenta por cento) dos créditos previstos, no prazo de até 30 dias, do pedido de ressarcimento, independentemente de fiscalização.

§ 8º O saldo remanescente será objeto de posterior pagamento em até 180 dias, caso não exista fiscalização em andamento.



§ 9º Eventual despacho decisório quanto ao ressarcimento de crédito presumido, inclusive, de forma antecipada, está sujeito ao processo administrativo fiscal do Decreto n. 70.235/72.

§ 10 Os pagamentos a título de ressarcimento não poderão ser objeto de compensação de ofício, salvo anuência do contribuinte, nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito (art. 151, do Código Tributário Nacional) ou em razão de dívida objeto de garantia e discussão em juízo por meio de medida judicial, inclusive, embargos à execução fiscal.

JUSTIFICAÇÃO

O setor cafeeiro, com o surgimento da Lei n. 12.599/2012, recebeu disciplina específica quanto à previsão de crédito presumido de PIS/COFINS em suas operações.

Esta previsão, embora não suficiente para cumprir efetivamente a não cumulatividade, eliminando os resíduos tributários da operação, especialmente, na exportação, foi um importante passo à época para o setor, dada sua relevância no mercado exterior.

Todavia, o setor atualmente enfrenta dois grandes problemas, sendo, de imediato o “Tarifaço” imposto ao café brasileira pelo Governo dos Estados Unidos da América, majorando significativamente o custo da operação para aquele país.

Na relação comercial cafeeira entre EUA e Brasil, as nações são imprescindíveis uma à outra, uma vez que os cafés brasileiros representam uma fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano, sendo o principal fornecedor ao país, ao passo que os EUA respondem por 16% das exportações do produto nacional, cerca de USD 2 bilhões, sendo o principal destino de nossas exportações.

A medida adotada gerará um grave e irreparável prejuízo ao setor, refletindo em perda de investimentos a curto prazo, demissões, endividamento,



entre outros reflexos econômicos e sociais, que serão potencializados pelo atual momento que vive a economia nacional.

Ademais, houve a aprovação da Reforma Tributária para o Consumo (EC 312/2023), que começará a vigorar em 2026, com relevante alteração em 2027, quando o PIS/COFINS será extinto e surgirá em substituição a CBS.

Sendo assim, o setor cafeeiro não terá, a partir de 2027, tais créditos presumidos que, em comparação à carga fiscal que haverá com a CBS, gerará um efetivo aumento de tributação, além de relevante impacto de imediato no fluxo de caixa da cadeia, de tal sorte que o ajuste até 31 de dezembro de 2026 seria uma medida paliativa adicional para atenuar este reflexo negativo que ocorrerá em breve.

Diante deste contexto fático e jurídico, foi sugerida a alteração da Lei n. 12.599/2012, aumentando os percentuais de crédito presumido de PIS/COFINS, até 31 de dezembro de 2026, bem como garantindo efetiva e imediato ressarcimento em pecúnia, como alternativa paliativa ao setor visando atenuar os efeitos do tarifaço e breve impacto da Reforma Tributária.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de laranja classificados nos códigos 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2009.11, 2009.12 e 2009.19 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do



mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se inclusive para os créditos já registrados e sujeitos a pedido de restituição pelo contribuinte:

Art. 73-A. Não se aplica o disposto nos incisos VI, VII e IX, do §3º, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aos créditos relativos aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil apropriados pelo contribuinte com base nas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, submetidos a pedido de restituição, mas ainda não utilizados pelo contribuinte para compensação, não podendo tais créditos ser objeto de lançamento de ofício para quaisquer fins.

Parágrafo único. O direito de crédito somente poderá ser objeto de glosa e eventualmente autuação a partir do momento em que o contribuinte efetivamente utilizar o crédito para dedução em sua apuração fiscal ou por compensação com outros tributos federais.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de inclusão do art. 73-A na Lei 9.430/1996 fundamenta-se na necessidade de alinhar o processo de fiscalização tributária aos



princípios constitucionais de legalidade, segurança jurídica, confiança legítima, proporcionalidade e vedação ao confisco. Os contribuintes lançaram em seus livros créditos expressamente autorizados pelas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, mas correm o risco de autuação já na fase de escrituração, isto é, antes de qualquer utilização econômica desses valores, em razão de reiteradas tentativas da administração tributária de restringir o aproveitamento de créditos legítimos.

Essa prática, além de violar a lógica da não cumulatividade, gera cobrança em duplicidade e impõe custos financeiros desnecessários a empresas que apenas registram créditos, sem qualquer impacto real sobre a arrecadação. A antecipação da glosa cria incerteza regulatória, eleva litigiosidade no CARF e obriga contribuintes a manter depósitos e garantias onerosas em torno de créditos “de papel”.

O dispositivo ora proposto preserva o poder de fiscalização da Receita Federal, que continuará apta a glosar créditos e lavrar autos quando houver efetiva compensação, mas evita sanções desproporcionais antes de qualquer benefício econômico. Ao concentrar a fiscalização no momento da utilização do crédito, a medida melhora o ambiente de negócios, reduz o contencioso administrativo e judicial e aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação sobre valor agregado.

Mais do que uma correção técnica, trata-se de medida com impacto estratégico no contexto do tarifaço norte-americano, que levou à edição da MP nº 1.309/2025. Se os Estados Unidos impõem barreiras unilaterais para enfraquecer a competitividade brasileira, o Brasil não pode, internamente, impor obstáculos adicionais que minam a liquidez e a segurança jurídica de suas empresas. Essa emenda garante coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, fortalecendo a resiliência do setor produtivo em um cenário de disputas internacionais.

Do ponto de vista macroeconômico, a proposta elimina custos inúteis, melhora a alocação de recursos da fiscalização e favorece investimentos, sobretudo de startups e pequenas empresas, que são mais vulneráveis a longos litígios. Em linha com a reforma tributária em curso,



a medida reforça a previsibilidade do sistema, reduz incertezas e protege a competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258970268300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Vampiro





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Suprima-se o inciso IX do §3º do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do inciso IX do §3º do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, que atualmente impede a utilização de créditos tributários na compensação de débitos relativos a recolhimentos mensais por estimativa do IRPJ e da CSLL.

A manutenção dessa vedação cria distorção grave no sistema tributário: de um lado, o contribuinte acumula créditos regularmente reconhecidos de PIS, Cofins ou outros tributos; de outro, é obrigado a recolher, em espécie, estimativas mensais de IRPJ e CSLL, sem poder compensá-las, ainda que possua saldo credor suficiente. Trata-se de uma duplicidade desnecessária, que gera custo financeiro permanente para as empresas e alimenta litígios administrativos e judiciais.

O contexto atual do tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, reforça a necessidade de eliminar entraves internos que



enfraquecem a liquidez e a competitividade das empresas brasileiras. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem margens e restringem exportações, é incoerente que o próprio ordenamento interno continue a impor obstáculos burocráticos que drenam capital de giro e encarecem a atividade produtiva.

A supressão do inciso IX devolve racionalidade ao regime de compensação, permitindo que créditos já constituídos cumpram sua função de neutralizar a carga tributária e preservem a lógica da não cumulatividade. Do ponto de vista macroeconômico, a medida não representa renúncia fiscal – trata-se apenas de ajustar o fluxo temporal de recolhimentos – mas devolve liquidez imediata às empresas, reduzindo custos financeiros e liberando recursos para investimentos e manutenção de empregos.

Além disso, a medida aproxima o sistema brasileiro das melhores práticas internacionais, que concentram a fiscalização no momento da efetiva compensação e não impõem restrições artificiais à utilização de créditos. Também contribui para reduzir a litigiosidade no CARF, onde boa parte das controvérsias decorre justamente de compensações glosadas por força de limitações como a aqui revogada.

Em síntese, ao permitir a compensação com as estimativas mensais de IRPJ e CSLL, a proposta fortalece a coerência da política fiscal, protege a competitividade das empresas brasileiras frente ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos e alinha-se ao espírito da MP nº 1.309/2025: eliminar entraves internos para que o país responda com mais resiliência às pressões externas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Revoga-se o artigo 74-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do art. 74-A da Lei nº 9.430/1996, introduzido pela Lei nº 14.873/2024, que impôs limite mensal à compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

A restrição criada pelo dispositivo em questão representa grave retrocesso em matéria de segurança jurídica e respeito à coisa julgada. O crédito tributário decorrente de decisão definitiva do Poder Judiciário constitui direito líquido e certo do contribuinte, não podendo ser artificialmente limitado por ato infralegal do Ministro da Fazenda. Tal limitação converte uma vitória judicial em um benefício esvaziado, diluído no tempo, que impede o contribuinte de obter o pleno efeito econômico da decisão que lhe foi favorável.

Além da violação à coisa julgada, a medida fere os princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco, ao impor ao contribuinte custos financeiros desnecessários, obrigando-o a manter débitos em aberto ou a recorrer



a endividamento enquanto seus créditos legítimos permanecem represados pela trava mensal.

O contexto atual do tarifaço norte-americano – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça a urgência da supressão desse dispositivo. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem a competitividade das empresas nacionais, é incoerente manter entraves internos que drenam liquidez, aumentam incerteza regulatória e comprometem a capacidade de reação do setor produtivo. Ao contrário: é preciso devolver previsibilidade e confiança, assegurando que créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário cumpram imediatamente seu papel de neutralizar a carga tributária.

Do ponto de vista macroeconômico, a supressão do art. 74-A não representa renúncia de receita, mas apenas a restituição tempestiva de valores que a União foi condenada judicialmente a devolver. Sua manutenção apenas alonga artificialmente a execução das decisões judiciais e amplia a litigiosidade, criando um passivo desnecessário para empresas e para o próprio Estado.

Em síntese, ao eliminar o limite mensal para a compensação de créditos judiciais, esta emenda fortalece a segurança jurídica, reduz distorções econômicas, melhora a liquidez das empresas e contribui para a resiliência do Brasil frente ao cenário adverso do comércio internacional. Trata-se de medida que complementa os objetivos centrais da MP nº 1.309/2025, ao reforçar a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º § 3º. Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a instituírem modalidade de transação tributária específica, voltada a exportadores



e fornecedores diretamente impactados pelo tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto das tarifas sobre produtos brasileiros ameaça a sustentabilidade financeira de setores estratégicos do agronegócio e da indústria, que enfrentam simultaneamente queda nas receitas externas e necessidade de adaptação de suas linhas de produção. Nesse contexto, a transação tributária surge como instrumento adequado de recomposição, pois possibilita a regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas.

A proposta prevê condições diferenciadas, como entrada reduzida, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, além de descontos em multas e juros, de forma a compatibilizar a exigência de arrecadação com a realidade econômica excepcional vivida pelas empresas. Em contrapartida, a manutenção ou ampliação de empregos é estabelecida como condição essencial, assegurando que os benefícios concedidos se revertam em ganhos sociais concretos.

Do ponto de vista fiscal, a medida não representa renúncia, mas recuperação de créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis em razão da crise de liquidez enfrentada pelos exportadores. Do ponto de vista econômico, preserva a capacidade produtiva, sustenta empregos e garante que empresas brasileiras possam enfrentar a adversidade sem recorrer a encerramento de atividades ou redução drástica de operações.

Em síntese, a transação tributária específica proposta representa uma resposta ágil e equilibrada do Estado brasileiro: ao mesmo tempo em que oferece fôlego às empresas atingidas pelo tarifaço, reforça a arrecadação futura e protege empregos, alinhando-se plenamente aos objetivos da MP nº 1.309/2025 de defesa da soberania econômica e da competitividade nacional.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259011871900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cobalchini



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** As disposições relativas à margem de preferência e às medidas excepcionais de incentivo à aquisição de gêneros alimentícios de origem nacional aplicam-se, no que couber, às aquisições realizadas pelos órgãos descritos no art. 144 da Constituição Federal, em âmbito municipal, estadual e federal, bem como pelas Forças Armadas, quando destinadas ao atendimento das necessidades de segurança pública e de defesa nacional.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.309/2025 corretamente estabelece estímulos à aquisição de gêneros alimentícios de produção nacional, como forma de fomentar a economia, garantir renda e promover a sustentabilidade do setor produtivo brasileiro.

No mesmo sentido, é necessário assegurar tratamento isonômico e coerente às aquisições realizadas pelos órgãos de segurança pública e pelas Forças Armadas, quando se trata de produtos estratégicos voltados à defesa e à segurança.

Assim como ocorre com o setor de alimentos, a priorização da indústria nacional nesse campo reduz dependência externa, fortalece a base produtiva e tecnológica do país e contribui para a soberania nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Carlos Zarattini
(PT - SP)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** As medidas excepcionais aplicadas às aquisições de gêneros alimentícios estabelecidas nesta Medida Provisória aplicam-se, no que couber, às aquisições de produtos de fabricação nacional oriundos da indústria de transformação vinculada aos bens classificados no Capítulo 93 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, assegurando prioridade a esses itens mesmo quando seu valor for superior a vinte por cento ao de similares importados.”

JUSTIFICAÇÃO

O Capítulo 93 da TIPI abrange produtos de alta relevância para a segurança pública e a defesa nacional, cuja produção depende de elevada especialização tecnológica.

A extensão da margem de preferência e dos incentivos já previstos na MP nº 1.309/2025 fortalece a indústria de transformação do setor, fomenta inovação, garante empregos qualificados e assegura autonomia produtiva em área estratégica para a soberania nacional.

Ao privilegiar a produção nacional, o Brasil reduz sua vulnerabilidade a oscilações externas de fornecimento e consolida sua base industrial em segmento de grande relevância geopolítica.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Carlos Zarattini
(PT - SP)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se inciso VII-1 ao *caput* do art. 1º e arts. 15-1 e 15-2 ao Capítulo IX; e dê-se nova redação à denominação do Capítulo IX da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º

.....

VII-1 – medidas de conteúdo local, visando a proteção às empresas da cadeia produtiva nacional do segmento metal mecânico, metalurgia, materiais especiais e montagens industriais, afetadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras ao Estados Unidos da América;

.....”

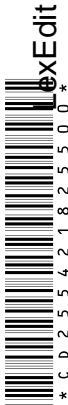
“CAPÍTULO IX

DAS MEDIDAS DE CONTEÚDO LOCAL PARA A CADEIA PRODUTIVA
NACIONAL NO SEGMENTO METAL MECÂNICO, METALURGIA,
MATERIAIS ESPECIAIS E MONTAGENS INDUSTRIAIS”

“Art. 15-1. Administração Pública deverá estabelecer medidas de conteúdo local, visando a proteção às empresas da cadeia produtiva nacional do segmento metal mecânico, metalurgia, materiais especiais e montagens industriais, afetadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras ao Estados Unidos da América.”

“Art. 15-2. Dentre as medidas que cita o Art. 15-1, as empresas estatais de economia mista do segmento de óleo e gás deverão priorizar a aquisição de produtos de fornecedores que sejam empresas de capital nacional com tecnologia metalúrgica proprietária em ligas refratárias para altas temperaturas, com produção nacional.

Parágrafo único. As empresas fornecedoras precisam comprovadamente ter atividade industrial no Brasil, bem como fornecer equipe técnica local para inspeções, e manutenção da garantia do produto ao longo da vida útil do equipamento.”



Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca mitigar os impactos sofridos pelas empresas brasileiras da cadeia produtiva metal-mecânica, metalúrgica, de materiais especiais e de montagens industriais em decorrência da imposição de tarifas adicionais pelo governo norte americano, assegurando a continuidade de suas atividades e a manutenção de milhares de empregos garantidos por elas.

As tarifas norte-americanas afetaram diretamente a competitividade dessa cadeia, reduzindo sua capacidade de manter participação em mercados externos estratégicos e aumentando o risco de retração produtiva no mercado interno.

Paralelamente, a indústria nacional enfrenta forte concorrência com produtos importados, especialmente da China e de outros países asiáticos, frequentemente ofertados a preços artificialmente baixos, resultado de práticas de dumping. Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), a China é o principal alvo de medidas antidumping em vigor no mundo, respondendo por mais de 30% dos casos globais, em setores como aço, alumínio e metalurgia. No Brasil, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), mantém dezenas de medidas antidumping ativas contra produtos siderúrgicos e metalúrgicos vindos da Ásia, em especial da China, justamente para conter a competição desleal que compromete a indústria nacional.

Esse cenário cria um duplo estrangulamento: de um lado, as barreiras tarifárias impostas por parceiros estratégicos, como os EUA; de outro, a inundação do mercado doméstico por produtos de baixo custo, muitas vezes subsidiados ou produzidos em condições desiguais de competição.

Com isso, a perda de empregos qualificados, que já vinha ocorrendo pela intensa competição externa, pode se agravar ainda mais, afetando milhares



de famílias brasileiras. De acordo com o Instituto Aço Brasil, entre 2013 e 2019 o país perdeu cerca de 40 mil postos de trabalho diretos na siderurgia, sendo a concorrência desleal um dos fatores centrais para essa retração.

Assim, a adoção de medidas de conteúdo local para o setor é fundamental a fim de garantir a sobrevivência e o fortalecimento da indústria nacional. Além de proteger empresas que geram riqueza e arrecadação tributária no Brasil, o estímulo à produção doméstica traz benefícios estruturais e duradouros ao país.

Ao fomentar a indústria metalúrgica e metal-mecânica local, promove-se a geração de tecnologia nacional, especialmente em áreas estratégicas como ligas refratárias de alta performance, essenciais para os setores de óleo, gás e energia; a criação e manutenção de empregos qualificados, com mão de obra técnica e engenheiros especializados, assegurando melhores salários e benefícios para trabalhadores brasileiros; a ampliação da capacidade de inovação e manutenção local, reduzindo a dependência externa e fortalecendo a autonomia tecnológica do país; e os efeitos multiplicadores na economia, já que a indústria de base sustenta diversas outras cadeias produtivas relevantes.

Portanto, a presente emenda contribui para a construção de um ambiente de negócios mais justo e resiliente, assegurando que o Brasil não seja apenas um mercado consumidor de produtos importados, mas um país capaz de competir globalmente e de gerar benefícios sociais, tecnológicos e econômicos para toda a sociedade brasileira.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Carlos Zarattini
(PT - SP)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário e pelo prazo de até 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos destinados ao mercado dos Estados Unidos da América tenham sido comprovadamente afetados pelo aumento tarifário imposto por aquele país.

§ 1º. O crédito será calculado sobre os insumos empregados na produção de bens ou na prestação de serviços vinculados a tais pedidos, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos a partes relacionadas situadas fora do território nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir, pelo prazo de até 12 meses, um crédito de PIS/Pasep e da Cofins em favor de pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos ao mercado norte-americano



tenham sido impactados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia de fornecedores de insumos e serviços vinculados às encomendas destinadas ao mercado americano. Esses fornecedores, muitas vezes pequenas e médias empresas, sofrem efeitos imediatos com a redução ou cancelamento de pedidos, absorvendo custos fixos e estoques sem a correspondente geração de receita.

O crédito temporário proposto atua como medida compensatória e de preservação da base produtiva, ao devolver liquidez e neutralizar parte da carga tributária incidente sobre os insumos empregados na produção de bens e serviços afetados pelo tarifaço. Trata-se de medida de natureza emergencial, voltada a assegurar a continuidade da atividade econômica, a manutenção de empregos e a proteção de setores estratégicos da economia nacional diante de agressões comerciais externas.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas mecanismo transitório de compensação, limitado a 12 meses e sujeito a critérios de elegibilidade e controle a serem definidos pelo Ministério da Fazenda. Do ponto de vista econômico, permite que empresas mantenham capacidade operacional até que o setor produtivo consiga redirecionar sua produção para outros mercados, mitigando os efeitos do choque externo sobre a balança comercial e sobre o nível de atividade interna.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço dos EUA busca fragilizar a competitividade brasileira, o crédito presumido temporário devolve liquidez à cadeia produtiva, preserva empregos e garante resiliência ao setor exportador e seus fornecedores, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º. O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda institui, pelo prazo de 12 meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins, limitado ao valor global de R\$ 2 bilhões, destinado às pessoas jurídicas da cadeia de exportação de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose.

A medida se justifica pelo contexto excepcional criado pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou abruptamente em até 50% as tarifas incidentes sobre exportações brasileiras desses setores estratégicos. A agressão comercial norte-americana compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia produtiva que lhes fornece insumos, serviços e bens intermediários, gerando cancelamento de pedidos, acúmulo de estoques e perda de liquidez.

O crédito outorgado proposto funciona como mecanismo de compensação emergencial, devolvendo liquidez e preservando margens em segmentos que têm papel decisivo para a balança comercial e para a segurança econômica do país. Café, carnes, suco de laranja, celulose e frutas tropicais não apenas sustentam parte expressiva do superávit externo, mas também garantem milhões de empregos diretos e indiretos no campo e na indústria.

Do ponto de vista fiscal, a medida não constitui renúncia permanente de receita, mas apoio temporário e focalizado, com limite global definido em R\$ 2 bilhões e critérios de elegibilidade a serem estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Assim, assegura previsibilidade, controle orçamentário e compatibilidade com a responsabilidade fiscal.

Sob a ótica econômica, a medida garante fôlego financeiro às empresas até que consigam redirecionar fluxos comerciais para outros mercados, evitando um choque de produção e de emprego que poderia aprofundar os efeitos do tarifaço. Além disso, reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se os Estados Unidos buscam enfraquecer a competitividade brasileira por meio de tarifas punitivas, cabe ao Brasil proteger sua base produtiva e assegurar resiliência.



Em síntese, esta proposta protege setores-chave do agronegócio brasileiro, preserva empregos, garante liquidez e fortalece a capacidade do país de enfrentar agressões externas sem comprometer a sustentabilidade fiscal. Por essas razões, a emenda merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º. A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º. Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a depreciação acelerada de investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção realizados por empresas brasileiras que necessitam redirecionar exportações ou abrir novos mercados em razão do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros ameaça cadeias produtivas inteiras, tornando urgente a diversificação de destinos comerciais. Contudo, a adaptação de linhas produtivas, a aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias para atender mercados alternativos demandam elevado volume de capital. A depreciação acelerada é instrumento fiscal consagrado, utilizado em diversos países como mecanismo de incentivo ao investimento produtivo em cenários de crise ou de transição tecnológica.

Ao permitir a dedução integral do valor do investimento no período em que o bem ou a adaptação entrar em operação, a medida reduz o custo de capital, antecipa o benefício fiscal e melhora a liquidez das empresas, garantindo condições para a rápida readequação de sua produção e a preservação de sua competitividade internacional.

Do ponto de vista fiscal, a medida não implica renúncia permanente de receita, mas apenas diferimento temporal: a União arrecadará o mesmo montante ao longo do tempo, apenas postergando parte da arrecadação em benefício da recuperação imediata do setor produtivo. Do ponto de vista econômico, representa estímulo direto à inovação, à modernização da indústria e à abertura de novos mercados, preservando empregos e assegurando resiliência nacional frente às barreiras externas.

Em síntese, esta emenda fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço busca limitar o acesso do Brasil ao mercado americano, cabe ao país apoiar seus exportadores



e fornecedores na conquista de novos mercados e na adaptação de suas cadeias produtivas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251628405700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Vampiro





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º. A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º. A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º. Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a instituírem modalidade de transação tributária específica, voltada a exportadores e fornecedores diretamente impactados pelo tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto das tarifas sobre produtos brasileiros ameaça a sustentabilidade financeira de setores estratégicos do agronegócio e da indústria, que enfrentam simultaneamente queda nas receitas externas e necessidade de adaptação de suas linhas de produção. Nesse contexto, a transação tributária surge como instrumento adequado de recomposição, pois possibilita a regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas.

A proposta prevê condições diferenciadas, como entrada reduzida, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, além de descontos em multas e juros, de forma a compatibilizar a exigência de arrecadação com a realidade econômica excepcional vivida pelas empresas. Em contrapartida, a manutenção ou ampliação de empregos é estabelecida como condição essencial, assegurando que os benefícios concedidos se revertam em ganhos sociais concretos.

Do ponto de vista fiscal, a medida não representa renúncia, mas recuperação de créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis em razão da crise de liquidez enfrentada pelos exportadores. Do ponto de vista econômico, preserva a capacidade produtiva, sustenta empregos e garante que empresas brasileiras possam enfrentar a adversidade sem recorrer a encerramento de atividades ou redução drástica de operações.

Em síntese, a transação tributária específica proposta representa uma resposta ágil e equilibrada do Estado brasileiro: ao mesmo tempo em que oferece fôlego às empresas atingidas pelo tarifaço, reforça a arrecadação futura e protege



empregos, alinhando-se plenamente aos objetivos da MP nº 1.309/2025 de defesa da soberania econômica e da competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250414994100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Vampiro





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a instituírem modalidade de transação tributária específica, voltada a exportadores



e fornecedores diretamente impactados pelo tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto das tarifas sobre produtos brasileiros ameaça a sustentabilidade financeira de setores estratégicos do agronegócio e da indústria, que enfrentam simultaneamente queda nas receitas externas e necessidade de adaptação de suas linhas de produção. Nesse contexto, a transação tributária surge como instrumento adequado de recomposição, pois possibilita a regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas.

A proposta prevê condições diferenciadas, como entrada reduzida, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, além de descontos em multas e juros, de forma a compatibilizar a exigência de arrecadação com a realidade econômica excepcional vivida pelas empresas. Em contrapartida, a manutenção ou ampliação de empregos é estabelecida como condição essencial, assegurando que os benefícios concedidos se revertam em ganhos sociais concretos.

Do ponto de vista fiscal, a medida não representa renúncia, mas recuperação de créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis em razão da crise de liquidez enfrentada pelos exportadores. Do ponto de vista econômico, preserva a capacidade produtiva, sustenta empregos e garante que empresas brasileiras possam enfrentar a adversidade sem recorrer a encerramento de atividades ou redução drástica de operações.

Em síntese, a transação tributária específica proposta representa uma resposta ágil e equilibrada do Estado brasileiro: ao mesmo tempo em que oferece fôlego às empresas atingidas pelo tarifaço, reforça a arrecadação futura e protege empregos, alinhando-se plenamente aos objetivos da MP nº 1.309/2025 de defesa da soberania econômica e da competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Lucio Mosquini
(MDB - RO)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a depreciação acelerada de investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção realizados por empresas brasileiras que necessitam redirecionar exportações ou abrir novos mercados em razão do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.



O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros ameaça cadeias produtivas inteiras, tornando urgente a diversificação de destinos comerciais. Contudo, a adaptação de linhas produtivas, a aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias para atender mercados alternativos demandam elevado volume de capital. A depreciação acelerada é instrumento fiscal consagrado, utilizado em diversos países como mecanismo de incentivo ao investimento produtivo em cenários de crise ou de transição tecnológica.

Ao permitir a dedução integral do valor do investimento no período em que o bem ou a adaptação entrar em operação, a medida reduz o custo de capital, antecipa o benefício fiscal e melhora a liquidez das empresas, garantindo condições para a rápida readequação de sua produção e a preservação de sua competitividade internacional.

Do ponto de vista fiscal, a medida não implica renúncia permanente de receita, mas apenas diferimento temporal: a União arrecadará o mesmo montante ao longo do tempo, apenas postergando parte da arrecadação em benefício da recuperação imediata do setor produtivo. Do ponto de vista econômico, representa estímulo direto à inovação, à modernização da indústria e à abertura de novos mercados, preservando empregos e assegurando resiliência nacional frente às barreiras externas.

Em síntese, esta emenda fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço busca limitar o acesso do Brasil ao mercado americano, cabe ao país apoiar seus exportadores e fornecedores na conquista de novos mercados e na adaptação de suas cadeias produtivas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Lucio Mosquini
(MDB - RO)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda institui, pelo prazo de 12 meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins, limitado ao valor global de R\$ 2 bilhões, destinado às pessoas jurídicas da cadeia de exportação de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose.



A medida se justifica pelo contexto excepcional criado pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou abruptamente em até 50% as tarifas incidentes sobre exportações brasileiras desses setores estratégicos. A agressão comercial norte-americana compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia produtiva que lhes fornece insumos, serviços e bens intermediários, gerando cancelamento de pedidos, acúmulo de estoques e perda de liquidez.

O crédito outorgado proposto funciona como mecanismo de compensação emergencial, devolvendo liquidez e preservando margens em segmentos que têm papel decisivo para a balança comercial e para a segurança econômica do país. Café, carnes, suco de laranja, celulose e frutas tropicais não apenas sustentam parte expressiva do superávit externo, mas também garantem milhões de empregos diretos e indiretos no campo e na indústria.

Do ponto de vista fiscal, a medida não constitui renúncia permanente de receita, mas apoio temporário e focalizado, com limite global definido em R\$ 2 bilhões e critérios de elegibilidade a serem estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Assim, assegura previsibilidade, controle orçamentário e compatibilidade com a responsabilidade fiscal.

Sob a ótica econômica, a medida garante fôlego financeiro às empresas até que consigam redirecionar fluxos comerciais para outros mercados, evitando um choque de produção e de emprego que poderia aprofundar os efeitos do tarifaço. Além disso, reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se os Estados Unidos buscam enfraquecer a competitividade brasileira por meio de tarifas punitivas, cabe ao Brasil proteger sua base produtiva e assegurar resiliência.

Em síntese, esta proposta protege setores-chave do agronegócio brasileiro, preserva empregos, garante liquidez e fortalece a capacidade do país de enfrentar agressões externas sem comprometer a sustentabilidade fiscal. Por essas razões, a emenda merece integral acolhimento.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Lucio Mosquini
(MDB - RO)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255232882800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

§ 1º Os créditos serão calculados sobre o volume de exportação realizado nos últimos 12 (doze) meses da publicação dessa lei.

§ 2º Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja e café destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, os percentuais de créditos presumidos a que se referem o artigo 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e o artigo 15, da Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013, ficam majorados em 100% (cem por cento) para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Os créditos referidos no caput deverão ser ressarcidos em até 30 (trinta) dias após o pedido efetuado pelo contribuinte.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a majoração, em 100% (cem por cento), do percentual de crédito presumido previsto no art. 8º da Lei nº 10.925/2004, em caráter excepcional e restrito aos exercícios de 2025 e 2026, para pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

A medida se fundamenta no cenário adverso criado pelo tarifaço norte-americano, que elevou de forma abrupta as tarifas incidentes sobre diversos produtos do agronegócio e da indústria brasileira, reduzindo margens de exportadores, cancelando contratos e comprometendo a previsibilidade de setores inteiros.

O crédito presumido de PIS/Pasep e Cofins é um mecanismo já consolidado de desoneração, utilizado justamente para neutralizar a cumulatividade residual dessas contribuições em cadeias produtivas exportadoras. Sua majoração temporária atua como instrumento emergencial de



recomposição da competitividade das empresas brasileiras frente ao aumento artificial de custos imposto externamente.

Do ponto de vista econômico, a medida garante liquidez imediata às empresas exportadoras, permitindo a manutenção de empregos, investimentos e contratos de fornecimento, além de estimular a busca de novos mercados para compensar a retração das vendas aos EUA. Do ponto de vista fiscal, a proposta não representa renúncia estrutural de receita, mas apoio transitório e focalizado, limitado a dois exercícios e condicionado às exportações destinadas ao mercado norte-americano.

A adoção de um crédito presumido majorado reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se o tarifaço busca fragilizar a posição brasileira no comércio internacional, o país deve responder com medidas que assegurem a continuidade da produção e da competitividade de seus setores estratégicos.

Em síntese, a emenda representa um instrumento de alívio emergencial e temporário, que protege a base exportadora nacional, garante empregos e reforça a resiliência da economia brasileira diante de medidas unilaterais externas, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estabelece, em caráter excepcional, que nos anos de 2025 e 2026 a devolução de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins às pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América seja obrigatoriamente efetuada no prazo máximo de 30 dias após o pedido.

O fundamento da proposta é a necessidade de dar resposta imediata ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos, que elevou de forma abrupta as tarifas de importação sobre produtos brasileiros, comprometendo a competitividade e a liquidez das empresas exportadoras. No cenário atual, em que a perda de mercado externo representa risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos, a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência.

Hoje, o processo de ressarcimento de créditos de PIS/Cofins é marcado por burocracia e longos prazos de análise, o que transforma créditos legítimos em “ativos de papel”, sem efeito prático sobre o fluxo de caixa das empresas. Ao



determinar prazo certo de 30 dias, a emenda torna o direito efetivo e autoaplicável, reduzindo incertezas e devolvendo liquidez imediata às empresas.

Do ponto de vista fiscal, não há renúncia de receita, mas apenas a aceleração da restituição de valores que já pertencem ao contribuinte. Do ponto de vista econômico, a medida funciona como injeção rápida de capital de giro, essencial para a manutenção das atividades exportadoras e para a busca de novos mercados diante das barreiras impostas pelos EUA.

Em síntese, a proposta confere efetividade ao direito do exportador, garante previsibilidade e segurança jurídica e fortalece a resiliência da base produtiva nacional contra os efeitos do tarifaço, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por até um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime de drawback, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendido os seguintes critérios:

I – o beneficiário seja exportador que, nos últimos 12 meses, tenha realizado exportações para adquirente localizado nos Estados Unidos da América; e

II – o produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§ 1º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§ 2º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecida no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios abertos que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente, podendo



dificultar ou inviabilizar seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime aduaneiro especial de drawback, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendidos os seguintes critérios:

I – os compromissos de exportação em aberto para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros;

II – a análise de encerramento do ato concessório não tenha sido concluída pela autoridade competente na data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se também aos prazos de suspensão de tributos previstos nos atos concessórios titulados por empresas fabricantes-intermediários com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras, para emprego ou consumo na industrialização de produto final cujo compromisso de exportação para os Estados Unidos da América seja comprovadamente afetado por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.

§ 2º A prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos de que trata este artigo fica condicionada à apresentação à autoridade competente de:

I – documentos de qualquer natureza, inclusive histórico de exportações para os Estados Unidos, que demonstrem a intenção comercial, preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória, de venda para os



Estados Unidos da América dos produtos objeto dos compromissos de exportação assumidos no ato concessório; e

II – o produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§ 3º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§ 4º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecido no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente e que podem impedir o acesso aos exportadores, dificultando ou inviabilizando seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Importa destacar que os atos concessórios de Drawback são firmados considerando-se o histórico comercial com as empresas estrangeiras e cujo cumprimento deverá ocorrer em até 2 (dois) anos. Portanto, todos os atos concessórios vigentes são impactados pelo aumento tarifário, porque resultam de negociações de médio prazo e não apenas os compromissos vencíveis até dezembro de 2025.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255337992700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cobalchini



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória, nº 1309 de 2025, os seguintes artigos:

Art. XX. O art. 14 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14.....

§ 1º O processo de licitação, de que trata o caput, deverá definir requisitos mínimos de conteúdo local de bens industriais.

§ 2º O índice global mínimo recomendado será de 60%, com pelo menos 50% em cada subcomponente (engenharia, materiais, serviços), salvo disposição setorial específica.

§ 3º Poderão ser adotados índices alternativos equivalentes com base em Processos Produtivos Básicos (PPBs).

§ 4º No processo de licitação, nos casos de conteúdo local superior ao mínimo definido, poderão ser concedidos, proporcionais ao aumento do índice de nacionalização, de acordo com o efeito multiplicador na economia referente ao adicional, margem de preferência.

§ 5º Considerar-se-á desclassificada a proposta que não apresente compromisso de cumprimento de conteúdo local mínimo de bens industriais.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A exigência de conteúdo local nas concessões e permissões de serviços públicos fundamenta-se na necessidade de alinhar a execução contratual ao interesse público mais amplo, promovendo o desenvolvimento econômico, industrial e social do país. Tal medida é compatível com os princípios



constitucionais da eficiência (art. 37, caput), do desenvolvimento nacional sustentável (art. 170, inciso VI) e da função social da atividade econômica (art. 170, inciso III).

Ademais, a referida exigência visa estimular a indústria nacional e a geração de empregos; reduzir a dependência externa e aumentar a resiliência econômica; internalizar benefícios econômicos e sociais das concessões; e alinhar as concessões e permissões de serviços públicos à política industrial e de inovação nacional, como segue.

A contratação de bens e serviços com conteúdo local estimula a cadeia produtiva nacional, fomenta a industrialização e contribui diretamente para a geração de empregos qualificados em território nacional. Em setores como transporte, energia, saneamento e telecomunicações, os investimentos induzidos por concessões são significativos e podem ser vetor estratégico para o fortalecimento da base produtiva brasileira.

Ao priorizar fornecedores nacionais, mitiga-se a vulnerabilidade do país a choques externos, como flutuações cambiais, restrições logísticas internacionais ou crises geopolíticas. A exigência de conteúdo local permite que o país desenvolva autonomia tecnológica e produtiva em setores críticos à prestação de serviços essenciais à população.

As concessões e permissões, embora operadas por agentes privados, envolvem ativos públicos e tarifas pagas pelo usuário final. Exigir conteúdo local garante que parte dos recursos investidos retornem à economia nacional, sob a forma de renda, tributos, inovação e qualificação profissional.

Por fim, a política de conteúdo local atua como instrumento indutor de desenvolvimento setorial, em consonância com diretrizes estratégicas de política industrial, transição energética, digitalização e sustentabilidade. Permite também a integração de pequenas e médias empresas à cadeia de valor de grandes projetos públicos.

Cabe destacar que, a adoção de requisitos de conteúdo local está consolidada em regimes setoriais brasileiros, como o petróleo e gás (cláusulas da ANP), naval (REB e Renaval), e energia elétrica (editais da Aneel). Também



encontra respaldo em legislações internacionais, como o *Buy American Act* (EUA), *Local Content Requirements* (Índia) e programas europeus de reindustrialização e transição verde.

Assim, como exposto, a exigência de conteúdo local, a ser implementada por meio de cláusulas contratuais ou critérios de pontuação em licitações, observados os princípios da legalidade, isonomia, proporcionalidade e eficiência, apresenta compatibilidade jurídica, regulatória e econômica com os princípios constitucionais e os objetivos de desenvolvimento do País.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Vitor Lippi
(PSDB - SP)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória, nº 1309 de 2025, os seguintes artigos:

Art. XX. A Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º-B. Nos atos públicos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas autarquias, fundações, empresas públicas e de economia mista, deverá ser exigido, como condição para a celebração ou continuidade do instrumento, o atendimento a um percentual mínimo de conteúdo local ou a processo produtivo básico, nos termos de regulamento.

§ 1º A exigência de conteúdo local mínimo ou de processo produtivo básico visa:

I - Promover a internalização dos investimentos públicos e privados, garantindo que parte dos recursos circule na economia nacional;

II - Evitar a dependência de importações, fortalecendo a soberania produtiva;

III - Estimular a inovação e o adensamento das cadeias produtivas, ao incentivar o desenvolvimento de fornecedores locais; e

IV - Garantir contrapartidas concretas ao uso de recursos públicos, em linha com os princípios da eficiência, economicidade e interesse nacional.

§ 2º O regulamento referido no caput deverá observar:



- I - as peculiaridades setoriais e tecnológicas;
- II - a existência de oferta nacional viável, em termos técnicos, quantitativos e econômicos;
- III - a possibilidade de substituição progressiva de importações por bens e serviços nacionais;
- IV - a transparência na verificação e certificação do conteúdo local.

§ 3º Regulamento poderá definir sanções para o descumprimento da exigência de conteúdo local ou de processo produtivo básico.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida visa estabelecer parâmetros obrigatórios de conteúdo local mínimo ou processo produtivo básico em instrumentos estatais de compra, concessão e apoio econômico, como forma de garantir contrapartidas produtivas, estimular a produção nacional, reduzir vulnerabilidades externas e ampliar os efeitos multiplicadores dos investimentos públicos.

O proposto se justifica pelo fato de que, a utilização de recursos públicos deve gerar valor econômico agregado no país, como pode ser observado em algumas políticas industriais em curso; a medida não restringe a liberdade econômica, mas orienta o uso de instrumentos públicos com critérios de interesse nacional; e a exigência de conteúdo local é uma prática internacional consagrada em regimes jurídicos de países industrializados, conforme demonstrado no quadro comparativo abaixo:

País / Bloco	Instrumentos com Exigência de Conteúdo Local	Setores Abrangidos	Observações



Estados Unidos	<i>Buy American Act; Build America, Buy America Act (2021)</i>	Infraestrutura, transporte, energia	Obriga aquisição de bens e materiais com produção nacional mínima (55%)
União Europeia	Diretiva 2014/24/UE – permite cláusulas de conteúdo local em compras públicas	Construção, tecnologia, serviços ambientais	Estados-membros podem aplicar critérios de conteúdo europeu/ local
China	Plano "Made in China 2025"; incentivos com contrapartidas de nacionalização	Alta tecnologia, energia, telecomunicações	Exige transferência tecnológica e produção local para acesso a incentivos
Índia	<i>Public Procurement (Preference to Make in India)</i>	Defesa, saúde, infraestrutura, energia	Percentuais obrigatórios de conteúdo nacional variam por setor (30% a 70%)

Ademais, a proposta está alinhada ao Plano da Nova Indústria Brasil (NIB); valoriza a indústria nacional e os empregos locais; fortalece cadeias produtivas, especialmente em setores estratégicos (energia, infraestrutura, tecnologia); e promove maior previsibilidade e reciprocidade na aplicação de incentivos. Adicionalmente, a medida prevê: regulamentação técnica setorial; exceções para ausência de oferta nacional; fase de transição; e mecanismos de aferição e controle.

De modo que, os efeitos esperados dessa medida são: mais valor agregado no país, com geração de empregos e aumento da renda dos trabalhadores; redução de vulnerabilidade externa, com menor dependência de cadeias internacionais e maior resiliência a choques globais; expansão de fornecedores nacionais com reflexos em investimento e qualidade, e, especialmente, maior retorno dos incentivos públicos, pelas contrapartidas locais e efeito multiplicador regional.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Vitor Lippi
(PSDB - SP)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256859262300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vitor Lippi





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA SUBSTITUTIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Substitua-se o §1º do artigo 1º da Medida Provisória nº 1309/2025, passando a ter o seguinte texto:

Art. 1º.....

.....

§1º As pessoas jurídicas exportadoras ou integrantes de sua cadeia de fornecimento, comprovadamente impactadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, terão prioridade no processo de restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como poderão diferir o prazo de vencimento de tributos federais e de prestações relacionadas à dívida ativa da União, por até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do vencimento original, aplicando-se de forma automática, independentemente de regulamentação por ato do Poder Executivo, cabendo à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apenas a operacionalização do procedimento.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar maior efetividade às medidas previstas no art. 1º, §1º da MP nº 1.309/2025, estabelecendo que a prioridade na restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como o diferimento de tributos federais



e prestações da dívida ativa da União, seja autoaplicável e com prazo definido de 120 dias.

O texto original condiciona tais benefícios a ato do Ministro da Fazenda, criando incerteza quanto à sua efetiva implementação e alcance. No atual contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou drasticamente as tarifas sobre exportações brasileiras, a previsibilidade e a imediata aplicação das medidas são fundamentais para assegurar liquidez e fôlego financeiro às empresas afetadas.

O prazo de 120 dias garante equilíbrio entre a necessidade de suporte emergencial às empresas e a responsabilidade fiscal, funcionando como mecanismo temporário de ajuste de fluxo de caixa. Além disso, reduz litígios e burocracia, uma vez que o direito passa a ser exercido automaticamente, cabendo ao fisco apenas sua execução administrativa.

Em síntese, a emenda reforça o espírito da MP nº 1.309/2025, conferindo segurança jurídica e agilidade na resposta do Estado brasileiro frente às barreiras comerciais externas. Se o tarifaço busca fragilizar a competitividade do Brasil, cabe ao país assegurar instrumentos imediatos de proteção e resiliência para os seus exportadores e fornecedores.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda



norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

§1º Os créditos serão calculados sobre o volume de exportação realizado nos últimos 12 (doze) meses da publicação dessa lei.

§2º. Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja e café destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores



nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, os percentuais de créditos presumidos a que se referem o artigo 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e o artigo 15, da Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013, ficam majorados em 100% (cem por cento) para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Os créditos referidos no caput deverão ser ressarcidos em até 30 (trinta) dias após o pedido efetuado pelo contribuinte.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a majoração, em 100% (cem por cento), do percentual de crédito presumido previsto no art. 8º da Lei nº 10.925/2004, em caráter excepcional e restrito aos exercícios de 2025 e 2026, para pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

A medida se fundamenta no cenário adverso criado pelo tarifaço norte-americano, que elevou de forma abrupta as tarifas incidentes sobre diversos produtos do agronegócio e da indústria brasileira, reduzindo margens de exportadores, cancelando contratos e comprometendo a previsibilidade de setores inteiros.



O crédito presumido de PIS/Pasep e Cofins é um mecanismo já consolidado de desoneração, utilizado justamente para neutralizar a cumulatividade residual dessas contribuições em cadeias produtivas exportadoras. Sua majoração temporária atua como instrumento emergencial de recomposição da competitividade das empresas brasileiras frente ao aumento artificial de custos imposto externamente.

Do ponto de vista econômico, a medida garante liquidez imediata às empresas exportadoras, permitindo a manutenção de empregos, investimentos e contratos de fornecimento, além de estimular a busca de novos mercados para compensar a retração das vendas aos EUA. Do ponto de vista fiscal, a proposta não representa renúncia estrutural de receita, mas apoio transitório e focalizado, limitado a dois exercícios e condicionado às exportações destinadas ao mercado norte-americano.

A adoção de um crédito presumido majorado reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se o tarifaço busca fragilizar a posição brasileira no comércio internacional, o país deve responder com medidas que assegurem a continuidade da produção e da competitividade de seus setores estratégicos.

Em síntese, a emenda representa um instrumento de alívio emergencial e temporário, que protege a base exportadora nacional, garante empregos e reforça a resiliência da economia brasileira diante de medidas unilaterais externas, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estabelece, em caráter excepcional, que nos anos de 2025 e 2026 a devolução de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins às pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América seja obrigatoriamente efetuada no prazo máximo de 30 dias após o pedido.

O fundamento da proposta é a necessidade de dar resposta imediata ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos, que elevou de forma abrupta as tarifas de importação sobre produtos brasileiros, comprometendo a competitividade e a liquidez das empresas exportadoras. No cenário atual, em que a perda de mercado externo representa risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos, a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência.



Hoje, o processo de ressarcimento de créditos de PIS/Cofins é marcado por burocracia e longos prazos de análise, o que transforma créditos legítimos em “ativos de papel”, sem efeito prático sobre o fluxo de caixa das empresas. Ao determinar prazo certo de 30 dias, a emenda torna o direito efetivo e autoaplicável, reduzindo incertezas e devolvendo liquidez imediata às empresas.

Do ponto de vista fiscal, não há renúncia de receita, mas apenas a aceleração da restituição de valores que já pertencem ao contribuinte. Do ponto de vista econômico, a medida funciona como injeção rápida de capital de giro, essencial para a manutenção das atividades exportadoras e para a busca de novos mercados diante das barreiras impostas pelos EUA.

Em síntese, a proposta confere efetividade ao direito do exportador, garante previsibilidade e segurança jurídica e fortalece a resiliência da base produtiva nacional contra os efeitos do tarifaço, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL
Senador Nelsinho Trad

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se ao art. 6º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, o § 3º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º.....

.....

§ 3º A utilização dos recursos do FGE para linhas de financiamento, na forma prevista no inciso III do caput, terá caráter complementar em relação aos programas e às linhas de financiamento à exportação já existentes.

I – As linhas de financiamento e os programas referidos nesta medida serão disponibilizados em página específica no site da Câmara de Comércio Exterior, com destaque para as condições e para os respectivos agentes financeiros operadores.

.....

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão do dispositivo proposto no art. 6º da Medida Provisória nº 1.309/2025 visa garantir ampla divulgação e transparência das linhas e dos programas de financiamento destinados a empresas e pessoas físicas impactadas pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos.

Embora a MP já preveja o uso do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) de forma complementar às linhas de financiamento à exportação existentes, a ausência de um canal único, oficial e atualizado pode dificultar o acesso das



empresas — especialmente micro e pequenas — às informações necessárias para aproveitar os benefícios disponibilizados.

Ao determinar que as linhas e os programas sejam publicados em página específica no site da Câmara de Comércio Exterior (Camex), com detalhamento das condições de acesso e identificação dos agentes financeiros operadores, a proposta busca:

- Centralizar e padronizar as informações, evitando assimetrias de conhecimento entre as empresas;
- Aumentar a eficiência da política pública, permitindo que os potenciais beneficiários conheçam as condições de forma clara e tempestiva;
- Facilitar a atuação de instituições financeiras e entidades de apoio empresarial, que poderão orientar seus clientes com base em dados oficiais e atualizados;
- Apoiar a preservação de empresas e empregos, assegurando que os recursos cheguem rapidamente a quem mais precisa.

A medida proposta está alinhada aos princípios da publicidade, transparência e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, e contribui para a efetividade da MP nº 1.309/2025 ao reduzir barreiras de informação que, na prática, poderiam limitar seu alcance.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)





CONGRESSO NACIONAL
Senador Nelsinho Trad

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se a seguinte redação ao art. 14 e renumerem-se os demais artigos previstos na Medida Provisória nº 1.309, de 13 de agosto de 2025:

Art. 14. O disposto neste Capítulo aplica-se, em caráter excepcional e temporário, até 31 de dezembro de 2026, também à aquisição de produtos manufaturados e insumos considerados estratégicos, destinados a contribuir para a execução de programas e ações governamentais de relevante interesse nacional, dentre os quais se destacam o Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, o Sistema Único de Saúde – SUS, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e outros que venham a atender às demandas emergenciais de empresas afetadas por medidas econômicas decorrentes de crises ou situações de instabilidade de mercado.

§ 1º Caberá ao Poder Executivo, por meio de regulamentação própria, definir e atualizar a lista de produtos manufaturados e insumos considerados estratégicos que poderão receber tratamento diferenciado, observados os critérios de interesse público, essencialidade, impacto socioeconômico e preservação de empregos.

§ 2º A ampliação prevista neste artigo não prejudica as condições já estabelecidas para a aquisição de gêneros alimentícios, devendo ser observadas regras complementares que assegurem a transparência e a adequada prestação de contas dos recursos empregados.

§ 3º As aquisições públicas realizadas no âmbito desta Medida Provisória deverão observar, no que couber, o disposto no Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, que regulamenta a aplicação da margem de preferência.



JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.309/2025, em seu Capítulo VIII, prevê medidas excepcionais voltadas à aquisição de gêneros alimentícios, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos de crises e assegurar a continuidade da atividade produtiva.

Entretanto, diversos insumos estratégicos, igualmente essenciais para o funcionamento das cadeias produtivas e para a execução de programas governamentais prioritários, não estão contemplados pelo texto original. Essa limitação pode comprometer a efetividade da política pública, restringindo sua capacidade de resposta às demandas emergenciais das empresas afetadas pelo impacto econômico do chamado “tarifaço”.

A presente emenda propõe a ampliação temporária, até 31 de dezembro de 2026, da abrangência das medidas excepcionais, possibilitando que sejam incluídos insumos destinados a programas de grande relevância nacional, como o Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, o Sistema Único de Saúde – SUS, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, entre outros. Dessa forma, além de apoiar as empresas atingidas, a medida contribui para a execução de políticas públicas fundamentais nas áreas de infraestrutura, saúde e educação.

A regulamentação pelo Poder Executivo permitirá a definição criteriosa da lista de insumos, com base em parâmetros de essencialidade, interesse público, impacto socioeconômico e preservação de empregos, garantindo flexibilidade e rápida adaptação às necessidades conjunturais.

Além disso, a previsão expressa de observância ao Decreto nº 11.890/2024, que regulamenta a aplicação da margem de preferência nas compras públicas, reforça o compromisso com a valorização da produção nacional, a preservação da competitividade da indústria brasileira e a transparência na utilização dos recursos públicos.

Assim, a medida amplia o alcance do Capítulo VIII, garantindo maior efetividade, segurança jurídica e alinhamento às políticas estratégicas do Governo



Federal, ao mesmo tempo em que oferece às empresas afetadas um canal de recuperação econômica por meio da participação em compras governamentais.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4090616208>



CONGRESSO NACIONAL
Senador Nelsinho Trad

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Art. 6º A Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º-A.....

§ 1º.....

VI – financiamento da folha de pagamentos dos empregados diretamente vinculados à atividade exportadora, nos termos estabelecidos em ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.” (NR).

JUSTIFICAÇÃO

O § 1º do art. 5º-A da Lei nº 9.818/1999, incluído pela Medida Provisória nº 1.309/2025, estabelece as finalidades e destinações possíveis dos recursos obtidos por meio das linhas de financiamento ali previstas.

A inclusão do inciso VI – folha de pagamentos – tem por objetivo permitir que as empresas utilizem os recursos destinados ao financiamento para cobrir despesas correntes com pessoal, garantindo a manutenção das atividades e a preservação dos postos de trabalho, especialmente em períodos de restrição de caixa ou de redução de faturamento.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3018255683>



CONGRESSO NACIONAL
Senador Nelsinho Trad

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se o art. 6º-A à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

Art. 6º-A. Os recursos de que trata a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, também poderão ser utilizados para apoiar ações de promoção internacional de empresas brasileiras, especialmente aquelas impactadas por medidas tarifárias impostas por países parceiros estratégicos, inclusive mediante parceria com organização da sociedade civil cuja capacidade e singularidade na promoção da integração econômica e comercial do Brasil com novos mercados estratégicos tornem a parceria indispensável para o pronto atendimento das metas e urgências da política comercial do País.

§ 1º Entre os beneficiários das ações previstas neste artigo, incluem-se as organizações da sociedade civil que tenham por finalidade estatutária a promoção da integração econômica, comercial, científica e tecnológica entre o Brasil e países estrangeiros, quando sua capacidade técnica e experiência atestem a natureza singular da parceria ou a impossibilidade de atingir as metas por meio de outra entidade.

§ 2º As parcerias firmadas com tais instituições deverão observar:

I – o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), aplicando-se as disposições relativas à dispensa de chamamento público, quando cabível, conforme reconhecimento da singularidade do objeto ou da entidade;

II – a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações);



III – as diretrizes da política de comércio exterior e promoção comercial do Governo Federal.

§ 3º Terão prioridade as iniciativas que comprovadamente promovam:

I – a mitigação de impactos econômicos causados por medidas protecionistas internacionais;

II – o acesso de micro, pequenas e médias empresas brasileiras a mercados estrangeiros;

III – a compensação de perdas econômicas setoriais por meio de missões comerciais, feiras internacionais, apoio técnico e jurídico, e formação de parcerias empresariais internacionais.

§ 4º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e os órgãos competentes em âmbito estadual regulamentarão a forma de seleção, repasse e controle dos recursos previstos neste artigo, considerando a natureza singular da parceria, quando for o caso, assegurada a ampla transparência e o controle social.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda busca fortalecer a capacidade do Estado brasileiro de reagir, de forma ágil e estratégica, às mudanças abruptas no cenário internacional de comércio, como o recente aumento de tarifas sobre produtos brasileiros imposto pelos Estados Unidos. A MP nº 1.309/2025 já autoriza a utilização de recursos de fundos (FGO, FGE, FGI) para compensar impactos tarifários e financiar a promoção comercial. A presente proposta amplia esse escopo, permitindo parcerias com organizações da sociedade civil que detenham capacidade e singularidade na integração econômica com novos mercados estratégicos, tornando-as indispensáveis para as urgências da política comercial e justificando a dispensa de chamamento público.

O cenário comercial global é imprevisível, com políticas nacionalistas e barreiras não tarifárias expondo fragilidades na estratégia brasileira, como



evidenciado pelo “tarifaço de Trump”. Isso sublinha a urgência da diversificação. Diante do vasto mercado global e de economias dinâmicas, aprofundar a relação comercial com blocos econômicos e países estrangeiros não apenas compensa perdas em mercados tradicionais, mas insere o Brasil em um eixo promissor, fortalecendo sua competitividade e reduzindo a vulnerabilidade a choques externos.

Ao permitir a parceria com entidades de expertise específica e exclusiva, esta emenda facilita a rápida e técnica diversificação de mercados, reduzindo a dependência e amparando empresas impactadas por barreiras tarifárias. Essa medida, ao se valer da dispensa de chamamento público para casos de singularidade, conforme o MROSC, conjuga diplomacia econômica, segurança jurídica e desenvolvimento produtivo. O foco é a abertura de novos mercados e a mitigação de riscos comerciais de forma célere e eficiente, posicionando o Brasil de forma mais soberana e estratégica no comércio internacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)





CONGRESSO NACIONAL
Senador Nelsinho Trad

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

Art. ____. Poderá ser celebrada parceria com organização da sociedade civil cuja capacidade técnica e experiência comprovada na promoção da integração econômica, comercial, científica e tecnológica entre o Brasil e países estrangeiros atestem a natureza singular do objeto e a inviabilidade de competição para o atendimento célere e eficaz dos programas e projetos de prospecção de mercados, promoção comercial, intermediação de negócios internacionais e ações de compensação das perdas econômicas de empresas brasileiras decorrentes de medidas tarifárias impostas por terceiros países.

§ 1º A parceria referida no caput observará as disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), inclusive no que tange à possibilidade de sua celebração por dispensa de chamamento público, quando atendidos os requisitos legais aplicáveis à natureza singular do objeto ou da entidade específica, e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), além das diretrizes da política de promoção comercial do país.

§ 2º A celebração de instrumentos jurídicos com a União dependerá de:

I – reconhecimento da singularidade e expertise da organização pelo órgão competente da Administração Pública Federal, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Banco do Brasil (BB), mediante parecer técnico fundamentado;



II – credenciamento prévio das organizações junto ao órgão competente da Administração Pública Federal, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Banco do Brasil (BB);

III – aprovação de plano de trabalho compatível com as metas de diversificação de mercados e mitigação dos efeitos de barreiras tarifárias, com indicadores claros de desempenho e resultados esperados.

§ 3º Terão prioridade na execução das ações previstas as empresas brasileiras, especialmente micro, pequenas e médias, que comprovadamente tenham sido impactadas por medidas tarifárias adotadas por parceiros comerciais estratégicos, notadamente os Estados Unidos da América.

§ 4º Os recursos referentes ao Fundo Garantidor de Exportações (FGE), de que trata a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, também poderão ser utilizados para apoiar ações de promoção internacional de empresas brasileiras, especialmente aquelas impactadas por medidas tarifárias impostas por países parceiros estratégicos, como os Estados Unidos da América, inclusive mediante parceria com organização da sociedade civil cuja capacidade e singularidade na promoção da integração econômica e comercial do Brasil com novos mercados estratégicos tornem a parceria indispensável para o pronto atendimento das metas e urgências da política comercial do País.

§ 5º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) regulamentará a forma de seleção, repasse e controle dos recursos previstos neste artigo, considerando a natureza singular da parceria, quando for o caso, assegurada a ampla transparência e o controle social.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa criar um instrumento jurídico ágil para que o governo federal promova a abertura de novos mercados para empresas brasileiras no exterior, mitigando impactos econômicos de medidas protecionistas, como o “tarifaço de Trump”. Dada a urgência e a natureza singular do objeto, a parceria com organizações da sociedade civil que detenham comprovada e exclusiva



capacidade técnica e experiência torna a competição inviável, justificando sua celebração por dispensa de chamamento público, conforme a Lei nº 13.019/2014.

O cenário comercial global é volátil e marcado pelo protecionismo, evidenciado pelo “tarifaço de Trump”, que expôs a vulnerabilidade brasileira diante da dependência de mercados tradicionais e impôs a necessidade de diversificação, a fim de garantir maior resiliência. Estabelecer parcerias estratégicas com entidades especializadas em blocos econômicos e países específicos é, portanto, essencial para aproveitar o potencial comercial global e fortalecer a posição do Brasil, reduzindo a exposição a choques externos.

Permitir a parceria com entidades de expertise tão específica e exclusiva oferece suporte técnico e inteligência incomparáveis para essa nova fronteira comercial, capacitando o Estado a reagir com a velocidade necessária às mudanças externas. A emenda utiliza o arcabouço do MROSC e da Nova Lei de Licitações, adaptado à natureza excepcional da parceria, garantindo legalidade, eficiência e transparência no gasto público e na inserção em mercados de alta relevância estratégica.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)





CONGRESSO NACIONAL
Senador Nelsinho Trad

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se o art. 6º à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

Art. 6º (...)

"Art. 5º-A (...)

§ 1º As linhas de financiamento a que se refere o caput poderão consistir em financiamento a: (...)

VI – apoio a programas e projetos de prospecção de mercados, promoção comercial, intermediação de negócios internacionais e ações de compensação de perdas econômicas, executados por organizações da sociedade civil cuja capacidade e singularidade na promoção da integração econômica e comercial do Brasil com novos mercados estratégicos tornem a parceria indispensável para o pronto atendimento das metas e urgências da política comercial do País, observadas as disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em tudo o que não for incompatível com a natureza singular da parceria e a necessidade de célere execução." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda introduz um mecanismo financeiro crucial para o enfrentamento ágil das atuais tensões comerciais globais, como o “tarifaço de Trump”, que expõe vulnerabilidades na estratégia de exportação brasileira. Ao permitir que linhas de financiamento apoiem programas de prospecção e promoção comercial, executados por organizações da sociedade civil, buscamos



uma solução flexível e direcionada. A inclusão dessas parcerias visa fortalecer a capacidade do Estado em responder diretamente às necessidades urgentes de diversificação de mercados.

O cenário internacional exige respostas rápidas e especializadas, que muitas vezes ultrapassam as capacidades ou a celeridade dos trâmites estatais tradicionais. Organizações da sociedade civil, por sua expertise única e agilidade operacional, possuem uma capacidade singular de atuar em nichos específicos, como a integração econômica com países e blocos econômicos estrangeiros. Reconhecer essa singularidade e a inviabilidade de competição para objetivos tão específicos e imediatos é fundamental para garantir a eficácia da política externa comercial.

Portanto, a medida não apenas moderniza os instrumentos de fomento ao comércio exterior, mas também garante que os recursos sejam aplicados de forma a maximizar resultados em ambientes complexos e dinâmicos. Ao prever que a Lei nº 13.019/2014 e a Lei nº 14.133/2021 sejam observadas de forma compatível com a natureza singular e a célere execução das parcerias, a emenda assegura a legalidade e a transparência, ao mesmo tempo em que permite a flexibilidade necessária para alcançar a resiliência econômica do País.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se § 3º ao art. 11 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 11.

.....

§ 3º A aquisição excepcional de que trata o caput deverá ter como parâmetro, necessariamente, os preços médios praticados em mercado dos gêneros alimentícios a serem adquiridos, na forma do regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

A aquisição excepcional de gêneros alimentícios perecíveis nos parece guardar razoabilidade diante do momento que atravessamos, dadas as consequências do Tarifaço impostos pelos EUA. Temos, contudo, que garantir que tal permissão dada à administração não será objeto de abusos, especialmente no que se refere aos preços pagos pelos alimentos.

Daí propormos essa medida moralizadora, que tão somente garante a prática de preços próximos aos já observados em mercado, garantindo o bom uso dos recursos públicos em prol da população.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se § 2º ao art. 2º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 2º Deverá ser apresentado relatório mensal detalhado a respeito das operações de crédito previstas nesta Medida Provisória, notadamente no que se refere às condições financeiras das operações e informações sobre seus beneficiários, de forma que fique claro o correto direcionamento a empresas exportadoras e seus respectivos fornecedores que tenham sido impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de medida de prestação de contas via exigência de publicação de relatório mensal com o detalhamento das operações de apoio financeiro previstas na MP 1309/2025.

Como estamos tratando do uso de recursos públicos, inclusive mediante a possibilidade de concessão de crédito subsidiado, é imperativo que tenhamos transparência e prestação de contas à sociedade, inclusive no tocante às condições financeiras das operações e também ao correto direcionamento para



o público-alvo composto por empresas exportadoras e seus fornecedores, todos atingidos pelo Tarifaço dos EUA.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251288586500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lucas Fernandes





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se inciso I ao § 2º do art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

§ 2º

I – Dentre os critérios de priorização a que se refere este parágrafo, fica assegurado que, para todas as operações de crédito concedidas ao amparo desta Medida Provisória, voltadas à minimização dos impactos decorrentes da imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do montante total concedido será direcionado a micro, pequenas e médias empresas.”

JUSTIFICAÇÃO

Grandes empresas exportadores também estão sendo afetadas pelo Tarifaço imposto pelos EUA. Essas, contudo, têm acesso ao mercado de capitais e a outras linhas do BNDES, por exemplo. Assim, conseguem captar recursos a taxas bastante razoáveis para os padrões brasileiros, numa situação bem diferente do que se passa com empresas de menor porte.

Assim, pela presente emenda procura-se garantir que, de todas as linhas previstas na MP, pelo menos 50% das novas operações, aquelas que têm



por objetivo minimizar os impactos no Tarifaço dos EUA, sejam direcionadas às empresas de menor porte.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“Art. O artigo 5º, da Lei n. 12.599/2012, passa a vigorar com a seguinte disposição: Art. 5º.....

§1º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre a receita de exportação dos produtos classificados no código 0901.1 da Tipi, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. (...) §7º Haverá pagamento de 80% (oitenta por cento) dos créditos previstos, no prazo de até 30 dias, do pedido de ressarcimento, independentemente de fiscalização. §8º O saldo remanescente será objeto de posterior pagamento em até 180 dias, caso não exista fiscalização em andamento. §9º Eventual despacho decisório quanto ao ressarcimento de crédito presumido, inclusive, de forma antecipada, está sujeito ao processo administrativo fiscal do Decreto n. 70.235/72. §10º Os pagamentos a título de ressarcimento não poderão ser objeto de compensação de ofício, salvo anuência do contribuinte, nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito (art. 151, do Código Tributário Nacional) ou em razão de dívida objeto de garantia e discussão em juízo por meio de medida judicial, inclusive, embargos à execução fiscal.”



JUSTIFICAÇÃO

O setor cafeeiro, com o surgimento da Lei n. 12.599/2012, recebeu disciplina específica quanto à previsão de crédito presumido de PIS/COFINS em suas operações.

Esta previsão, embora não suficiente para cumprir efetivamente a não cumulatividade, eliminando os resíduos tributários da operação, especialmente, na exportação, foi um importante passo à época para o setor, dada sua relevância no mercado exterior.

Todavia, o setor atualmente enfrenta dois grandes problemas, sendo, de imediato o “Tarifaço” imposto ao café brasileira pelo Governo dos Estados Unidos da América, majorando significativamente o custo da operação para aquele país.

Na relação comercial cafeeira entre EUA e Brasil, as nações são imprescindíveis uma à outra, uma vez que os cafés brasileiros representam uma fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano, sendo o principal fornecedor ao país, ao passo que os EUA respondem por 16% das exportações do produto nacional, cerca de USD 2 bilhões, sendo o principal destino de nossas exportações.

A medida adotada gerará um grave e irreparável prejuízo ao setor, refletindo em perda de investimentos a curto prazo, demissões, endividamento, entre outros reflexos econômicos e sociais, que serão potencializados pelo atual momento que vive a economia nacional.

Ademais, houve a aprovação da Reforma Tributária para o Consumo (EC 312/2023), que começará a vigorar em 2026, com relevante alteração em 2027, quando o PIS/COFINS será extinto e surgirá em substituição a CBS.

Sendo assim, o setor cafeeiro não terá, a partir de 2027, tais créditos presumidos que, em comparação à carga fiscal que haverá com a CBS, gerará um efetivo aumento de tributação, além de relevante impacto de imediato no fluxo de caixa da cadeia, de tal sorte que o ajuste até 31 de dezembro de 2026 seria uma



medida paliativa adicional para atenuar este reflexo negativo que ocorrerá em breve.

Diante deste contexto fático e jurídico, foi sugerida a alteração da Lei n. 12.599/2012, aumentando os percentuais de crédito presumido de PIS/COFINS, até 31 de dezembro de 2026, bem como garantindo efetiva e imediato ressarcimento em pecúnia, como alternativa paliativa ao setor visando atenuar os efeitos do tarifaço e breve impacto da Reforma Tributária.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de cacau classificados nos códigos 1803.10.00, 1803.20.00; 1804.00.00 e 1805.00.00 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.



O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 14-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 14-1.** O disposto neste Capítulo aplica-se, em caráter excepcional e temporário, até 31 de dezembro de 2026, também à aquisição produtos manufaturados e insumos considerados estratégicos, destinados a contribuir para a execução de programas e ações governamentais de relevante interesse nacional, dentre os quais se destacam o **Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, o Sistema Único de Saúde – SUS, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**, e outros que venham a atender às demandas emergenciais das empresas afetadas por medidas econômicas decorrentes de crises ou situações de instabilidade de mercado.

§ 1º Caberá ao Poder Executivo, por meio de regulamentação própria, definir e atualizar a lista de aquisição produtos manufaturados e insumos considerados estratégicos que poderão receber tratamento diferenciado, observados os critérios de **interesse público, essencialidade, impacto socioeconômico e preservação de empregos.**

§ 2º A ampliação prevista neste artigo não prejudica as condições já estabelecidas para a aquisição de gêneros alimentícios, devendo ser observadas regras complementares que assegurem a transparência e a **adequada prestação de contas** dos recursos empregados.

§ 3º As aquisições públicas realizadas no âmbito desta Medida Provisória deverão observar, no que couber, o disposto no **Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024**, que regulamenta a aplicação da **margem de preferência.**”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 1.309/2025, em seu Capítulo VIII, prevê medidas excepcionais voltadas à aquisição de gêneros alimentícios, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos de crises e assegurar a continuidade da atividade produtiva.

Entretanto, diversos insumos estratégicos, igualmente essenciais para o funcionamento de cadeias produtivas e para a execução de programas governamentais prioritários, não estão contemplados pelo texto original. Essa limitação pode comprometer a efetividade da política pública, restringindo sua capacidade de resposta às demandas emergenciais das empresas afetadas pelo impacto econômico do chamado “tarifaço”.

A presente emenda propõe a ampliação temporária, até 31 de dezembro de 2026, da abrangência das medidas excepcionais, possibilitando que sejam incluídos insumos destinados a programas de grande relevância nacional, como o Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, o Sistema Único de Saúde – SUS, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, entre outros. Dessa forma, além de apoiar as empresas atingidas, a medida contribui para a execução de políticas públicas fundamentais nas áreas de infraestrutura, saúde e educação.

A regulamentação pelo Poder Executivo permitirá a definição criteriosa da lista de insumos, com base em parâmetros de essencialidade, interesse público, impacto socioeconômico e preservação de empregos, garantindo flexibilidade e rápida adaptação às necessidades conjunturais.



Além disso, a previsão expressa de observância ao Decreto nº 11.890/2024, que regulamenta a aplicação da margem de preferência nas compras públicas, reforça o compromisso com a valorização da produção nacional, a preservação da competitividade da indústria brasileira e a transparência na utilização dos recursos públicos.

Assim, a medida amplia o alcance do Capítulo VIII, garantindo maior efetividade, segurança jurídica e alinhamento às políticas estratégicas do Governo Federal, ao mesmo tempo em que oferece às empresas afetadas um canal de recuperação econômica por meio da participação em compras governamentais.

Deputado Pedro Westphalen

(PP/RS)

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por até um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime de drawback, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendido os seguintes critérios:

I – o beneficiário seja exportador que, nos últimos 12 meses, tenha realizado exportações para adquirente localizado nos Estados Unidos da América; e

II – o produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§1º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§2º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecida no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.



JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios abertos que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente, podendo dificultar ou inviabilizar seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime aduaneiro especial de drawback, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendidos os seguintes critérios:

I - os compromissos de exportação em aberto para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros;

II - a análise de encerramento do ato concessório não tenha sido concluída pela autoridade competente na data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se também aos prazos de suspensão de tributos previstos nos atos concessórios titulados por empresas fabricantes-intermediários com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras, para emprego ou consumo na industrialização de produto final cujo compromisso de exportação para os Estados Unidos da América seja comprovadamente afetado por



medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.

§ 2º A prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos de que trata este artigo fica condicionada à apresentação à autoridade competente de:

I – Documentos de qualquer natureza, inclusive histórico de exportações para os Estados Unidos, que demonstrem a intenção comercial, preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória, de venda para os Estados Unidos da América dos produtos objeto dos compromissos de exportação assumidos no ato concessório; e

II – O produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§3º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§4º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecido no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente e que podem impedir o acesso aos exportadores, dificultando ou inviabilizando seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Importa destacar que os atos concessórios de Drawback são firmados considerando-se o histórico comercial com as empresas estrangeiras e cujo



cumprimento deverá ocorrer em até 2 (dois) anos. Portanto, todos os atos concessórios vigentes são impactados pelo aumento tarifário, porque resultam de negociações de médio prazo e não apenas os compromissos vencíveis até dezembro de 2025.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. Xº - O artigo 5º, da Lei n. 12.599/2012, passa a vigorar com a seguinte disposição:

Art. 5º

§ 1º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre a receita de exportação dos produtos classificados no código 0901.1 da Tipi, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

(...)

§ 7º Haverá pagamento de 80% (oitenta por cento) dos créditos previstos, no prazo de até 30 dias, do pedido de ressarcimento, independentemente de fiscalização.

§ 8º O saldo remanescente será objeto de posterior pagamento em até 180 dias, caso não exista fiscalização em andamento.



§ 9º Eventual despacho decisório quanto ao ressarcimento de crédito presumido, inclusive, de forma antecipada, está sujeito ao processo administrativo fiscal do Decreto n. 70.235/72.

§ 10 Os pagamentos a título de ressarcimento não poderão ser objeto de compensação de ofício, salvo anuência do contribuinte, nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito (art. 151, do Código Tributário Nacional) ou em razão de dívida objeto de garantia e discussão em juízo por meio de medida judicial, inclusive, embargos à execução fiscal.

JUSTIFICAÇÃO

O setor cafeeiro, com o surgimento da Lei n. 12.599/2012, recebeu disciplina específica quanto à previsão de crédito presumido de PIS/COFINS em suas operações.

Esta previsão, embora não suficiente para cumprir efetivamente a não cumulatividade, eliminando os resíduos tributários da operação, especialmente, na exportação, foi um importante passo à época para o setor, dada sua relevância no mercado exterior.

Todavia, o setor atualmente enfrenta dois grandes problemas, sendo, de imediato o “Tarifaço” imposto ao café brasileira pelo Governo dos Estados Unidos da América, majorando significativamente o custo da operação para aquele país.

Na relação comercial cafeeira entre EUA e Brasil, as nações são imprescindíveis uma à outra, uma vez que os cafés brasileiros representam uma fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano, sendo o principal fornecedor ao país, ao passo que os EUA respondem por 16% das exportações do produto nacional, cerca de USD 2 bilhões, sendo o principal destino de nossas exportações.

A medida adotada gerará um grave e irreparável prejuízo ao setor, refletindo em perda de investimentos a curto prazo, demissões, endividamento,



entre outros reflexos econômicos e sociais, que serão potencializados pelo atual momento que vive a economia nacional.

Ademais, houve a aprovação da Reforma Tributária para o Consumo (EC 312/2023), que começará a vigorar em 2026, com relevante alteração em 2027, quando o PIS/COFINS será extinto e surgirá em substituição a CBS.

Sendo assim, o setor cafeeiro não terá, a partir de 2027, tais créditos presumidos que, em comparação à carga fiscal que haverá com a CBS, gerará um efetivo aumento de tributação, além de relevante impacto de imediato no fluxo de caixa da cadeia, de tal sorte que o ajuste até 31 de dezembro de 2026 seria uma medida paliativa adicional para atenuar este reflexo negativo que ocorrerá em breve.

Diante deste contexto fático e jurídico, foi sugerida a alteração da Lei n. 12.599/2012, aumentando os percentuais de crédito presumido de PIS/COFINS, até 31 de dezembro de 2026, bem como garantindo efetiva e imediato ressarcimento em pecúnia, como alternativa paliativa ao setor visando atenuar os efeitos do tarifaço e breve impacto da Reforma Tributária.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de pescados classificados nos Capítulos 3 e 16 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda



norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 4º-1. O despacho aduaneiro de exportação de remessas internacionais poderá ser processado por meio da Declaração de Remessa de Exportação – DRE, até o limite de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, por remessa, nas exportações realizadas:

I – por pessoa jurídica ou por produtor rural, artesão, artista ou assemblado, na forma da legislação específica; ou

II – por pessoa física, desde que a operação não caracterize destinação comercial ou fins industriais.

§ 1º O disposto no caput observará as demais condições previstas na legislação e no regulamento aplicáveis às exportações por remessa internacional.

§ 2º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil adequará, no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação desta Lei, os seus atos normativos, inclusive a Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, para a fiel execução deste artigo.

§ 3º Ficam revogadas as disposições em contrário constantes de atos infralegais.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se sem prejuízo das demais condições previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, e na legislação específica aplicável às exportações.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



JUSTIFICAÇÃO

O cenário internacional recente impõe resposta imediata e devidamente calibrada. Desde 30 de julho de 2025, os Estados Unidos anunciaram a adoção de medidas unilaterais que incluem: (i) a aplicação de tarifa adicional de até 50% sobre produtos brasileiros; e (ii) a suspensão do regime de *de minimis* (\leq US\$ 800) para todas as origens, com efeitos a partir de 29 de agosto de 2025. Tais medidas elevam de forma significativa o custo de acesso ao mercado norte-americano, atingindo com maior intensidade operações de menor valor, segmento em que se concentram micro e pequenos exportadores.

Nesse contexto, impõe-se ao Brasil adotar providências que mitiguem os efeitos adversos e facilitem a saída das mercadorias nacionais. A atualização do teto da Declaração de Remessa Expressa (DRE), de US\$ 1.000 para US\$ 10.000, configura medida célere, de baixo custo fiscal e de elevado impacto prático.

A Medida Provisória nº 1.309/2025 já fornece o suporte normativo necessário, ao dispor, em seu Capítulo II, sobre ações de apoio às atividades e empresas exportadoras brasileiras. A inclusão do novo limite da DRE nesse capítulo alinha a política aduaneira aos objetivos expressos da MP: assegurar agilidade, preservar a competitividade e reduzir os efeitos de choques externos sobre o setor produtivo nacional.

O público-alvo é numeroso e estratégico. Em 2024, o país registrou 28.847 empresas exportadoras, número recorde. Entre elas, micro e pequenas empresas caracterizam-se por operar com tíquete médio reduzido e elevada sensibilidade a custos e prazos. Apenas em 2024, os MEI/Micro exportaram US\$ 910,3 milhões, e as Pequenas Empresas, US\$ 1,7 bilhão (dados MDIC). Ressalte-se que os Estados Unidos figuram como destino central dessas exportações: 9.553 empresas brasileiras exportaram para aquele mercado em 2024, com destaque para bens de maior valor agregado. Em síntese, ao se tornar mais restritivo o ingresso nos EUA, cumpre ao Brasil remover entraves internos à saída.

A medida beneficia, de modo especial, setores intensivos em operações via courier e que enfrentam dificuldades burocráticas, tais como



alimentos e bebidas especiais, moda, cosméticos, design, casa e decoração, além do artesanato qualificado. Ademais, preserva a competitividade de segmentos industriais com forte presença no mercado norte-americano — aeronaves e partes, máquinas e equipamentos, químicos, preparados alimentícios — e de commodities processadas, como celulose, café e carne bovina.

A elevação do teto da DRE justifica-se:

- pela defasagem do limite de US\$ 1.000, corroído pela inflação internacional e pelo aumento dos custos de frete e seguro;
- pela necessidade de permitir a consolidação de pedidos, reduzindo o custo unitário de envio;
- pela urgência de eliminar barreiras procedimentais que penalizam justamente os exportadores de menor porte, que operam com maior frequência e menor volume.

Com a suspensão do *de minimis* nos Estados Unidos, os pequenos exportadores necessitarão consolidar pedidos e explorar novos mercados. Tal adaptação, contudo, somente será viável se a saída doméstica for desburocratizada, o que a atualização do teto da DRE assegura.

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, a Medida Provisória, com força de lei, pode estabelecer parâmetros legais para o despacho por remessa internacional, determinando a adequação dos atos infralegais pertinentes (v.g., IN RFB nº 1.737/2017). A inserção no Capítulo II da MP evita dispersão normativa e ancora a alteração no conjunto de medidas de apoio já previsto.

Entre os resultados esperados, destacam-se:

- redução do custo de conformidade;
- maior celeridade no desembaraço;
- preservação das margens de lucro;
- manutenção de empregos, sobretudo entre micro e pequenas empresas.

Diante da restrição unilateral imposta pelos Estados Unidos, mostra-se imprescindível a adoção de medida compensatória doméstica. Em termos objetivos: se aquele país fechou a janela do *de minimis*, compete ao Brasil abrir



a porta da DRE. Trata-se de providência simples, proporcional e de utilidade imediata, em benefício direto do segmento mais sensível e dinâmico de nossa pauta exportadora.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1405205382>



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de pescados classificados nos Capítulos 3 e 16 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.



O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de laranja classificados nos códigos 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2009.11, 2009.12 e 2009.19 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.



O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de café classificados nos códigos 09.01.2 e 2101.11.10 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.



* C D 2 5 2 0 8 9 5 0 8 4 0 0 *

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e até 31 de dezembro de 2026, o percentual do Reintegra, de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, sem prejuízo de situações específicas em que a legislação já determine alíquotas superiores.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie. No caso de opção pelo ressarcimento, este deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional, o percentual do Reintegra em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, abrangendo qualquer produto exportado.

A medida se justifica pelo impacto severo da cumulatividade da tributação existente no Brasil, agravada pelo “tarifaço” imposto pelos Estados Unidos, que elevou abruptamente as tarifas de importação da maioria dos produtos exportados, inclusive do agronegócio brasileiro.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade,



limitado a dezembro de 2026, quando o novo sistema de tributação da CBS substituirá o PIS e a Cofins.

Do ponto de vista econômico, o restabelecimento do Reintegra eleva a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional, permitindo sua reestruturação com a rapidez necessária para enfrentar a crise instaurada pelas tarifas impostas pelo governo norte-americano.

Destaca-se que o próprio Governo Federal, no âmbito do Projeto Brasil Soberano^[1], reconheceu a relevância do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) para as empresas exportadoras, comprometendo-se a devolver “aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, na forma de crédito tributário, ajudando a reduzir custos e aumentar a competitividade no mercado externo”.

O Governo também reforçou a necessidade de antecipar “os efeitos da Reforma Tributária, desonerando a atividade exportadora”.

Assim, o restabelecimento do Reintegra em 3% constitui medida de proteção às cadeias produtivas nacionais contra os efeitos imediatos e mediatos decorrentes das tarifas norte-americanas, que colocam em risco milhares de empregos no campo e na indústria, além de ameaçarem o superávit da balança comercial e a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o “tarifaço” norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

[1] <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/governo-lanca-plano-brasil-soberano-para-proteger-exportadores-e-trabalhadores-de-sobretaxas-dos-eua>



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256635719000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cobalchini





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de cacau classificados nos códigos 1803.10.00, 1803.20.00; 1804.00.00 e 1805.00.00 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do



mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de laranja classificados nos códigos 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2009.11, 2009.12 e 2009.19 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do



mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nsº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de café subposição 09.01.2 e do código 2101.1, ambos da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda



norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025, renumerando-se os demais:

“Art. XX. Em caráter excepcional e até 31 de dezembro de 2026, o percentual do Reintegra, de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, sem prejuízo de situações específicas em que a legislação já determine alíquotas superiores.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie. No caso de opção pelo ressarcimento, este deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional, o percentual do Reintegra em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, abrangendo qualquer produto exportado.

A medida se justifica pelo impacto severo da cumulatividade da tributação existente no Brasil, agravada pelo “tarifaço” imposto pelos Estados



Unidos, que elevou abruptamente as tarifas de importação da maioria dos produtos exportados, inclusive do agronegócio brasileiro.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a dezembro de 2026, quando o novo sistema de tributação da CBS substituirá o PIS e a Cofins.

Do ponto de vista econômico, o restabelecimento do Reintegra eleva a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional, permitindo sua reestruturação com a rapidez necessária para enfrentar a crise instaurada pelas tarifas impostas pelo governo norte-americano.

Destaca-se que o próprio Governo Federal, no âmbito do Projeto Brasil Soberano, reconheceu a relevância do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) para as empresas exportadoras, comprometendo-se a devolver “aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, na forma de crédito tributário, ajudando a reduzir custos e aumentar a competitividade no mercado externo”.

O Governo também reforçou a necessidade de antecipar “os efeitos da Reforma Tributária, desonerando a atividade exportadora”.

Assim, o restabelecimento do Reintegra em 3% constitui medida de proteção às cadeias produtivas nacionais contra os efeitos imediatos e mediatos decorrentes das tarifas norte-americanas, que colocam em risco milhares de empregos no campo e na indústria, além de ameaçarem o superávit da balança comercial e a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o “tarifaço” norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251174127400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Fernando Vampiro



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória, nº 1309 de 2025, os seguintes artigos:

Art. XX. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º**.....

§ 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto nos artigos 26 e 26-A, 39-A e 178 desta Lei.”.....

Art. 26 No processo de licitação, deverá ser estabelecida margem de preferência para:

.....

§ 1º.....

II – será de até 20% (vinte por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I e II do caput deste artigo;

III –.....

§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 30% (trinta por cento)

Art. 26-A Ato do Poder Executivo poderá prever nas licitações:

I - a aplicação das margens de preferência de que trata o art. 26 desta lei; e



II – a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e de serviços nacionais relacionados em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º O ato referido no inciso II poderá também:

I - estabelecer regras e condições para caracterizar os produtos manufaturados nacionais e os serviços nacionais, as quais poderão incluir requisitos de uso de tecnologia desenvolvida no País;

II - indicar as normas técnicas brasileiras a serem atendidas na fabricação dos produtos manufaturados e na prestação dos serviços;

III - fixar o percentual mínimo de produtos manufaturados nacionais e de serviços nacionais a ser adquirido;

IV - definir a forma de aferição do atendimento da exigência.

V - Exigir a disponibilização contínua de peças de reposição e a garantia da prestação de serviços de manutenção e assistência técnica autorizada, em prazos compatíveis com a operação regular dos equipamentos.”

“Art. 39-A Na compra ou contratação de serviços destinados a atividades consideradas estratégicas sob o ponto de vista do desenvolvimento nacional a critério do Poder Executivo Federal, as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, poderão realizar licitações exclusivas para compra de bens ou contratação de serviços nacionais.

§ 1º Para os fins do previsto no caput, serão considerados bens e serviços nacionais os produzidos no território nacional por empresas com sede e administração no País, e constantes do Cadastro FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

“Art. 40.....

IV – condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material, assim como exigências de disponibilização de peças de reposição e de manutenção e assistência técnica.” (NR)

“Art. 41.....



V – Não atender os requisitos dispostos no ato referido no artigo 26-A;

VI – exigir tempo mínimo de comercialização da marca ou modelo do produto em território nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa aperfeiçoar a Medida Provisória que institui o Plano Brasil Soberano, introduzindo mecanismos capazes de transformar as compras públicas em instrumentos de desenvolvimento econômico e tecnológico.

Entre os objetivos centrais destacam-se:

1. Fortalecimento da indústria nacional – ao permitir margens de preferência e exigência de conteúdo nacional em licitações públicas.
2. Estímulo à inovação tecnológica – assegurando margem de preferência maior (até 30%) para bens e serviços que incorporem desenvolvimento e inovação no País.
3. Proteção da soberania nacional – ao autorizar licitações exclusivas para setores considerados estratégicos, reduzindo a dependência externa.
4. Segurança e qualidade nas aquisições – com regras que garantem manutenção, peças de reposição e atendimento técnico em território nacional.

Essas medidas estão em harmonia com os princípios constitucionais que orientam a ordem econômica e a atuação da Administração Pública, especialmente o dever de promover o desenvolvimento nacional sustentável (art. 3º, II, da CF/88).

Assim, a aprovação da emenda é fundamental para que o Plano Brasil Soberano se traduza em resultados concretos de fortalecimento da produção nacional, estímulo à inovação e defesa da soberania econômica do País.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Vitor Lippi
(PSDB - SP)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250798299900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vitor Lippi





CONGRESSO NACIONAL

DEPUTADA FEDERAL FERNANDA PESSOA (UNIÃO/CE)

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 6º-1 ao Capítulo III da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 6º-1. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis n.º 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado (cinco por cento) para as receitas de exportação de pescados classificados nos Capítulos 3 e 16 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os



EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contrato se impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Fernanda Pessoa
(UNIÃO - CE)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1, 2, 3 e 4 a seguir.

Item 1 – Dê-se ao § 2º do art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 1º**

.....

§ 2º Ato Conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços poderá dispor sobre critérios de priorização para os destinatários das medidas de apoio previstas nesta Medida Provisória, observado o percentual de faturamento dependente de exportações para os Estados Unidos da América, os setores, o porte dos beneficiários ou os tipos de produtos.”

Item 2 – Dê-se nova redação ao *caput* do art. 6º-I da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, como proposto pelo art. 4º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 6º-I.** Os recursos integralizados no FGO com base em legislação específica com a finalidade de mitigar os impactos sociais e econômicos causados pela imposição de tarifas adicionais sobre as exportações brasileiras aos Estados Unidos da América serão usados para a cobertura das operações relacionadas ao apoio a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

.....” (NR)



Item 3 – Dê-se nova redação ao inciso III do *caput* do art. 1º e ao *caput* do art. 5º-A, ambos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como propostos pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 1º**

.....
III – disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

.....” (NR)

“**Art. 5º-A.** Fica autorizada a utilização do superávit financeiro do FGE, apurado em 31 de dezembro de 2024, inclusive do principal, limitada ao montante de R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

.....” (NR)

Item 4 – Dê-se nova redação ao inciso I do *caput* do art. 1º-D e ao inciso III do *caput* do art. 2º, ambos da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, como propostos pelo art. 9º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 1º-D.**

I – atendimento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América; e

.....” (NR)

“**Art. 2º**

.....
III – Programa Emergencial de Acesso a Crédito para atendimento às pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactadas pela imposição de tarifas adicionais



sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América e atendimento a desastres nos Municípios afetados com estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal (Peac-FGI Solidário), por meio da disponibilização de garantias pelo FGI, com patrimônio apartado para garantia exclusivamente às operações de que trata o art. 1º-D, observados, subsidiariamente, as regras, os normativos e a estrutura de governança do Peac-FGI.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Os ajustes contidos nesta emenda têm o objetivo de deixar claro quais são os beneficiários finais das ações de apoio financeiro previstas na MP 1309/25. Em sintonia com o que vem sendo dito pelo Governo Federal, a ideia é auxiliar financeiramente, dando fôlego e tempo às empresas atingidas pelo Tarifaço dos EUA, que são as exportadoras e seus fornecedores.

Em alguns pontos, a depender da interpretação dada aos dispositivos ora alterados, fica vago esse direcionamento a quem de fato está sendo impactado pelo Tarifaço norte-americano. Daí os ajustes redacionais propostos, de forma a dar clareza a quem se direcionam as operações de crédito previstas na Medida Provisória.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

Art. _ Poderá ser celebrada parceria com organização da sociedade civil cuja capacidade técnica e experiência comprovada na promoção da integração econômica, comercial, científica e tecnológica entre o Brasil e os países do Sudeste Asiático, atestem a natureza singular do objeto e a inviabilidade de competição para o atendimento célere e eficaz dos programas e projetos de prospecção de mercados, promoção comercial, intermediação de negócios internacionais e ações de compensação às perdas econômicas de empresas brasileiras decorrentes de medidas tarifárias impostas por terceiros países.

§ 1º A parceria referida no caput observará as disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), inclusive no que tange à possibilidade de sua celebração por dispensa de chamamento público, quando atendidos os requisitos legais aplicáveis à natureza singular do objeto ou à entidade específica, e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), além das diretrizes da política de promoção comercial do país.

§ 2º A celebração de instrumentos jurídicos com a União dependerá de:

I – Reconhecimento da singularidade e expertise da organização pelo órgão competente da Administração Pública Federal, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Banco do Brasil (BB), mediante parecer técnico fundamentado;



II – Credenciamento prévio das organizações junto ao órgão competente da Administração Pública Federal, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Banco do Brasil (BB);

III – Aprovação de plano de trabalho compatível com as metas de diversificação de mercados e mitigação dos efeitos de barreiras tarifárias, com indicadores claros de desempenho e resultados esperados.

§ 3º Terão prioridade na execução das ações previstas as empresas brasileiras, especialmente micro, pequenas e médias, que comprovadamente tenham sido impactadas pelas medidas tarifárias adotadas por parceiros comerciais estratégicos, notadamente os Estados Unidos da América.

§ 4º Os recursos referentes ao Fundo Garantidor de Exportações (FGE) de que trata a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, também poderão ser utilizados para apoiar ações de promoção internacional de empresas brasileiras, especialmente aquelas impactadas por medidas tarifárias impostas por países parceiros estratégicos, como os Estados Unidos da América, inclusive mediante parceria com organização da sociedade civil cuja capacidade e singularidade na promoção da integração econômica e comercial do Brasil com novos mercados estratégicos, tornem a parceria indispensável para o pronto atendimento das metas e urgências da política comercial do País.

§ 5º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), regulamentará a forma de seleção, repasse e controle dos recursos previstos neste artigo, considerando a natureza singular da parceria, quando for o caso, assegurada a ampla transparência e controle social.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa criar um instrumento jurídico ágil para o governo federal promover a abertura de novos mercados para empresas brasileiras no Sudeste Asiático, mitigando impactos econômicos de medidas protecionistas como o “tarifaço de Trump”. Dada a urgência e a natureza singular do objeto, a parceria com organizações da sociedade civil que detenham comprovada e exclusiva



capacidade técnica e experiência torna a competição inviável, justificando sua celebração por dispensa de chamamento público conforme a Lei nº 13.019/2014.

O cenário comercial global é volátil e marcado pelo protecionismo, evidenciado pelo “tarifaço de Trump”, que expôs a vulnerabilidade brasileira à dependência de mercados tradicionais e impõe a necessidade de diversificação para maior resiliência. Nesse contexto, o Sudeste Asiático emerge como um novo polo de produção e desenvolvimento do comércio global, com crescimento robusto e vasta demanda. Estabelecer parcerias estratégicas com entidades especializadas nessa região é, portanto, essencial para aproveitar esse potencial e fortalecer a posição do Brasil, reduzindo a exposição a choques externos.

Permitir a parceria com entidades de expertise tão específica e exclusiva oferece suporte técnico e inteligência incomparáveis para essa nova fronteira comercial, capacitando o Estado a reagir com a velocidade necessária às mudanças externas. A emenda utiliza o arcabouço do MROSC e da Nova Lei de Licitações, adaptado à natureza excepcional da parceria, garantindo legalidade, eficiência e transparência no gasto público e na inserção em mercados de alta relevância estratégica.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Maria Arraes
(SOLIDARIEDADE - PE)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 15-1 ao Capítulo IX da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 15-1. O Plano Brasil Soberano deverá prever subvenção econômica destinada aos produtores independentes de cana-de-açúcar dos Estados das regiões Norte e Nordeste, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos decorrentes de ações tarifárias internacionais e de condições climáticas desfavoráveis.

§ 1º A subvenção poderá ser concedida sob a forma de transferência direta de recursos orçamentários para capital de giro ou investimento.

§ 2º A execução da subvenção será realizada preferencialmente por meio de:

I – Fundo de Garantia à Exportação (FGE);

II – Bancos públicos federais, bancos oficiais de fomento e de desenvolvimento regional e fundos de desenvolvimento regional por eles geridos;

III – Programas de assistência técnica e extensão rural do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);

IV – Programa de Preço Mínimo operacionalizado pela Conab.

§ 3º O total de recursos destinados à subvenção será limitado a R\$ 276 milhões, sem prejuízo de outras linhas de crédito já previstas nesta Medida Provisória.

§ 4º Os critérios de habilitação incluirão:

I – localização geográfica (Regiões Norte e Nordeste);

II – impacto comprovado das tarifas dos EUA e/ou de fatores climáticos adversos;

III – comprovação de atividade produtiva significativa;



IV – compromisso de manutenção de empregos diretos, na forma do regulamento.

§ 5º A subvenção de que trata este artigo será regulamentada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dessa subvenção visa garantir a competitividade de uma região historicamente vulnerável às flutuações climáticas e choques externos. O Norte e Nordeste, embora representem cerca de 8% da produção nacional de cana, apresentam baixos índices de investimento e maior fragilidade socioeconômica.

O apoio direto ao produtor independente fortalece a cadeia produtiva, preserva empregos e promove o desenvolvimento regional sustentável, em consonância com os objetivos do Plano Brasil Soberano de resiliência econômica frente às tarifas impostas pelos EUA.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Efraim Filho
(UNIÃO - PB)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

Item 1 – Suprima-se o art. 5º da Medida Provisória.

Item 2 – Suprima-se o § 9º do art. 27 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de matéria que extrapola os propósitos da Medida Provisória e apresenta graves vícios. A MP deveria se limitar a dispor sobre o apoio a empresas impactadas pelas novas tarifas americanas sobre exportações brasileiras, com efeitos limitados ao tempo em que esse impacto durar. Não é isso que se verifica.

O art. 5º da Medida Provisória introduziu um §8º no art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, com a seguinte redação:

“§ 8º O sistema oficial de garantias à exportação poderá considerar, na metodologia de precificação dos prêmios de seguro, aspectos relacionados à competitividade da produção nacional nos mercados internacionais, conforme diretrizes estabelecidas pela Câmara de Comércio Exterior – CAMEX.” (NR)

A mesma redação foi inserida no art. 7º, que altera a Lei 12.712/2012, para normatizar as operações do fundo de natureza privada que também será utilizado para prover garantias às exportações.



É possível depreender da própria redação que se trata de uma medida de alcance geral, uma alteração no arcabouço do Seguro de Crédito à Exportação, e não uma medida temporária voltada ao apoio das empresas impactadas pela nova tarifa. Mas há outros graves vícios nessa proposição.

Os dispositivos buscam dar respaldo legal para que a precificação do prêmio de risco do Seguro de Crédito à Exportação seja estabelecida abaixo do nível necessário para cobrir os riscos assumidos pelo Tesouro Nacional. Ao invés do preço da operação de garantia ser definido em função do risco de inadimplência e possíveis perdas na operação de financiamento garantida, ele seria cobrado em níveis mais baixos para que o financiamento do BNDES fique mais barato para o importador / tomador do crédito.

Em outras palavras, países importadores com alto risco de crédito pagariam prêmios de risco equivalentes aos que são cobrados de países com baixo risco de crédito.

Esse tipo de abordagem já foi adotada entre 2003 e 2015 para tornar mais baratos os financiamentos para obras em países da América do Sul, inclusive em país que veio a dar calote no Brasil. Não havia respaldo legal para isso e a prática foi apontada como irregular pelo Tribunal de Contas da União. Com o respaldo legal que a Medida Provisória está dando, a prática danosa ao erário poderá ser retomada e expandida para países do resto do mundo.

Essa subprecificação significa subsídio à exportação e pode ser contestada na OMC. E, o mais grave, o Tesouro Nacional não vai receber prêmios de risco suficientes para cobrir os sinistros (calotes) que tenha que indenizar. A conta mais uma vez ficaria para o contribuinte.

Para perceber os reais propósitos desse dispositivo, é preciso registrar que em 2023 o governo enviou para o Congresso um projeto de lei (PL 5719/23) que busca dar conforto ao BNDES para retomar o financiamento às exportações de serviços. O texto admite que os países hoje inadimplentes com o Brasil voltem a receber financiamento do BNDES na hipótese de formalizarem uma renegociação de dívidas.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1276605156>



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

Item 1 – Suprima-se o § 2º do art. 1º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como proposto pelo art. 6º da Medida Provisória.

Item 2 – Suprima-se o § 11 do art. 27 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de matéria que extrapola os propósitos da Medida Provisória e apresenta graves vícios. A MP deveria se limitar a dispor sobre o apoio a empresas impactadas pelas novas tarifas americanas sobre exportações brasileiras, com efeitos limitados ao tempo em que esse impacto durar. Não é isso que se verifica.

O art. 6º insere um § 2º no art. 1º da Lei 9.818, de 23 de agosto de 1999, nos seguintes termos:

§ 2º Para fins de utilização dos recursos do FGE, consideram-se compreendidas no seguro de crédito à exportação as operações de seguro de crédito direcionadas a projetos de investimento produtivo em território nacional, que visem à produção de bens ou à prestação de serviços destinados à exportação brasileira, de média ou alta intensidade tecnológica ou relacionados à economia verde, de acordo com as diretrizes, os limites e as condições fixados pela Câmara de Comércio Exterior – CAMEX.



A mesma redação foi inserida no art. 7º, que altera a Lei 12.712/2012, para normatizar as operações do fundo de natureza privada que também será utilizado para prover garantias às exportações.

Percebe-se que a medida não tem nada a ver com a mitigação dos efeitos da nova tarifa americana. Trata-se da utilização de um instrumento que deveria garantir riscos em operações de exportação para garantir riscos em operações de investimento. Mas há outros vícios: além de desvirtuar o Seguro de Crédito à Exportação, tenta-se ludibriar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O dispositivo estabelece que operações de seguro de crédito para o financiamento de projetos de investimento produtivo no Brasil seja considerado Seguro de Crédito à Exportação. Para justificar a alquimia, se limita o efeito dessa medida aos projetos que no futuro produzirão bens e serviços destinados à exportação de média ou alta intensidade tecnológica ou relacionados à economia verde.

Ou seja, se uma empresa quer investir no Brasil para produzir painéis solares ou baterias de carros, ela poderá pedir financiamento ao BNDES para construir sua fábrica e pedir a garantia de crédito do Tesouro Nacional brasileiro. Se ela nunca exportar coisa alguma, o financiamento já foi dado, não há mais o que se fazer. E se ela der calote, o contribuinte brasileiro paga.

Mas não é só isso, o governo está novamente ludibriando a Lei de Responsabilidade Fiscal. O art. 40 dessa lei estabelece que a União só pode dar garantias para pessoa jurídica se dela receber contragarantias em valor igual ou superior à garantia concedida. Mas o art. 40 da LRF abre uma exceção:

“§ 8º Excetua-se do disposto neste artigo a garantia prestada:

.....

II - pela União, na forma de lei federal, a empresas de natureza financeira por ela controladas, direta e indiretamente, quanto às operações de seguro de crédito à exportação.”

Tratando-se seguro de crédito à investimento produtivo como sendo Seguro de Crédito à Exportação, o Tesouro brasileiro poderá oferecer garantias



a financiamentos do BNDES a projetos de investimento mediante cobrança de prêmio de risco, e não exigir contragarantias de igual valor.

A medida amplia os riscos fiscais da União e não se sabe se esse risco foi dimensionado.

Ademais, se abre um precedente de flexibilização da LRF para garantias da União que não se sabe onde pode parar.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 5º-A, aos incisos III e IV do § 1º do art. 5º-A e aos §§ 6º, 8º e 10 do art. 5º-A; suprima-se o inciso V do § 1º do art. 5º-A; e acrescente-se § 11 ao art. 5º-A, todos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, na forma proposta pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 5º-A.** Fica autorizada a utilização do superávit financeiro do FGE, apurado em 31 de dezembro de 2024, inclusive do principal, limitada ao montante de R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens, bem como seus fornecedores, impactados pelas imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

§ 1º

III – investimentos que propiciem adensamento da cadeia produtiva com vistas à ampliação das exportações e à abertura de novos mercados para os produtos impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre as exportações brasileiras aos Estados Unidos da América;

IV – investimento em inovação tecnológica ou adaptação de produtos, serviços e processos com vistas à ampliação das exportações e à abertura de novos mercados para os produtos impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre as exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

V – (Suprimir)

.....

§ 6º As condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras das linhas de financiamento de que trata o *caput* serão



estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, respeitada a taxa a que se refere o Art. 1º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, como limite mínimo para os encargos financeiros.

.....

§ 8º Ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços disciplinará o disposto neste artigo, inclusive o conceito de pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens, bem como seus fornecedores.

.....

§ 10. Os recursos repagos pelos tomadores dos financiamentos serão devolvidos ao Tesouro Nacional até quinze dias após o recebimento de cada parcela pelo banco financiador, incluídos os juros da operação.

§ 11. Os recursos não desembolsados pelo BNDES ou pelas instituições financeiras por ele habilitadas até 30 de junho de 2026 serão devolvidos ao Tesouro Nacional até 15 de julho de 2026.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória deveria se limitar a dispor sobre o apoio a empresas impactadas pelas novas tarifas americanas sobre exportações brasileiras, com efeitos limitados ao tempo em que esse impacto durar. Não é isso que se verifica.

O artigo que disponibiliza R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais) como fonte de recursos para linhas de financiamento às empresas impactadas, estabelece que os recursos serão utilizados “especialmente” por essas empresas, não exclusivamente. Tanto o caput do artigo quanto dois dos cinco incisos de seu §1º abrem a possibilidade de concessão de financiamento para empresas exportadoras de serviços, quando não se tem conhecimento de tarifas americanas aplicadas a exportadores de serviços brasileiros, ou qualquer embaraço a seus negócios.

Enquanto as possibilidades de financiamentos previstas pelos dois primeiros incisos do § 1º são exclusivas de empresas impactadas pelas tarifas, os



outros três incisos correspondem a hipóteses de financiamentos que podem ser dados a qualquer empresa, impactadas ou não pela tarifa americana. O último inciso deu um cheque em branco para o governo expandir a aplicação desses recursos no financiamento ao comércio exterior de bens e serviços como bem entender.

Para endereçar essas inadequações, propõe-se alterações no texto que assegurem que os financiamentos sejam concedidos apenas a empresas impactadas pela tarifa americana. Propõe-se também suprimir o cheque em branco que foi dado ao governo para expandir as hipóteses de aplicação dos recursos.

Define-se a TLP – Taxa de Longo Prazo como patamar mínimo de juros a serem cobrados nos financiamentos. Assim, se assegura que o governo trabalhará com taxas de juros compatíveis com as taxas atualmente praticadas pelo BNDES, evitando subsídios indevidos.

Também se estabelece o mecanismo de devolução dos recursos ao Tesouro Nacional após o cumprimento do seu propósito. É preciso ter em mente que a linha de financiamento criada pelo governo aumenta a dívida bruta em R\$ 30 bilhões e não havia sido previsto prazo algum para que esse recurso volte ao Tesouro Nacional com a consequente redução da dívida pública.

Convém registrar ainda que em 2023 o governo enviou para o Congresso um projeto de lei (PL 5719/23) que busca dar conforto ao BNDES para retomar o financiamento às exportações de serviços. O texto admite que os países hoje inadimplentes com o Brasil voltem a receber financiamento do BNDES na hipótese de formalizarem uma renegociação de dívidas. Cabe fechar brechas que venham a permitir que parte dos R\$ 30 bilhões agora disponibilizados



ao BNDES venham a ser utilizados para o financiamento de serviços em obras de infraestrutura em países de alto risco, como ocorreu no passado recente.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1443294957>



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

Item 1 – Dê-se nova redação à alínea “b” do inciso II do *caput* do art. 4º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como proposta pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 4º

.....

II –

.....

b) contra riscos comerciais, em operações na fase pós-embarque, com qualquer prazo de financiamento; e

.....” (NR)

Item 2 – Dê-se nova redação ao inciso I do *caput* do art. 27 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 27.

I – contra riscos comerciais em operações de crédito ao comércio exterior, na fase pós-embarque, com qualquer prazo de financiamento;

.....” (NR)



JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória deveria se limitar a dispor sobre o apoio a empresas impactadas pelas novas tarifas americanas sobre exportações brasileiras, com efeitos limitados ao tempo de duração desse impacto. Não é isso que se verifica.

Os dispositivos alterados por essa emenda têm alcance geral, alteram o arcabouço do Seguro de Crédito à Exportação. Não se trata de medida temporária voltada ao apoio das empresas impactadas pela nova tarifa. Mas há outros graves vícios nessa proposição.

Os dispositivos estabelecem que o FGE e o fundo de natureza privada previsto na Lei 12.712/2012, que presta garantias às exportações, poderão dar garantias de crédito: “contra riscos comerciais, em operações nas fases pré e pós-embarque, com qualquer prazo de financiamento”. Até então, esses riscos eram cobertos apenas em operações pós-embarque com prazo de financiamento superior a dois anos. Essa é a lacuna de mercado que é endereçada pelas políticas de crédito à exportação nos países que dispõem desse instrumento.

Abriu-se a possibilidade de o Tesouro Nacional garantir risco comercial na fase pré-embarque, ou seja, no financiamento da produção voltada à exportação. Além de isso não ser uma lacuna de mercado, aqui o risco não é a inadimplência do importador, mas sim, o risco do exportador tomar o financiamento, não exportar e dar calote no banco financiador. Esse tipo de cobertura de riscos faz sentido no financiamento de pequenos exportadores (o que já está previsto na MP), que têm dificuldades de obter crédito para financiar sua produção. Mas, não faz sentido que a União federal, com seus recursos escassos e com o dinheiro do contribuinte, dê garantia para o financiamento do capital de giro de grandes exportadores. É uma expansão significativa no risco fiscal



da União e abre a oportunidade para exportadores malintencionados aplicarem golpes contra a União.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6788724337>



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao § 1º do art. 11 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 11.

§ 1º Para fins do disposto no caput, ato conjunto do Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços estabelecerá:

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa conferir maior rigor técnico e isenção institucional à definição dos critérios de comprovação para aquisição excepcional de gêneros alimentícios. A substituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços se justifica pela competência desse último na formulação e execução da política de comércio exterior, bem como pelo seu acesso a informações sobre operações de exportação, capacidade instalada, e dados empresariais. Tal alteração busca reduzir o risco de aparelhamento político e garantir que os benefícios da medida provisória alcancem, de fato, produtores ou empresas exportadoras que comprovadamente tenham sido prejudicadas pela imposição de tarifas adicionais



pelos Estados Unidos, assegurando maior controle, transparência e lisura à execução da política pública.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8186505406>



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao inciso I do § 1º do art. 11 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 11.

§ 1º

I – a forma de comprovação dos requisitos para fins de habilitação à contratação de que trata este Capítulo, devendo incluir, no mínimo:

a) comprovação de regularidade como produtor ou exportador de gêneros alimentícios afetados;

b) comprovação, por meio de documentos fiscais, aduaneiros ou registros oficiais, de que o produto foi destinado originalmente à exportação aos Estados Unidos da América e que, após a imposição das tarifas adicionais, houve cancelamento, devolução, queda relevante ou interrupção nas remessas;

c) declaração de estoque represado, assinada por responsável técnico e acompanhada de laudo ou relatório que ateste sua existência, validade e condições sanitárias;

d) inexistência de condenação definitiva em processos por fraude em programas públicos de aquisição de alimentos, nos últimos cinco anos;

e) compromisso formal de destinação dos gêneros alimentícios exclusivamente ao consumo humano, em conformidade com as políticas públicas informadas no art. 14 desta Medida Provisória;

.....”



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade estabelecer requisitos mínimos obrigatórios para a comprovação da condição de produtores ou exportadores prejudicados pelas tarifas impostas pelos Estados Unidos, como condição para acesso ao regime excepcional de aquisição pública de gêneros alimentícios previsto no Capítulo VIII da Medida Provisória nº 1.309/2025.

A inclusão das alíneas assegura objetividade, transparência e isonomia na aplicação da norma, dificultando fraudes ou desvios, especialmente diante da autorização para dispensa de licitação e simplificação dos procedimentos administrativos.

Em especial, a alínea “b” busca garantir que a alegação de prejuízo por barreiras tarifárias seja verificável por meio de documentos fiscais ou aduaneiros concretos, como declarações de exportação canceladas, notas fiscais não embarcadas ou dados comparativos de queda abrupta nas exportações.

Ao estabelecer esse piso normativo mínimo, preserva-se o interesse público, evita-se a captura da política por interesses político-partidários, e reforça-se a segurança jurídica dos gestores públicos e a confiança nos mecanismos emergenciais de compras públicas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se § 3º ao art. 12 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 12.

.....

§ 3º O valor estimado dos itens, apurado com base na média dos preços coletados entre os fornecedores afetados, nos termos do inciso V do caput, não poderá superar em mais de vinte por cento a média ponderada dos preços praticados para os mesmos produtos no mercado interno, conforme dados de fonte oficial ou de ampla divulgação, tais como centrais de abastecimento, índices estaduais, publicações especializadas ou registros da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa prevenir o superfaturamento nas contratações diretas autorizadas pela MP, estabelecendo um limite objetivo de variação de preços em relação ao mercado interno.

Ao permitir que os preços sejam definidos apenas com base em cotações entre fornecedores afetados, o texto atual cria uma brecha técnica perigosa para distorções, especialmente em contextos de baixa concorrência ou combinação de preços.



A inclusão de um teto de 20% sobre a média de mercado não impede a contratação, mas impõe um limite razoável à variação, permitindo eventuais prêmios de risco ou logística, sem comprometer a economicidade.

A proposta também reforça a segurança jurídica para os gestores públicos, ao estabelecer parâmetro objetivo que será utilizado futuramente pelos órgãos de controle como critério de auditoria.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Marcos Rogério

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao art. 13 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 13.** As contratações na forma prevista no art. 12 poderão ser firmadas no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, devendo ser imediatamente interrompidas caso seja celebrado acordo bilateral ou multilateral que resulte na redução, eliminação ou suspensão das tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América às exportações brasileiras.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa condicionar a vigência das contratações emergenciais autorizadas pelo Capítulo VIII da MP nº 1.309/2025 à permanência do cenário de exceção que as motivou — qual seja, a imposição de tarifas adicionais unilaterais pelos Estados Unidos da América a produtos brasileiros.

Embora o texto original preveja um limite temporal de 180 dias, ele não prevê um mecanismo de extinção antecipada da medida, caso o cenário internacional se normalize antes desse prazo. A cláusula de interrupção ora proposta é fundamental para garantir que a medida não ultrapasse sua finalidade emergencial, impedindo o uso político ou oportunista do regime de dispensa, e preservando o princípio da razoabilidade administrativa.

Ao atrelar a continuidade da contratação ao fator externo que justifica a excepcionalidade (o tarifaço), assegura-se a proporcionalidade da resposta do



Estado brasileiro e reforça-se a credibilidade da norma frente aos órgãos de controle e à sociedade.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1937151041>



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se parágrafo único ao art. 14 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 14.

Parágrafo único. As informações divulgadas na forma do caput deverão conter, no mínimo:

- I** – nome e número de inscrição no CNPJ do fornecedor contratado;
- II** – produto adquirido, respectiva quantidade e preço unitário;
- III** – justificativa do enquadramento legal como exportador afetado;
- IV** – número do processo administrativo e data da contratação;
- V** – identificação da política pública ou programa a que se destina a aquisição.”

JUSTIFICAÇÃO

Embora o art. 14 da Medida Provisória imponha um dever genérico de publicidade, não estabelece qualquer padrão mínimo de conteúdo, o que compromete a efetividade da transparência e dificulta o controle social e institucional.

Esta emenda define um conjunto de informações mínimas obrigatórias, a serem publicadas de forma acessível, permitindo à sociedade civil, órgãos de controle e imprensa acompanhar e fiscalizar as contratações emergenciais realizadas com dispensa de licitação.



Com isso, busca-se coibir fraudes, direcionamento e uso indevido dos recursos públicos, além de fortalecer os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5676320557>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

ACRESCENTE-SE, ONDE COUBER, O SEGUINTE ARTIGO:

Art. Dê-se nova redação ao *caput* do art. 2º da Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024, na forma que se segue:

“Art. 2º O Poder Executivo federal poderá, por meio de decreto, autorizar quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, adquiridos a partir da data de publicação do decreto regulamentador até 31 de dezembro de 2027, destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas da pessoa jurídica adquirente.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A política de depreciação acelerada, ao permitir que o valor investido em máquinas e equipamentos seja deduzido no IRPJ e na CSLL mais rapidamente, estimula a expansão e a modernização da indústria brasileira.



A medida beneficia a economia como um todo ao reduzir indiretamente o custo financeiro de aquisição de bens de capital, viabilizar a ampliação da capacidade produtiva e, conseqüentemente, modernizar o parque fabril.

Com ela, não ganham apenas as empresas que realizarem os investimentos, mas todo o tecido produtivo do país. Isso porque os benefícios decorrentes do uso de máquinas e equipamentos mais modernos e eficientes transbordam por meio do encadeamento produtivo, alcançando também empresas fornecedoras e clientes.

A presente emenda, ao autorizar a prorrogação do benefício para as aquisições de equipamentos realizadas até 2027, permite que a depreciação acelerada possa ser utilizada no atual contexto de enfrentamento dos efeitos da política de elevação de tarifas de importação implementada pelos EUA, em favor da preservação de empresas impactadas por essa elevação abrupta, beneficiando a manutenção de empregos e a geração de renda em nosso país.

O teto de renúncia fiscal previsto para os anos de 2024, 2025 e 2026 é de R\$ 3,4 bilhões. Entretanto, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) referentes ao período até 30 de junho 2025, o montante de investimentos já realizados e habilitados na política implica em renúncia fiscal de R\$ 265,0 milhões, que corresponde a 7,8% do teto, o qual precisa, de acordo com a atual redação legal, ser utilizado com aquisições feitas até o fim de 2025. Portanto, com base nesses dados, ainda há um saldo de renúncia de R\$ 3,1 bilhões a ser utilizado na execução da política.

Ainda, é importante destacar que, apesar de a Lei nº 14.871/24 ter sido promulgada em 28 de maio de 2024, as empresas só puderam habilitar as suas compras junto à Receita Federal do Brasil (RFB) a partir



de outubro de 2024 (mês em que o sistema da RFB passou a autorizar as habilitações), o que resultou em uma menor janela temporal para as empresas em 2024.

Os dados disponibilizados pelo MDIC mostram demora na avaliação dos pedidos para utilização da depreciação acelerada. Dos 3.385 pedidos realizados até junho de 2025, 2.307 (68%) seguiam em análise pela RFB, impedindo que as empresas possam gozar da depreciação acelerada. Dos 2.295 novos pedidos feitos em 2025, apenas 2 haviam sido aprovados.

Esse problema relacionado à análise dos pedidos decorre da greve dos servidores da RFB, órgão responsável pela habilitação das empresas, que durou de novembro de 2024 a julho de 2025, intervalo que abrange praticamente toda a vigência efetiva da política, resultando na demora na avaliação dos pedidos das empresas. Desse modo, o prazo para utilização da política de depreciação acelerada foi gravemente comprometido, impactando na decisão das empresas em realizarem novos investimentos.

Com isso, mostra-se necessária a prorrogação do prazo para a utilização da política de depreciação acelerada. Para tanto, o valor da renúncia fiscal originalmente previsto (R\$ 3,4 bilhões) e que não tenha sido consumido até o final do prazo inicial estipulado deve ser utilizado para as aquisições realizadas até o final de 2027.

Dessa forma, não há aumento de renúncia fiscal, pois os recursos utilizados para viabilizar a prorrogação da política de



depreciação acelerada serão aqueles já previstos inicialmente pela Lei nº 14.871/24.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Zé Adriano
(PP - AC)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253782348700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Adriano



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na MP 1309/2025, o seguinte artigo:

(...)

“Art. O limite mensal a que se refere o artigo 74-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, será suspenso, em caráter excepcional, para as empresas que sejam comprovadamente afetadas por medidas unilaterais adotadas pelos Estados Unidos da América especificamente contra produtos brasileiros, durante o período de imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.”

(...)

JUSTIFICAÇÃO

As tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América já estão causando redução e perda de faturamento para as empresas brasileiras e, conseqüentemente, a redução de geração de caixa, comprometendo a capacidade destas em honrarem com seus pagamentos, incluindo os salários a funcionários, pagamentos de fornecedores e impostos devidos.

O artigo Art. 74-A da Lei 9.430/96 estabeleceu um limite mensal de compensação de crédito tributário decorrente de decisão judicial transitada em julgado. Suspender essa limitação, temporariamente, para as empresas afetadas pela imposição de tarifas



pelos Estados Unidos da América ajudará as empresas a honrarem com os pagamentos dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, aliviando seu fluxo de caixa, permitindo ter disponibilidade para honrar com outras obrigações, como folha de pagamento dos funcionários e com fornecedores.

Além disso, a medida contribuirá para preservar a competitividade internacional das empresas brasileiras e reduzirá o risco de fechamento de postos de trabalho nos setores atingidos, funcionando como instrumento de proteção social e econômica. Por fim, ao mitigar os efeitos financeiros das tarifas, reforça a segurança jurídica do ambiente de negócios no país.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Zé Adriano
(PP - AC)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à ementa e ao inciso VIII do *caput* do art. 1º; e acrescente-se art. 3º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020 e a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024.”

“**Art. 1º**

.....

VIII – a alteração da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, da Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020 e da Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024.

.....”

“**Art. 3º-1.** O art. 10 da Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações.

‘**Art. 10.** *A partir de 1º de janeiro de 2025, por meio de metodologia de bônus e malus definida em ato do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, as externalidades negativas e positivas dos veículos serão quantificadas e poderão ser compensadas, em caso de*



resultado negativo, sob a forma de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de programas prioritários de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico para o setor automotivo e sua cadeia, de que trata o art. 27 desta Lei.

§ 1º Na definição da quantificação das externalidades negativas e positivas, o ato previsto no caput deste artigo observará o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) incidente sobre a receita decorrente da venda dos veículos.

§ 2º Para fins do disposto no caput, deverão ser quantificadas as externalidades relacionadas ao Processo Produtivo Básico.” (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa aprimorar o artigo 10 da Lei nº 14.902/2024, antecipando a aplicação da metodologia de bônus-malus que permita internalizar externalidades ambientais, industriais e tecnológicas associadas à produção de veículos no Brasil. Com isso, busca-se induzir comportamentos mais alinhados com os objetivos estratégicos nacionais de descarbonização, reindustrialização e inovação.

A medida também introduz mecanismos de compensação vinculados à cadeia produtiva, que permitem o reinvestimento dos efeitos negativos da produção automotiva em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e em programas prioritários voltados à capacitação industrial e tecnológica.

A adoção de um sistema de bônus-malus com compensações atende a três fundamentos técnicos principais: internalização de externalidades; captação e redirecionamento de recursos; e indução à inovação industrial.

A internalização de externalidades decorre do estímulo à responsabilização dos agentes econômicos pelas emissões, resíduos e outros



impactos de sua atividade, em linha com o princípio do poluidor-pagador e com diretrizes da OCDE e da União Europeia.

A captação e redirecionamento de recursos decorre do mecanismo permite que, em vez de penalidades financeiras diretas, os valores sejam revertidos para programas estruturantes e de interesse coletivo, promovendo efeitos multiplicadores positivos na economia nacional.

Por sua vez, a indução à inovação industrial se dará pelo direcionamento dos recursos para projetos de PD&I, o mecanismo reforça o ecossistema de inovação nacional, estimulando a adoção de tecnologias limpas, digitalização e nacionalização de componentes críticos.

Quanto ao limite e parâmetros de aplicação, o §1º da proposta estabelece um limite máximo de 35% sobre a receita de venda de veículos, conferindo previsibilidade e segurança jurídica ao setor produtivo. A definição de parâmetros objetivos de cálculo será feita por ato do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com base em critérios técnicos como: intensidade de emissões; grau de nacionalização; conformidade ao Processo Produtivo Básico (PPB); contribuição à balança comercial e geração de empregos.

Já o §2º assegura que o PPB será elemento central na avaliação das externalidades, fortalecendo o compromisso com a produção local estruturada e combatendo práticas de mera montagem ou importação disfarçada.

Com relação ao alinhamento com políticas públicas e tendências internacionais, a proposta está alinhada com os seguintes instrumentos e diretrizes: Nova Indústria Brasil (NIB), especialmente nos eixos de descarbonização e neindustrialização; Programa MOVER, ao ampliar a lógica de compensações e incentivos inteligentes; e políticas internacionais, como Green Deal (UE), Inflation Reduction Act (EUA) e conteúdos locais (China, Índia, México).

Por fim, cabe destacar os impactos positivos esperados com a introdução deste dispositivo deverá gerar os seguintes impactos positivos: estímulo à inovação e P&D, com aumento de investimentos em tecnologias verdes e mobilidade inteligente; fortalecimento da cadeia automotiva, com reforço a



fornecedores nacionais e ampliação do conteúdo local; redução de emissões e impactos ambientais, com incentivo à produção de veículos menos poluentes e mais eficientes; e reversão de recursos para política industrial, com geração de fundos vinculados à reinvestimento produtivo e tecnológico.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Augusto Coutinho
(REPUBLICANOS - PE)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259852958900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Augusto Coutinho





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à ementa e ao inciso VIII do *caput* do art. 1º; e acrescente-se art. 3º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020 e a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.”

“**Art. 1º**

.....

VIII – a alteração da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, da Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020 e da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

.....”

“**Art. 3º-1.** A Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações.

‘**Art. 4º-B.** *Nos atos públicos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas autarquias, fundações, empresas públicas e de economia mista, deverá ser exigido, como condição para a celebração ou continuidade do instrumento, o*



atendimento a um percentual mínimo de conteúdo local ou a processo produtivo básico, nos termos de regulamento.

§ 1º *A exigência de conteúdo local mínimo ou de processo produtivo básico visa:*

I – *promover a internalização dos investimentos públicos e privados, garantindo que parte dos recursos circule na economia nacional;*

II – *evitar a dependência de importações, fortalecendo a soberania produtiva;*

III – *estimular a inovação e o adensamento das cadeias produtivas, ao incentivar o desenvolvimento de fornecedores locais; e*

IV – *garantir contrapartidas concretas ao uso de recursos públicos, em linha com os princípios da eficiência, economicidade e interesse nacional.*

§ 2º *O regulamento referido no caput deverá observar:*

I – *as peculiaridades setoriais e tecnológicas;*

II – *a existência de oferta nacional viável, em termos técnicos, quantitativos e econômicos;*

III – *a possibilidade de substituição progressiva de importações por bens e serviços nacionais;*

IV – *a transparência na verificação e certificação do conteúdo local.*

§ 3º *Regulamento poderá definir sanções para o descumprimento da exigência de conteúdo local ou de processo produtivo básico’ (NR)”*

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 confere ao Estado papel estratégico na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico (arts. 3º, 174 e 219). A Lei nº 13.874/2019 (Lei de Liberdade Econômica), visa promover a livre



iniciativa, mas não exclui o dever estatal de promover o desenvolvimento nacional com soberania e sustentabilidade.

A presente medida visa estabelecer parâmetros obrigatórios de conteúdo local mínimo ou processo produtivo básico em instrumentos estatais de compra, concessão e apoio econômico, como forma de garantir contrapartidas produtivas, estimular a produção nacional, reduzir vulnerabilidades externas e ampliar os efeitos multiplicadores dos investimentos públicos.

O proposto se justifica pelo fato de que, a utilização de recursos públicos deve gerar valor econômico agregado no país, como pode ser observado em algumas políticas industriais em curso; a medida não restringe a liberdade econômica, mas orienta o uso de instrumentos públicos com critérios de interesse nacional; e a exigência de conteúdo local é uma prática internacional consagrada em regimes jurídicos de países industrializados, conforme demonstrado no quadro comparativo abaixo:

País / Bloco	Instrumentos com Exigência de Conteúdo Local	Setores Abrangidos	Observações
Estados Unidos	<i>Buy American Act; Build America, Buy America Act</i> (2021)	Infraestrutura, transporte, energia	Obriga aquisição de bens e materiais com produção nacional mínima (55%)
União Europeia	Diretiva 2014/24/UE – permite cláusulas de conteúdo local em compras públicas	Construção, tecnologia, serviços ambientais	Estados-membros podem aplicar critérios de conteúdo europeu/ local
China	Plano "Made in China 2025"; incentivos com contrapartidas de nacionalização	Alta tecnologia, energia, telecomunicações	Exige transferência tecnológica e produção local para acesso a incentivos



Índia	<i>Public Procurement (Preference to Make in India)</i>	Defesa, saúde, infraestrutura, energia	Percentuais obrigatórios de conteúdo nacional variam por setor (30% a 70%)
--------------	---	---	--

Ademais, a proposta está alinhada ao Plano da Nova Indústria Brasil (NIB); valoriza a indústria nacional e os empregos locais; fortalece cadeias produtivas, especialmente em setores estratégicos (energia, infraestrutura, tecnologia); e promove maior previsibilidade e reciprocidade na aplicação de incentivos. Adicionalmente, a medida prevê: regulamentação técnica setorial; exceções para ausência de oferta nacional; fase de transição; e mecanismos de aferição e controle.

De modo que, os efeitos esperados dessa medida são: mais valor agregado no país, com geração de empregos e aumento da renda dos trabalhadores; redução de vulnerabilidade externa, com menor dependência de cadeias internacionais e maior resiliência a choques globais; expansão de fornecedores nacionais com reflexos em investimento e qualidade, e, especialmente, maior retorno dos incentivos públicos, pelas contrapartidas locais e efeito multiplicador regional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Augusto Coutinho
(REPUBLICANOS - PE)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à ementa e ao inciso VIII do *caput* do art. 1º; e acrescente-se art. 3º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020 e a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.”

“**Art. 1º**

.....

VIII – a alteração da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, da Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020 e da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

.....”

“**Art. 3º-1.** O art. 14 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações.

‘**Art. 14.**

§ 1º O processo de licitação, de que trata o *caput*, deverá definir requisitos mínimos de conteúdo local de bens industriais.



§ 2º O índice global mínimo recomendado será de 60%, com pelo menos 50% em cada subcomponente (engenharia, materiais, serviços), salvo disposição setorial específica.

§ 3º Poderão ser adotados índices alternativos equivalentes com base em Processos Produtivos Básicos (PPBs).

§ 4º No processo de licitação, nos casos de conteúdo local superior ao mínimo definido, poderão ser concedidos, proporcionais ao aumento do índice de nacionalização, de acordo com o efeito multiplicador na economia referente ao adicional, margem de preferência.

§ 5º Considerar-se-á desclassificada a proposta que não apresente compromisso de cumprimento de conteúdo local mínimo de bens industriais.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente reenumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A exigência de conteúdo local nas concessões e permissões de serviços públicos fundamenta-se na necessidade de alinhar a execução contratual ao interesse público mais amplo, promovendo o desenvolvimento econômico, industrial e social do país. Tal medida é compatível com os princípios constitucionais da eficiência (art. 37, caput), do desenvolvimento nacional sustentável (art. 170, inciso VI) e da função social da atividade econômica (art. 170, inciso III).

Ademais, a referida exigência visa estimular a indústria nacional e a geração de empregos; reduzir a dependência externa e aumentar a resiliência econômica; internalizar benefícios econômicos e sociais das concessões; e alinhar as concessões e permissões de serviços públicos à política industrial e de inovação nacional, como segue.

A contratação de bens e serviços com conteúdo local estimula a cadeia produtiva nacional, fomenta a industrialização e contribui diretamente



para a geração de empregos qualificados em território nacional. Em setores como transporte, energia, saneamento e telecomunicações, os investimentos induzidos por concessões são significativos e podem ser vetor estratégico para o fortalecimento da base produtiva brasileira.

Ao priorizar fornecedores nacionais, mitiga-se a vulnerabilidade do país a choques externos, como flutuações cambiais, restrições logísticas internacionais ou crises geopolíticas. A exigência de conteúdo local permite que o país desenvolva autonomia tecnológica e produtiva em setores críticos à prestação de serviços essenciais à população.

As concessões e permissões, embora operadas por agentes privados, envolvem ativos públicos e tarifas pagas pelo usuário final. Exigir conteúdo local garante que parte dos recursos investidos retornem à economia nacional, sob a forma de renda, tributos, inovação e qualificação profissional.

Por fim, a política de conteúdo local atua como instrumento indutor de desenvolvimento setorial, em consonância com diretrizes estratégicas de política industrial, transição energética, digitalização e sustentabilidade. Permite também a integração de pequenas e médias empresas à cadeia de valor de grandes projetos públicos.

Cabe destacar que, a adoção de requisitos de conteúdo local está consolidada em regimes setoriais brasileiros, como o petróleo e gás (cláusulas da ANP), naval (REB e Renaval), e energia elétrica (editais da Aneel). Também encontra respaldo em legislações internacionais, como o *Buy American Act* (EUA), *Local Content Requirements* (Índia) e programas europeus de reindustrialização e transição verde.

Assim, como exposto, a exigência de conteúdo local, a ser implementada por meio de cláusulas contratuais ou critérios de pontuação em licitações, observados os princípios da legalidade, isonomia, proporcionalidade e eficiência, apresenta compatibilidade jurídica, regulatória e econômica com os princípios constitucionais e os objetivos de desenvolvimento do País.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Augusto Coutinho
(REPUBLICANOS - PE)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256261811000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Augusto Coutinho





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à ementa e ao inciso VIII do *caput* do art. 1º; e acrescente-se art. 3º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020 e a Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002.”

“**Art. 1º**

.....

VIII – a alteração da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, da Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020 e da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002.

.....”

“**Art. 3º-1.** O art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações.

‘**Art. 1º**

.....



§ 4º Para fins da redução da base de cálculo de que trata o §2º, o veículo deve cumprir Processo Produtivo Básico a ser definido em ato do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 5º Os percentuais de que tratam os incisos I e II do § 2º serão:

I – acrescidos dos referidos percentuais, no caso de veículos que não cumprirem o número mínimo de etapas fabris;

II – duplicados, no caso de veículos que cumpriram, como pré-etapa de produção, níveis mínimos de compensação antecipada de materiais pela reciclagem de veículos, conforme ato do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fortalecer a política industrial automotiva nacional, promovendo maior alinhamento entre a tributação federal e os critérios de sustentabilidade, industrialização local e economia circular. De modo que, se propõe vinculação da base de cálculo à política industrial e ao processo Produtivo Básico (PPB); modulação da tributação com base em sustentabilidade e adensamento industrial; coerência com o Programa MOVER e a transição energética; e segurança jurídica e técnica, como segue.

O §4º introduzido estabelece que a redução da base de cálculo do IPI prevista no §2º do artigo 1º da Lei nº 10.485/2002 estará condicionada ao cumprimento de Processo Produtivo Básico (PPB), instrumento já consagrado na legislação brasileira para garantir a efetiva fabricação de bens no território nacional, com agregação de valor e adensamento da cadeia produtiva. Essa exigência evita a simulação de produção local, ao assegurar que a fruição de benefício fiscal ou de redução tributária ocorra apenas quando houver comprometimento com etapas produtivas mínimas.



O §5º introduz um mecanismo de modulação dos percentuais de redução da base de cálculo, premiando comportamentos industriais desejáveis e penalizando práticas que fragilizam a estrutura produtiva.

O inciso I determina que empresas que não cumpram o intervalo mínimo de etapas fabris terão o percentual da base de cálculo majorado, o que desincentiva práticas de mera montagem ou de importação semiacabada com baixo conteúdo local. O inciso II inova ao permitir a duplicação do benefício para empresas que adotarem práticas de compensação antecipada por reciclagem veicular, integrando os princípios da economia circular e da responsabilidade pós-consumo à política tributária.

Essa modulação está alinhada com os objetivos do Programa MOVER (Mobilidade Verde e Inovação), instituído pela Lei nº 14.902/2024, que estabelece critérios de eficiência energética, reciclabilidade e inovação como fundamentos para a concessão de incentivos tributários. Ao incorporar esses critérios ao regime de tributação do IPI para veículos, fortalece-se a coerência regulatória e a previsibilidade para os agentes econômicos.

Ademais, a redação proposta remete a atos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, conferindo flexibilidade técnica para atualização dos critérios, sem necessidade de nova alteração legislativa a cada evolução tecnológica ou regulatória.

Em suma, a emenda proposta moderniza a legislação do PIS/COFINS automotivo, ao condicionar seus benefícios à industrialização efetiva e à sustentabilidade, dois pilares fundamentais para uma política automotiva voltada à inovação, à competitividade e à transição ecológica da frota nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Augusto Coutinho
(REPUBLICANOS - PE)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

§1º Os créditos serão calculados sobre o volume de exportação realizado nos últimos 12 (doze) meses da publicação dessa lei.

§2º. Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja e café destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores



nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda



norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de laranja classificados nos códigos 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2009.11, 2009.12 e 2009.19 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do



mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“Art. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas; II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias-primas;.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;..... VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;..... XXIII

- óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;..... XLIII – Substratos

para plantas; XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen de milho classificado na subposição 1104.30.00; e b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10..... § 8º A redução a

zero de que trata o inciso XLIV deste artigo: I – não alcança a receita bruta auferida



nas vendas a varejo; e II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.’ (NR)”

“**Art.** As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 são consideradas interpretativas.”

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação do rol de insumos agropecuários alcançados pela alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins corrige, antes de tudo, uma distorção reconhecida pelo próprio Congresso: a aplicação restritiva do art. 1º, I, da Lei 10.925/2004 deixa de fora do adequado tratamento tributário diversos insumos.

Essa exclusão impõe hoje uma tributação efetiva extremamente elevada nas vendas internas desses produtos, bem como na importação, elevando o custo de produção em um momento de forte alta internacional de insumos – dinâmica que o relatório do PL 2022/2022 aponta como fator central na inflação do setor.

Manter essa tributação diferenciada transfere o ônus para toda a cadeia: importadores, distribuidores e, por fim, o produtor rural, que vê sua margem encolher quando compra, por exemplo, rocha fosfática ou ureia pecuária oneradas. O resultado é perda de competitividade frente a concorrentes externos que, em muitos casos, subsidiam seus insumos.

Mais do que uma questão tributária, o tema envolve soberania nacional. O setor agropecuário brasileiro, responsável por assegurar alimentos acessíveis à população e superávits expressivos na balança comercial, depende de insumos básicos cuja produção ainda é majoritariamente importada. A dependência externa em fertilizantes e corretivos expõe o país a choques de oferta e geopolíticos, comprometendo a segurança alimentar e, por consequência, a segurança nacional.

A inclusão expressa de adubos e defensivos biológicos, corretivos, inoculantes microbianos, substratos e rações minerais na lista de alíquota zero reequilibra o tratamento fiscal, estimula a adoção de tecnologias sustentáveis reconhecidas por Embrapa e MAPA – como bioinsumos que reduzem a



dependência de nitrogenados fósseis – e mitiga pressões futuras sobre preços de alimentos.

Além do efeito direto na formação de custos, a medida reduz litígios administrativos e judiciais: ao declarar interpretativas as alterações nos incisos I, II, IV e VI, o texto reflete entendimento já consolidado de que esses produtos se enquadram no conceito de insumo agropecuário, mas vinham sendo excluídos apenas por tecnicismo de classificação tarifária.

Com isso, elimina-se a incerteza que trava investimentos em misturadoras, biofábricas e unidades de micronutrientes, liberando capital para expansão de oferta interna justamente quando o Plano Nacional de Fertilizantes aponta a substituição de importações como prioridade estratégica.

Do ponto de vista macroeconômico, a renúncia é largamente compensada pelo aumento de produção, arrecadação de tributos setoriais sobre volumes maiores e estabilização de preços no atacado, efeito já previsto pelo substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara, que estimou redução imediata de até 4% no custo do fertilizante final.

Em síntese, a emenda alinha a política tributária à realidade tecnológica do campo, fortalece a autonomia nacional na produção de insumos estratégicos, protege a segurança alimentar, reduz a inflação de alimentos e consolida o agro brasileiro como ativo de interesse estratégico para o país, razão pela qual merece integral acolhimento.

A presente emenda também dialoga diretamente com o contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos às exportações brasileiras, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025. Se, de um lado, a Medida Provisória busca proteger setores industriais e exportadores nacionais dos efeitos de medidas unilaterais externas, de outro, é igualmente estratégico fortalecer o setor agropecuário interno, garantindo-lhe acesso a insumos a custos compatíveis. Afinal, um país que assegura sua base produtiva – tanto na indústria exportadora quanto no campo – reduz vulnerabilidades externas



e reforça sua soberania econômica e alimentar, enfrentando com mais resiliência choques internacionais como o tarifaço ora em curso.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

**Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256548644300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cobalchini





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Suprima-se o § 3º do art. 5º-A da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como proposto pelo art. 6º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Com a nova alíquota de exportação já em vigência, significativa parcela do setor produtivo catarinense (exportadores e demais indústrias da cadeia produtiva) vem sofrendo cancelamento de pedidos e contratos, paralisação de mercado, o que já obrigou várias empresas a conceder férias coletivas, realizar acordos de redução de jornada e salário, com sérios riscos de demissões e fechamento de empresas.

No intuito de elucidar a força das exportações para o Estado e subsidiar a necessidade de ampliar as medidas econômicas já instituídas pelo Governo, apresentamos, como exemplo, dados de parte do setor moveleiro catarinense (São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre) que, em 2024, exportou US\$ 123,44 milhões em móveis, representando 47% das exportações de móveis de Santa Catarina e 14% das exportações nacionais. Em 2025, de janeiro a junho, já alcançou US\$ 63,33 milhões em exportações. Os Estados Unidos, de forma particular, recebem 62% da produção exportada.

Esses dados, representados por apenas parte de segmentos, demonstram a força do comércio entre o Brasil e os EUA, fruto da confiança conquistada e de anos de investimentos em alta produtividade e padrões de qualidade, que geram competitividade internacional. Desse modo, a busca de novos mercados, na forma que vem sendo recomendada pelo Governo Federal,



demanda tempo, estrutura, investimentos, o que as indústrias não possuem, motivo pelo qual se justifica a ampliação das medidas previstas.

Suprimir o §3º do Art. 5º-A da MP 1.309/2025 é necessário para evitar a imposição de compromissos trabalhistas adicionais às empresas exportadoras para o mercado norte-americano, já fortemente impactadas pelas tarifas adicionais de 50%.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XXX Fica permitida a transferência intragrupo de créditos de PIS e COFINS que, de acordo com a legislação vigente, sejam compensáveis com outros tributos federais ou sujeitos à ressarcimento, para empresas produtoras de biocombustíveis pertencentes ao mesmo Grupo Econômico, para uso por estas na compensação com quaisquer tributos federais.

§ 1º. O produtor de biocombustíveis detentor de saldos de créditos de PIS e COFINS decorrentes de operações de frete e armazenagem com biocombustíveis fica autorizado a utilizar tais créditos nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.116/2005, independentemente da data de constituição desses saldos.

§ 2º. Fica atribuída exclusivamente ao cedente dos créditos a responsabilidade em caso de qualquer questionamento fiscal quanto a legitimidade dos créditos transferidos e eventual autuação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa instituir um tratamento fiscal que favoreça diretamente os produtores de biocombustíveis, em especial os de etanol de primeira e segunda geração, permitindo a transferência intragrupo de créditos



de PIS e Cofins compensáveis com tributos federais ou sujeitos a ressarcimento. A medida reconhece que tais produtores incorrem em investimentos elevados para instalação e manutenção de suas plantas, notadamente no caso do etanol de segunda geração, cuja produção é intensiva em tecnologia e capital.

O mecanismo proposto reforça a liquidez e a sustentabilidade econômica do setor ao possibilitar que créditos acumulados em outras empresas do mesmo grupo sejam aproveitados pelos produtores de biocombustíveis, liberando recursos essenciais para a expansão da oferta. Além disso, o § 1º garante que os créditos de operações de frete e armazenagem possam ser utilizados de imediato para compensar quaisquer tributos federais, enquanto o § 2º estabelece responsabilidade exclusiva do cedente em caso de questionamento fiscal, preservando a segurança jurídica da operação.

Mais do que uma medida de ajuste tributário, a proposição deve ser compreendida em um contexto de segurança nacional e soberania energética. O recente tarifaço norte-americano sobre produtos brasileiros, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, evidencia a vulnerabilidade externa do país e a necessidade de fortalecer cadeias produtivas internas estratégicas. O setor de biocombustíveis, além de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e de importações, projeta o Brasil como líder global em energia renovável e contribui para a segurança alimentar ao gerar demanda para a produção agrícola nacional.

Assim, a emenda complementa os objetivos centrais da MP ao assegurar competitividade, estimular inovação tecnológica e ampliar a resiliência do agronegócio e da indústria de biocombustíveis frente a choques internacionais. Trata-se, portanto, de medida alinhada ao art. 225 da Constituição Federal, que orienta políticas públicas e regimes fiscais favorecidos voltados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, razão pela qual merece integral acolhimento.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Alexandre Guimarães
(MDB - TO)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251055748500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Guimarães





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. As usinas de biocombustíveis e as que produzam combustíveis oriundos de fontes agrícolas renováveis poderão restituir administrativamente ou compensar com débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal, nos termos dos arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, créditos acumulados das contribuições sociais PIS/PASEP e COFINS, apurados na forma do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, independentemente de serem sujeitos ou não a ressarcimento ou restituição.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende a inclusão de artigo que autoriza a restituição ou compensação de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins pelas usinas de biocombustíveis e destilarias de combustíveis agrícolas renováveis.

A produção de biocombustíveis ocupa posição estratégica no agronegócio brasileiro: reduz a dependência de combustíveis fósseis, gera divisas, impulsiona a descarbonização prevista no Programa RenovaBio e mantém milhares de empregos no meio rural. Contudo, como boa parte das vendas internas é desonerada ou sujeita a alíquotas reduzidas, o regime não cumulativo de PIS/



Pasep e Cofins faz com que as usinas acumulem créditos que, sem direito pleno à restituição ou à compensação, transformam-se em custo financeiro permanente, estreitando margens e encarecendo o preço final do combustível.

O contexto atual do tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça ainda mais a urgência de medidas internas que preservem a competitividade da produção nacional. Se de um lado o Governo busca mitigar os efeitos de tarifas externas injustificadas sobre a indústria exportadora, de outro é essencial assegurar que o setor de biocombustíveis não seja sufocado por distorções tributárias internas. Garantir o pleno direito de compensação e restituição dos créditos acumulados significa devolver liquidez a um segmento intensivo em capital e decisivo para a segurança energética do país, permitindo que ele responda com vigor ao cenário adverso do comércio internacional.

Aliás, a própria produção de biocombustível é responsável por grande parte das exportações: seja de etanol, ou da biomassa (DDG de milho, por exemplo) ou até mesmo da proteína animal que utilizou o farelo como ração.

Ademais, incentivar a produção e o consumo de biocombustíveis provenientes de fontes agrícolas renováveis é uma estratégia que transcende o plano econômico imediato: reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa, reforça os compromissos brasileiros no Acordo de Paris e no RenovaBio, estimula o reaproveitamento de resíduos agroindustriais e melhora a qualidade do ar nas regiões urbanas. Trata-se, portanto, de medida que alia sustentabilidade, geração de renda, transição energética e soberania nacional.

Ao restaurar a neutralidade tributária prometida pelos arts. 3º da Lei 10.637/2002, 3º da Lei 10.833/2003 e 8º da Lei 10.925/2004, e permitir a aplicação plena dos mecanismos de compensação previstos nos arts. 73 e 74 da Lei 9.430/1996, a emenda garante justiça fiscal, reduz distorções e fortalece a autonomia brasileira na produção de energia limpa.

Em síntese, esta proposta complementa de forma decisiva os objetivos da MP nº 1.309/2025: se o tarifaço busca enfraquecer a economia



nacional, esta emenda oferece resposta concreta ao fortalecer o agro e a bioenergia como pilares de soberania, segurança energética e competitividade do Brasil.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Alexandre Guimarães
(MDB - TO)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254871067800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Guimarães





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se inclusive para os créditos já registrados e sujeitos a pedido de restituição pelo contribuinte:

Art. 73-A. Não se aplica o disposto nos incisos VI, VII e IX, do §3º, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aos créditos relativos aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil apropriados pelo contribuinte com base nas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, submetidos a pedido de restituição, mas ainda não utilizados pelo contribuinte para compensação, não podendo tais créditos ser objeto de lançamento de ofício para quaisquer fins.

Parágrafo único. O direito de crédito somente poderá ser objeto de glosa e eventualmente autuação a partir do momento em que o contribuinte efetivamente utilizar o crédito para dedução em sua apuração fiscal ou por compensação com outros tributos federais.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de inclusão do art. 73-A na Lei 9.430/1996 fundamenta-se na necessidade de alinhar o processo de fiscalização tributária aos



princípios constitucionais de legalidade, segurança jurídica, confiança legítima, proporcionalidade e vedação ao confisco. Os contribuintes lançaram em seus livros créditos expressamente autorizados pelas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, mas correm o risco de autuação já na fase de escrituração, isto é, antes de qualquer utilização econômica desses valores, em razão de reiteradas tentativas da administração tributária de restringir o aproveitamento de créditos legítimos.

Essa prática, além de violar a lógica da não cumulatividade, gera cobrança em duplicidade e impõe custos financeiros desnecessários a empresas que apenas registram créditos, sem qualquer impacto real sobre a arrecadação. A antecipação da glosa cria incerteza regulatória, eleva litigiosidade no CARF e obriga contribuintes a manter depósitos e garantias onerosas em torno de créditos “de papel”.

O dispositivo ora proposto preserva o poder de fiscalização da Receita Federal, que continuará apta a glosar créditos e lavrar autos quando houver efetiva compensação, mas evita sanções desproporcionais antes de qualquer benefício econômico. Ao concentrar a fiscalização no momento da utilização do crédito, a medida melhora o ambiente de negócios, reduz o contencioso administrativo e judicial e aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação sobre valor agregado.

Mais do que uma correção técnica, trata-se de medida com impacto estratégico no contexto do tarifaço norte-americano, que levou à edição da MP nº 1.309/2025. Se os Estados Unidos impõem barreiras unilaterais para enfraquecer a competitividade brasileira, o Brasil não pode, internamente, impor obstáculos adicionais que minam a liquidez e a segurança jurídica de suas empresas. Essa emenda garante coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, fortalecendo a resiliência do setor produtivo em um cenário de disputas internacionais.

Do ponto de vista macroeconômico, a proposta elimina custos inúteis, melhora a alocação de recursos da fiscalização e favorece investimentos, sobretudo de startups e pequenas empresas, que são mais vulneráveis a longos litígios. Em linha com a reforma tributária em curso,



a medida reforça a previsibilidade do sistema, reduz incertezas e protege a competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

**Deputado Alexandre Guimarães
(MDB - TO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254195311200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Guimarães





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Suprima-se o inciso IX do §3º do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do inciso IX do §3º do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, que atualmente impede a utilização de créditos tributários na compensação de débitos relativos a recolhimentos mensais por estimativa do IRPJ e da CSLL.

A manutenção dessa vedação cria distorção grave no sistema tributário: de um lado, o contribuinte acumula créditos regularmente reconhecidos de PIS, Cofins ou outros tributos; de outro, é obrigado a recolher, em espécie, estimativas mensais de IRPJ e CSLL, sem poder compensá-las, ainda que possua saldo credor suficiente. Trata-se de uma duplicidade desnecessária, que gera custo financeiro permanente para as empresas e alimenta litígios administrativos e judiciais.

O contexto atual do tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, reforça a necessidade de eliminar entraves internos que



enfraquecem a liquidez e a competitividade das empresas brasileiras. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem margens e restringem exportações, é incoerente que o próprio ordenamento interno continue a impor obstáculos burocráticos que drenam capital de giro e encarecem a atividade produtiva.

A supressão do inciso IX devolve racionalidade ao regime de compensação, permitindo que créditos já constituídos cumpram sua função de neutralizar a carga tributária e preservem a lógica da não cumulatividade. Do ponto de vista macroeconômico, a medida não representa renúncia fiscal – trata-se apenas de ajustar o fluxo temporal de recolhimentos – mas devolve liquidez imediata às empresas, reduzindo custos financeiros e liberando recursos para investimentos e manutenção de empregos.

Além disso, a medida aproxima o sistema brasileiro das melhores práticas internacionais, que concentram a fiscalização no momento da efetiva compensação e não impõem restrições artificiais à utilização de créditos. Também contribui para reduzir a litigiosidade no CARF, onde boa parte das controvérsias decorre justamente de compensações glosadas por força de limitações como a aqui revogada.

Em síntese, ao permitir a compensação com as estimativas mensais de IRPJ e CSLL, a proposta fortalece a coerência da política fiscal, protege a competitividade das empresas brasileiras frente ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos e alinha-se ao espírito da MP nº 1.309/2025: eliminar entraves internos para que o país responda com mais resiliência às pressões externas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Alexandre Guimarães
(MDB - TO)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 14-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 14-1. 1** - Fica reeditado, no âmbito da Medida Provisória nº 1.309, de 13 de agosto de 2025, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, com aplicação específica para empresas exportadoras de bens e serviços e seus fornecedores diretamente impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

§ 1º O programa terá como objetivos:

- I – preservar o emprego e a renda;
- II – garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais;
- III – reduzir o impacto social decorrente da perda de mercado externo.

§ 2º São medidas do programa:

- I – o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda;
- II – a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário;
- III – a suspensão temporária do contrato de trabalho.

§ 3º O Benefício Emergencial será custeado com recursos da União e terá como base de cálculo o valor mensal do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, proporcional à redução ou suspensão pactuada.

§ 4º O programa será regulamentado por ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, podendo prever:

- I – critérios de elegibilidade;
- II – prazos máximos de adesão;



III – formas de pactuação individual ou coletiva;

IV – garantias provisórias no emprego;

V – mecanismos de fiscalização e penalidades.

§ 5º Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 14.020, de 2020, no que forem compatíveis com o novo contexto regulatório e econômico.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A imposição de tarifas adicionais pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras representa um choque externo com efeitos diretos sobre a produção, o faturamento e a manutenção de empregos em setores estratégicos da economia nacional.

A reedição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, originalmente concebido para enfrentar os efeitos da pandemia, mostra-se adequada e necessária para mitigar os impactos sociais e econômicos decorrentes da perda abrupta de mercado externo.

A proposta adapta os instrumentos já testados e regulamentados pela Lei nº 14.020/2020, como a suspensão temporária de contratos, a redução proporcional de jornada e salário e o pagamento de benefício emergencial, para atender especificamente empresas exportadoras e seus fornecedores afetados pelas medidas tarifárias.

Ao preservar empregos e garantir liquidez às empresas em momento de vulnerabilidade, a medida contribui para a estabilidade econômica, a proteção social e a manutenção da capacidade produtiva nacional.



Deputado Pedro Westphalen (PP - RS)

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259679265400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Westphalen





CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....
.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias-primas;
.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;
.....

VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;
.....

XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;



.....

XLIII – Substratos para plantas; XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e

II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art.XX As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação do rol de insumos agropecuários alcançados pela alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins corrige, antes de tudo, uma distorção reconhecida pelo próprio Congresso: a aplicação restritiva do art. 1º, I, da Lei 10.925/2004 deixa de fora do adequado tratamento tributário diversos insumos.

Essa exclusão impõe hoje uma tributação efetiva extremamente elevada nas vendas internas desses produtos, bem como na importação, elevando o custo de produção em um momento de forte alta internacional de insumos –



dinâmica que o relatório do PL 2022/2022 aponta como fator central na inflação do setor.

Manter essa tributação diferenciada transfere o ônus para toda a cadeia: importadores, distribuidores e, por fim, o produtor rural, que vê sua margem encolher quando compra, por exemplo, rocha fosfática ou ureia pecuária oneradas. O resultado é perda de competitividade frente a concorrentes externos que, em muitos casos, subsidiam seus insumos.

Mais do que uma questão tributária, o tema envolve soberania nacional. O setor agropecuário brasileiro, responsável por assegurar alimentos acessíveis à população e superávits expressivos na balança comercial, depende de insumos básicos cuja produção ainda é majoritariamente importada. A dependência externa em fertilizantes e corretivos expõe o país a choques de oferta e geopolíticos, comprometendo a segurança alimentar e, por consequência, a segurança nacional.

A inclusão expressa de adubos e defensivos biológicos, corretivos, inoculantes microbianos, substratos e rações minerais na lista de alíquota zero reequilibra o tratamento fiscal, estimula a adoção de tecnologias sustentáveis reconhecidas por Embrapa e MAPA – como bioinsumos que reduzem a dependência de nitrogenados fósseis – e mitiga pressões futuras sobre preços de alimentos.

Além do efeito direto na formação de custos, a medida reduz litígios administrativos e judiciais: ao declarar interpretativas as alterações nos incisos I, II, IV e VI, o texto reflete entendimento já consolidado de que esses produtos se enquadram no conceito de insumo agropecuário, mas vinham sendo excluídos apenas por tecnicismo de classificação tarifária.

Com isso, elimina-se a incerteza que trava investimentos em misturadoras, biofábricas e unidades de micronutrientes, liberando capital para expansão de oferta interna justamente quando o Plano Nacional de Fertilizantes aponta a substituição de importações como prioridade estratégica.

Do ponto de vista macroeconômico, a renúncia é largamente compensada pelo aumento de produção, arrecadação de tributos setoriais sobre



volumes maiores e estabilização de preços no atacado, efeito já previsto pelo substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara, que estimou redução imediata de até 4% no custo do fertilizante final.

Em síntese, a emenda alinha a política tributária à realidade tecnológica do campo, fortalece a autonomia nacional na produção de insumos estratégicos, protege a segurança alimentar, reduz a inflação de alimentos e consolida o agro brasileiro como ativo de interesse estratégico para o país, razão pela qual merece integral acolhimento.

A presente emenda também dialoga diretamente com o contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos às exportações brasileiras, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025. Se, de um lado, a Medida Provisória busca proteger setores industriais e exportadores nacionais dos efeitos de medidas unilaterais externas, de outro, é igualmente estratégico fortalecer o setor agropecuário interno, garantindo-lhe acesso a insumos a custos compatíveis. Afinal, um país que assegura sua base produtiva – tanto na indústria exportadora quanto no campo – reduz vulnerabilidades externas e reforça sua soberania econômica e alimentar, enfrentando com mais resiliência choques internacionais como o tarifaço ora em curso.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

**Deputado Alexandre Guimarães
(MDB - TO)
Deputado Federal**





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Carlos Portinho

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se art. 4º-1 ao Capítulo II e art. 15-1 ao Capítulo IX da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** O despacho aduaneiro de exportação de remessas internacionais poderá ser processado por meio da Declaração de Remessa de Exportação – DRE, até o limite de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, por remessa, nas exportações realizadas:

I – por pessoa jurídica ou por produtor rural, artesão, artista ou assemelhado, na forma da legislação específica; ou

II – por pessoa física, desde que a operação não caracterize destinação comercial ou fins industriais.

§ 1º O disposto no caput observará as demais condições previstas na legislação e no regulamento aplicáveis às exportações por remessa internacional.

§ 2º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil adequará, no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação desta Lei, os seus atos normativos, inclusive a Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, para a fiel execução deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se sem prejuízo das demais condições previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, e na legislação específica aplicável às exportações.”

“**Art. 15-1.** Ficam sem efeito as disposições em contrário constantes de atos infralegais.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa aprimorar o texto da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, para autorizar, no âmbito da legislação federal, o processamento do despacho aduaneiro de exportação por meio da Declaração de Remessa de



Exportação (DRE) até o limite de US\$ 10.000,00 por remessa, com adequação dos atos infralegais necessários à sua execução.

A proposta busca suprir lacuna da Medida Provisória nº 1.309/2025, que, embora trate de medidas de apoio à exportação, não contemplou iniciativas voltadas ao despacho aduaneiro de menor valor, justamente o mais acessado por micro e pequenos exportadores. A omissão é particularmente grave diante do cenário recente: em 30 de julho de 2025, os Estados Unidos anunciaram ordem executiva impondo tarifa adicional de até 50% sobre produtos brasileiros e suspendendo o regime de *de minimis* (isenção para remessas de até US\$ 800), com vigência a partir de 29 de agosto de 2025¹.

A Medida Provisória nº 1.309/2025 já estabelece, em seu Capítulo II, um conjunto de ações de apoio a atividades e empresas exportadoras brasileiras, o que permite o adequado acolhimento da proposta no corpo normativo da medida. Trata-se de medida de microregulação de baixo custo fiscal e de impacto direto sobre o fluxo de caixa de pequenos exportadores.

O ajuste normativo busca ampliar a utilização da DRE, que se apresenta como instrumento simplificado e eficaz para as exportações de menor valor, justamente aquelas mais atingidas pelas medidas unilaterais impostas. A atualização do limite de US\$ 1.000 para US\$ 10.000 corrige distorções acumuladas pelo tempo, como o efeito da inflação internacional e o aumento dos custos de frete e seguro, além de viabilizar a consolidação de remessas e reduzir o custo unitário de envio.

A medida beneficia um público-alvo numeroso e estratégico². Em 2024, o Brasil registrou 28.847 empresas exportadoras, sendo que microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas exportaram, juntas, mais de US\$ 2,6 bilhões. Os Estados Unidos figuram como principal destino de bens de maior valor agregado, tendo sido mercado de destino para 9.553 empresas brasileiras no mesmo ano (dados MDIC/Amcham). O impacto é especialmente relevante para setores como alimentos e bebidas especiais, moda, cosméticos, casa e decoração, artesanato qualificado e manufaturas de

1 Casa Branca – Ordem Executiva (30/07/2025) suspendendo o *de minimis* (≤ US\$ 800) a partir de 29/08/2025. [The White House](#)

White House – Fact Sheet sobre suspensão do *de minimis* e marcos de vigência. [The White House](#)

Hogan Lovells – Alerta jurídico (resumo técnico da medida). www.hoganlovells.com

White & Case – Insight (detalhes de escopo e data de vigência). [White & Case](#)

DHS – Release sobre o fim do *de minimis*. [U.S. Department of Homeland Security](#)

2 MDIC – Nota oficial sobre a ordem executiva dos EUA e produtos/percentuais alcançados. [Serviços e Informações do Brasil Agência Gov](#)



maior conteúdo tecnológico — segmentos com forte presença entre os pequenos exportadores que utilizam o modal *courier*³.

Do ponto de vista jurídico, a Medida Provisória, com força de lei (art. 62 da Constituição Federal), pode estabelecer os parâmetros para a aplicação do despacho simplificado, bem como determinar a adequação dos atos infralegais, como a Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017. A inclusão do dispositivo no Capítulo II da MP evita dispersão normativa e reforça a coerência entre os objetivos da política aduaneira e as demais medidas de apoio às exportações previstas no texto.

Em termos práticos, diante do fechamento da janela do *de minimis* nos EUA, cabe ao Brasil abrir a porta da DRE, ampliando sua utilização como instrumento de escoamento simplificado, célere e proporcional às necessidades das micro e pequenas empresas exportadoras.

Ante o exposto, diante da importância da presente emenda, conto com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)

³ MDIC – Recorde de empresas exportadoras (2024). [Serviços e Informações do Brasil+1](#)

MDIC–Amcham – Empresas brasileiras que exportam para os EUA (estudo) e foco em bens de maior valor agregado. [Serviços e Informações do Brasil](#)

ApexBrasil – Dia Internacional das MPEs / apoio a MPEs. [ApexBrasil](#)

Cesta de produtos e capítulos tarifários (MDIC) – top itens e enquadramentos por capítulo. [Serviços e Informações do Brasil](#)

Amcham – Monitor do Comércio BR–EUA (jul/2025) – dinâmica recente por produto. mkt.amcham.com.br Amcham Brasil





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo:

“CAPÍTULO

DAS MEDIDAS EXCEPCIONAIS PARA AQUISIÇÃO DE BENS INDUSTRIAIS

Art. Excepcionalmente, poderão ser adquiridos pela administração pública bens industriais, priorizando produtos com aplicação em políticas públicas de educação, habitação e infraestrutura social, como móveis escolares, uniformes, cerâmica sanitária, materiais de construção e máquinas leves de uso comunitário que deixaram de ser exportados por produtores ou pessoas jurídicas exportadoras em virtude da imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, nos termos do disposto no Capítulo VIII da Medida Provisória nº 1.309 de 2025.”

JUSTIFICAÇÃO

A decisão do Governo dos Estados Unidos da América, por ato do Presidente Donald Trump, de impor tarifa adicional de 50% sobre os produtos brasileiros, impactou fortemente setores estratégicos da economia nacional, notadamente em estados exportadores como Santa Catarina, cuja pauta exportadora contempla móveis, cerâmicas, madeira, máquinas e outros bens industriais.

Nesse cenário, muitas indústrias e empresas exportadoras ficam impossibilitadas de escoar sua produção, gerando risco de paralisação de fábricas, aumento de estoques, fechamento de postos de trabalho e prejuízos à arrecadação tributária. Para mitigar tais efeitos, a presente medida propõe que



a Administração Pública possa adquirir, de forma prioritária, bens industriais destinados à implementação de políticas públicas essenciais, notadamente nas áreas de **educação, habitação e infraestrutura social**, tais como **móveis escolares, uniformes, cerâmica sanitária, materiais de construção e máquinas leves de uso comunitário**.

Essa autorização busca garantir um duplo objetivo: de um lado, assegurar o aproveitamento da capacidade produtiva nacional, evitando o colapso de setores fortemente atingidos pelas barreiras comerciais impostas; de outro, direcionar tais bens para finalidades de interesse público, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação, da habitação e da infraestrutura social em todo o território nacional.

Portanto, a medida além de proteger a economia nacional e preservar empregos, gera benefícios sociais concretos à população brasileira, harmonizando a política industrial com as necessidades do Estado e assegurando resposta rápida e eficiente diante do quadro adverso do comércio internacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º. A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º. A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º. Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação;

§ 4º Para as empresas produtoras e exportadoras de **carnes bovinas** e seus fornecedores diretamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, as condições de transação tributária poderão prever a



utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de **até 90% (noventa por cento)** do valor consolidado da dívida, além de um prazo de carência para o início dos pagamentos de até 6 (seis) meses, a fim de assegurar a recuperação da liquidez e a manutenção dos níveis de emprego.

JUSTIFICAÇÃO

A Seção 10 justifica a transação tributária como um instrumento para "regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas" e para a "manutenção ou ampliação do número de empregos diretos." A indústria da carne bovina, com sua extensa cadeia de valor e sua significativa contribuição para o emprego, pode enfrentar desafios financeiros substanciais sob o impacto das tarifas. Permitir a utilização de uma porcentagem maior de prejuízos fiscais e uma carência para o início dos pagamentos proporciona um alívio financeiro mais substancial e imediato. Isso se alinha ao objetivo de "recuperar créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis" e "preservar a capacidade produtiva", oferecendo um "fôlego financeiro às empresas" em um momento de crise.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º. O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.



§ 5º Para as pessoas jurídicas da cadeia de exportação de carnes bovinas aos Estados Unidos da América, o crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins poderá ser instituído em caráter excepcional por um prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, e o limite global estabelecido no caput poderá ser revisto ou alocado especificamente para este setor, mediante análise e comprovação do impacto das tarifas adicionais, a ser definido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Agricultura e Pecuária.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa presente na Seção 8 destaca que o "tarifaço" afeta a "toda a cadeia produtiva" e que o crédito outorgado funciona como "mecanismo de compensação emergencial". O setor de carnes bovinas representa uma fatia substancial das exportações brasileiras e é um dos maiores geradores de empregos no campo e na indústria. A extensão do prazo para 24 meses, alinhada com as propostas para café e laranja (Seções 12 e 13), oferece maior previsibilidade e segurança jurídica para investimentos de longo prazo e estratégias de diversificação de mercado. Além disso, a flexibilização ou aumento do limite global de crédito para este setor em particular reconhece sua relevância estratégica e a necessidade de um apoio proporcional ao seu impacto econômico e à complexidade de sua cadeia de valor. Isso "garante fôlego financeiro às empresas" e "preserva a base produtiva", conforme o espírito da MP.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados, incluindo modernização de plantas frigoríficas para atender padrões sanitários e de qualidade internacionais, poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º. A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação, sempre que vinculada a investimentos que ampliem a capacidade de acesso a novos mercados ou atendam a novas exigências regulatórias internacionais.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º. Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.



JUSTIFICAÇÃO

A justificativa de Seção 9 menciona que a "adaptação de linhas produtivas" e a "aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias" demandam capital. Para a carne bovina, a capacidade de se adaptar a novos mercados muitas vezes depende da conformidade com requisitos sanitários rigorosos (como os da União Europeia, China, ou países árabes). A depreciação acelerada para investimentos em tecnologia de processamento, embalagem, rastreabilidade e sistemas de qualidade em frigoríficos não só "reduz o custo de capital" e "melhora a liquidez das empresas", mas também eleva o padrão de toda a cadeia, tornando-a mais resiliente a barreiras fitossanitárias ou não-tarifárias, além das tarifas. Isso está em consonância com o objetivo de "preservar a sua competitividade internacional".

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café, e carnes bovinas, classificadas nos códigos NCM 0201 e 0202.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, café e carnes bovinas destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado. **Similarmente, o setor de carnes bovinas (NCM 0201 e 0202) representa uma fatia significativa e estratégica das exportações brasileiras para os EUA, impactando diretamente milhares de empregos e a balança comercial.**

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a **setores específicos** diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º.....

.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias primas;

.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;

.....

VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;

.....

XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;

.....



XLIII – Substratos para plantas;

XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen

de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico

e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e

ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

XLV – produtos de uso veterinário essenciais para a sanidade e produtividade do rebanho bovino, incluindo vacinas, medicamentos de uso sistêmico e insumos para biossegurança das instalações de criação e abate;

XLVI – material genético bovino, incluindo sêmen, embriões e outros insumos para reprodução animal, destinados ao melhoramento genético e à eficiência da produção de carne;

XLVII – aditivos zootécnicos e tecnológicos, utilizados na alimentação e manejo de bovinos, que comprovadamente melhorem a conversão alimentar e a qualidade da carne.

.....

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e



II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art.XX As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1o da Lei no 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa de Seção 1 aponta que a ampliação da alíquota zero "corrige, antes de tudo, uma distorção" e visa mitigar "a inflação do setor" e "eleva o custo de produção". Ao detalhar e incluir explicitamente produtos veterinários essenciais, material genético e aditivos zootécnicos, a emenda reduz custos diretos e indiretos para os produtores de carne bovina. Isso "estimula a adoção de tecnologias sustentáveis" e moderniza o setor, aumentando a produtividade e a qualidade da carne brasileira, o que é fundamental para a competitividade internacional. Além disso, garante que a "dependência externa em fertilizantes e corretivos" não seja apenas o foco, mas que insumos biológicos e genéticos, que contribuem para a soberania nacional em termos de produção de alimentos de alto valor, também sejam incentivados.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América classificadas como carnes bovinas e seus produtos, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil deverá estabelecer um processo de análise e ressarcimento de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins com prioridade máxima e simplificação de procedimentos, visando à conclusão em até 15 (quinze) dias úteis após o pedido, mediante comprovação de elegibilidade.

JUSTIFICAÇÃO

A Seção 15 enfatiza que "a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência", especialmente em um cenário de "perda de mercado externo" e "risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos." A indústria de carne bovina opera com margens muitas vezes ajustadas e um alto volume de capital de giro. A agilidade extrema na liberação de créditos não é apenas um benefício, mas uma necessidade para manter a liquidez. Um prazo de 15 dias úteis, ou uma prioridade formalmente estabelecida,



transformaria "créditos legítimos em 'ativos de papel'" em capital circulante de forma eficaz, atuando como uma "injeção rápida de capital de giro, essencial para a manutenção das atividades exportadoras", conforme a própria justificativa da emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação ao § 4º do art. 5º-A e aos incisos I e III do § 4º do art. 5º-A; e acrescente-se inciso II ao § 4º do art. 5º-A, todos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, na forma proposta pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 5º-A.

.....

§ 4º Nos casos em que se identifique a inviabilidade de celebração do compromisso previsto no § 3º, poderão ser admitidos alternativamente:

I – a suspensão temporária do contrato de trabalho de seus empregados, por prazo de até 90 (noventa) dias, durante o período de suspensão é assegurado o recebimento, com recursos da União, de auxílio compensatório em valor e condições a serem definidos pelo Ministério da Fazenda;

II – a redução proporcional da jornada de trabalho e do salário, assegurada a preservação do valor do salário-hora e a manutenção de todos os benefícios já concedidos, com recursos da União, de auxílio compensatório em valor e condições a serem definidos pelo Ministério da Fazenda; e

III – outros compromissos adequados ao caso concreto, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo aperfeiçoar os mecanismos previstos na Medida Provisória nº 1.309, de 2025, a fim de oferecer alternativas eficazes para a preservação dos vínculos laborais e da atividade econômica em



situações críticas, como a decorrente do chamado “tarifaço” imposto pelos Estados Unidos às exportações brasileiras. A iniciativa busca dar fôlego imediato aos setores produtivos impactados, que enfrentam sérias dificuldades na manutenção dos postos de trabalho e na sustentabilidade de suas operações. Ressalta-se, ainda, que a medida confere maior segurança jurídica aos empregadores e estabilidade às empresas diante desse cenário adverso.

Ao prever a possibilidade de suspensão temporária do contrato de trabalho por até 90 dias, a redução proporcional da jornada e do salário com a preservação do valor do salário-hora e dos benefícios já concedidos, bem como a adoção de outros compromissos ajustados à realidade de cada caso, a emenda institui um conjunto de instrumentos flexíveis e juridicamente sólidos. Esses mecanismos equilibram a proteção social aos trabalhadores — garantida por meio do auxílio compensatório custeado com recursos da União — com a necessidade de assegurar a viabilidade econômica das empresas, especialmente em períodos de instabilidade conjuntural.

Trata-se de uma solução já validada em experiências anteriores, como no contexto da pandemia da COVID-19, quando medidas similares mostraram-se eficazes para a preservação de milhões de empregos e para a continuidade das atividades produtivas em diferentes setores. Ademais, a emenda fortalece o papel do Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, na regulamentação de suas condições de aplicação, conferindo adaptabilidade e segurança quanto à sua execução prática, de acordo com as peculiaridades de cada setor econômico. Dessa forma, a presente proposta representa um ajuste necessário para garantir previsibilidade, proteção social e estabilidade às relações de trabalho, promovendo equilíbrio entre trabalhadores



e empregadores e contribuindo decisivamente para a manutenção de empregos, da renda das famílias e da atividade econômica nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Lucas Redecker
(PSDB - RS)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253663760100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Redecker





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º. A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º. A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º. Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação;

§ 4º Para as empresas produtoras e exportadoras de **carnes bovinas** e seus fornecedores diretamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, as condições de transação tributária poderão prever a



utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de **até 90% (noventa por cento)** do valor consolidado da dívida, além de um prazo de carência para o início dos pagamentos de até 6 (seis) meses, a fim de assegurar a recuperação da liquidez e a manutenção dos níveis de emprego.

JUSTIFICAÇÃO

A Seção 10 justifica a transação tributária como um instrumento para "regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas" e para a "manutenção ou ampliação do número de empregos diretos." A indústria da carne bovina, com sua extensa cadeia de valor e sua significativa contribuição para o emprego, pode enfrentar desafios financeiros substanciais sob o impacto das tarifas. Permitir a utilização de uma porcentagem maior de prejuízos fiscais e uma carência para o início dos pagamentos proporciona um alívio financeiro mais substancial e imediato. Isso se alinha ao objetivo de "recuperar créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis" e "preservar a capacidade produtiva", oferecendo um "fôlego financeiro às empresas" em um momento de crise.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados, incluindo modernização de plantas frigoríficas para atender padrões sanitários e de qualidade internacionais, poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º. A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação, sempre que vinculada a investimentos que ampliem a capacidade de acesso a novos mercados ou atendam a novas exigências regulatórias internacionais.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º. Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.



JUSTIFICAÇÃO

A justificativa de Seção 9 menciona que a "adaptação de linhas produtivas" e a "aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias" demandam capital. Para a carne bovina, a capacidade de se adaptar a novos mercados muitas vezes depende da conformidade com requisitos sanitários rigorosos (como os da União Europeia, China, ou países árabes). A depreciação acelerada para investimentos em tecnologia de processamento, embalagem, rastreabilidade e sistemas de qualidade em frigoríficos não só "reduz o custo de capital" e "melhora a liquidez das empresas", mas também eleva o padrão de toda a cadeia, tornando-a mais resiliente a barreiras fitossanitárias ou não-tarifárias, além das tarifas. Isso está em consonância com o objetivo de "preservar a sua competitividade internacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º. O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.



§ 5º Para as pessoas jurídicas da cadeia de exportação de carnes bovinas aos Estados Unidos da América, o crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins poderá ser instituído em caráter excepcional por um prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, e o limite global estabelecido no caput poderá ser revisto ou alocado especificamente para este setor, mediante análise e comprovação do impacto das tarifas adicionais, a ser definido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Agricultura e Pecuária.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa presente na Seção 8 destaca que o "tarifaço" afeta a "toda a cadeia produtiva" e que o crédito outorgado funciona como "mecanismo de compensação emergencial". O setor de carnes bovinas representa uma fatia substancial das exportações brasileiras e é um dos maiores geradores de empregos no campo e na indústria. A extensão do prazo para 24 meses, alinhada com as propostas para café e laranja (Seções 12 e 13), oferece maior previsibilidade e segurança jurídica para investimentos de longo prazo e estratégias de diversificação de mercado. Além disso, a flexibilização ou aumento do limite global de crédito para este setor em particular reconhece sua relevância estratégica e a necessidade de um apoio proporcional ao seu impacto econômico e à complexidade de sua cadeia de valor. Isso "garante fôlego financeiro às empresas" e "preserva a base produtiva", conforme o espírito da MP.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º.....

.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias primas;

.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;

.....

VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;

.....

XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;

.....



XLIII – Substratos para plantas;

XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen

de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico

e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e

ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

XLV – produtos de uso veterinário essenciais para a sanidade e produtividade do rebanho bovino, incluindo vacinas, medicamentos de uso sistêmico e insumos para biossegurança das instalações de criação e abate;

XLVI – material genético bovino, incluindo sêmen, embriões e outros insumos para reprodução animal, destinados ao melhoramento genético e à eficiência da produção de carne;

XLVII – aditivos zootécnicos e tecnológicos, utilizados na alimentação e manejo de bovinos, que comprovadamente melhorem a conversão alimentar e a qualidade da carne.

.....

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e



II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art.XX As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1o da Lei no 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa de Seção 1 aponta que a ampliação da alíquota zero "corrige, antes de tudo, uma distorção" e visa mitigar "a inflação do setor" e "eleva o custo de produção". Ao detalhar e incluir explicitamente produtos veterinários essenciais, material genético e aditivos zootécnicos, a emenda reduz custos diretos e indiretos para os produtores de carne bovina. Isso "estimula a adoção de tecnologias sustentáveis" e moderniza o setor, aumentando a produtividade e a qualidade da carne brasileira, o que é fundamental para a competitividade internacional. Além disso, garante que a "dependência externa em fertilizantes e corretivos" não seja apenas o foco, mas que insumos biológicos e genéticos, que contribuem para a soberania nacional em termos de produção de alimentos de alto valor, também sejam incentivados.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América classificadas como carnes bovinas e seus produtos, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil deverá estabelecer um processo de análise e ressarcimento de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins com prioridade máxima e simplificação de procedimentos, visando à conclusão em até 15 (quinze) dias úteis após o pedido, mediante comprovação de elegibilidade.

JUSTIFICAÇÃO

A Seção 15 enfatiza que "a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência", especialmente em um cenário de "perda de mercado externo" e "risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos." A indústria de carne bovina opera com margens muitas vezes ajustadas e um alto volume de capital de giro. A agilidade extrema na liberação de créditos não é apenas um benefício, mas uma necessidade para manter a liquidez. Um prazo de 15 dias úteis, ou uma prioridade formalmente estabelecida,



transformaria "créditos legítimos em 'ativos de papel'" em capital circulante de forma eficaz, atuando como uma "injeção rápida de capital de giro, essencial para a manutenção das atividades exportadoras", conforme a própria justificativa da emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café, e carnes bovinas, classificadas nos códigos NCM 0201 e 0202.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, café e carnes bovinas destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado. **Similarmente, o setor de carnes bovinas (NCM 0201 e 0202) representa uma fatia significativa e estratégica das exportações brasileiras para os EUA, impactando diretamente milhares de empregos e a balança comercial.**

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a **setores específicos** diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação ao art. 4º-A da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, na forma proposta pelo art. 4º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 4º-A. A. O despacho aduaneiro de exportação de remessas internacionais poderá ser processado por meio da Declaração de Remessa de Exportação – DRE, até o limite de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, por remessa, nas exportações realizadas:

I – por pessoa jurídica ou por produtor rural, artesão, artista ou assemblado, na forma da legislação específica; ou

II – por pessoa física, desde que a operação não caracterize destinação comercial ou fins industriais.

§ 1º O disposto no caput observará as demais condições previstas na legislação e no regulamento aplicáveis às exportações por remessa internacional.

§ 2º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil adequará, no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação desta Lei, os seus atos normativos, inclusive a Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, para a fiel execução deste artigo.

§ 3º Ficam revogadas as disposições em contrário constantes de atos infralegais.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se sem prejuízo das demais condições previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, e na legislação específica aplicável às exportações.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Período excepcional demanda ajuste fino e imediato. Desde 30/07/2025, os Estados Unidos anunciaram medidas unilaterais com tarifa adicional de até 50% sobre produtos brasileiros e, em paralelo, suspenderam o regime de *de minimis* (\leq US\$ 800) para todas as origens, com vigência a partir



de 29/08/2025. Tal cenário encarece a entrada naquele mercado, especialmente para operações de menor valor — justamente onde atuam micro e pequenos exportadores. Cumpre ao Brasil, portanto, facilitar a saída: a atualização do teto da DRE de US\$ 1.000 para **US\$ 10.000** é medida célere, simples e de elevado impacto.

A MP nº 1.309/2025 já oferece o suporte normativo: seu Capítulo II trata de ações de apoio a atividades e empresas exportadoras brasileiras. Inserir nesse capítulo o novo limite da DRE alinha a política aduaneira ao objetivo do texto: **agilidade, preservação de competitividade e mitigação de choques externos**. Trata-se de microregulação de baixo custo fiscal e de efeito imediato sobre o fluxo de caixa.

O público-alvo é claro e numeroso. O ano de 2024 encerrou com **28.847 empresas exportadoras**, recorde histórico. Entre elas, micro e pequenas empresas operam com tíquete médio menor e elevada sensibilidade a custos e prazos. Em valores, **MEI/Micro** exportaram **US\$ 910,3 milhões** e **Pequenas**, **US\$ 1,7 bilhão** (MDIC). Os Estados Unidos são destino-chave: estudos oficiais e de inteligência indicam parcela expressiva de exportadoras brasileiras com vendas para aquele mercado — com destaque para **9.553 empresas** em 2024 no recorte MDIC-Amcham — e posição de liderança em bens de maior valor agregado. Em síntese: se o principal destino endurece a entrada, cabe-nos **destravar a saída**.

No plano setorial, a medida alcança precisamente os itens com perfil de MPE que utilizam *courier* e sofrem com burocracia: **alimentos e bebidas especiais, moda, cosméticos, design/casa & decoração e artesanato qualificado**. Ao mesmo tempo, preserva a competitividade de **manufaturados e bens de maior conteúdo tecnológico** com forte presença nos EUA (aeronaves e partes, máquinas e equipamentos/elétricos, químicos, preparados alimentícios) e de **commodities processadas** (celulose, café, carne bovina). O próprio MDIC detalhou a cesta exportadora e os capítulos mais afetados/isentados nas novas tarifas, reforçando a urgência de uma válvula doméstica de escoamento com menor fricção.

Por que US\$ 10 mil? Porque o teto de **US\$ 1.000** está defasado pela inflação internacional e pelo aumento de **frete/seguro**; porque a **consolidação de pedidos** reduz custo unitário de envio; e porque retirar barreiras procedimentais



de quem vende pouco e com frequência é a forma mais eficiente de proteger margem. Com o *de minimis* suspenso nos EUA, a alternativa para o pequeno é **agregar carrinhos e redirecionar mercados** — o que só se sustenta se a saída no Brasil não travar no balcão. É exatamente o que a atualização do **teto** entrega.

A Medida Provisória, com força de lei (art. 62 da Constituição Federal), pode **fixar parâmetros legais** para o despacho por remessa internacional e determinar a **adequação dos atos infralegais** (v.g., IN RFB nº 1.737/2017). O encaixe no Capítulo II evita dispersão normativa e ancora a alteração no bloco de medidas de apoio previsto na própria MP. **Resultados esperados:** menor custo de conformidade, liberação mais rápida, preservação de margens e manutenção de empregos — sobretudo entre MPE.

Em termos claros: os EUA **fecharam a janela** do *de minimis*; nós **abrimos a porta** da DRE. Medida **simples, proporcional e imediatamente útil** para quem mais precisa.

Cabe ressaltar que, essa proposta está em harmonia com a atuação da **Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM)** e com a **Frente Parlamentar de Comércio Exterior (FrenComex)**, reforçando sua aderência a pleitos que promovem a liberdade econômica e estimulam o comércio internacional.

Referências:

Casa Branca – Ordem Executiva (30/07/2025) suspendendo o **de minimis** (\leq US\$ 800) a partir de **29/08/2025**. [The White House](#)

White House – Fact Sheet sobre suspensão do **de minimis** e marcos de vigência. [The White House](#)

Hogan Lovells – Alerta jurídico (resumo técnico da medida). www.hoganlovells.com

White & Case – Insight (detalhes de escopo e data de vigência). [White & Case](#)

DHS – Release sobre o fim do **de minimis**. [U.S. Department of Homeland Security](#)



MDIC – Nota oficial sobre a ordem executiva dos EUA e produtos/ percentuais alcançados. [Serviços e Informações do Brasil](#) [Agência Gov](#)

MDIC – Recorde de empresas exportadoras (2024). [Serviços e Informações do Brasil+1](#)

MDIC–Amcham – Empresas brasileiras que exportam para os EUA (estudo) e foco em bens de maior valor agregado. [Serviços e Informações do Brasil](#)

ApexBrasil – Dia Internacional das MPEs / apoio a MPEs. [ApexBrasil](#)

Cesta de produtos e capítulos tarifários (MDIC) – top itens e enquadramentos por capítulo. [Serviços e Informações do Brasil](#)

Amcham – Monitor do Comércio BR–EUA (jul/2025) – dinâmica recente por produto. mkt.amcham.com.br [Amcham Brasil](#)

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....
.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias-primas;
.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;
.....

VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;
.....

XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;



.....

XLIII – Substratos para plantas; XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e

II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art.XX As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação do rol de insumos agropecuários alcançados pela alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins corrige, antes de tudo, uma distorção reconhecida pelo próprio Congresso: a aplicação restritiva do art. 1º, I, da Lei 10.925/2004 deixa de fora do adequado tratamento tributário diversos insumos.

Essa exclusão impõe hoje uma tributação efetiva extremamente elevada nas vendas internas desses produtos, bem como na importação, elevando o custo de produção em um momento de forte alta internacional de insumos –



dinâmica que o relatório do PL 2022/2022 aponta como fator central na inflação do setor.

Manter essa tributação diferenciada transfere o ônus para toda a cadeia: importadores, distribuidores e, por fim, o produtor rural, que vê sua margem encolher quando compra, por exemplo, rocha fosfática ou ureia pecuária oneradas. O resultado é perda de competitividade frente a concorrentes externos que, em muitos casos, subsidiam seus insumos.

Mais do que uma questão tributária, o tema envolve soberania nacional. O setor agropecuário brasileiro, responsável por assegurar alimentos acessíveis à população e superávits expressivos na balança comercial, depende de insumos básicos cuja produção ainda é majoritariamente importada. A dependência externa em fertilizantes e corretivos expõe o país a choques de oferta e geopolíticos, comprometendo a segurança alimentar e, por consequência, a segurança nacional.

A inclusão expressa de adubos e defensivos biológicos, corretivos, inoculantes microbianos, substratos e rações minerais na lista de alíquota zero reequilibra o tratamento fiscal, estimula a adoção de tecnologias sustentáveis reconhecidas por Embrapa e MAPA – como bioinsumos que reduzem a dependência de nitrogenados fósseis – e mitiga pressões futuras sobre preços de alimentos.

Além do efeito direto na formação de custos, a medida reduz litígios administrativos e judiciais: ao declarar interpretativas as alterações nos incisos I, II, IV e VI, o texto reflete entendimento já consolidado de que esses produtos se enquadram no conceito de insumo agropecuário, mas vinham sendo excluídos apenas por tecnicismo de classificação tarifária.

Com isso, elimina-se a incerteza que trava investimentos em misturadoras, biofábricas e unidades de micronutrientes, liberando capital para expansão de oferta interna justamente quando o Plano Nacional de Fertilizantes aponta a substituição de importações como prioridade estratégica.

Do ponto de vista macroeconômico, a renúncia é largamente compensada pelo aumento de produção, arrecadação de tributos setoriais sobre



volumes maiores e estabilização de preços no atacado, efeito já previsto pelo substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara, que estimou redução imediata de até 4% no custo do fertilizante final.

Em síntese, a emenda alinha a política tributária à realidade tecnológica do campo, fortalece a autonomia nacional na produção de insumos estratégicos, protege a segurança alimentar, reduz a inflação de alimentos e consolida o agro brasileiro como ativo de interesse estratégico para o país, razão pela qual merece integral acolhimento.

A presente emenda também dialoga diretamente com o contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos às exportações brasileiras, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025. Se, de um lado, a Medida Provisória busca proteger setores industriais e exportadores nacionais dos efeitos de medidas unilaterais externas, de outro, é igualmente estratégico fortalecer o setor agropecuário interno, garantindo-lhe acesso a insumos a custos compatíveis. Afinal, um país que assegura sua base produtiva – tanto na indústria exportadora quanto no campo – reduz vulnerabilidades externas e reforça sua soberania econômica e alimentar, enfrentando com mais resiliência choques internacionais como o tarifaço ora em curso.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. As usinas de biocombustíveis e as que produzam combustíveis oriundos de fontes agrícolas renováveis poderão restituir administrativamente ou compensar com débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal, nos termos dos arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, créditos acumulados das contribuições sociais PIS/PASEP e COFINS, apurados na forma do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, independentemente de serem sujeitos ou não a ressarcimento ou restituição.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende a inclusão de artigo que autoriza a restituição ou compensação de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins pelas usinas de biocombustíveis e destilarias de combustíveis agrícolas renováveis.

A produção de biocombustíveis ocupa posição estratégica no agronegócio brasileiro: reduz a dependência de combustíveis fósseis, gera divisas, impulsiona a descarbonização prevista no Programa RenovaBio e mantém milhares de empregos no meio rural. Contudo, como boa parte das vendas internas é desonerada ou sujeita a alíquotas reduzidas, o regime não cumulativo de PIS/



Pasep e Cofins faz com que as usinas acumulem créditos que, sem direito pleno à restituição ou à compensação, transformam-se em custo financeiro permanente, estreitando margens e encarecendo o preço final do combustível.

O contexto atual do tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça ainda mais a urgência de medidas internas que preservem a competitividade da produção nacional. Se de um lado o Governo busca mitigar os efeitos de tarifas externas injustificadas sobre a indústria exportadora, de outro é essencial assegurar que o setor de biocombustíveis não seja sufocado por distorções tributárias internas. Garantir o pleno direito de compensação e restituição dos créditos acumulados significa devolver liquidez a um segmento intensivo em capital e decisivo para a segurança energética do país, permitindo que ele responda com vigor ao cenário adverso do comércio internacional.

Aliás, a própria produção de biocombustível é responsável por grande parte das exportações: seja de etanol, ou da biomassa (DDG de milho, por exemplo) ou até mesmo da proteína animal que utilizou o farelo como ração.

Ademais, incentivar a produção e o consumo de biocombustíveis provenientes de fontes agrícolas renováveis é uma estratégia que transcende o plano econômico imediato: reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa, reforça os compromissos brasileiros no Acordo de Paris e no RenovaBio, estimula o reaproveitamento de resíduos agroindustriais e melhora a qualidade do ar nas regiões urbanas. Trata-se, portanto, de medida que alia sustentabilidade, geração de renda, transição energética e soberania nacional.

Ao restaurar a neutralidade tributária prometida pelos arts. 3º da Lei 10.637/2002, 3º da Lei 10.833/2003 e 8º da Lei 10.925/2004, e permitir a aplicação plena dos mecanismos de compensação previstos nos arts. 73 e 74 da Lei 9.430/1996, a emenda garante justiça fiscal, reduz distorções e fortalece a autonomia brasileira na produção de energia limpa.

Em síntese, esta proposta complementa de forma decisiva os objetivos da MP nº 1.309/2025: se o tarifaço busca enfraquecer a economia



nacional, esta emenda oferece resposta concreta ao fortalecer o agro e a bioenergia como pilares de soberania, segurança energética e competitividade do Brasil.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7523803433>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Suprima-se o inciso IX do §3º do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do inciso IX do §3º do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, que atualmente impede a utilização de créditos tributários na compensação de débitos relativos a recolhimentos mensais por estimativa do IRPJ e da CSLL.

A manutenção dessa vedação cria distorção grave no sistema tributário: de um lado, o contribuinte acumula créditos regularmente reconhecidos de PIS, Cofins ou outros tributos; de outro, é obrigado a recolher, em espécie, estimativas mensais de IRPJ e CSLL, sem poder compensá-las, ainda que possua saldo credor suficiente. Trata-se de uma duplicidade desnecessária, que gera custo financeiro permanente para as empresas e alimenta litígios administrativos e judiciais.

O contexto atual do tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, reforça a necessidade de eliminar entraves internos que



enfraquecem a liquidez e a competitividade das empresas brasileiras. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem margens e restringem exportações, é incoerente que o próprio ordenamento interno continue a impor obstáculos burocráticos que drenam capital de giro e encarecem a atividade produtiva.

A supressão do inciso IX devolve racionalidade ao regime de compensação, permitindo que créditos já constituídos cumpram sua função de neutralizar a carga tributária e preservem a lógica da não cumulatividade. Do ponto de vista macroeconômico, a medida não representa renúncia fiscal – trata-se apenas de ajustar o fluxo temporal de recolhimentos – mas devolve liquidez imediata às empresas, reduzindo custos financeiros e liberando recursos para investimentos e manutenção de empregos.

Além disso, a medida aproxima o sistema brasileiro das melhores práticas internacionais, que concentram a fiscalização no momento da efetiva compensação e não impõem restrições artificiais à utilização de créditos. Também contribui para reduzir a litigiosidade no CARF, onde boa parte das controvérsias decorre justamente de compensações glosadas por força de limitações como a aqui revogada.

Em síntese, ao permitir a compensação com as estimativas mensais de IRPJ e CSLL, a proposta fortalece a coerência da política fiscal, protege a competitividade das empresas brasileiras frente ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos e alinha-se ao espírito da MP nº 1.309/2025: eliminar entraves internos para que o país responda com mais resiliência às pressões externas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se inclusive para os créditos já registrados e sujeitos a pedido de restituição pelo contribuinte:

Art. 73-A. Não se aplica o disposto nos incisos VI, VII e IX, do §3º, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aos créditos relativos aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil apropriados pelo contribuinte com base nas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, submetidos a pedido de restituição, mas ainda não utilizados pelo contribuinte para compensação, não podendo tais créditos ser objeto de lançamento de ofício para quaisquer fins.

Parágrafo único. O direito de crédito somente poderá ser objeto de glosa e eventualmente autuação a partir do momento em que o contribuinte efetivamente utilizar o crédito para dedução em sua apuração fiscal ou por compensação com outros tributos federais.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de inclusão do art. 73-A na Lei 9.430/1996 fundamenta-se na necessidade de alinhar o processo de fiscalização tributária aos



princípios constitucionais de legalidade, segurança jurídica, confiança legítima, proporcionalidade e vedação ao confisco. Os contribuintes lançaram em seus livros créditos expressamente autorizados pelas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, mas correm o risco de autuação já na fase de escrituração, isto é, antes de qualquer utilização econômica desses valores, em razão de reiteradas tentativas da administração tributária de restringir o aproveitamento de créditos legítimos.

Essa prática, além de violar a lógica da não cumulatividade, gera cobrança em duplicidade e impõe custos financeiros desnecessários a empresas que apenas registram créditos, sem qualquer impacto real sobre a arrecadação. A antecipação da glosa cria incerteza regulatória, eleva litigiosidade no CARF e obriga contribuintes a manter depósitos e garantias onerosas em torno de créditos “de papel”.

O dispositivo ora proposto preserva o poder de fiscalização da Receita Federal, que continuará apta a glosar créditos e lavrar autos quando houver efetiva compensação, mas evita sanções desproporcionais antes de qualquer benefício econômico. Ao concentrar a fiscalização no momento da utilização do crédito, a medida melhora o ambiente de negócios, reduz o contencioso administrativo e judicial e aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação sobre valor agregado.

Mais do que uma correção técnica, trata-se de medida com impacto estratégico no contexto do tarifaço norte-americano, que levou à edição da MP nº 1.309/2025. Se os Estados Unidos impõem barreiras unilaterais para enfraquecer a competitividade brasileira, o Brasil não pode, internamente, impor obstáculos adicionais que minam a liquidez e a segurança jurídica de suas empresas. Essa emenda garante coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, fortalecendo a resiliência do setor produtivo em um cenário de disputas internacionais.

Do ponto de vista macroeconômico, a proposta elimina custos inúteis, melhora a alocação de recursos da fiscalização e favorece investimentos, sobretudo de startups e pequenas empresas, que são mais vulneráveis a longos litígios. Em linha com a reforma tributária em curso,



a medida reforça a previsibilidade do sistema, reduz incertezas e protege a competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5987821778>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Revoga-se o artigo 74-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do art. 74-A da Lei nº 9.430/1996, introduzido pela Lei nº 14.873/2024, que impôs limite mensal à compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

A restrição criada pelo dispositivo em questão representa grave retrocesso em matéria de segurança jurídica e respeito à coisa julgada. O crédito tributário decorrente de decisão definitiva do Poder Judiciário constitui direito líquido e certo do contribuinte, não podendo ser artificialmente limitado por ato infralegal do Ministro da Fazenda. Tal limitação converte uma vitória judicial em um benefício esvaziado, diluído no tempo, que impede o contribuinte de obter o pleno efeito econômico da decisão que lhe foi favorável.

Além da violação à coisa julgada, a medida fere os princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco, ao impor ao contribuinte custos financeiros desnecessários, obrigando-o a manter débitos em aberto ou a recorrer



a endividamento enquanto seus créditos legítimos permanecem represados pela trava mensal.

O contexto atual do tarifaço norte-americano – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça a urgência da supressão desse dispositivo. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem a competitividade das empresas nacionais, é incoerente manter entraves internos que drenam liquidez, aumentam incerteza regulatória e comprometem a capacidade de reação do setor produtivo. Ao contrário: é preciso devolver previsibilidade e confiança, assegurando que créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário cumpram imediatamente seu papel de neutralizar a carga tributária.

Do ponto de vista macroeconômico, a supressão do art. 74-A não representa renúncia de receita, mas apenas a restituição tempestiva de valores que a União foi condenada judicialmente a devolver. Sua manutenção apenas alonga artificialmente a execução das decisões judiciais e amplia a litigiosidade, criando um passivo desnecessário para empresas e para o próprio Estado.

Em síntese, ao eliminar o limite mensal para a compensação de créditos judiciais, esta emenda fortalece a segurança jurídica, reduz distorções econômicas, melhora a liquidez das empresas e contribui para a resiliência do Brasil frente ao cenário adverso do comércio internacional. Trata-se de medida que complementa os objetivos centrais da MP nº 1.309/2025, ao reforçar a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário e pelo prazo de até 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos destinados ao mercado dos Estados Unidos da América tenham sido comprovadamente afetados pelo aumento tarifário imposto por aquele país.

§ 1º. O crédito será calculado sobre os insumos empregados na produção de bens ou na prestação de serviços vinculados a tais pedidos, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos a partes relacionadas situadas fora do território nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir, pelo prazo de até 12 meses, um crédito de PIS/Pasep e da Cofins em favor de pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos ao mercado norte-americano



tenham sido impactados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia de fornecedores de insumos e serviços vinculados às encomendas destinadas ao mercado americano. Esses fornecedores, muitas vezes pequenas e médias empresas, sofrem efeitos imediatos com a redução ou cancelamento de pedidos, absorvendo custos fixos e estoques sem a correspondente geração de receita.

O crédito temporário proposto atua como medida compensatória e de preservação da base produtiva, ao devolver liquidez e neutralizar parte da carga tributária incidente sobre os insumos empregados na produção de bens e serviços afetados pelo tarifaço. Trata-se de medida de natureza emergencial, voltada a assegurar a continuidade da atividade econômica, a manutenção de empregos e a proteção de setores estratégicos da economia nacional diante de agressões comerciais externas.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas mecanismo transitório de compensação, limitado a 12 meses e sujeito a critérios de elegibilidade e controle a serem definidos pelo Ministério da Fazenda. Do ponto de vista econômico, permite que empresas mantenham capacidade operacional até que o setor produtivo consiga redirecionar sua produção para outros mercados, mitigando os efeitos do choque externo sobre a balança comercial e sobre o nível de atividade interna.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço dos EUA busca fragilizar a competitividade brasileira, o crédito presumido temporário devolve liquidez à cadeia produtiva, preserva empregos e garante resiliência ao setor exportador e seus fornecedores, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º. O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda institui, pelo prazo de 12 meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins, limitado ao valor global de R\$ 2 bilhões, destinado às pessoas jurídicas da cadeia de exportação de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose.

A medida se justifica pelo contexto excepcional criado pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou abruptamente em até 50% as tarifas incidentes sobre exportações brasileiras desses setores estratégicos. A agressão comercial norte-americana compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia produtiva que lhes fornece insumos, serviços e bens intermediários, gerando cancelamento de pedidos, acúmulo de estoques e perda de liquidez.

O crédito outorgado proposto funciona como mecanismo de compensação emergencial, devolvendo liquidez e preservando margens em segmentos que têm papel decisivo para a balança comercial e para a segurança econômica do país. Café, carnes, suco de laranja, celulose e frutas tropicais não apenas sustentam parte expressiva do superávit externo, mas também garantem milhões de empregos diretos e indiretos no campo e na indústria.

Do ponto de vista fiscal, a medida não constitui renúncia permanente de receita, mas apoio temporário e focalizado, com limite global definido em R\$ 2 bilhões e critérios de elegibilidade a serem estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Assim, assegura previsibilidade, controle orçamentário e compatibilidade com a responsabilidade fiscal.

Sob a ótica econômica, a medida garante fôlego financeiro às empresas até que consigam redirecionar fluxos comerciais para outros mercados, evitando um choque de produção e de emprego que poderia aprofundar os efeitos do tarifaço. Além disso, reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se os Estados Unidos buscam enfraquecer a competitividade brasileira por meio de tarifas punitivas, cabe ao Brasil proteger sua base produtiva e assegurar resiliência.



Em síntese, esta proposta protege setores-chave do agronegócio brasileiro, preserva empregos, garante liquidez e fortalece a capacidade do país de enfrentar agressões externas sem comprometer a sustentabilidade fiscal. Por essas razões, a emenda merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por até um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime de drawback, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendido os seguintes critérios:

I – o beneficiário seja exportador que, nos últimos 12 meses, tenha realizado exportações para adquirente localizado nos Estados Unidos da América; e

II – o produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§1º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§2º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecida no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.



JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios abertos que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente, podendo dificultar ou inviabilizar seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de pescados classificados nos Capítulos 3 e 16 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda

norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. X. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime aduaneiro especial de drawback, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendidos os seguintes critérios:

I - os compromissos de exportação em aberto para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros;

II - a análise de encerramento do ato concessório não tenha sido concluída pela autoridade competente na data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se também aos prazos de suspensão de tributos previstos nos atos concessórios titulados por empresas fabricantes-intermediários com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras, para emprego ou consumo na industrialização de produto final cujo compromisso de exportação para os Estados Unidos da América seja comprovadamente afetado por

medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.

§ 2º A prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos de que trata este artigo fica condicionada à apresentação à autoridade competente de:

I – Documentos de qualquer natureza, inclusive histórico de exportações para os Estados Unidos, que demonstrem a intenção comercial, preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória, de venda para os Estados Unidos da América dos produtos objeto dos compromissos de exportação assumidos no ato concessório; e

II – O produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§3º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§4º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecido no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente e que podem impedir o acesso aos exportadores, dificultando ou inviabilizando seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Importa destacar que os atos concessórios de Drawback são firmados considerando-se o histórico comercial com as empresas estrangeiras e cujo

cumprimento deverá ocorrer em até 2 (dois) anos. Portanto, todos os atos concessórios vigentes são impactados pelo aumento tarifário, porque resultam de negociações de médio prazo e não apenas os compromissos vencíveis até dezembro de 2025.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

§1º Os créditos serão calculados sobre o volume de exportação realizado nos últimos 12 (doze) meses da publicação dessa lei.

§2º. Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja e café destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores

nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA SUBSTITUTIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Substitua-se o §1º do artigo 1º da Medida Provisória nº 1309/2025, passando a ter o seguinte texto:

Art. 1º.....

.....

§1º As pessoas jurídicas exportadoras ou integrantes de sua cadeia de fornecimento, comprovadamente impactadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, terão prioridade no processo de restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como poderão diferir o prazo de vencimento de tributos federais e de prestações relacionadas à dívida ativa da União, por até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do vencimento original, aplicando-se de forma automática, independentemente de regulamentação por ato do Poder Executivo, cabendo à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apenas a operacionalização do procedimento.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar maior efetividade às medidas previstas no art. 1º, §1º da MP nº 1.309/2025, estabelecendo que a prioridade na restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como o diferimento de tributos federais



e prestações da dívida ativa da União, seja autoaplicável e com prazo definido de 120 dias.

O texto original condiciona tais benefícios a ato do Ministro da Fazenda, criando incerteza quanto à sua efetiva implementação e alcance. No atual contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou drasticamente as tarifas sobre exportações brasileiras, a previsibilidade e a imediata aplicação das medidas são fundamentais para assegurar liquidez e fôlego financeiro às empresas afetadas.

O prazo de 120 dias garante equilíbrio entre a necessidade de suporte emergencial às empresas e a responsabilidade fiscal, funcionando como mecanismo temporário de ajuste de fluxo de caixa. Além disso, reduz litígios e burocracia, uma vez que o direito passa a ser exercido automaticamente, cabendo ao fisco apenas sua execução administrativa.

Em síntese, a emenda reforça o espírito da MP nº 1.309/2025, conferindo segurança jurídica e agilidade na resposta do Estado brasileiro frente às barreiras comerciais externas. Se o tarifaço busca fragilizar a competitividade do Brasil, cabe ao país assegurar instrumentos imediatos de proteção e resiliência para os seus exportadores e fornecedores.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º. A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º. A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º. Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a instituírem modalidade de transação tributária específica, voltada a exportadores e fornecedores diretamente impactados pelo tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto das tarifas sobre produtos brasileiros ameaça a sustentabilidade financeira de setores estratégicos do agronegócio e da indústria, que enfrentam simultaneamente queda nas receitas externas e necessidade de adaptação de suas linhas de produção. Nesse contexto, a transação tributária surge como instrumento adequado de recomposição, pois possibilita a regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas.

A proposta prevê condições diferenciadas, como entrada reduzida, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, além de descontos em multas e juros, de forma a compatibilizar a exigência de arrecadação com a realidade econômica excepcional vivida pelas empresas. Em contrapartida, a manutenção ou ampliação de empregos é estabelecida como condição essencial, assegurando que os benefícios concedidos se revertam em ganhos sociais concretos.

Do ponto de vista fiscal, a medida não representa renúncia, mas recuperação de créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis em razão da crise de liquidez enfrentada pelos exportadores. Do ponto de vista econômico, preserva a capacidade produtiva, sustenta empregos e garante que empresas brasileiras possam enfrentar a adversidade sem recorrer a encerramento de atividades ou redução drástica de operações.

Em síntese, a transação tributária específica proposta representa uma resposta ágil e equilibrada do Estado brasileiro: ao mesmo tempo em que oferece fôlego às empresas atingidas pelo tarifaço, reforça a arrecadação futura e protege



empregos, alinhando-se plenamente aos objetivos da MP nº 1.309/2025 de defesa da soberania econômica e da competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5926673644>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º. A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º. Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a depreciação acelerada de investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção realizados por empresas brasileiras que necessitam redirecionar exportações ou abrir novos mercados em razão do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros ameaça cadeias produtivas inteiras, tornando urgente a diversificação de destinos comerciais. Contudo, a adaptação de linhas produtivas, a aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias para atender mercados alternativos demandam elevado volume de capital. A depreciação acelerada é instrumento fiscal consagrado, utilizado em diversos países como mecanismo de incentivo ao investimento produtivo em cenários de crise ou de transição tecnológica.

Ao permitir a dedução integral do valor do investimento no período em que o bem ou a adaptação entrar em operação, a medida reduz o custo de capital, antecipa o benefício fiscal e melhora a liquidez das empresas, garantindo condições para a rápida readequação de sua produção e a preservação de sua competitividade internacional.

Do ponto de vista fiscal, a medida não implica renúncia permanente de receita, mas apenas diferimento temporal: a União arrecadará o mesmo montante ao longo do tempo, apenas postergando parte da arrecadação em benefício da recuperação imediata do setor produtivo. Do ponto de vista econômico, representa estímulo direto à inovação, à modernização da indústria e à abertura de novos mercados, preservando empregos e assegurando resiliência nacional frente às barreiras externas.

Em síntese, esta emenda fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço busca limitar o acesso do Brasil ao mercado americano, cabe ao país apoiar seus exportadores



e fornecedores na conquista de novos mercados e na adaptação de suas cadeias produtivas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2050642155>



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. Xº - O artigo 5º, da Lei n. 12.599/2012, passa a vigorar com a seguinte disposição:

Art. 5º

§ 1º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre a receita de exportação dos produtos classificados no código 0901.1 da Tipi, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

(...)

§ 7º Haverá pagamento de 80% (oitenta por cento) dos créditos previstos, no prazo de até 30 dias, do pedido de ressarcimento, independentemente de fiscalização.

§ 8º O saldo remanescente será objeto de posterior pagamento em até 180 dias, caso não exista fiscalização em andamento.



§ 9º Eventual despacho decisório quanto ao ressarcimento de crédito presumido, inclusive, de forma antecipada, está sujeito ao processo administrativo fiscal do Decreto n. 70.235/72.

§ 10 Os pagamentos a título de ressarcimento não poderão ser objeto de compensação de ofício, salvo anuência do contribuinte, nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito (art. 151, do Código Tributário Nacional) ou em razão de dívida objeto de garantia e discussão em juízo por meio de medida judicial, inclusive, embargos à execução fiscal.

JUSTIFICAÇÃO

O setor cafeeiro, com o surgimento da Lei n. 12.599/2012, recebeu disciplina específica quanto à previsão de crédito presumido de PIS/COFINS em suas operações.

Esta previsão, embora não suficiente para cumprir efetivamente a não cumulatividade, eliminando os resíduos tributários da operação, especialmente, na exportação, foi um importante passo à época para o setor, dada sua relevância no mercado exterior.

Todavia, o setor atualmente enfrenta dois grandes problemas, sendo, de imediato o “Tarifaço” imposto ao café brasileira pelo Governo dos Estados Unidos da América, majorando significativamente o custo da operação para aquele país.

Na relação comercial cafeeira entre EUA e Brasil, as nações são imprescindíveis uma à outra, uma vez que os cafés brasileiros representam uma fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano, sendo o principal fornecedor ao país, ao passo que os EUA respondem por 16% das exportações do produto nacional, cerca de USD 2 bilhões, sendo o principal destino de nossas exportações.

A medida adotada gerará um grave e irreparável prejuízo ao setor, refletindo em perda de investimentos a curto prazo, demissões, endividamento,



entre outros reflexos econômicos e sociais, que serão potencializados pelo atual momento que vive a economia nacional.

Ademais, houve a aprovação da Reforma Tributária para o Consumo (EC 312/2023), que começará a vigorar em 2026, com relevante alteração em 2027, quando o PIS/COFINS será extinto e surgirá em substituição a CBS.

Sendo assim, o setor cafeeiro não terá, a partir de 2027, tais créditos presumidos que, em comparação à carga fiscal que haverá com a CBS, gerará um efetivo aumento de tributação, além de relevante impacto de imediato no fluxo de caixa da cadeia, de tal sorte que o ajuste até 31 de dezembro de 2026 seria uma medida paliativa adicional para atenuar este reflexo negativo que ocorrerá em breve.

Diante deste contexto fático e jurídico, foi sugerida a alteração da Lei n. 12.599/2012, aumentando os percentuais de crédito presumido de PIS/COFINS, até 31 de dezembro de 2026, bem como garantindo efetiva e imediato ressarcimento em pecúnia, como alternativa paliativa ao setor visando atenuar os efeitos do tarifaço e breve impacto da Reforma Tributária.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda



norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º.....

.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias primas;

.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;

.....

VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;

.....

XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;

.....



XLIII – Substratos para plantas;

XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen

de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico

e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e

ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

XLV – produtos de uso veterinário essenciais para a sanidade e produtividade do rebanho bovino, incluindo vacinas, medicamentos de uso sistêmico e insumos para biossegurança das instalações de criação e abate;

XLVI – material genético bovino, incluindo sêmen, embriões e outros insumos para reprodução animal, destinados ao melhoramento genético e à eficiência da produção de carne;

XLVII – aditivos zootécnicos e tecnológicos, utilizados na alimentação e manejo de bovinos, que comprovadamente melhorem a conversão alimentar e a qualidade da carne.

.....

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e



II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art.XX As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1o da Lei no 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa de Seção 1 aponta que a ampliação da alíquota zero "corrige, antes de tudo, uma distorção" e visa mitigar "a inflação do setor" e "eleva o custo de produção". Ao detalhar e incluir explicitamente produtos veterinários essenciais, material genético e aditivos zootécnicos, a emenda reduz custos diretos e indiretos para os produtores de carne bovina. Isso "estimula a adoção de tecnologias sustentáveis" e moderniza o setor, aumentando a produtividade e a qualidade da carne brasileira, o que é fundamental para a competitividade internacional. Além disso, garante que a "dependência externa em fertilizantes e corretivos" não seja apenas o foco, mas que insumos biológicos e genéticos, que contribuem para a soberania nacional em termos de produção de alimentos de alto valor, também sejam incentivados.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º. O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.



§ 5º Para as pessoas jurídicas da cadeia de exportação de carnes bovinas aos Estados Unidos da América, o crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins poderá ser instituído em caráter excepcional por um prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, e o limite global estabelecido no caput poderá ser revisto ou alocado especificamente para este setor, mediante análise e comprovação do impacto das tarifas adicionais, a ser definido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Agricultura e Pecuária.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa presente na Seção 8 destaca que o "tarifaço" afeta a "toda a cadeia produtiva" e que o crédito outorgado funciona como "mecanismo de compensação emergencial". O setor de carnes bovinas representa uma fatia substancial das exportações brasileiras e é um dos maiores geradores de empregos no campo e na indústria. A extensão do prazo para 24 meses, alinhada com as propostas para café e laranja (Seções 12 e 13), oferece maior previsibilidade e segurança jurídica para investimentos de longo prazo e estratégias de diversificação de mercado. Além disso, a flexibilização ou aumento do limite global de crédito para este setor em particular reconhece sua relevância estratégica e a necessidade de um apoio proporcional ao seu impacto econômico e à complexidade de sua cadeia de valor. Isso "garante fôlego financeiro às empresas" e "preserva a base produtiva", conforme o espírito da MP.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados, incluindo modernização de plantas frigoríficas para atender padrões sanitários e de qualidade internacionais, poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º. A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação, sempre que vinculada a investimentos que ampliem a capacidade de acesso a novos mercados ou atendam a novas exigências regulatórias internacionais.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º. Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.



JUSTIFICAÇÃO

A justificativa de Seção 9 menciona que a "adaptação de linhas produtivas" e a "aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias" demandam capital. Para a carne bovina, a capacidade de se adaptar a novos mercados muitas vezes depende da conformidade com requisitos sanitários rigorosos (como os da União Europeia, China, ou países árabes). A depreciação acelerada para investimentos em tecnologia de processamento, embalagem, rastreabilidade e sistemas de qualidade em frigoríficos não só "reduz o custo de capital" e "melhora a liquidez das empresas", mas também eleva o padrão de toda a cadeia, tornando-a mais resiliente a barreiras fitossanitárias ou não-tarifárias, além das tarifas. Isso está em consonância com o objetivo de "preservar a sua competitividade internacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º. A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º. A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º. Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação;

§ 4º Para as empresas produtoras e exportadoras de **carnes bovinas** e seus fornecedores diretamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, as condições de transação tributária poderão prever a



utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de **até 90% (noventa por cento)** do valor consolidado da dívida, além de um prazo de carência para o início dos pagamentos de até 6 (seis) meses, a fim de assegurar a recuperação da liquidez e a manutenção dos níveis de emprego.

JUSTIFICAÇÃO

A Seção 10 justifica a transação tributária como um instrumento para "regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas" e para a "manutenção ou ampliação do número de empregos diretos." A indústria da carne bovina, com sua extensa cadeia de valor e sua significativa contribuição para o emprego, pode enfrentar desafios financeiros substanciais sob o impacto das tarifas. Permitir a utilização de uma porcentagem maior de prejuízos fiscais e uma carência para o início dos pagamentos proporciona um alívio financeiro mais substancial e imediato. Isso se alinha ao objetivo de "recuperar créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis" e "preservar a capacidade produtiva", oferecendo um "fôlego financeiro às empresas" em um momento de crise.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café, e carnes bovinas, classificadas nos códigos NCM 0201 e 0202.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, café e carnes bovinas destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado. **Similarmente, o setor de carnes bovinas (NCM 0201 e 0202) representa uma fatia significativa e estratégica das exportações brasileiras para os EUA, impactando diretamente milhares de empregos e a balança comercial.**

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a **setores específicos** diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América classificadas como carnes bovinas e seus produtos, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil deverá estabelecer um processo de análise e ressarcimento de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins com prioridade máxima e simplificação de procedimentos, visando à conclusão em até 15 (quinze) dias úteis após o pedido, mediante comprovação de elegibilidade.

JUSTIFICAÇÃO

A Seção 15 enfatiza que "a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência", especialmente em um cenário de "perda de mercado externo" e "risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos." A indústria de carne bovina opera com margens muitas vezes ajustadas e um alto volume de capital de giro. A agilidade extrema na liberação de créditos não é apenas um benefício, mas uma necessidade para manter a liquidez. Um prazo de 15 dias úteis, ou uma prioridade formalmente estabelecida,



transformaria "créditos legítimos em 'ativos de papel'" em capital circulante de forma eficaz, atuando como uma "injeção rápida de capital de giro, essencial para a manutenção das atividades exportadoras", conforme a própria justificativa da emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

EMENDA ADITIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estabelece, em caráter excepcional, que nos anos de 2025 e 2026 a devolução de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins às pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América seja obrigatoriamente efetuada no prazo máximo de 30 dias após o pedido.

O fundamento da proposta é a necessidade de dar resposta imediata ao tarifação imposto pelos Estados Unidos, que elevou de forma abrupta as tarifas de importação sobre produtos brasileiros, comprometendo a competitividade e a liquidez das empresas exportadoras. No cenário atual, em que a perda de mercado externo representa risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos, a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência.



Hoje, o processo de ressarcimento de créditos de PIS/Cofins é marcado por burocracia e longos prazos de análise, o que transforma créditos legítimos em “ativos de papel”, sem efeito prático sobre o fluxo de caixa das empresas. Ao determinar prazo certo de 30 dias, a emenda torna o direito efetivo e autoaplicável, reduzindo incertezas e devolvendo liquidez imediata às empresas.

Do ponto de vista fiscal, não há renúncia de receita, mas apenas a aceleração da restituição de valores que já pertencem ao contribuinte. Do ponto de vista econômico, a medida funciona como injeção rápida de capital de giro, essencial para a manutenção das atividades exportadoras e para a busca de novos mercados diante das barreiras impostas pelos EUA.

Em síntese, a proposta confere efetividade ao direito do exportador, garante previsibilidade e segurança jurídica e fortalece a resiliência da base produtiva nacional contra os efeitos do tarifaço, razão pela qual merece acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se ao Capítulo II da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, o art. 4º-A, com a seguinte redação:

Art. 4º-A. O despacho aduaneiro de exportação de remessas internacionais poderá ser processado por meio da Declaração de Remessa de Exportação – DRE, até o limite de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, por remessa, nas exportações realizadas:

I – por pessoa jurídica ou por produtor rural, artesão, artista ou assemelhado, na forma da legislação específica; ou

II – por pessoa física, desde que a operação não caracterize destinação comercial ou fins industriais.

§ 1º O disposto no caput observará as demais condições previstas na legislação e no regulamento aplicáveis às exportações por remessa internacional.

§ 2º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil adequará, no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação desta Lei, os seus atos normativos, inclusive a Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, para a fiel execução deste artigo.

§ 3º Ficam revogadas as disposições em contrário constantes de atos infralegais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se sem prejuízo das demais condições previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, e na legislação específica aplicável às exportações.



JUSTIFICAÇÃO

Período excepcional demanda ajuste fino e imediato. Desde 30/07/2025, os Estados Unidos anunciaram medidas unilaterais com tarifa adicional de até 50% sobre produtos brasileiros e, em paralelo, suspenderam o regime de *de minimis* (\leq US\$ 800) para todas as origens, com vigência a partir de 29/08/2025. Tal cenário encarece a entrada naquele mercado, especialmente para operações de menor valor — justamente onde atuam micro e pequenos exportadores. Cumpre ao Brasil, portanto, facilitar a saída: a atualização do teto da DRE de US\$ 1.000 para **US\$ 10.000** é medida célere, simples e de elevado impacto.

A MP nº 1.309/2025 já oferece o suporte normativo: seu Capítulo II trata de ações de apoio a atividades e empresas exportadoras brasileiras. Inserir nesse capítulo o novo limite da DRE alinha a política aduaneira ao objetivo do texto: **agilidade, preservação de competitividade e mitigação de choques externos**. Trata-se de microregulação de baixo custo fiscal e de efeito imediato sobre o fluxo de caixa.

O público-alvo é claro e numeroso. O ano de 2024 encerrou com **28.847 empresas exportadoras**, recorde histórico. Entre elas, micro e pequenas empresas operam com tíquete médio menor e elevada sensibilidade a custos e prazos. Em valores, **MEI/Micro** exportaram **US\$ 910,3 milhões** e **Pequenas, US\$ 1,7 bilhão** (MDIC). Os Estados Unidos são destino-chave: estudos oficiais e de inteligência indicam parcela expressiva de exportadoras brasileiras com vendas para aquele mercado — com destaque para **9.553 empresas** em 2024 no recorte MDIC-Amcham — e posição de liderança em bens de maior valor agregado. Em síntese: se o principal destino endurece a entrada, cabe-nos **destravar a saída**.

No plano setorial, a medida alcança precisamente os itens com perfil de MPE que utilizam *courier* e sofrem com burocracia: **alimentos e bebidas especiais, moda, cosméticos, design/casa & decoração e artesanato qualificado**. Ao mesmo tempo, preserva a competitividade de **manufaturados e bens de maior conteúdo tecnológico** com forte presença nos EUA (aeronaves e partes, máquinas e equipamentos/elétricos, químicos, preparados alimentícios) e de **commodities processadas** (celulose, café, carne bovina). O próprio MDIC detalhou a cesta exportadora e os capítulos mais afetados/isentados nas novas

tarifas, reforçando a urgência de uma válvula doméstica de escoamento com menor fricção.

Por que US\$ 10 mil? Porque o teto de **US\$ 1.000** está defasado pela inflação internacional e pelo aumento de **frete/seguro**; porque a **consolidação de pedidos** reduz custo unitário de envio; e porque retirar barreiras procedimentais de quem vende pouco e com frequência é a forma mais eficiente de proteger margem. Com o *de minimis* suspenso nos EUA, a alternativa para o pequeno é **agregar carrinhos e redirecionar mercados** — o que só se sustenta se a saída no Brasil não travar no balcão. É exatamente o que a atualização do **teto** entrega.

A Medida Provisória, com força de lei (art. 62 da Constituição Federal), pode **fixar parâmetros legais** para o despacho por remessa internacional e determinar a **adequação dos atos infralegais** (v.g., IN RFB nº 1.737/2017). O encaixe no Capítulo II evita dispersão normativa e ancora a alteração no bloco de medidas de apoio previsto na própria MP. **Resultados esperados:** menor custo de conformidade, liberação mais rápida, preservação de margens e manutenção de empregos — sobretudo entre MPE.

Em termos claros: os EUA **fecharam a janela** do *de minimis*; nós **abrimos a porta** da DRE. Medida **simples, proporcional e imediatamente útil** para quem mais precisa.

Referências:

Casa Branca – Ordem Executiva (30/07/2025) suspendendo o **de minimis** (≤ US\$ 800) a partir de **29/08/2025**. [The White House](#)

White House – Fact Sheet sobre suspensão do *de minimis* e marcos de vigência. [The White House](#)

Hogan Lovells – Alerta jurídico (resumo técnico da medida). www.hoganlovells.com

White & Case – Insight (detalhes de escopo e data de vigência). [White & Case](#)

DHS – Release sobre o fim do *de minimis*. [U.S. Department of Homeland Security](#)



MDIC – Nota oficial sobre a ordem executiva dos EUA e produtos/percentuais alcançados. [Serviços e Informações do Brasil Agência Gov](#)

MDIC – Recorde de empresas exportadoras (2024). [Serviços e Informações do Brasil+1](#)

MDIC–Amcham – Empresas brasileiras que exportam para os EUA (estudo) e foco em bens de maior valor agregado. [Serviços e Informações do Brasil](#)

ApexBrasil – Dia Internacional das MPEs / apoio a MPEs. [ApexBrasil](#)

Cesta de produtos e capítulos tarifários (MDIC) – top itens e enquadramentos por capítulo. [Serviços e Informações do Brasil](#)

Amcham – Monitor do Comércio BR–EUA (jul/2025) – dinâmica recente por produto. mkt.amcham.com.br [Amcham Brasil](#)

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação ao inciso II do caput do art. 1º, ao caput do art. 10 e ao § 2º do art. 10; e acrescentem-se § 4º ao art. 10 e Capítulo VIII-1 antes do art. 11 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art.

1º.....

II – ações de apoio a atividades e empresas
exportadoras brasileiras, que exportem de maneira direta ou
indireta;.....”

“Art. 10. Os prazos de suspensão de tributos previstos
nos atos concessórios do regime aduaneiro especial de drawback, de
que trata o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, poderão
ser prorrogados, em caráter excepcional, por mais dois anos, desde
que:.....

§ 2º O prazo de prorrogação excepcional de dois anos será
contado a partir da data do termo da vigência improrrogável do ato
concessório.....

§ 4º Ao final do prazo estipulado no caput desde Artigo, acaso
as atividades de exportação comprovadamente estejam inviabilizadas, será
concedido prazo não prorrogável de 06 (seis) meses para a utilização dos
produtos intermediários em vendas no mercado interno.”

“CAPÍTULO VIII-1 DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE
RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL



Art. 0. Como forma de estímulo à manutenção ou ampliação do número de empregos, fica autorizada a moratória no prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias patronais e contribuições ao FGTS no prazo de 06 meses, a contar do dia 06 de agosto de 2025, para as atividades produtivas de produtores e pessoas jurídicas que exportem de forma direta ou indireta e que foram impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre as exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.”

JUSTIFICAÇÃO

As empresas comerciais exportadoras vendem produção própria e de terceiros.

Sendo assim, muitas atividades e empresas não possuem condições financeiras e estrutura capaz de exportar de forma direta. Desta feita, realizam a exportação de seus produtos através de terceiros.

Portanto, há necessidade de estender o conceito de empresa exportadora, para abarcar aquelas que possuem suas produções destinadas à exportação, mas que precisam vender suas produções para outras empresas que realizarão à exportação de forma direta.

O prazo de um ano constante na redação original do Artigo 10 da presente Medida Provisória é demasiadamente exíguo para muitas atividades exportadoras conseguirem abrir novos mercados no exterior para seus produtos, justificando-se o aumento no prazo.

A moratória de 06 (seis) meses no prazo para pagamento das contribuições previdenciárias patronais ensejará um alívio no fluxo de caixa das atividades e empresas exportadoras tuteladas por esta Medida Provisória e garantirá a manutenção de empregos.

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7388850224>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América classificadas como carnes bovinas e seus produtos, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil deverá estabelecer um processo de análise e ressarcimento de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins com prioridade máxima e simplificação de procedimentos, visando à conclusão em até 15 (quinze) dias úteis após o pedido, mediante comprovação de elegibilidade.

JUSTIFICAÇÃO

A Seção 15 enfatiza que "a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência", especialmente em um cenário de "perda de mercado externo" e "risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos." A indústria de carne bovina opera com margens muitas vezes ajustadas e um alto volume de capital de giro. A agilidade extrema na liberação de créditos não é apenas um benefício, mas uma necessidade para manter a liquidez. Um prazo de 15 dias úteis, ou uma prioridade formalmente estabelecida,



transformaria "créditos legítimos em 'ativos de papel'" em capital circulante de forma eficaz, atuando como uma "injeção rápida de capital de giro, essencial para a manutenção das atividades exportadoras", conforme a própria justificativa da emenda.

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8267547138>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café, e carnes bovinas, classificadas nos códigos NCM 0201 e 0202.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, café e carnes bovinas destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado. **Similarmente, o setor de carnes bovinas (NCM 0201 e 0202) representa uma fatia significativa e estratégica das exportações brasileiras para os EUA, impactando diretamente milhares de empregos e a balança comercial.**

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a **setores específicos** diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º. A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º. A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º. Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação;

§ 4º Para as empresas produtoras e exportadoras de **carnes bovinas** e seus fornecedores diretamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, as condições de transação tributária poderão prever a



utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de **até 90% (noventa por cento)** do valor consolidado da dívida, além de um prazo de carência para o início dos pagamentos de até 6 (seis) meses, a fim de assegurar a recuperação da liquidez e a manutenção dos níveis de emprego.

JUSTIFICAÇÃO

A Seção 10 justifica a transação tributária como um instrumento para "regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas" e para a "manutenção ou ampliação do número de empregos diretos." A indústria da carne bovina, com sua extensa cadeia de valor e sua significativa contribuição para o emprego, pode enfrentar desafios financeiros substanciais sob o impacto das tarifas. Permitir a utilização de uma porcentagem maior de prejuízos fiscais e uma carência para o início dos pagamentos proporciona um alívio financeiro mais substancial e imediato. Isso se alinha ao objetivo de "recuperar créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis" e "preservar a capacidade produtiva", oferecendo um "fôlego financeiro às empresas" em um momento de crise.

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2061156872>



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados, incluindo modernização de plantas frigoríficas para atender padrões sanitários e de qualidade internacionais, poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º. A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação, sempre que vinculada a investimentos que ampliem a capacidade de acesso a novos mercados ou atendam a novas exigências regulatórias internacionais.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º. Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.



JUSTIFICAÇÃO

A justificativa de Seção 9 menciona que a "adaptação de linhas produtivas" e a "aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias" demandam capital. Para a carne bovina, a capacidade de se adaptar a novos mercados muitas vezes depende da conformidade com requisitos sanitários rigorosos (como os da União Europeia, China, ou países árabes). A depreciação acelerada para investimentos em tecnologia de processamento, embalagem, rastreabilidade e sistemas de qualidade em frigoríficos não só "reduz o custo de capital" e "melhora a liquidez das empresas", mas também eleva o padrão de toda a cadeia, tornando-a mais resiliente a barreiras fitossanitárias ou não-tarifárias, além das tarifas. Isso está em consonância com o objetivo de "preservar a sua competitividade internacional.

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º. O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou

serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.

§ 5º Para as pessoas jurídicas da cadeia de exportação de carnes bovinas aos Estados Unidos da América, o crédito outorgado de PIS/Pasep e da



Cofins poderá ser instituído em caráter excepcional por um prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, e o limite global estabelecido no caput poderá ser revisto ou alocado especificamente para este setor, mediante análise e comprovação do impacto das tarifas adicionais, a ser definido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Agricultura e Pecuária.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa presente na Seção 8 destaca que o "tarifaço" afeta a "toda a cadeia produtiva" e que o crédito outorgado funciona como "mecanismo de compensação emergencial". O setor de carnes bovinas representa uma fatia substancial das exportações brasileiras e é um dos maiores geradores de empregos no campo e na indústria. A extensão do prazo para 24 meses, alinhada com as propostas para café e laranja (Seções 12 e 13), oferece maior previsibilidade e segurança jurídica para investimentos de longo prazo e estratégias de diversificação de mercado. Além disso, a flexibilização ou aumento do limite global de crédito para este setor em particular reconhece sua relevância estratégica e a necessidade de um apoio proporcional ao seu impacto econômico e à complexidade de sua cadeia de valor. Isso "garante fôlego financeiro às empresas" e "preserva a base produtiva", conforme o espírito da MP.

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. XX. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º.....

.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias primas;

.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;

.....

VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;

.....



XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;

.....

XLIII – Substratos para plantas;

XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e

2309.90.30, e gérmen

de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico

e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e

ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

XLV – produtos de uso veterinário essenciais para a sanidade e produtividade do rebanho bovino, incluindo vacinas, medicamentos de uso sistêmico e insumos para biosseguridade das instalações de criação e abate;

XLVI – material genético bovino, incluindo sêmen, embriões e outros insumos para reprodução animal, destinados ao melhoramento genético e à eficiência da produção de carne;

XLVII – aditivos zootécnicos e tecnológicos, utilizados na alimentação e manejo de bovinos, que comprovadamente melhorem a conversão alimentar e a qualidade da carne.



.....

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo: I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e

II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art.XX As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa de Seção 1 aponta que a ampliação da alíquota zero "corrige, antes de tudo, uma distorção" e visa mitigar "a inflação do setor" e "eleva o custo de produção". Ao detalhar e incluir explicitamente produtos veterinários essenciais, material genético e aditivos zootécnicos, a emenda reduz custos diretos e indiretos para os produtores de carne bovina. Isso "estimula a adoção de tecnologias sustentáveis" e moderniza o setor, aumentando a produtividade e a qualidade da carne brasileira, o que é fundamental para a competitividade internacional. Além disso, garante que a "dependência externa em fertilizantes e corretivos" não seja apenas o foco, mas que insumos biológicos e genéticos, que contribuem para a soberania nacional em termos de produção de alimentos de alto valor, também sejam incentivados.

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Fica prorrogado por 6 (seis) meses o pagamento das parcelas de programas de refinanciamento de débitos dos contribuintes com a União, sem incidência de juros e multa, para as empresas com compromissos de exportação para os Estados Unidos da América e que sejam comprovadamente afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.”

JUSTIFICAÇÃO

A prorrogação, por seis meses, do prazo de vencimento das parcelas referentes a programas de refinanciamento de débitos com a União representa medida indispensável para oferecer alívio fiscal imediato às empresas exportadoras brasileiras que se encontram em situação de vulnerabilidade em razão de medidas unilaterais impostas pelos Estados Unidos da América contra produtos nacionais.

A iniciativa busca evitar que tais empresas, já prejudicadas pela redução de sua competitividade no mercado internacional, sejam ainda oneradas por dificuldades no cumprimento de compromissos fiscais. Ao conceder prazo adicional, cria-se um espaço de reorganização financeira, prevenindo a inadimplência e permitindo que os contribuintes mantenham sua regularidade perante o Fisco.



A medida contribui para a preservação da atividade produtiva, da manutenção de empregos e da continuidade das exportações, todos elementos essenciais para o equilíbrio da balança comercial e para a estabilidade macroeconômica do país. Ademais, reforça a sinalização de que o Estado brasileiro adota uma postura de parceria e apoio ao setor produtivo em situações excepcionais, buscando mitigar impactos externos sobre a economia doméstica.

Assim, a prorrogação temporária atende ao interesse público, ao mesmo tempo em que se mostra uma solução equilibrada e responsável, voltada a garantir a sustentabilidade financeira das empresas e a resiliência do setor exportador brasileiro em um contexto de adversidade internacional.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

O art. 1º da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, passa a vigorar acrescido do §1º-A, com a seguinte redação:

“Art.1º.....

.....

§ 1º-A Os tributos federais que tiverem o seu prazo de vencimento diferido, nos termos do § 1º, serão pagos em, no mínimo, 6 (seis) prestações mensais, sem a incidência de multas e juros, com vencimento após o fim do prazo do diferimento.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A medida proposta busca conferir maior segurança jurídica e fôlego financeiro às empresas brasileiras diretamente impactadas pelas recentes medidas unilaterais impostas pelos Estados Unidos da América contra produtos nacionais.

O dispositivo proposto, ao permitir que os tributos federais diferidos sejam pagos em, no mínimo, seis prestações mensais sem a incidência de multas e juros, com vencimento somente após o fim do prazo de diferimento, amplia a efetividade da política de diferimento ao transformar o alívio temporário em uma



condição sustentável de ajuste de caixa, contribuindo, ainda, para a preservação de empregos e da atividade produtiva nos setores mais afetados.

Sem essa flexibilização, as empresas correm o risco de enfrentar um acúmulo de obrigações no encerramento do prazo de diferimento. O parcelamento dos tributos federais, com início posterior ao diferimento, complementa a prorrogação, sem implicar renúncia de receita, uma vez que os tributos serão integralmente recolhidos, apenas em cronograma compatível com a nova realidade das empresas, protegendo a competitividade das empresas brasileiras no comércio internacional e mitigando os efeitos nocivos das medidas unilaterais adotadas pelos EUA.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. ____ Fica prorrogado por 6 (seis) meses o pagamento das parcelas de obrigações financeiras de financiamentos de bancos públicos e de desenvolvimento, sem incidência de juros e multa, para as empresas com compromissos de exportação para os Estados Unidos da América e que sejam comprovadamente afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.”

JUSTIFICAÇÃO

A prorrogação, por seis meses, das parcelas de obrigações financeiras relativas a financiamentos contratados junto a bancos públicos e de desenvolvimento, sem a incidência de juros e multa, constitui medida necessária para atenuar os efeitos econômicos das medidas unilaterais impostas pelos Estados Unidos da América contra produtos brasileiros.

O objetivo é oferecer às empresas exportadoras atingidas um período de alívio financeiro que possibilite reorganizar o fluxo de caixa, recompor capital de giro e preservar sua capacidade produtiva. Ao eliminar encargos adicionais nesse período de prorrogação, a iniciativa evita que dificuldades momentâneas se transformem em inadimplência permanente, o que poderia comprometer empregos, investimentos e a manutenção da competitividade internacional.

A medida também se justifica pela relevância estratégica do setor exportador para a economia brasileira. A postergação temporária das



obrigações contribui para preservar a confiança dos agentes econômicos, fortalece a continuidade das operações e sinaliza o compromisso do Estado em apoiar as empresas nacionais diante de circunstâncias externas excepcionais e imprevisíveis.

Dessa forma, a providência equilibra o interesse público de proteção da economia nacional com a responsabilidade fiscal, ao mesmo tempo em que assegura às empresas condições mais favoráveis para enfrentar e superar os impactos das barreiras comerciais impostas.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se ao art. 7º da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, novos incisos ao art. 54 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para que passe a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

.....

“Art. 54.....

.....

X – habilitar empresas ou seguradoras privadas para concessão de garantias em operações de crédito ao comércio exterior;

XI – realizar análise, acompanhamento, aprovação e emissão de garantias em operações de crédito ao comércio exterior.” (NR)” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da Emenda é aperfeiçoar o marco normativo do apoio oficial ao crédito à exportação, em dois aspectos fundamentais: (i) habilitação de financiadores e seguradores privados para operacionalização de modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação, de forma a conferir maior participação do setor privado; (ii) responsabilização equilibrada de agentes públicos.

Em relação à habilitação para modalidades indiretas, a abertura ao mercado amplia a concorrência e permite melhores condições de financiamento



e garantia, reduzindo custos e riscos para exportadores brasileiros, e, em paralelo, aumenta a celeridade para concessão de financiamentos às exportadoras brasileiras. Trata-se, portanto, de medida de fomento que contribui para a competitividade do país no comércio internacional, em linha com práticas adotadas em outros mercados de crédito à exportação.

Além disso, para maior segurança jurídica, a Emenda estabelece que os agentes públicos responsáveis por decisões técnicas no âmbito do apoio oficial ao crédito à exportação somente responderão pessoalmente em casos de dolo ou erro grosseiro. Essa previsão afasta a responsabilização automática por divergência de entendimento técnico ou por decisões de natureza discricionária, o que garante maior eficiência e celeridade na análise de operações.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. ____ A validade das certidões negativas de débito (CND) e certidões positivas com efeito de negativa (CPEN) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) será prorrogada por mais 120 (cento de vinte) dias, em caráter excepcional, para as empresas com compromissos de exportação para os Estados Unidos da América e que sejam comprovadamente afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.

Art. ____ O prazo para interrupção de financiamentos oficiais de empresas inscritas em Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) será prorrogado por mais 120 (cento de vinte) dias, em caráter excepcional, para as empresas com compromissos de exportação para os Estados Unidos da América e que sejam comprovadamente afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.”

JUSTIFICAÇÃO

As medidas propostas buscam conferir maior segurança jurídica e fôlego financeiro às empresas brasileiras diretamente impactadas pelas recentes medidas unilaterais impostas pelos Estados Unidos da América contra produtos nacionais.



A prorrogação excepcional da validade das certidões negativas de débito (CND) e das certidões positivas com efeito de negativa (CPEN) por mais 120 dias evita que empresas em situação regular, mas momentaneamente afetadas pelas barreiras externas, sofram restrições adicionais em operações financeiras e comerciais. Trata-se de instrumento essencial para preservar sua capacidade de honrar contratos, manter empregos e sustentar a continuidade de suas exportações.

De igual modo, a extensão do prazo de interrupção dos financiamentos oficiais para empresas inscritas no Cadin garante tempo adicional para reorganização financeira diante das dificuldades impostas pelo mercado internacional. A medida evita a paralisação de linhas de crédito estratégicas, assegurando condições para que essas companhias mantenham liquidez e preservem sua competitividade em cenário adverso.

Ambas as iniciativas são justificadas pelo interesse público em proteger a indústria exportadora nacional, resguardar empregos e reduzir os efeitos nocivos das práticas unilaterais adotadas contra produtos brasileiros. Ao conceder um prazo adicional de adaptação, o Governo Federal reforça sua atuação no sentido de mitigar impactos externos sobre a economia doméstica e garantir estabilidade às operações das empresas afetadas.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. ____ Os financiadores e seguradores privados poderão ser habilitados na condição de operadores de modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação, visando à atração do mercado privado para a oferta de melhores condições de financiamento e garantia à exportação.

Parágrafo Único: A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias estipulará ato normativo para a habilitação de operadores em modalidades indiretas de apoio oficial ao crédito à exportação.

Art. ____ Os agentes públicos envolvidos na tomada de decisão em atividades de apoio oficial ao crédito à exportação somente serão responsabilizados pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a responsabilização dos agentes públicos de que trata o *caput*, inclusive no que se refere à definição de dolo ou erro grosseiro.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda permite que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) possa habilitar seguradoras privadas e realizar a



análise, aprovação e emissão de garantias em operações de crédito ao comércio exterior.

A medida fortalece a segurança jurídica e institucional no apoio oficial ao financiamento das exportações, assegurando maior previsibilidade e transparência quanto às atribuições da ABGF.

A habilitação de seguradoras e empresas privadas, sob supervisão da ABGF, aprimorará a coordenação e atuação conjunta entre entes públicos e privados, de forma a conferir maior capilaridade operacional do sistema, otimizando o uso de recursos públicos e atraindo maior participação do setor privado.

Desse modo, evita-se a dispersão de competências, aprimora-se a governança e se assegura a credibilidade das operações perante credores e investidores internacionais.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

Art. _____. Os seguintes incisos do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....
.....

I - Adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II- defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matériasprimas;

.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;

.....

VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;

.....

XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;

.....

XLIII – Substratos para plantas;



XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:

a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e

II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art. ____ As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação do rol de insumos agropecuários alcançados pela alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins corrige, antes de tudo, uma distorção reconhecida pelo próprio Congresso: a aplicação restritiva do art. 1º, I, da Lei 10.925/2004 deixa de fora do adequado tratamento tributário diversos insumos.

Essa exclusão impõe hoje uma tributação efetiva extremamente elevada nas vendas internas desses produtos, bem como na importação, elevando o custo de produção em um momento de forte alta internacional de insumos – dinâmica que o relatório do PL 2022/2022 aponta como fator central na inflação do setor.



Manter essa tributação diferenciada transfere o ônus para toda a cadeia: importadores, distribuidores e, por fim, o produtor rural, que vê sua margem encolher quando compra, por exemplo, rocha fosfática ou ureia pecuária oneradas. O resultado é perda de competitividade frente a concorrentes externos que, em muitos casos, subsidiam seus insumos.

Mais do que uma questão tributária, o tema envolve soberania nacional. O setor agropecuário brasileiro, responsável por assegurar alimentos acessíveis à população e superávits expressivos na balança comercial, depende de insumos básicos cuja produção ainda é majoritariamente importada. A dependência externa em fertilizantes e corretivos expõe o país a choques de oferta e geopolíticos, comprometendo a segurança alimentar e, por consequência, a segurança nacional.

A inclusão expressa de adubos e defensivos biológicos, corretivos, inoculantes microbianos, substratos e rações minerais na lista de alíquota zero reequilibra o tratamento fiscal, estimula a adoção de tecnologias sustentáveis reconhecidas por Embrapa e MAPA – como bioinsumos que reduzem a dependência de nitrogenados fósseis – e mitiga pressões futuras sobre preços de alimentos.

Além do efeito direto na formação de custos, a medida reduz litígios administrativos e judiciais: ao declarar interpretativas as alterações nos incisos I, II, IV e VI, o texto reflete entendimento já consolidado de que esses produtos se enquadram no conceito de insumo agropecuário, mas vinham sendo excluídos apenas por tecnicismo de classificação tarifária.

Com isso, elimina-se a incerteza que trava investimentos em misturadoras, biofábricas e unidades de micronutrientes, liberando capital para expansão de oferta interna justamente quando o Plano Nacional de Fertilizantes aponta a substituição de importações como prioridade estratégica.

Do ponto de vista macroeconômico, a renúncia é largamente compensada pelo aumento de produção, arrecadação de tributos setoriais sobre volumes maiores e estabilização de preços no atacado, efeito já previsto pelo



substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara, que estimou redução imediata de até 4% no custo do fertilizante final.

Em síntese, a emenda alinha a política tributária à realidade tecnológica do campo, fortalece a autonomia nacional na produção de insumos estratégicos, protege a segurança alimentar, reduz a inflação de alimentos e consolida o agro brasileiro como ativo de interesse estratégico para o país, razão pela qual merece integral acolhimento.

A presente emenda também dialoga diretamente com o contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos às exportações brasileiras, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025. Se, de um lado, a Medida Provisória busca proteger setores industriais e exportadores nacionais dos efeitos de medidas unilaterais externas, de outro, é igualmente estratégico fortalecer o setor agropecuário interno, garantindo-lhe acesso a insumos a custos compatíveis. Afinal, um país que assegura sua base produtiva – tanto na indústria exportadora quanto no campo – reduz vulnerabilidades externas e reforça sua soberania econômica e alimentar, enfrentando com mais resiliência choques internacionais como o tarifaço ora em curso.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

**Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)**





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“**Art.** Fica permitida a transferência intragrupo de créditos de PIS e COFINS que, de acordo com a legislação vigente, sejam compensáveis com outros tributos federais ou sujeitos à ressarcimento, para empresas produtoras de biocombustíveis pertencentes ao mesmo Grupo Econômico, para uso por estas na compensação com quaisquer tributos federais.

§ 1º O produtor de biocombustíveis detentor de saldos de créditos de PIS e COFINS decorrentes de operações de frete e armazenagem com biocombustíveis fica autorizado a utilizar tais créditos nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.116/2005, independentemente da data de constituição desses saldos.

§ 2º Fica atribuída exclusivamente ao cedente dos créditos a responsabilidade em caso de qualquer questionamento fiscal quanto a legitimidade dos créditos transferidos e eventual autuação.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa instituir um tratamento fiscal que favorece diretamente os produtores de biocombustíveis, em especial os de etanol de primeira e segunda geração, permitindo a transferência intragrupo de créditos de PIS e Cofins compensáveis com tributos federais ou sujeitos a ressarcimento. A medida reconhece que tais produtores incorrem em investimentos elevados



para instalação e manutenção de suas plantas, notadamente no caso do etanol de segunda geração, cuja produção é intensiva em tecnologia e capital.

O mecanismo proposto reforça a liquidez e a sustentabilidade econômica do setor ao possibilitar que créditos acumulados em outras empresas do mesmo grupo sejam aproveitados pelos produtores de biocombustíveis, liberando recursos essenciais para a expansão da oferta.

Além disso, o § 1º garante que os créditos de operações de frete e armazenagem possam ser utilizados de imediato para compensar quaisquer tributos federais, enquanto o § 2º estabelece responsabilidade exclusiva do cedente em caso de questionamento fiscal, preservando a segurança jurídica da operação.

Mais do que uma medida de ajuste tributário, a proposição deve ser compreendida em um contexto de segurança nacional e soberania energética. O recente tarifaço norte-americano sobre produtos brasileiros, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, evidencia a vulnerabilidade externa do país e a necessidade de fortalecer cadeias produtivas internas estratégicas. O setor de biocombustíveis, além de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e de importações, projeta o Brasil como líder global em energia renovável e contribui para a segurança alimentar ao gerar demanda para a produção agrícola nacional.

Assim, a emenda complementa os objetivos centrais da MP ao assegurar competitividade, estimular inovação tecnológica e ampliar a resiliência do agronegócio e da indústria de biocombustíveis frente a choques internacionais. Trata-se, portanto, de medida alinhada ao art. 225 da Constituição Federal, que orienta políticas públicas e regimes fiscais favorecidos voltados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8469393124>



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. As usinas de biocombustíveis e as que produzam combustíveis oriundos de fontes agrícolas renováveis poderão restituir administrativamente ou compensar com débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal, nos termos dos arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, créditos acumulados das contribuições sociais PIS/PASEP e COFINS, apurados na forma do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, independentemente de serem sujeitos ou não a ressarcimento ou restituição.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende a inclusão de artigo que autoriza a restituição ou compensação de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins pelas usinas de biocombustíveis e destilarias de combustíveis agrícolas renováveis.

A produção de biocombustíveis ocupa posição estratégica no agronegócio brasileiro: reduz a dependência de combustíveis fósseis, gera divisas, impulsiona a descarbonização prevista no Programa RenovaBio e mantém milhares de empregos no meio rural. Contudo, como boa parte das vendas internas é desonerada ou sujeita a alíquotas reduzidas, o regime não cumulativo de PIS/Pasep e Cofins faz com que as usinas acumulem créditos que, sem direito pleno à



restituição ou à compensação, transformam-se em custo financeiro permanente, estreitando margens e encarecendo o preço final do combustível.

O contexto atual do tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça ainda mais a urgência de medidas internas que preservem a competitividade da produção nacional. Se de um lado o Governo busca mitigar os efeitos de tarifas externas injustificadas sobre a indústria exportadora, de outro é essencial assegurar que o setor de biocombustíveis não seja sufocado por distorções tributárias internas. Garantir o pleno direito de compensação e restituição dos créditos acumulados significa devolver liquidez a um segmento intensivo em capital e decisivo para a segurança energética do país, permitindo que ele responda com vigor ao cenário adverso do comércio internacional.

Aliás, a própria produção de biocombustível é responsável por grande parte das exportações: seja de etanol, ou da biomassa (DDG de milho, por exemplo) ou até mesmo da proteína animal que utilizou o farelo como ração.

Ademais, incentivar a produção e o consumo de biocombustíveis provenientes de fontes agrícolas renováveis é uma estratégia que transcende o plano econômico imediato: reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa, reforça os compromissos brasileiros no Acordo de Paris e no RenovaBio, estimula o reaproveitamento de resíduos agroindustriais e melhora a qualidade do ar nas regiões urbanas. Trata-se, portanto, de medida que alia sustentabilidade, geração de renda, transição energética e soberania nacional.

Ao restaurar a neutralidade tributária prometida pelos arts. 3º da Lei 10.637/2002, 3º da Lei 10.833/2003 e 8º da Lei 10.925/2004, e permitir a aplicação plena dos mecanismos de compensação previstos nos arts. 73 e 74 da Lei 9.430/1996, a emenda garante justiça fiscal, reduz distorções e fortalece a autonomia brasileira na produção de energia limpa.

Em síntese, esta proposta complementa de forma decisiva os objetivos da MP nº 1.309/2025: se o tarifaço busca enfraquecer a economia nacional, esta



emenda oferece resposta concreta ao fortalecer o agro e a bioenergia como pilares de soberania, segurança energética e competitividade do Brasil.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8007888659>



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

Art. Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996:

“Art. 73-A. Não se aplica o disposto nos incisos VI, VII e IX, do §3º, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aos créditos relativos aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil apropriados pelo contribuinte com base nas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, submetidos a pedido de restituição, mas ainda não utilizados pelo contribuinte para compensação, não podendo tais créditos ser objeto de lançamento de ofício para quaisquer fins.

§ 1º O direito de crédito somente poderá ser objeto de glosa e eventualmente autuação a partir do momento em que o contribuinte efetivamente utilizar o crédito para dedução em sua apuração fiscal ou por compensação com outros tributos federais.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos créditos já registrados e sujeitos a pedido de restituição pelo contribuinte.”

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de inclusão do art. 73-A na Lei 9.430/1996 fundamenta-se na necessidade de alinhar o processo de fiscalização tributária aos



princípios constitucionais de legalidade, segurança jurídica, confiança legítima, proporcionalidade e vedação ao confisco.

Os contribuintes lançaram em seus livros créditos expressamente autorizados pelas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, mas correm o risco de autuação já na fase de escrituração, isto é, antes de qualquer utilização econômica desses valores, em razão de reiteradas tentativas da administração tributária de restringir o aproveitamento de créditos legítimos.

Essa prática, além de violar a lógica da não cumulatividade, gera cobrança em duplicidade e impõe custos financeiros desnecessários a empresas que apenas registram créditos, sem qualquer impacto real sobre a arrecadação. A antecipação da glosa cria incerteza regulatória, eleva litigiosidade no CARF e obriga contribuintes a manter depósitos e garantias onerosas em torno de créditos “de papel”.

O dispositivo ora proposto preserva o poder de fiscalização da Receita Federal, que continuará apta a glosar créditos e lavrar autos quando houver efetiva compensação, mas evita sanções desproporcionais antes de qualquer benefício econômico. Ao concentrar a fiscalização no momento da utilização do crédito, a medida melhora o ambiente de negócios, reduz o contencioso administrativo e judicial e aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação sobre valor agregado.

Mais do que uma correção técnica, trata-se de medida com impacto estratégico no contexto do tarifaço norte-americano, que levou à edição da MP nº 1.309/2025. Se os Estados Unidos impõem barreiras unilaterais para enfraquecer a competitividade brasileira, o Brasil não pode, internamente, impor obstáculos adicionais que minam a liquidez e a segurança jurídica de suas empresas. Essa emenda garante coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, fortalecendo a resiliência do setor produtivo em um cenário de disputas internacionais.

Do ponto de vista macroeconômico, a proposta elimina custos inúteis, melhora a alocação de recursos da fiscalização e favorece investimentos, sobretudo de startups e pequenas empresas, que são mais vulneráveis a longos litígios. Em linha com a reforma tributária em curso,



a medida reforça a previsibilidade do sistema, reduz incertezas e protege a competitividade nacional.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2959708602>



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Suprima-se o inciso IX do §3º do artigo 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do inciso IX do §3º do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, que atualmente impede a utilização de créditos tributários na compensação de débitos relativos a recolhimentos mensais por estimativa do IRPJ e da CSLL.

A manutenção dessa vedação cria distorção grave no sistema tributário: de um lado, o contribuinte acumula créditos regularmente reconhecidos de PIS, Cofins ou outros tributos; de outro, é obrigado a recolher, em espécie, estimativas mensais de IRPJ e CSLL, sem poder compensá-las, ainda que possua saldo credor suficiente. Trata-se de uma duplicidade desnecessária, que gera custo financeiro permanente para as empresas e alimenta litígios administrativos e judiciais.

O contexto atual do tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, reforça a necessidade de eliminar entraves internos que enfraquecem a liquidez e a competitividade das empresas brasileiras. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem margens e restringem exportações,



é incoerente que o próprio ordenamento interno continue a impor obstáculos burocráticos que drenam capital de giro e encarecem a atividade produtiva.

A supressão do inciso IX devolve racionalidade ao regime de compensação, permitindo que créditos já constituídos cumpram sua função de neutralizar a carga tributária e preservem a lógica da não cumulatividade. Do ponto de vista macroeconômico, a medida não representa renúncia fiscal – trata-se apenas de ajustar o fluxo temporal de recolhimentos – mas devolve liquidez imediata às empresas, reduzindo custos financeiros e liberando recursos para investimentos e manutenção de empregos.

Além disso, a medida aproxima o sistema brasileiro das melhores práticas internacionais, que concentram a fiscalização no momento da efetiva compensação e não impõem restrições artificiais à utilização de créditos. Também contribui para reduzir a litigiosidade no CARF, onde boa parte das controvérsias decorre justamente de compensações glosadas por força de limitações como a aqui revogada.

Em síntese, ao permitir a compensação com as estimativas mensais de IRPJ e CSLL, a proposta fortalece a coerência da política fiscal, protege a competitividade das empresas brasileiras frente ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos e alinha-se ao espírito da MP nº 1.309/2025: eliminar entraves internos para que o país responda com mais resiliência às pressões externas.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Revoga-se o artigo 74-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a supressão do art. 74-A da Lei nº 9.430/1996, introduzido pela Lei nº 14.873/2024, que impôs limite mensal à compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

A restrição criada pelo dispositivo em questão representa grave retrocesso em matéria de segurança jurídica e respeito à coisa julgada. O crédito tributário decorrente de decisão definitiva do Poder Judiciário constitui direito líquido e certo do contribuinte, não podendo ser artificialmente limitado por ato infralegal do Ministro da Fazenda. Tal limitação converte uma vitória judicial em um benefício esvaziado, diluído no tempo, que impede o contribuinte de obter o pleno efeito econômico da decisão que lhe foi favorável.

Além da violação à coisa julgada, a medida fere os princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco, ao impor ao contribuinte custos financeiros desnecessários, obrigando-o a manter débitos em aberto ou a recorrer a endividamento enquanto seus créditos legítimos permanecem represados pela trava mensal.



O contexto atual do tarifação norte-americano – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça a urgência da supressão desse dispositivo. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem a competitividade das empresas nacionais, é incoerente manter entraves internos que drenam liquidez, aumentam incerteza regulatória e comprometem a capacidade de reação do setor produtivo. Ao contrário: é preciso devolver previsibilidade e confiança, assegurando que créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário cumpram imediatamente seu papel de neutralizar a carga tributária.

Do ponto de vista macroeconômico, a supressão do art. 74-A não representa renúncia de receita, mas apenas a restituição tempestiva de valores que a União foi condenada judicialmente a devolver. Sua manutenção apenas alonga artificialmente a execução das decisões judiciais e amplia a litigiosidade, criando um passivo desnecessário para empresas e para o próprio Estado.

Em síntese, ao eliminar o limite mensal para a compensação de créditos judiciais, esta emenda fortalece a segurança jurídica, reduz distorções econômicas, melhora a liquidez das empresas e contribui para a resiliência do Brasil frente ao cenário adverso do comércio internacional. Trata-se de medida que complementa os objetivos centrais da MP nº 1.309/2025, ao reforçar a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Fica instituído, em caráter temporário e pelo prazo de até 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos destinados ao mercado dos Estados Unidos da América tenham sido comprovadamente afetados pelo aumento tarifário imposto por aquele país.

§ 1º. O crédito será calculado sobre os insumos empregados na produção de bens ou na prestação de serviços vinculados a tais pedidos, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos a partes relacionadas situadas fora do território nacional.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir, pelo prazo de até 12 meses, um crédito de PIS/Pasep e da Cofins em favor de pessoas jurídicas fornecedoras diretas de exportadores cujos pedidos ao mercado norte-americano tenham sido impactados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.



O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia de fornecedores de insumos e serviços vinculados às encomendas destinadas ao mercado americano. Esses fornecedores, muitas vezes pequenas e médias empresas, sofrem efeitos imediatos com a redução ou cancelamento de pedidos, absorvendo custos fixos e estoques sem a correspondente geração de receita.

O crédito temporário proposto atua como medida compensatória e de preservação da base produtiva, ao devolver liquidez e neutralizar parte da carga tributária incidente sobre os insumos empregados na produção de bens e serviços afetados pelo tarifaço. Trata-se de medida de natureza emergencial, voltada a assegurar a continuidade da atividade econômica, a manutenção de empregos e a proteção de setores estratégicos da economia nacional diante de agressões comerciais externas.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas mecanismo transitório de compensação, limitado a 12 meses e sujeito a critérios de elegibilidade e controle a serem definidos pelo Ministério da Fazenda. Do ponto de vista econômico, permite que empresas mantenham capacidade operacional até que o setor produtivo consiga redirecionar sua produção para outros mercados, mitigando os efeitos do choque externo sobre a balança comercial e sobre o nível de atividade interna.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço dos EUA busca fragilizar a competitividade brasileira, o crédito presumido temporário devolve liquidez à cadeia produtiva, preserva empregos e garante resiliência ao setor exportador e seus fornecedores.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7486421812>



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º. O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º. O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.”



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda institui, pelo prazo de 12 meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins, limitado ao valor global de R\$ 2 bilhões, destinado às pessoas jurídicas da cadeia de exportação de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose.

A medida se justifica pelo contexto excepcional criado pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou abruptamente em até 50% as tarifas incidentes sobre exportações brasileiras desses setores estratégicos. A agressão comercial norte-americana compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia produtiva que lhes fornece insumos, serviços e bens intermediários, gerando cancelamento de pedidos, acúmulo de estoques e perda de liquidez.

O crédito outorgado proposto funciona como mecanismo de compensação emergencial, devolvendo liquidez e preservando margens em segmentos que têm papel decisivo para a balança comercial e para a segurança econômica do país. Café, carnes, suco de laranja, celulose e frutas tropicais não apenas sustentam parte expressiva do superávit externo, mas também garantem milhões de empregos diretos e indiretos no campo e na indústria.

Do ponto de vista fiscal, a medida não constitui renúncia permanente de receita, mas apoio temporário e focalizado, com limite global definido em R\$ 2 bilhões e critérios de elegibilidade a serem estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Assim, assegura previsibilidade, controle orçamentário e compatibilidade com a responsabilidade fiscal.

Sob a ótica econômica, a medida garante fôlego financeiro às empresas até que consigam redirecionar fluxos comerciais para outros mercados, evitando um choque de produção e de emprego que poderia aprofundar os efeitos do tarifaço. Além disso, reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se os Estados Unidos buscam enfraquecer a competitividade brasileira por meio de tarifas punitivas, cabe ao Brasil proteger sua base produtiva e assegurar resiliência.



Em síntese, esta proposta protege setores-chave do agronegócio brasileiro, preserva empregos, garante liquidez e fortalece a capacidade do país de enfrentar agressões externas sem comprometer a sustentabilidade fiscal.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5436598349>



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. As pessoas jurídicas que realizarem investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção destinados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados poderão, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, adotar o regime de depreciação acelerada desses bens, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.

§ 1º. A depreciação acelerada prevista no caput corresponderá à dedução integral do valor do investimento no período de apuração em que o bem ou a adaptação entrar em operação.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente a investimentos comprovadamente vinculados à substituição ou diversificação de mercados atingidos pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América, nos termos e condições definidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3º. Não se aplicam as limitações previstas na legislação do imposto de renda relativas à taxa anual máxima de depreciação.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a depreciação acelerada de investimentos em bens de capital e em adaptações de linhas de produção realizados por empresas brasileiras que necessitam redirecionar



exportações ou abrir novos mercados em razão do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto de tarifas sobre produtos brasileiros ameaça cadeias produtivas inteiras, tornando urgente a diversificação de destinos comerciais. Contudo, a adaptação de linhas produtivas, a aquisição de máquinas e a incorporação de novas tecnologias para atender mercados alternativos demandam elevado volume de capital. A depreciação acelerada é instrumento fiscal consagrado, utilizado em diversos países como mecanismo de incentivo ao investimento produtivo em cenários de crise ou de transição tecnológica.

Ao permitir a dedução integral do valor do investimento no período em que o bem ou a adaptação entrar em operação, a medida reduz o custo de capital, antecipa o benefício fiscal e melhora a liquidez das empresas, garantindo condições para a rápida readequação de sua produção e a preservação de sua competitividade internacional.

Do ponto de vista fiscal, a medida não implica renúncia permanente de receita, mas apenas diferimento temporal: a União arrecadará o mesmo montante ao longo do tempo, apenas postergando parte da arrecadação em benefício da recuperação imediata do setor produtivo. Do ponto de vista econômico, representa estímulo direto à inovação, à modernização da indústria e à abertura de novos mercados, preservando empregos e assegurando resiliência nacional frente às barreiras externas.

Em síntese, esta emenda fortalece a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço busca limitar o acesso do Brasil ao mercado americano, cabe ao país apoiar seus exportadores e fornecedores na conquista de novos mercados e na adaptação de suas cadeias produtivas.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2727923850>



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º. A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º. A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º. Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação.”



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a instituírem modalidade de transação tributária específica, voltada a exportadores e fornecedores diretamente impactados pelo tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto das tarifas sobre produtos brasileiros ameaça a sustentabilidade financeira de setores estratégicos do agronegócio e da indústria, que enfrentam simultaneamente queda nas receitas externas e necessidade de adaptação de suas linhas de produção. Nesse contexto, a transação tributária surge como instrumento adequado de recomposição, pois possibilita a regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas.

A proposta prevê condições diferenciadas, como entrada reduzida, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, além de descontos em multas e juros, de forma a compatibilizar a exigência de arrecadação com a realidade econômica excepcional vivida pelas empresas. Em contrapartida, a manutenção ou ampliação de empregos é estabelecida como condição essencial, assegurando que os benefícios concedidos se revertam em ganhos sociais concretos.

Do ponto de vista fiscal, a medida não representa renúncia, mas recuperação de créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis em razão da crise de liquidez enfrentada pelos exportadores. Do ponto de vista econômico, preserva a capacidade produtiva, sustenta empregos e garante que empresas brasileiras possam enfrentar a adversidade sem recorrer a encerramento de atividades ou redução drástica de operações.

Em síntese, a transação tributária específica proposta representa uma resposta ágil e equilibrada do Estado brasileiro: ao mesmo tempo em que oferece fôlego às empresas atingidas pelo tarifaço, reforça a arrecadação futura e protege empregos, alinhando-se plenamente aos objetivos da MP nº 1.309/2025 de defesa da soberania econômica e da competitividade nacional.



Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5468358889>



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Substitua-se o §1º do artigo 1º da Medida Provisória nº 1309/2025, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....

§1º As pessoas jurídicas exportadoras ou integrantes de sua cadeia de fornecimento, comprovadamente impactadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, terão prioridade no processo de restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como poderão diferir o prazo de vencimento de tributos federais e de prestações relacionadas à dívida ativa da União, por até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do vencimento original, aplicando-se de forma automática, independentemente de regulamentação por ato do Poder Executivo, cabendo à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apenas a operacionalização do procedimento.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar maior efetividade às medidas previstas no art. 1º, §1º da MP nº 1.309/2025, estabelecendo que a prioridade na restituição e ressarcimento de créditos tributários, bem como o diferimento de tributos federais e prestações da dívida ativa da União, seja autoaplicável e com prazo definido de 120 dias.



O texto original condiciona tais benefícios a ato do Ministro da Fazenda, criando incerteza quanto à sua efetiva implementação e alcance. No atual contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou drasticamente as tarifas sobre exportações brasileiras, a previsibilidade e a imediata aplicação das medidas são fundamentais para assegurar liquidez e fôlego financeiro às empresas afetadas.

O prazo de 120 dias garante equilíbrio entre a necessidade de suporte emergencial às empresas e a responsabilidade fiscal, funcionando como mecanismo temporário de ajuste de fluxo de caixa. Além disso, reduz litígios e burocracia, uma vez que o direito passa a ser exercido automaticamente, cabendo ao fisco apenas sua execução administrativa.

Em síntese, a emenda reforça o espírito da MP nº 1.309/2025, conferindo segurança jurídica e agilidade na resposta do Estado brasileiro frente às barreiras comerciais externas. Se o tarifaço busca fragilizar a competitividade do Brasil, cabe ao país assegurar instrumentos imediatos de proteção e resiliência para os seus exportadores e fornecedores.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

§1º Os créditos serão calculados sobre o volume de exportação realizado nos últimos 12 (doze) meses da publicação dessa lei.

§2º. Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja e café destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda



norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, os percentuais de créditos presumidos a que se referem o artigo 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e o artigo 15, da Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013, ficam majorados em 100% (cem por cento) para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Os créditos referidos no *caput* deverão ser ressarcidos em até 30 (trinta) dias após o pedido efetuado pelo contribuinte.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a majoração, em 100% (cem por cento), do percentual de crédito presumido previsto no art. 8º da Lei nº 10.925/2004, em caráter excepcional e restrito aos exercícios de 2025 e 2026, para pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

A medida se fundamenta no cenário adverso criado pelo tarifaço norte-americano, que elevou de forma abrupta as tarifas incidentes sobre diversos produtos do agronegócio e da indústria brasileira, reduzindo margens de exportadores, cancelando contratos e comprometendo a previsibilidade de setores inteiros.

O crédito presumido de PIS/Pasep e Cofins é um mecanismo já consolidado de desoneração, utilizado justamente para neutralizar



a cumulatividade residual dessas contribuições em cadeias produtivas exportadoras. Sua majoração temporária atua como instrumento emergencial de recomposição da competitividade das empresas brasileiras frente ao aumento artificial de custos imposto externamente.

Do ponto de vista econômico, a medida garante liquidez imediata às empresas exportadoras, permitindo a manutenção de empregos, investimentos e contratos de fornecimento, além de estimular a busca de novos mercados para compensar a retração das vendas aos EUA. Do ponto de vista fiscal, a proposta não representa renúncia estrutural de receita, mas apoio transitório e focalizado, limitado a dois exercícios e condicionado às exportações destinadas ao mercado norte-americano.

A adoção de um crédito presumido majorado reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se o tarifaço busca fragilizar a posição brasileira no comércio internacional, o país deve responder com medidas que assegurem a continuidade da produção e da competitividade de seus setores estratégicos.

Em síntese, a emenda representa um instrumento de alívio emergencial e temporário, que protege a base exportadora nacional, garante empregos e reforça a resiliência da economia brasileira diante de medidas unilaterais externas.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, a devolução de créditos acumulados das contribuições para o PIS e para a COFINS deverá ser ressarcido em até 30 (trinta dias), após o pedido, para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estabelece, em caráter excepcional, que nos anos de 2025 e 2026 a devolução de créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins às pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América seja obrigatoriamente efetuada no prazo máximo de 30 dias após o pedido.

O fundamento da proposta é a necessidade de dar resposta imediata ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos, que elevou de forma abrupta as tarifas de importação sobre produtos brasileiros, comprometendo a competitividade e a liquidez das empresas exportadoras. No cenário atual, em que a perda de mercado externo representa risco concreto de redução de produção, demissões e retração de investimentos, a celeridade na devolução de créditos tributários acumulados é medida de urgência.

Hoje, o processo de ressarcimento de créditos de PIS/Cofins é marcado por burocracia e longos prazos de análise, o que transforma créditos legítimos em “ativos de papel”, sem efeito prático sobre o fluxo de caixa das empresas. Ao



determinar prazo certo de 30 dias, a emenda torna o direito efetivo e autoaplicável, reduzindo incertezas e devolvendo liquidez imediata às empresas.

Do ponto de vista fiscal, não há renúncia de receita, mas apenas a aceleração da restituição de valores que já pertencem ao contribuinte. Do ponto de vista econômico, a medida funciona como injeção rápida de capital de giro, essencial para a manutenção das atividades exportadoras e para a busca de novos mercados diante das barreiras impostas pelos EUA.

Em síntese, a proposta confere efetividade ao direito do exportador, garante previsibilidade e segurança jurídica e fortalece a resiliência da base produtiva nacional contra os efeitos do tarifaço.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por até um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime de drawback, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendido os seguintes critérios:

I – o beneficiário seja exportador que, nos últimos 12 meses, tenha realizado exportações para adquirente localizado nos Estados Unidos da América; e

II – o produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§1º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§2º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecida no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios abertos



que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente, podendo dificultar ou inviabilizar seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação por um ano dos prazos de suspensão do pagamento de tributos federais no âmbito do regime aduaneiro especial de drawback, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para atos concessórios vigentes na data de publicação desta Medida Provisória, desde que atendidos os seguintes critérios:

I - os compromissos de exportação em aberto para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros;

II - a análise de encerramento do ato concessório não tenha sido concluída pela autoridade competente na data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se também aos prazos de suspensão de tributos previstos nos atos concessórios titulados por empresas fabricantes-intermediários com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras, para emprego ou consumo na industrialização de produto final cujo compromisso de exportação para os Estados Unidos da América seja comprovadamente afetado por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros.

§ 2º A prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos de que trata este artigo fica condicionada à apresentação à autoridade competente de:



I – Documentos de qualquer natureza, inclusive histórico de exportações para os Estados Unidos, que demonstrem a intenção comercial, preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória, de venda para os Estados Unidos da América dos produtos objeto dos compromissos de exportação assumidos no ato concessório; e

II – O produto objeto do ato concessório esteja sujeito a tarifa adicional imposta pelos Estados Unidos da América em decorrência de medidas unilaterais adotadas por aquele país.

§3º A prorrogação de que trata o caput será concedida mediante simples requerimento do beneficiário ao órgão concedente, acompanhado de comprovação documental do enquadramento em um dos incisos.

§4º O prazo adicional será contado a partir da data de término originalmente estabelecido no ato concessório ou, no caso de ato já prorrogado, a partir do termo final da última prorrogação concedida.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da Medida Provisória nº 1.309/2025 estabelece múltiplas condicionantes e exigências de comprovação para a prorrogação excepcional do prazo de suspensão no regime de drawback, com critérios que conferem alta margem de subjetividade à autoridade competente e que podem impedir o acesso aos exportadores, dificultando ou inviabilizando seu uso por exportadores afetados pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos da América.

Importa destacar que os atos concessórios de Drawback são firmados considerando-se o histórico comercial com as empresas estrangeiras e cujo cumprimento deverá ocorrer em até 2 (dois) anos. Portanto, todos os atos concessórios vigentes são impactados pelo aumento tarifário, porque resultam de negociações de médio prazo e não apenas os compromissos vencíveis até dezembro de 2025.



Considerando a urgência de preservar a competitividade e o fluxo de exportações de setores estratégicos, propõe-se simplificação das condições para prorrogação, restringindo-as a dois critérios objetivos, de fácil comprovação, assegurando celeridade e previsibilidade ao processo.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. O art. 5º da Lei nº 12.599, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

§ 1º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação, sobre a receita de exportação dos produtos classificados no código 0901.1 da Tipi, de percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

.....

§ 7º Haverá pagamento de 80% (oitenta por cento) dos créditos previstos, no prazo de até 30 dias, do pedido de ressarcimento, independentemente de fiscalização.

§ 8º O saldo remanescente será objeto de posterior pagamento em até 180 dias, caso não exista fiscalização em andamento.

§ 9º Eventual despacho decisório quanto ao ressarcimento de crédito presumido, inclusive, de forma antecipada, está sujeito ao processo administrativo fiscal do Decreto nº 70.235, de 1972.

§ 10. Os pagamentos a título de ressarcimento não poderão ser objeto de compensação de ofício, salvo anuência do contribuinte, nas hipóteses de



suspensão da exigibilidade do crédito (art. 151, do Código Tributário Nacional) ou em razão de dívida objeto de garantia e discussão em juízo por meio de medida judicial, inclusive, embargos à execução fiscal.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O setor cafeeiro, com o surgimento da Lei nº 12.599, de 2012, recebeu disciplina específica quanto à previsão de crédito presumido de PIS/COFINS em suas operações.

Esta previsão, embora não suficiente para cumprir efetivamente a não cumulatividade, eliminando os resíduos tributários da operação, especialmente, na exportação, foi um importante passo à época para o setor, dada sua relevância no mercado exterior.

Todavia, o setor atualmente enfrenta dois grandes problemas, sendo, de imediato o “Tarifaço” imposto ao café brasileira pelo Governo dos Estados Unidos da América, majorando significativamente o custo da operação para aquele país.

Na relação comercial cafeeira entre EUA e Brasil, as nações são imprescindíveis uma à outra, uma vez que os cafés brasileiros representam uma fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano, sendo o principal fornecedor ao país, ao passo que os EUA respondem por 16% das exportações do produto nacional, cerca de USD 2 bilhões, sendo o principal destino de nossas exportações.

A medida adotada gerará um grave e irreparável prejuízo ao setor, refletindo em perda de investimentos a curto prazo, demissões, endividamento, entre outros reflexos econômicos e sociais, que serão potencializados pelo atual momento que vive a economia nacional.

Ademais, houve a aprovação da Reforma Tributária para o Consumo (EC 312/2023), que começará a vigorar em 2026, com relevante alteração em 2027, quando o PIS/COFINS será extinto e surgirá em substituição a CBS.



Sendo assim, o setor cafeeiro não terá, a partir de 2027, tais créditos presumidos que, em comparação à carga fiscal que haverá com a CBS, gerará um efetivo aumento de tributação, além de relevante impacto de imediato no fluxo de caixa da cadeia, de tal sorte que o ajuste até 31 de dezembro de 2026 seria uma medida paliativa adicional para atenuar este reflexo negativo que ocorrerá em breve.

Diante deste contexto fático e jurídico, foi sugerida a alteração da Lei nº 12.599, de 2012, aumentando os percentuais de crédito presumido de PIS/COFINS, até 31 de dezembro de 2026, bem como garantindo efetiva e imediato ressarcimento em pecúnia, como alternativa paliativa ao setor visando atenuar os efeitos do tarifaço e breve impacto da Reforma Tributária.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de pescados classificados nos Capítulos 3 e 16 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.



O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nsº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de cacau classificados nos códigos 1803.10.00, 1803.20.00; 1804.00.00 e 1805.00.00 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de laranja classificados nos códigos 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2308.00.00, 3301.12.90, 3301.90.20, 3301.90.30, 2009.11, 2009.12 e 2009.19 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de café classificados nos códigos 09.01.2 e 2101.11.10 da Tipi.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Em caráter excepcional e até 31 de dezembro de 2026, o percentual do Reintegra, de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, sem prejuízo de situações específicas em que a legislação já determine alíquotas superiores.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie. No caso de opção pelo ressarcimento, este deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025:

“Art. Em caráter excepcional e até 31 de dezembro de 2026, o percentual do Reintegra, de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 3% (três por cento) para todas as receitas de exportação, sem prejuízo de situações específicas em que a legislação já determine alíquotas superiores.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie. No caso de opção



pelo ressarcimento, este deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8600794846>



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se ao Capítulo II da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, o art. 4º-A, com a seguinte redação:

“Art. 4º-A. O despacho aduaneiro de exportação de remessas internacionais poderá ser processado por meio da Declaração de Remessa de Exportação – DRE, até o limite de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, por remessa, nas exportações realizadas:

I – por pessoa jurídica ou por produtor rural, artesão, artista ou assemelhado, na forma da legislação específica; ou

II – por pessoa física, desde que a operação não caracterize destinação comercial ou fins industriais.

§ 1º O disposto no *caput* observará as demais condições previstas na legislação e no regulamento aplicáveis às exportações por remessa internacional.

§ 2º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil adequará, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação desta Lei, os seus atos normativos, inclusive a Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, para a fiel execução deste artigo.

§ 3º Ficam revogadas as disposições em contrário constantes de atos infralegais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se sem prejuízo das demais condições previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, e na legislação específica aplicável às exportações.”



JUSTIFICAÇÃO

Período excepcional demanda ajuste fino e imediato. Desde 30/07/2025, os Estados Unidos anunciaram medidas unilaterais com tarifa adicional de até 50% sobre produtos brasileiros e, em paralelo, suspenderam o regime de *de minimis* (\leq US\$ 800) para todas as origens, com vigência a partir de 29/08/2025.

Tal cenário encarece a entrada naquele mercado, especialmente para operações de menor valor — justamente onde atuam micro e pequenos exportadores. Cumpre ao Brasil, portanto, facilitar a saída: a atualização do teto da DRE de US\$ 1.000 para US\$ 10.000 é medida célere, simples e de elevado impacto.

A MP nº 1.309/2025 já oferece o suporte normativo: seu Capítulo II trata de ações de apoio a atividades e empresas exportadoras brasileiras. Inserir nesse capítulo o novo limite da DRE alinha a política aduaneira ao objetivo do texto: agilidade, preservação de competitividade e mitigação de choques externos. Trata-se de microrregulação de baixo custo fiscal e de efeito imediato sobre o fluxo de caixa.

O público-alvo é claro e numeroso. O ano de 2024 encerrou com 28.847 empresas exportadoras, recorde histórico. Entre elas, micro e pequenas empresas operam com tíquete médio menor e elevada sensibilidade a custos e prazos. Em valores, MEI/Micro exportaram US\$ 910,3 milhões e Pequenas, US\$ 1,7 bilhão (MDIC).

Os Estados Unidos são destino-chave: estudos oficiais e de inteligência indicam parcela expressiva de exportadoras brasileiras com vendas para aquele mercado — com destaque para 9.553 empresas em 2024 no recorte MDIC–Amcham — e posição de liderança em bens de maior valor agregado. Em síntese: se o principal destino endurece a entrada, cabe-nos destravar a saída.

No plano setorial, a medida alcança precisamente os itens com perfil de MPE que utilizam *courier* e sofrem com burocracia: alimentos e bebidas especiais, moda, cosméticos, *design*/casa & decoração e artesanato qualificado. Ao mesmo tempo, preserva a competitividade de manufaturados e bens de maior conteúdo tecnológico com forte presença nos EUA (aeronaves e partes, máquinas



e equipamentos/elétricos, químicos, preparados alimentícios) e de *commodities* processadas (celulose, café, carne bovina). O próprio MDIC detalhou a cesta exportadora e os capítulos mais afetados/isentados nas novas tarifas, reforçando a urgência de uma válvula doméstica de escoamento com menor fricção.

Por que US\$ 10 mil? Porque o teto de US\$ 1.000 está defasado pela inflação internacional e pelo aumento de frete/seguro; porque a consolidação de pedidos reduz custo unitário de envio; e porque retirar barreiras procedimentais de quem vende pouco e com frequência é a forma mais eficiente de proteger margem.

Com o *de minimis* suspenso nos EUA, a alternativa para o pequeno é agregar carrinhos e redirecionar mercados — o que só se sustenta se a saída no Brasil não travar no balcão. É exatamente o que a atualização do teto entrega.

A Medida Provisória, com força de lei (art. 62 da Constituição Federal), pode fixar parâmetros legais para o despacho por remessa internacional e determinar a adequação dos atos infralegais (v.g., IN RFB nº 1.737/2017).

O encaixe no Capítulo II evita dispersão normativa e ancora a alteração no bloco de medidas de apoio previsto na própria MP. Resultados esperados: menor custo de conformidade, liberação mais rápida, preservação de margens e manutenção de empregos — sobretudo entre MPE.

Em termos claros: os EUA fecharam a janela do *de minimis*; nós abrimos a porta da DRE. Medida simples, proporcional e imediatamente útil para quem mais precisa.

Considerando os argumentos acima, contamos com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da emenda apresentada.

Referências:

Casa Branca – Ordem Executiva (30/07/2025) suspendendo o *de minimis* (\leq US\$ 800) a partir de 29/08/2025. [The White House](#)



White House – Fact Sheet sobre suspensão do de minimis e marcos de vigência. [The White House](#)

Hogan Lovells – Alerta jurídico (resumo técnico da medida). www.hoganlovells.com

White & Case – Insight (detalhes de escopo e data de vigência). [White & Case](#)

DHS – Release sobre o fim do de minimis. [U.S. Department of Homeland Security](#)

MDIC – Nota oficial sobre a ordem executiva dos EUA e produtos/percentuais alcançados. [Serviços e Informações do Brasil Agência Gov](#)

MDIC – Recorde de empresas exportadoras (2024). [Serviços e Informações do Brasil+1](#)

MDIC–Amcham – Empresas brasileiras que exportam para os EUA (estudo) e foco em bens de maior valor agregado. [Serviços e Informações do Brasil](#)

ApexBrasil – Dia Internacional das MPes / apoio a MPes. [ApexBrasil](#)

Cesta de produtos e capítulos tarifários (MDIC) – top itens e enquadramentos por capítulo. [Serviços e Informações do Brasil](#)

Amcham – Monitor do Comércio BR–EUA (jul/2025) – dinâmica recente por produto. mkt.amcham.com.br [Amcham Brasil](#)

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Art. XXX Fica permitida a transferência intragrupo de créditos de PIS e COFINS que, de acordo com a legislação vigente, sejam compensáveis com outros tributos federais ou sujeitos à ressarcimento, para empresas produtoras de biocombustíveis pertencentes ao mesmo Grupo Econômico, para uso por estas na compensação com quaisquer tributos federais.

§ 1º. O produtor de biocombustíveis detentor de saldos de créditos de PIS e COFINS decorrentes de operações de frete e armazenagem com biocombustíveis fica autorizado a utilizar tais créditos nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.116/2005, independentemente da data de constituição desses saldos.

§ 2º. Fica atribuída exclusivamente ao cedente dos créditos a responsabilidade em caso de qualquer questionamento fiscal quanto a legitimidade dos créditos transferidos e eventual autuação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta foi elaborada a partir debates com a Frente Parlamentar Agropecuária – FPA e o Instituto Pensar Agro e visa instituir um tratamento fiscal que favoreça diretamente os produtores de biocombustíveis, em especial os de etanol de primeira e segunda geração, permitindo a transferência intragrupo de créditos de PIS e Cofins compensáveis com tributos federais ou sujeitos a ressarcimento. A medida reconhece que tais produtores incorrem em investimentos elevados para instalação e manutenção de suas plantas, notadamente no caso do etanol de segunda geração, cuja produção é intensiva em tecnologia e capital.



O mecanismo proposto reforça a liquidez e a sustentabilidade econômica do setor ao possibilitar que créditos acumulados em outras empresas do mesmo grupo sejam aproveitados pelos produtores de biocombustíveis, liberando recursos essenciais para a expansão da oferta. Além disso, o § 1º garante que os créditos de operações de frete e armazenagem possam ser utilizados de imediato para compensar quaisquer tributos federais, enquanto o § 2º estabelece responsabilidade exclusiva do cedente em caso de questionamento fiscal, preservando a segurança jurídica da operação.

Mais do que uma medida de ajuste tributário, a proposição deve ser compreendida em um contexto de segurança nacional e soberania energética. O recente tarifaço norte-americano sobre produtos brasileiros, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025, evidencia a vulnerabilidade externa do país e a necessidade de fortalecer cadeias produtivas internas estratégicas. O setor de biocombustíveis, além de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e de importações, projeta o Brasil como líder global em energia renovável e contribui para a segurança alimentar ao gerar demanda para a produção agrícola nacional.

Assim, a emenda complementa os objetivos centrais da MP ao assegurar competitividade, estimular inovação tecnológica e ampliar a resiliência do agronegócio e da indústria de biocombustíveis frente a choques internacionais. Trata-se, portanto, de medida alinhada ao art. 225 da Constituição Federal, que orienta políticas públicas e regimes fiscais favorecidos voltados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

**Deputado Arnaldo Jardim
(CIDADANIA - SP)
Deputado Federal**





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Art. XX. O inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

I - adubos ou fertilizantes, inclusive bioinsumos, exceto os produtos de uso veterinário, e suas matérias-primas;

II - defensivos agropecuários, inclusive bioinsumos, e suas matérias primas;

.....

IV - corretivo de solo de origem mineral ou orgânica;

.....

VI - inoculantes agrícolas produzidos a partir de microrganismos;

.....

XXIII - óleo de soja classificado na posição 15.07 da Tipi e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.15 da Tipi;

.....

XLIII – Substratos para plantas; XLIV – os seguintes produtos destinados à alimentação de animais classificados nas posições 01.02, 01.04, 03.01, 03.06, 03.07 e 03.08 da Tipi:



a) rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto nos códigos 2309.10.00 e 2309.90.30, e gérmen de milho classificado na subposição 1104.30.00; e

b) ácido fosfórico, classificado na subposição 2809.20, fosfato bicálcico e demais fosfatos de cálcio, classificados nos códigos 2835.25.00 e 2835.26.00, e ureia pecuária, classificada na subposição 3102.10.

.....

§ 8º A redução a zero de que trata o inciso XLIV deste artigo:

I – não alcança a receita bruta auferida nas vendas a varejo; e

II – aplicar-se-á nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.” (NR)

Art. XX As alterações nos incisos I, II, IV e VI do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 são consideradas interpretativas.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta foi elaborada a partir debates com a Frente Parlamentar Agropecuária – FPA e o Instituto Pensar Agro, que entende que a ampliação do rol de insumos agropecuários alcançados pela alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins corrige, antes de tudo, uma distorção reconhecida pelo próprio Congresso: a aplicação restritiva do art. 1º, I, da Lei 10.925/2004 deixa de fora do adequado tratamento tributário diversos insumos.

Essa exclusão impõe hoje uma tributação efetiva extremamente elevada nas vendas internas desses produtos, bem como na importação, elevando o custo de produção em um momento de forte alta internacional de insumos – dinâmica que o relatório do PL 2022/2022 aponta como fator central na inflação do setor.

Manter essa tributação diferenciada transfere o ônus para toda a cadeia: importadores, distribuidores e, por fim, o produtor rural, que vê sua



margem encolher quando compra, por exemplo, rocha fosfática ou ureia pecuária oneradas. O resultado é perda de competitividade frente a concorrentes externos que, em muitos casos, subsidiam seus insumos.

Mais do que uma questão tributária, o tema envolve soberania nacional. O setor agropecuário brasileiro, responsável por assegurar alimentos acessíveis à população e superávits expressivos na balança comercial, depende de insumos básicos cuja produção ainda é majoritariamente importada. A dependência externa em fertilizantes e corretivos expõe o país a choques de oferta e geopolíticos, comprometendo a segurança alimentar e, por consequência, a segurança nacional.

A inclusão expressa de adubos e defensivos biológicos, corretivos, inoculantes microbianos, substratos e rações minerais na lista de alíquota zero reequilibra o tratamento fiscal, estimula a adoção de tecnologias sustentáveis reconhecidas por Embrapa e MAPA – como bioinsumos que reduzem a dependência de nitrogenados fósseis – e mitiga pressões futuras sobre preços de alimentos.

Além do efeito direto na formação de custos, a medida reduz litígios administrativos e judiciais: ao declarar interpretativas as alterações nos incisos I, II, IV e VI, o texto reflete entendimento já consolidado de que esses produtos se enquadram no conceito de insumo agropecuário, mas vinham sendo excluídos apenas por tecnicismo de classificação tarifária.

Com isso, elimina-se a incerteza que trava investimentos em misturadoras, biofábricas e unidades de micronutrientes, liberando capital para expansão de oferta interna justamente quando o Plano Nacional de Fertilizantes aponta a substituição de importações como prioridade estratégica.

Do ponto de vista macroeconômico, a renúncia é largamente compensada pelo aumento de produção, arrecadação de tributos setoriais sobre volumes maiores e estabilização de preços no atacado, efeito já previsto pelo substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara, que estimou redução imediata de até 4% no custo do fertilizante final.



Em síntese, a emenda alinha a política tributária à realidade tecnológica do campo, fortalece a autonomia nacional na produção de insumos estratégicos, protege a segurança alimentar, reduz a inflação de alimentos e consolida o agro brasileiro como ativo de interesse estratégico para o país, razão pela qual merece integral acolhimento.

A presente emenda também dialoga diretamente com o contexto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos às exportações brasileiras, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025. Se, de um lado, a Medida Provisória busca proteger setores industriais e exportadores nacionais dos efeitos de medidas unilaterais externas, de outro, é igualmente estratégico fortalecer o setor agropecuário interno, garantindo-lhe acesso a insumos a custos compatíveis. Afinal, um país que assegura sua base produtiva – tanto na indústria exportadora quanto no campo – reduz vulnerabilidades externas e reforça sua soberania econômica e alimentar, enfrentando com mais resiliência choques internacionais como o tarifaço ora em curso.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

**Deputado Arnaldo Jardim
(CIDADANIA - SP)
Deputado Federal**





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais:

Art. xx. Revoga-se o artigo 74-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta foi elaborada a partir debates com a Frente Parlamentar Agropecuária – FPA e o Instituto Pensar Agro e propõe a supressão do art. 74-A da Lei nº 9.430/1996, introduzido pela Lei nº 14.873/2024, que impôs limite mensal à compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

A restrição criada pelo dispositivo em questão representa grave retrocesso em matéria de segurança jurídica e respeito à coisa julgada. O crédito tributário decorrente de decisão definitiva do Poder Judiciário constitui direito líquido e certo do contribuinte, não podendo ser artificialmente limitado por ato infralegal do Ministro da Fazenda. Tal limitação converte uma vitória judicial em um benefício esvaziado, diluído no tempo, que impede o contribuinte de obter o pleno efeito econômico da decisão que lhe foi favorável.

Além da violação à coisa julgada, a medida fere os princípios da proporcionalidade e da vedação ao confisco, ao impor ao contribuinte custos financeiros desnecessários, obrigando-o a manter débitos em aberto ou a recorrer



a endividamento enquanto seus créditos legítimos permanecem represados pela trava mensal.

O contexto atual do tarifaço norte-americano – que motivou a edição da MP nº 1.309/2025 – reforça a urgência da supressão desse dispositivo. Se o Brasil enfrenta barreiras externas que reduzem a competitividade das empresas nacionais, é incoerente manter entraves internos que drenam liquidez, aumentam incerteza regulatória e comprometem a capacidade de reação do setor produtivo. Ao contrário: é preciso devolver previsibilidade e confiança, assegurando que créditos reconhecidos pelo Poder Judiciário cumpram imediatamente seu papel de neutralizar a carga tributária.

Do ponto de vista macroeconômico, a supressão do art. 74-A não representa renúncia de receita, mas apenas a restituição tempestiva de valores que a União foi condenada judicialmente a devolver. Sua manutenção apenas alonga artificialmente a execução das decisões judiciais e amplia a litigiosidade, criando um passivo desnecessário para empresas e para o próprio Estado.

Em síntese, ao eliminar o limite mensal para a compensação de créditos judiciais, esta emenda fortalece a segurança jurídica, reduz distorções econômicas, melhora a liquidez das empresas e contribui para a resiliência do Brasil frente ao cenário adverso do comércio internacional. Trata-se de medida que complementa os objetivos centrais da MP nº 1.309/2025, ao reforçar a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

**Deputado Arnaldo Jardim
(CIDADANIA - SP)
Deputado Federal**





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Art. XX Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se inclusive para os créditos já registrados e sujeitos a pedido de restituição pelo contribuinte:

Art. 73-A. Não se aplica o disposto nos incisos VI, VII e IX, do §3º, do artigo 74, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aos créditos relativos aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil apropriados pelo contribuinte com base nas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, submetidos a pedido de restituição, mas ainda não utilizados pelo contribuinte para compensação, não podendo tais créditos ser objeto de lançamento de ofício para quaisquer fins.

Parágrafo único. O direito de crédito somente poderá ser objeto de glosa e eventualmente autuação a partir do momento em que o contribuinte efetivamente utilizar o crédito para dedução em sua apuração fiscal ou por compensação com outros tributos federais.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta foi elaborada a partir debates com a Frente Parlamentar Agropecuária – FPA e o Instituto Pensar Agro e pretende a inclusão do art. 73-A na Lei 9.430/1996 fundamenta-se na necessidade de alinhar o processo de fiscalização tributária aos princípios constitucionais de legalidade, segurança jurídica, confiança legítima, proporcionalidade e vedação ao confisco. Os contribuintes lançaram em seus livros créditos expressamente autorizados pelas Leis Complementares nº 192 e nº 194 de 2022, mas correm o risco de autuação



já na fase de escrituração, isto é, antes de qualquer utilização econômica desses valores, em razão de reiteradas tentativas da administração tributária de restringir o aproveitamento de créditos legítimos.

Essa prática, além de violar a lógica da não cumulatividade, gera cobrança em duplicidade e impõe custos financeiros desnecessários a empresas que apenas registram créditos, sem qualquer impacto real sobre a arrecadação. A antecipação da glosa cria incerteza regulatória, eleva litigiosidade no CARF e obriga contribuintes a manter depósitos e garantias onerosas em torno de créditos “de papel”.

O dispositivo ora proposto preserva o poder de fiscalização da Receita Federal, que continuará apta a glosar créditos e lavrar autos quando houver efetiva compensação, mas evita sanções desproporcionais antes de qualquer benefício econômico. Ao concentrar a fiscalização no momento da utilização do crédito, a medida melhora o ambiente de negócios, reduz o contencioso administrativo e judicial e aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação sobre valor agregado.

Mais do que uma correção técnica, trata-se de medida com impacto estratégico no contexto do tarifaço norte-americano, que levou à edição da MP nº 1.309/2025. Se os Estados Unidos impõem barreiras unilaterais para enfraquecer a competitividade brasileira, o Brasil não pode, internamente, impor obstáculos adicionais que minam a liquidez e a segurança jurídica de suas empresas. Essa emenda garante coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna, fortalecendo a resiliência do setor produtivo em um cenário de disputas internacionais.

Do ponto de vista macroeconômico, a proposta elimina custos inúteis, melhora a alocação de recursos da fiscalização e favorece investimentos, sobretudo de startups e pequenas empresas, que são mais vulneráveis a longos litígios. Em linha com a reforma tributária em curso, a medida reforça a previsibilidade do sistema, reduz incertezas e protege a competitividade nacional.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Arnaldo Jardim
(CIDADANIA - SP)
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252226535200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arnaldo Jardim



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 14-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 14-1.** Dê-se a seguinte redação ao Art 14 e renumere os demais artigos previstos na Medida Provisória 1309 de 13 de agosto de 2025: Art. 14. O disposto neste Capítulo aplica-se, em caráter excepcional e temporário, até 31 de dezembro de 2026, também à aquisição produtos manufaturados e insumos considerados estratégicos, destinados a contribuir para a execução de programas e ações governamentais de relevante interesse nacional, dentre os quais se destacam o **Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, o Sistema Único de Saúde – SUS, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**, e outros que venham a atender às demandas emergenciais das empresas afetadas por medidas econômicas decorrentes de crises ou situações de instabilidade de mercado. § 1º Caberá ao Poder Executivo, por meio de regulamentação própria, definir e atualizar a lista de aquisição produtos manufaturados e insumos considerados estratégicos que poderão receber tratamento diferenciado, observados os critérios de **interesse público, essencialidade, impacto socioeconômico e preservação de empregos**. § 2º A ampliação prevista neste artigo não prejudica as condições já estabelecidas para a aquisição de gêneros alimentícios, devendo ser observadas regras complementares que assegurem a transparência e a **adequada prestação de contas** dos recursos empregados. § 3º As aquisições públicas realizadas no âmbito desta Medida Provisória deverão observar, no que couber, o disposto no **Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024**, que regulamenta a aplicação **da margem de preferência**. ”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.309/2025, em seu Capítulo VIII, prevê medidas excepcionais voltadas à aquisição de gêneros alimentícios, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos de crises e assegurar a continuidade da atividade produtiva.

Entretanto, diversos insumos estratégicos, igualmente essenciais para o funcionamento de cadeias produtivas e para a execução de programas governamentais prioritários, não estão contemplados pelo texto original. Essa limitação pode comprometer a efetividade da política pública, restringindo sua capacidade de resposta às demandas emergenciais das empresas afetadas pelo impacto econômico do chamado “tarifaço”.

A presente emenda propõe a ampliação temporária, até 31 de dezembro de 2026, da abrangência das medidas excepcionais, possibilitando que sejam incluídos insumos destinados a programas de grande relevância nacional, como o Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, o Sistema Único de Saúde – SUS, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, entre outros. Dessa forma, além de apoiar as empresas atingidas, a medida contribui para a execução de políticas públicas fundamentais nas áreas de infraestrutura, saúde e educação.

A regulamentação pelo Poder Executivo permitirá a definição criteriosa da lista de insumos, com base em parâmetros de essencialidade, interesse público, impacto socioeconômico e preservação de empregos, garantindo flexibilidade e rápida adaptação às necessidades conjunturais.

Além disso, a previsão expressa de observância ao Decreto nº 11.890/2024, que regulamenta a aplicação da margem de preferência nas compras públicas, reforça o compromisso com a valorização da produção nacional, a



preservação da competitividade da indústria brasileira e a transparência na utilização dos recursos públicos.

Assim, a medida amplia o alcance do Capítulo VIII, garantindo maior efetividade, segurança jurídica e alinhamento às políticas estratégicas do Governo Federal, ao mesmo tempo em que oferece às empresas afetadas um canal de recuperação econômica por meio da participação em compras governamentais.

Deputado Pedro Westphalen

(PP/RS)

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 3º-1 ao Capítulo I da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 3º-1. No art. 4º da Medida Provisória nº 1.309, de 13 de agosto de 2025, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, acrescente-se à redação do art. 3º, inciso I, a alínea c, e modifique-se o §4º do mesmo artigo, renumerando-se os demais dispositivos, se necessário, nos seguintes termos: Art. 3º..... c) nas operações contratadas com beneficiários abrangidos pelo disposto no art. 6º-I desta Lei, incluído por esta Medida Provisória, a taxa de juros anual não poderá exceder o limite definido na alínea b deste parágrafo, sendo aplicada redução proporcional, conforme o grau de dependência das exportações para o mercado dos Estados Unidos da América, apurado com base na média dos dois anos-calendário anteriores à contratação, nos seguintes termos: I – redução de 25% (vinte e cinco por cento) para dependência igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) e inferior a 50% (cinquenta por cento); II – redução de 50% (cinquenta por cento) para dependência igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) e inferior a 75% (setenta e cinco por cento); III – redução de 75% (setenta e cinco por cento) para dependência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e inferior a 90% (noventa por cento); IV – redução de 90% (noventa por cento) para dependência igual ou



superior a 90% (noventa por cento). § 4º O ato do Ministro de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte de que trata o caput deste artigo definirá também a taxa de juros aplicável à linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe, observado o máximo previsto no inciso I do caput e, no caso das operações abrangidas pela alínea c do inciso I, as reduções ali estabelecidas. Dê-se a seguinte redação a Lei 13999 de 18 de maio de 2020 que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), alterando o art 2º, incluindo o § 3º-B: Art. 2º.....

§ 3º- B Quando se tratar de pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, especialmente os impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos poderá ser aplicado as medidas de mecanismos de Preservação do Emprego, sendo: Art. XX Quando se tratar de pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, especialmente os impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos poderá ser aplicado as medidas de mecanismos de Preservação do Emprego, sendo: I – suspensão temporária do contrato de trabalho por até 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período, mediante acordo individual ou coletivo, devidamente comunicado ao Ministério do Trabalho e Emprego em até 10 (dez) dias, respeitadas as condições previstas na legislação trabalhista; II – redução proporcional da jornada de trabalho e do salário em percentuais de 25% (vinte e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) ou 70% (setenta por cento), pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser adotadas de forma combinada ou sucessiva, desde que não ultrapassem o prazo total referido; III – benefício emergencial de preservação do emprego e da renda, custeado com recursos da União, pago ao trabalhador durante o período de suspensão ou redução, em caráter escalonado, conforme o grau de dependência das exportações para os Estados Unidos, calculado com base



no valor do seguro-desemprego a que teria direito, nos seguintes termos: a) para empresas cuja dependência seja superior a 25% e até 50%, a União custeará até 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício, sendo o restante complementado pela empresa; b) para empresas cuja dependência seja superior a 50% e até 75%, a União custeará até 75% (setenta e cinco por cento) do valor do benefício, sendo o restante complementado pela empresa; c) para empresas cuja dependência seja superior a 75%, a União custeará 100% (cem por cento) do valor do benefício.

IV - A adesão aos mecanismos previstos no art. 16 não implicará aumento da taxa de juros, penalidades contratuais, exigência de garantias adicionais ou restrições de acesso aos benefícios previstos nesta Medida Provisória. V - O trabalhador submetido aos mecanismos previstos no art. 16 terá estabilidade provisória durante o período de redução ou suspensão e por igual período após o restabelecimento da jornada normal ou do contrato de trabalho, vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa. VI -. Durante o período de suspensão ou redução, o empregador poderá oferecer programas de qualificação profissional, presenciais ou a distância, em cooperação com o SENAI, SENAC ou outras entidades credenciadas, sem que isso gere encargos trabalhistas ou tributários adicionais. VII - Deverá ser publicado ato do Poder Executivo definindo critérios e elegibilidades contemplando as demais características previstas para preservar o emprego e a renda; garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; e reduzir o impacto social decorrente das imposições de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América, prevendo: a) o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; b) a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário; e c) a suspensão temporária do contrato de trabalho.....

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo aprimorar as condições de financiamento do Pronampe para empresas exportadoras de bens e serviços, bem



como para seus fornecedores, especialmente os impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

Esses beneficiários estão definidos no art. 6º-I da Lei nº 13.999/2020, incluído pela Medida Provisória nº 1.309/2025, que autoriza o uso de recursos do FGO para apoio específico a esse grupo.

A proposta insere a alínea c no inciso I do art. 3º da Lei nº 13.999/2020, estabelecendo um mecanismo de redução proporcional da taxa de juros máxima prevista na alínea b, conforme o grau de dependência das exportações para o mercado norte-americano. A apuração será feita com base na média dos dois últimos anos-calendário.

As faixas de redução — 25%, 50%, 75% e 90% — calibram o apoio creditício de forma proporcional ao risco enfrentado, garantindo tratamento mais justo e efetivo, além de alinhar a política de crédito às necessidades de preservação da competitividade e manutenção de empregos.

A alteração do §4º do mesmo artigo assegura que o ato ministerial observe essas reduções, conferindo segurança jurídica e previsibilidade à regulamentação. A medida não implica aumento de despesa fiscal, pois a redução incide apenas sobre o adicional permitido por lei.

No contexto da crise gerada pelas tarifas adicionais impostas pelos Estados Unidos, implementar medidas de preservação de empregados adotadas em instrumentos já testados durante a pandemia de COVID-19 pela Lei nº 14.020/2020, a saber: suspensão temporária de contratos, redução proporcional de jornada e salário e benefício emergencial custeado pela União. Esses instrumentos conferem flexibilidade às empresas e asseguram proteção ao trabalhador.



Isto garante que a adesão a esses mecanismos não resulte em custos financeiros adicionais ou restrições no acesso aos benefícios da MP, conferindo segurança jurídica às partes, além de assegura estabilidade provisória ao trabalhador, impedindo demissões arbitrárias durante e após o período de aplicação das medidas.

Também possibilita incentivar a qualificação profissional no período de suspensão ou redução, promovendo ganhos de produtividade e competitividade.

Deputado Pedro Westphalen

(PP/RS)

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se inciso IX ao *caput* do art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

IX - Acrescentem-se inciso IX ao *caput* do art. 1º e art. 14-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação: “Art. 1º.....

IX -.....” “Art. 14-1. Acrescente-se art. 14-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação: “Art. 14-1. 1 - Fica reeditado, no âmbito da Medida Provisória nº 1.309, de 13 de agosto de 2025, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, com aplicação específica para empresas exportadoras de bens e serviços e seus fornecedores diretamente impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América. § 1º O programa terá como objetivos: I – preservar o emprego e a renda; II – garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; III – reduzir o impacto social decorrente da perda de mercado externo. § 2º São medidas do programa: I – o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; II – a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário; III – a suspensão temporária do contrato de trabalho. § 3º O Benefício Emergencial será custeado com recursos da União e terá como base de cálculo o valor mensal do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, proporcional à redução ou suspensão pactuada. § 4º O programa será regulamentado por ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, podendo prever: I – critérios de elegibilidade; II – prazos máximos de adesão; III – formas de pactuação individual ou coletiva; IV – garantias provisórias no emprego; V – mecanismos de fiscalização e penalidades. § 5º Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 14.020, de 2020, no que forem compatíveis com o novo contexto regulatório e econômico.”



.....”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 1º da MP 1.309/2025 define os objetivos e matérias disciplinadas pela norma. A inclusão do inciso IX explicita a previsão de mecanismos de preservação do emprego, reforçando a base legal para sua aplicação.

No âmbito do Pronampe (Lei nº 13.999/2020), a alteração proposta permite que as empresas possam, alternativamente à obrigação de manter postos de trabalho, aderir aos mecanismos previstos no novo Capítulo IX da MP 1.309/2025. Essa flexibilização garante que a preservação do emprego possa ser cumprida de forma adaptada à conjuntura econômica e às dificuldades específicas das empresas exportadoras impactadas pelas tarifas norte-americanas.

Deputado Pedro Westphalen - PP/RS

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 14-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 14-1.** Dê-se a seguinte redação ao Art 14 e renumere os demais artigos previstos na Medida Provisória 1309 de 13 de agosto de 2025: Art. 14.1 O disposto neste Capítulo aplica-se, em caráter excepcional e temporário, até 31 de dezembro de 2026, também à aquisição produtos manufaturados e insumos considerados estratégicos, destinados a contribuir para a execução de programas e ações governamentais de relevante interesse nacional, dentre os quais se destacam o **Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, o Sistema Único de Saúde – SUS, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**, e outros que venham a atender às demandas emergenciais das empresas afetadas por medidas econômicas decorrentes de crises ou situações de instabilidade de mercado. § 1º Caberá ao Poder Executivo, por meio de regulamentação própria, definir e atualizar a lista de aquisição produtos manufaturados e insumos considerados estratégicos que poderão receber tratamento diferenciado, observados os critérios de **interesse público, essencialidade, impacto socioeconômico e preservação de empregos**. § 2º A ampliação prevista neste artigo não prejudica as condições já estabelecidas para a aquisição de gêneros alimentícios, devendo ser observadas regras complementares que assegurem a transparência e a **adequada prestação de contas** dos recursos empregados. § 3º As aquisições públicas realizadas no âmbito desta Medida Provisória deverão observar, no que couber, o disposto no **Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024**, que regulamenta a aplicação **da margem de preferência**. ”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 1.309/2025, em seu Capítulo VIII, prevê medidas excepcionais voltadas à aquisição de gêneros alimentícios, com o objetivo de mitigar os efeitos adversos de crises e assegurar a continuidade da atividade produtiva.

Entretanto, diversos insumos estratégicos, igualmente essenciais para o funcionamento de cadeias produtivas e para a execução de programas governamentais prioritários, não estão contemplados pelo texto original. Essa limitação pode comprometer a efetividade da política pública, restringindo sua capacidade de resposta às demandas emergenciais das empresas afetadas pelo impacto econômico do chamado “tarifaço”.

A presente emenda propõe a ampliação temporária, até 31 de dezembro de 2026, da abrangência das medidas excepcionais, possibilitando que sejam incluídos insumos destinados a programas de grande relevância nacional, como o Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, o Sistema Único de Saúde – SUS, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, entre outros. Dessa forma, além de apoiar as empresas atingidas, a medida contribui para a execução de políticas públicas fundamentais nas áreas de infraestrutura, saúde e educação.

A regulamentação pelo Poder Executivo permitirá a definição criteriosa da lista de insumos, com base em parâmetros de essencialidade, interesse público, impacto socioeconômico e preservação de empregos, garantindo flexibilidade e rápida adaptação às necessidades conjunturais.



Além disso, a previsão expressa de observância ao Decreto nº 11.890/2024, que regulamenta a aplicação da margem de preferência nas compras públicas, reforça o compromisso com a valorização da produção nacional, a preservação da competitividade da indústria brasileira e a transparência na utilização dos recursos públicos.

Assim, a medida amplia o alcance do Capítulo VIII, garantindo maior efetividade, segurança jurídica e alinhamento às políticas estratégicas do Governo Federal, ao mesmo tempo em que oferece às empresas afetadas um canal de recuperação econômica por meio da participação em compras governamentais.

Deputado Pedro Westphalen

(PP/RS)

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional, e nos anos de 2025 e 2026, os percentuais de créditos presumidos a que se referem o artigo 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e o artigo 15, da Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013, ficam majorados em 100% (cem por cento) para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Os créditos referidos no caput deverão ser ressarcidos em até 30 (trinta) dias após o pedido efetuado pelo contribuinte.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a majoração, em 100% (cem por cento), do percentual de crédito presumido previsto no art. 8º da Lei nº 10.925/2004, em caráter excepcional e restrito aos exercícios de 2025 e 2026, para pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadas para os Estados Unidos da América.

A medida se fundamenta no cenário adverso criado pelo tarifaço norte-americano, que elevou de forma abrupta as tarifas incidentes sobre diversos produtos do agronegócio e da indústria brasileira, reduzindo margens de exportadores, cancelando contratos e comprometendo a previsibilidade de setores inteiros.

O crédito presumido de PIS/Pasep e Cofins é um mecanismo já consolidado de desoneração, utilizado justamente para neutralizar a cumulatividade residual dessas contribuições em cadeias produtivas exportadoras. Sua majoração temporária atua como instrumento emergencial de



recomposição da competitividade das empresas brasileiras frente ao aumento artificial de custos imposto externamente.

Do ponto de vista econômico, a medida garante liquidez imediata às empresas exportadoras, permitindo a manutenção de empregos, investimentos e contratos de fornecimento, além de estimular a busca de novos mercados para compensar a retração das vendas aos EUA. Do ponto de vista fiscal, a proposta não representa renúncia estrutural de receita, mas apoio transitório e focalizado, limitado a dois exercícios e condicionado às exportações destinadas ao mercado norte-americano.

A adoção de um crédito presumido majorado reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se o tarifaço busca fragilizar a posição brasileira no comércio internacional, o país deve responder com medidas que assegurem a continuidade da produção e da competitividade de seus setores estratégicos.

Em síntese, a emenda representa um instrumento de alívio emergencial e temporário, que protege a base exportadora nacional, garante empregos e reforça a resiliência da economia brasileira diante de medidas unilaterais externas, razão pela qual merece integral acolhimento.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Sergio Souza
(MDB - PR)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** O Congresso Nacional decreta: Art. 1º. Acrescente-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1309/2025, renumerando-se os demais: Art. XX. Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos. §1º Os créditos serão calculados sobre o volume de exportação realizado nos últimos 12 (doze) meses da publicação dessa lei. §2º. Os créditos apurados poderão ser utilizados para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja e café destinadas ao mercado dos Estados Unidos da América.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o



principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.

O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Sergio Souza
(MDB - PR)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica instituído, em caráter temporário, pelo prazo de 12 (doze) meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas da cadeia de exportação, para os Estados Unidos da América, de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose, observado o limite global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 1º O crédito será calculado sobre o volume de exportação realizado nos 12 (doze) meses anteriores à edição desta Medida Provisória, conforme critérios e limites definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º O crédito poderá ser utilizado para compensação com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou ressarcido em espécie, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º Para os fins deste artigo, integram a cadeia de exportação as pessoas jurídicas fornecedoras diretas de insumos, bens intermediários ou serviços destinados à produção dos produtos exportados aos Estados Unidos da América.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica a fornecimentos ou operações realizadas com partes relacionadas situadas fora do território nacional.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda institui, pelo prazo de 12 meses, crédito outorgado de PIS/Pasep e da Cofins, limitado ao valor global de R\$ 2 bilhões, destinado às pessoas jurídicas da cadeia de exportação de café, suco de laranja, carnes bovina e suína, frutas tropicais, pescados, ovos, açúcar, mel, madeira, papel e celulose.



A medida se justifica pelo contexto excepcional criado pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos da América, que elevou abruptamente em até 50% as tarifas incidentes sobre exportações brasileiras desses setores estratégicos. A agressão comercial norte-americana compromete não apenas os exportadores diretos, mas também toda a cadeia produtiva que lhes fornece insumos, serviços e bens intermediários, gerando cancelamento de pedidos, acúmulo de estoques e perda de liquidez.

O crédito outorgado proposto funciona como mecanismo de compensação emergencial, devolvendo liquidez e preservando margens em segmentos que têm papel decisivo para a balança comercial e para a segurança econômica do país. Café, carnes, suco de laranja, celulose e frutas tropicais não apenas sustentam parte expressiva do superávit externo, mas também garantem milhões de empregos diretos e indiretos no campo e na indústria.

Do ponto de vista fiscal, a medida não constitui renúncia permanente de receita, mas apoio temporário e focalizado, com limite global definido em R\$ 2 bilhões e critérios de elegibilidade a serem estabelecidos pelo Ministério da Fazenda. Assim, assegura previsibilidade, controle orçamentário e compatibilidade com a responsabilidade fiscal.

Sob a ótica econômica, a medida garante fôlego financeiro às empresas até que consigam redirecionar fluxos comerciais para outros mercados, evitando um choque de produção e de emprego que poderia aprofundar os efeitos do tarifaço. Além disso, reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política tributária interna: se os Estados Unidos buscam enfraquecer a competitividade brasileira por meio de tarifas punitivas, cabe ao Brasil proteger sua base produtiva e assegurar resiliência.

Em síntese, esta proposta protege setores-chave do agronegócio brasileiro, preserva empregos, garante liquidez e fortalece a capacidade do país de enfrentar agressões externas sem comprometer a sustentabilidade fiscal. Por essas razões, a emenda merece integral acolhimento.



Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Sergio Souza
(MDB - PR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253617705100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sergio Souza





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Em caráter excepcional e pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o percentual do Reintegra de que tratam as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.043, de 13 de novembro de 2014, fica fixado em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de suco de laranja, laranja, cacau, café e pescados, bem como os todos os seus subprodutos.

Parágrafo único. O crédito apurado poderá ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 (trinta dias) e nos termos da legislação aplicável, independentemente de ato regulamentar.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fixar, em caráter excepcional e pelo prazo de 24 meses, o percentual do Reintegra em 5% (cinco por cento) para as receitas de exportação de produtos agropecuários.

A medida se justifica pelo impacto severo do tarifaço imposto pelos EUA, que elevou abruptamente as tarifas de importação desses produtos, setores nos quais o Brasil possui posição de liderança mundial e forte dependência do mercado norte-americano. No caso do suco de laranja, mais de 60% da demanda norte-americana é atendida por exportadores brasileiros; já no café, os EUA são o principal destino das exportações nacionais, representando mais de 16% do valor total exportado.



O aumento tarifário compromete diretamente a competitividade desses produtos, reduzindo margens, gerando cancelamento de contratos e impondo custos adicionais a exportadores e fornecedores. A elevação do percentual do Reintegra para 5% constitui mecanismo emergencial de compensação dos custos tributários residuais na cadeia de produção, devolvendo liquidez e atenuando os efeitos da barreira comercial imposta ao Brasil.

Do ponto de vista fiscal, a medida não configura renúncia estrutural de receita, mas sim instrumento transitório de recomposição da competitividade, limitado a 24 meses e restrito a dois setores específicos diretamente afetados pelo tarifaço. Do ponto de vista econômico, protege cadeias produtivas que sustentam milhares de empregos no campo e na indústria, asseguram superávit na balança comercial e contribuem decisivamente para a segurança econômica do país.

Em síntese, a proposta reforça a coerência entre a política de defesa comercial externa e a política fiscal interna: se o tarifaço norte-americano busca enfraquecer a competitividade do Brasil, cabe ao país reagir com instrumentos que preservem sua base produtiva, protejam empregos e assegurem resiliência aos setores mais atingidos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Sergio Souza
(MDB - PR)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ficam autorizadas a instituir modalidade de transação tributária específica, por adesão, destinada a exportadores e seus fornecedores comprovadamente impactados pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.

§ 1º A transação poderá admitir:

I – entrada reduzida;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para quitação de até 70% (setenta por cento) do valor consolidado da dívida;

III – descontos em multas, juros e encargos legais.

§ 2º A fruição dos benefícios da transação fica condicionada à manutenção ou ampliação do número de empregos diretos durante todo o período de vigência do acordo.

§ 3º Caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, editar normas complementares para disciplinar os critérios, condições e prazos da transação.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo autorizar a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a instituírem modalidade de transação tributária específica, voltada a exportadores



e fornecedores diretamente impactados pelo tarifaço norte-americano, que motivou a edição da MP nº 1.309/2025.

O aumento abrupto das tarifas sobre produtos brasileiros ameaça a sustentabilidade financeira de setores estratégicos do agronegócio e da indústria, que enfrentam simultaneamente queda nas receitas externas e necessidade de adaptação de suas linhas de produção. Nesse contexto, a transação tributária surge como instrumento adequado de recomposição, pois possibilita a regularização de passivos fiscais sem comprometer a liquidez das empresas.

A proposta prevê condições diferenciadas, como entrada reduzida, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, além de descontos em multas e juros, de forma a compatibilizar a exigência de arrecadação com a realidade econômica excepcional vivida pelas empresas. Em contrapartida, a manutenção ou ampliação de empregos é estabelecida como condição essencial, assegurando que os benefícios concedidos se revertam em ganhos sociais concretos.

Do ponto de vista fiscal, a medida não representa renúncia, mas recuperação de créditos tributários que, em sua ausência, tenderiam a se tornar incobráveis em razão da crise de liquidez enfrentada pelos exportadores. Do ponto de vista econômico, preserva a capacidade produtiva, sustenta empregos e garante que empresas brasileiras possam enfrentar a adversidade sem recorrer a encerramento de atividades ou redução drástica de operações.

Em síntese, a transação tributária específica proposta representa uma resposta ágil e equilibrada do Estado brasileiro: ao mesmo tempo em que oferece fôlego às empresas atingidas pelo tarifaço, reforça a arrecadação futura e protege empregos, alinhando-se plenamente aos objetivos da MP nº 1.309/2025 de defesa da soberania econômica e da competitividade nacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Sergio Souza
(MDB - PR)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se aos incisos I e III do *caput* do art. 10 e ao inciso II do § 3º do art. 10 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 10.**

I – os compromissos de exportação para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros que não se encontram na lista de exceção;

.....

III – - a data de termo final das suspensões tributárias vinculadas ao ato concessório esteja compreendida entre 9 de julho e 9 de julho de 2027; e

.....

§ 3º

.....

II – contrato ou acordo comercial preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória ou nota fiscal de venda do fabricante-intermediário para a empresa industrial-exportadora, exclusivamente na hipótese prevista no § 1º.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.309/2025 foi editada como resposta às medidas impostas pelo governo do Estados Unidos, tendo como objetivo mitigar os impactos causados à economia e aos exportadores brasileiros.



Nesse sentido, as empresas do setor químico foram duramente afetadas pelas tarifas impostas sobre suas exportações aos Estados Unidos, impactando sobremaneira sua receita, que possui parcela significativa atrelada ao comércio internacional.

A presente emenda tem como objetivo viabilizar o cumprimento de compromisso estabelecido previamente junto ao Governo Federal e a correta comprovação de utilização de um benefício fiscal já concedido para as empresas do setor químico, na figura de ato concessório drawback suspensão previsto pela Portaria SECEX nº 44/2020, permitindo a suspensão ou isenção do imposto de Importação - II, do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação e do Adicional ao Frete para a Renovação de Marinha Mercante - AFRMM incidentes nas importações de mercadoria para emprego ou consumo na industrialização de produto a ser exportado.

Como os compromissos de exportação foram assumidos na concessão do incentivo, todas as exportações dentro da vigência dos atos concessórios serão afetadas pela sobretaxa, inclusive as com vencimento após 31 de dezembro de 2025.

Note-se que a inserção proposta não representa a ampliação deste benefício fiscal, visto que não altera os parâmetros que limitam o incentivo.

Trata-se apenas da manutenção de utilização do benefício já existente, tendo em vista o evidente impacto negativo das tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos, que podem levar à redução do volume das



exportações das empresas do setor químico, impactando negativamente sua receita.

Esta alteração busca garantir, em última instância, a manutenção dos significativos investimentos do setor industrial no Brasil, gerando empregos, movimentando nossa economia e prestigiando este importante setor da economia, mesmo em um cenário de incerteza na economia global.

Com base no exposto, peço o apoio dos colegas parlamentares para aprovação dessa emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Bibó Nunes
(PL - RS)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Este documento contém pendências de preenchimento e não deve ser protocolado até que estas sejam resolvidas:

- Existem dispositivos de norma alterada sem numeração informada.
- Existem dispositivos sem texto informado.

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 1º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 1º-1.** Acrescente-se onde couber, o seguinte artigo:

‘**Art. 1º** “A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:’ (NR)

‘**Artigo** ‘Art. 57-

D.....

§ 1º

§ 2º

º

§ 3º Exclusivamente para os exercícios de 2025 e 2026, os créditos adicionais que a pessoa jurídica não conseguir utilizar até o final de cada trimestre-calendário poderão ser:

I – compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – ressarcido em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria.’ (NR)

Paragrafo ’ (NR)”



Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.309/2025 foi editada como resposta às medidas impostas pelo governo do Estados Unidos, tendo como objetivo mitigar os impactos causados à economia e aos exportadores brasileiros.

Nesse sentido, as empresas do setor químico foram duramente afetadas pelas tarifas impostas sobre suas exportações aos Estados Unidos, impactando sobremaneira sua receita, que possui parcela significativa atrelada ao comércio internacional.

A presente emenda tem como objetivo facilitar a utilização de um benefício fiscal já concedido para as empresas do setor químico, na figura do crédito adicional das contribuições ao PIS e à COFINS previsto pelo art. 57-D da Lei nº 11.196/2005, permitindo o seu aproveitamento via compensação com demais impostos e contribuições administrados pela Receita Federal ou seu ressarcimento em espécie, observada a legislação aplicável.

Note-se que a inserção proposta **não** representa a ampliação deste benefício fiscal, visto que não altera os parâmetros que limitam o incentivo, quais sejam: (i) o montante efetivamente investido em ampliação da capacidade produtiva; e (ii) o montante equivalente à aplicação da alíquota de 0,5% e 1% sobre as bases de cálculo do PIS e da COFINS do contribuinte, respectivamente.



Trata-se apenas da garantia de utilização do benefício já existente, tendo em vista o evidente impacto negativo das tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos, que podem levar à redução da receita das empresas do setor químico, impactando negativamente sua base de cálculo do PIS e da COFINS e, possivelmente, impossibilitando o aproveitamento dos créditos adicionais previstos pela Lei nº 11.196/2005.

Esta alteração busca garantir, em última instância, a manutenção dos significativos investimentos do setor industrial no Brasil, gerando empregos, movimentando nossa economia e prestigiando este importante setor da economia, mesmo em um cenário de incerteza na economia global.

Com base no exposto, peço o apoio dos colegas parlamentares para aprovação dessa emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Bibó Nunes
(PL - RS)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

Este documento contém pendências de preenchimento e não deve ser protocolado até que estas sejam resolvidas:

- Existem dispositivos de norma alterada sem numeração informada.

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 15-1 ao Capítulo VIII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 15-1.** A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Artigo**

‘Art.

57-

D.....

§ 3º Exclusivamente para os exercícios de 2025 e 2026, os créditos adicionais que a pessoa jurídica não conseguir utilizar até o final de cada trimestre-calendário poderão ser:

I – compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – ressarcido em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria.” (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.309/2025 foi editada como resposta às medidas impostas pelo governo do Estados Unidos, tendo como objetivo mitigar os impactos causados à economia e aos exportadores brasileiros.

Nesse sentido, as empresas do setor químico foram duramente afetadas pelas tarifas impostas sobre suas exportações aos Estados Unidos, impactando sobremaneira sua receita, que possui parcela significativa atrelada ao comércio internacional.

A presente emenda tem como objetivo facilitar a utilização de um benefício fiscal já concedido para as empresas do setor químico, na figura do crédito adicional das contribuições ao PIS e à COFINS previsto pelo art. 57-D da Lei nº 11.196/2005, permitindo o seu aproveitamento via compensação com demais impostos e contribuições administrados pela Receita Federal ou seu ressarcimento em espécie, observada a legislação aplicável.

Note-se que a inserção proposta não representa a ampliação deste benefício fiscal, visto que não altera os parâmetros que limitam o incentivo, quais sejam: (i) o montante efetivamente investido em ampliação da capacidade produtiva; e (ii) o montante equivalente à aplicação da alíquota de 0,5% e 1% sobre as bases de cálculo do PIS e da COFINS do contribuinte, respectivamente.

Trata-se apenas da garantia de utilização do benefício já existente, tendo em vista o evidente impacto negativo das tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos, que podem levar à redução da receita das empresas do setor químico, impactando negativamente sua base de cálculo do PIS e da COFINS e, possivelmente, impossibilitando o aproveitamento dos créditos adicionais previstos pela Lei nº 11.196/2005.

Esta alteração busca garantir, em última instância, a manutenção dos significativos investimentos do setor industrial no Brasil, gerando empregos, movimentando nossa economia e prestigiando este importante setor da economia, mesmo em um cenário de incerteza na economia global.



Com base no exposto, peço o apoio dos colegas parlamentares para aprovação dessa emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Bibó Nunes
(PL - RS)
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256522633700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bibó Nunes





CONGRESSO NACIONAL

SCE para aviação civil no mercado interno

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

Suprima-se o § 10 do art. 27 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa suprimir a utilização de recursos do FGCE para o seguro de crédito em operações de crédito interno para o setor de aviação civil. Como se sabe, o setor não foi afetado pelas tarifas cobradas pelos Estados Unidos da América e ao permitir o uso do seguro de crédito para o mercado interno desvirtua-se a finalidade do seguro de crédito que é garantir e fomentar a exportação de bens e serviços brasileiros.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

**Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)
Líder do União Brasil**





CONGRESSO NACIONAL
Transparência

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

Dê-se nova redação ao § 9º do art. 28 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 28.

.....

§ 9º O agente operador do fundo de que trata o art. 27 deverá encaminhar à CAMEX e publicar em seu site na internet, mensalmente, relatório com informações contábeis, gerenciais, financeiras e atuariais, contendo, necessariamente, indicadores de alavancagem, solvência e sinistralidade e exposição por país e setor.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar transparência a atuação do FGCE com a publicação de dados referente a sua gestão e exposição. Dessa forma, por meio do controle social, se tem maior fiscalização sobre o foco, objetivo e resultado da utilização dos recursos públicos.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

**Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)
Líder do União Brasil**





CONGRESSO NACIONAL
SCE para processos produtivos

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Suprima-se o § 11 do art. 27 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

As operações de seguro de crédito direcionadas a projetos de investimento produtivo não garantem que a exportação ocorrerá ao final. Assim, desvirtua-se a finalidade do Seguro de Crédito, dispersando esforços e recursos que poderiam ser melhor utilizados quando existe garantia da exportação.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)
Líder do União Brasil





CONGRESSO NACIONAL

Competitividade do Seguro de Crédito à Exportação

**EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)**

Dê-se nova redação ao § 8º do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, como proposto pelo art. 5º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 4º

.....”

§ 8º O sistema oficial de garantias à exportação poderá considerar, na metodologia de precificação dos prêmios de seguro, aspectos relacionados à competitividade do prêmio cobrado para cobertura idêntica oferecida por outros governos ou agências oficiais de crédito à exportação, conforme diretrizes estabelecidas pela Câmara de Comércio Exterior - CAMEX.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O texto original previa que, na metodologia de precificação do prêmio de risco, poderiam ser considerados aspectos relacionados à competitividade da produção nacional nos mercados internacionais. Em outras palavras, a proposição pretendia que aspectos que fogem à avaliação de risco do importador fossem incluídos na precificação do prêmio para dar competitividade à exportação. Ocorre que, ao incluir aspectos relacionados à produção nacional, a solvência do FGE e FGCE é colocada em risco. O Seguro de Crédito não tem por finalidade corrigir distorções relacionadas à produção nacional, mas garantir ao exportador de que receberá o valor referente à exportação feita. Assim, a alteração pretendida



confere flexibilidade para que o Seguro de Crédito a Exportação possa ser competitivo no tipo de produto que oferece, que é a garantia.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)
Líder do União Brasil



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256341295900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lucas Fernandes





CONGRESSO NACIONAL

SCE para aviação civil no mercado interno

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se ao art. 16 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 16.** Ficam revogados o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999 e o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa revogar a autorização para a utilização de recursos do FGE para o seguro de crédito em operações de crédito interno para o setor de aviação civil. Dessa forma, iguala-se o FGE ao FGCE. Como se sabe, o setor não foi afetado pelas tarifas cobradas pelos Estados Unidos da América e ao permitir o uso do seguro de crédito para o mercado interno desvirtua-se a finalidade do seguro de crédito que é garantir e fomentar a exportação de bens e serviços brasileiros.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)
Líder do União Brasil





CONGRESSO NACIONAL
Financiamento a fornecedores

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação ao inciso III do *caput* do art. 1º, ao *caput* do art. 5º-A, ao inciso V do § 1º do art. 5º-A e ao § 8º do art. 5º-A, todos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como propostos pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º
.....

III – disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, desde que impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

.....” (NR)

“Art. 5º-A. Fica autorizada a utilização do superávit financeiro do FGE, apurado em 31 de dezembro de 2024, inclusive do principal, limitada ao montante de R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, desde que impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

§ 1º
.....

V – outras hipóteses relacionadas ao financiamento ao comércio exterior, conforme estabelecido em ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

.....

§ 8º Ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços disciplinará o disposto



neste artigo, inclusive o conceito de pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar foco à política ao restringir o acesso ao crédito às empresas exportadoras impactadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América. Dessa forma, é suprimido o acesso de fornecedores dos exportadores ao crédito, o que poderia ampliar demasiadamente a demanda pelos recursos sem a garantia de que se estaria financiando exportações e corrigindo distorções causadas pelas tarifas adicionais impostas ao exportador brasileiro pelos Estados Unidos da América.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)
Líder do União Brasil





CONGRESSO NACIONAL
SCE para processos produtivos

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Suprima-se o § 2º do art. 1º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como proposto pelo art. 6º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

As operações de seguro de crédito direcionadas a projetos de investimento produtivo não garantem que a exportação ocorrerá ao final. Assim, desvirtua-se a finalidade do Seguro de Crédito, dispersando esforços e recursos que poderiam ser melhor utilizados quando existe garantia da exportação.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)
Líder do União Brasil





CONGRESSO NACIONAL
Cobertura para riscos comerciais

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Suprima-se o inciso I do *caput* do art. 27 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, como proposto pelo art. 7º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa preservar o mercado interno de seguro a exportação. Ao se permitir que o SCE atue em operações de prazo inferior a 2 anos, o SCE deixa de atuar para corrigir distorções no mercado de crédito e passa a competir em mercado existente, retirando de empresas privadas clientes e colocando em risco um mercado já consolidado no país, que é o seguro de crédito para grandes empresas em operações de curto prazo. Essa exclusão mantém a autorização para a garantia de exportações de micro, pequenas e médias empresas incluídos no inciso II.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)
Líder do União Brasil





CONGRESSO NACIONAL
Cobertura para riscos comerciais

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Suprima-se a alínea “b” do inciso II do *caput* do art. 4º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como proposta pelo art. 6º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa preservar o mercado interno de seguro a exportação. Ao se permitir que o SCE atue em operações de prazo inferior a 2 anos o SCE deixa de atuar para corrigir distorções no mercado de crédito e passa a competir em mercado existente, retirando de empresas privadas clientes e colocando em risco um mercado já consolidado no país, que é o seguro de crédito para grandes empresas em operações de curto prazo. Essa exclusão mantém a autorização para a garantia de exportações de micro, pequenas e médias empresas incluídos na alínea c.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
(UNIÃO - MA)
Líder do União Brasil



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.309, de 2025, o seguinte artigo:

Art. XXX A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 57-D.....

§1º.....

§2º.....

§3º Exclusivamente para os exercícios de 2025 e 2026, os créditos adicionais que a pessoa jurídica não conseguir utilizar até o final de cada trimestre-calendário poderão ser:

I - compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - ressarcido em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.309/2025 foi editada como resposta às medidas impostas pelo governo do Estados Unidos, tendo como objetivo mitigar os impactos causados à economia e aos exportadores brasileiros.

Nesse sentido, as empresas do setor químico foram duramente afetadas pelas tarifas impostas sobre suas exportações aos Estados Unidos,



impactando sobremaneira sua receita, que possui parcela significativa atrelada ao comércio internacional.

A presente emenda tem como objetivo facilitar a utilização de um benefício fiscal já concedido para as empresas do setor químico, na figura do crédito adicional das contribuições ao PIS e à COFINS previsto pelo art. 57-D da Lei nº 11.196/2005, permitindo o seu aproveitamento via compensação com demais impostos e contribuições administrados pela Receita Federal ou seu ressarcimento em espécie, observada a legislação aplicável.

Note-se que a inserção proposta não representa a ampliação deste benefício fiscal, visto que não altera os parâmetros que limitam o incentivo, quais sejam: (i) o montante efetivamente investido em ampliação da capacidade produtiva; e (ii) o montante equivalente à aplicação da alíquota de 0,5% e 1% sobre as bases de cálculo do PIS e da COFINS do contribuinte, respectivamente.

Trata-se apenas da garantia de utilização do benefício já existente, tendo em vista o evidente impacto negativo das tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos, que podem levar à redução da receita das empresas do setor químico, impactando negativamente sua base de cálculo do PIS e da COFINS e, possivelmente, impossibilitando o aproveitamento dos créditos adicionais previstos pela Lei nº 11.196/2005.

Esta alteração busca garantir, em última instância, a manutenção dos significativos investimentos do setor industrial no Brasil, gerando empregos, movimentando nossa economia e prestigiando este importante setor da economia, mesmo em um cenário de incerteza na economia global.

Diante do exposto, conto com o acolhimento da presente emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Vitor Lippi
(PSDB - SP)



EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se aos incisos I e III do *caput* do art. 10 e ao inciso II do § 3º do art. 10 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 10.

I – os compromissos de exportação para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros que não se encontram na lista de exceção;

.....

III – a data de termo final das suspensões tributárias vinculadas ao ato concessório esteja compreendida entre 9 de julho e 9 de julho de 2027; e

.....

§ 3º

.....

II – contrato ou acordo comercial preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória ou nota fiscal de venda do fabricante-intermediário para a empresa industrial-exportadora, exclusivamente na hipótese prevista no § 1º.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo corrigir os prazos de suspensão tributária no regime especial de drawback, estabelecidos no Capítulo VII da Medida Provisória nº 1309/2025. Os prazos originalmente previstos mostraram-se demasiadamente curtos diante do cenário internacional atual, marcado pelos impactos negativos do chamado “tarifaço” norte-americano sobre produtos brasileiros.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível assegurar maior flexibilidade às empresas exportadoras nacionais, especialmente aquelas que



já possuem contratos ou compromissos comerciais firmados, mas que vêm enfrentando restrições adicionais impostas de forma unilateral pelos Estados Unidos. A prorrogação excepcional por mais um ano permitirá que os setores afetados se adequem às novas condições de mercado, evitando prejuízos imediatos, preservando empregos e garantindo a manutenção da competitividade internacional da indústria brasileira.

Assim, a emenda fortalece o papel do drawback como instrumento estratégico de estímulo às exportações, garantindo previsibilidade e condições justas para que o Brasil enfrente os efeitos adversos de barreiras comerciais externas.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Vitor Lippi
(PSDB - SP)





CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Valdir Cobalchini

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) para as micro, pequenas, grandes e médias Empresas Exportadoras passa a ser de 6% de alíquota.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo incluir médias e grandes empresas entre as beneficiárias da alíquota de 6% no REINTEGRA. Conforme a CNI, o resíduo tributário das exportações brasileiras alcança 7,6%, valor superior ao percentual atualmente restituído, o que compromete a competitividade internacional da indústria nacional.

A medida torna-se ainda mais necessária diante da imposição de tarifas de 50% pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, atingindo especialmente os setores de móveis e madeira, base da economia catarinense. As consequências já se fazem sentir com prejuízos financeiros, suspensão de contratos, férias coletivas e acúmulo de estoques.

A extensão do benefício às médias e grandes empresas não representa privilégio, mas sim mecanismo de justiça tributária e de proteção à produção



* CD 259781807500 *
ExEdit

nacional, assegurando manutenção de empregos, preservação da atividade econômica e defesa da competitividade brasileira no mercado internacional.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Cobalchini
(MDB - SC)
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259781807500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cobalchini





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 57-D.** As centrais petroquímicas e as indústrias químicas que apurarem créditos na forma prevista nos arts. 57 e 57-A desta Lei poderão descontar, no período de janeiro de 2024 a dezembro de 2027, créditos adicionais calculados mediante a aplicação da alíquota de 0,5% (cinco décimos por cento) para a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (Contribuição para o PIS/Pasep-Importação) e de 1% (um por cento) para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação), sobre a base de cálculo da respectiva contribuição, mediante compromisso de investimento em ampliação de capacidade instalada.

§ 1º

§ 2º

§ 3º

I – compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela



Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – ressarcido em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.309/2025 foi editada como resposta às medidas impostas pelo governo do Estados Unidos, tendo como objetivo mitigar os impactos causados à economia e aos exportadores brasileiros.

Nesse sentido, as empresas do setor químico foram duramente afetadas pelas tarifas impostas sobre suas exportações aos Estados Unidos, impactando sobremaneira sua receita, que possui parcela significativa atrelada ao comércio internacional.

A presente emenda tem como objetivo facilitar a utilização de um benefício fiscal já concedido para as empresas do setor químico, na figura do crédito adicional das contribuições ao PIS e à COFINS previsto pelo art. 57-D da Lei nº 11.196/2005, permitindo o seu aproveitamento via compensação com demais impostos e contribuições administrados pela Receita Federal ou seu ressarcimento em espécie, observada a legislação aplicável.

Note-se que a inserção proposta **não** representa a ampliação deste benefício fiscal, visto que não altera os parâmetros que limitam o incentivo, quais sejam: (i) o montante efetivamente investido em ampliação da capacidade produtiva; e (ii) o montante equivalente à aplicação da alíquota de 0,5% e 1% sobre as bases de cálculo do PIS e da COFINS do contribuinte, respectivamente.

Trata-se apenas da garantia de utilização do benefício já existente com lacuna que já havia sido identificada pelo setor, no entanto, tendo em vista o evidente impacto negativo das tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos, que podem levar à redução da receita das empresas do setor químico, impactando negativamente sua base de cálculo do PIS e da COFINS



e, possivelmente, impossibilitando o aproveitamento dos créditos adicionais previstos pela Lei nº 11.196/2005.

Esta alteração busca garantir, em última instância, a manutenção dos significativos investimentos do setor industrial no Brasil, movimentando nossa economia e prestigiando este importante setor da economia, mesmo em um cenário de incerteza na economia global.

Com base no exposto, peço o apoio dos colegas parlamentares para aprovação dessa emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Lídice da Mata
(PSB - BA)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se aos incisos I e III do *caput* do art. 10 e ao inciso II do § 3º do art. 10 da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 10.

I – os compromissos de exportação para os Estados Unidos da América sejam afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros que não se encontram na lista de exceção; os compromissos de exportação para os Estados Unidos da América sejam comprovadamente afetados por medidas unilaterais adotadas pelo referido país especificamente contra produtos brasileiros;

.....
III – a data de termo final das suspensões tributárias vinculadas ao ato concessório esteja compreendida entre 9 de julho e 9 de julho de 2027; e

.....
§ 3º

.....
II – contrato ou acordo comercial preexistente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória ou nota fiscal de venda do fabricante-intermediário para a empresa industrial-exportadora, exclusivamente na hipótese prevista no § 1º.”



JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.309/2025 foi editada como resposta às medidas impostas pelo governo do Estados Unidos, tendo como objetivo mitigar os impactos causados à economia e aos exportadores brasileiros.

Nesse sentido, as empresas do setor químico foram duramente afetadas pelas tarifas impostas sobre suas exportações aos Estados Unidos, impactando sobremaneira sua receita, que possui parcela significativa atrelada ao comércio internacional.

A presente emenda tem como objetivo viabilizar o cumprimento de compromisso estabelecido previamente junto ao Governo Federal e a correta comprovação de utilização de um benefício fiscal já concedido para as empresas do setor químico, na figura de ato concessório drawback suspensão previsto pela Portaria SECEX nº 44/2020, permitindo a suspensão ou isenção do imposto de Importação - II, do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação e do Adicional ao Frete para a Renovação de Marinha Mercante - AFRMM incidentes nas importações de mercadoria para emprego ou consumo na industrialização de produto a ser exportado.

Como os compromissos de exportação foram assumidos na concessão do incentivo, todas as exportações dentro da vigência dos atos concessórios serão afetadas pela sobretaxa, inclusive as com vencimento após 31 de dezembro de 2025.

Note-se que a inserção proposta não representa a ampliação deste benefício fiscal, visto que não altera os parâmetros que limitam o incentivo.

Trata-se apenas da manutenção de utilização do benefício já existente, tendo em vista o evidente impacto negativo das tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos, que podem levar à redução do volume das exportações das empresas do setor químico, impactando negativamente sua receita.



Esta alteração busca garantir, em última instância, a manutenção dos significativos investimentos do setor industrial no Brasil, movimentando nossa economia e prestigiando este importante setor da economia, mesmo em um cenário de incerteza na economia global.

Com base no exposto, peço o apoio dos colegas parlamentares para aprovação dessa emenda.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputada Lídice da Mata
(PSB - BA)





CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Jorge Seif

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se ao Capítulo II da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, o art. 4º-A, com a seguinte redação:

Art. 4º-A. O despacho aduaneiro de exportação de remessas internacionais poderá ser processado por meio da Declaração de Remessa de Exportação – DRE, até o limite de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, por remessa, nas exportações realizadas:

I – por pessoa jurídica ou por produtor rural, artesão, artista ou assemelhado, na forma da legislação específica; ou

II – por pessoa física, desde que a operação não caracterize destinação comercial ou fins industriais.

§ 1º O disposto no caput observará as demais condições previstas na legislação e no regulamento aplicáveis às exportações por remessa internacional.

§ 2º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil adequará, no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação desta Lei, os seus atos normativos, inclusive a Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, para a fiel execução deste artigo.

§ 3º Ficam revogadas as disposições em contrário constantes de atos infralegais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se sem prejuízo das demais condições previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, e na legislação específica aplicável às exportações.



JUSTIFICAÇÃO

Período excepcional demanda ajuste fino e imediato. Desde 30/07/2025, os Estados Unidos anunciaram medidas unilaterais com tarifa adicional de até 50% sobre produtos brasileiros e, em paralelo, suspenderam o regime de *de minimis* (\leq US\$ 800) para todas as origens, com vigência a partir de 29/08/2025. Tal cenário encarece a entrada naquele mercado, especialmente para operações de menor valor — justamente onde atuam micro e pequenos exportadores. Cumpre ao Brasil, portanto, facilitar a saída: a atualização do teto da DRE de US\$ 1.000 para US\$ 10.000 é medida célere, simples e de elevado impacto.

A MP nº 1.309/2025 já oferece o suporte normativo: seu Capítulo II trata de ações de apoio a atividades e empresas exportadoras brasileiras. Inserir nesse capítulo o novo limite da DRE alinha a política aduaneira ao objetivo do texto: agilidade, preservação de competitividade e mitigação de choques externos. Trata-se de microregulação de baixo custo fiscal e de efeito imediato sobre o fluxo de caixa.

O público-alvo é claro e numeroso. O ano de 2024 encerrou com 28.847 empresas exportadoras, recorde histórico. Entre elas, micro e pequenas empresas operam com tíquete médio menor e elevada sensibilidade a custos e prazos. Em valores, MEI/Micro exportaram US\$ 910,3 milhões e Pequenas, US\$ 1,7 bilhão (MDIC). Os Estados Unidos são destino-chave: estudos oficiais e de inteligência indicam parcela expressiva de exportadoras brasileiras com vendas para aquele mercado — com destaque para 9.553 empresas em 2024 no recorte MDIC–Amcham — e posição de liderança em bens de maior valor agregado. Em síntese: se o principal destino endurece a entrada, cabe-nos destravar a saída.

No plano setorial, a medida alcança precisamente os itens com perfil de MPE que utilizam *courier* e sofrem com burocracia: alimentos e bebidas especiais, moda, cosméticos, design/casa & decoração e artesanato qualificado. Ao mesmo tempo, preserva a competitividade de manufaturados e bens de maior conteúdo tecnológico com forte presença nos EUA (aeronaves e partes, máquinas e equipamentos/elétricos, químicos, preparados alimentícios) e de commodities processadas (celulose, café, carne bovina). O próprio MDIC detalhou a cesta



exportadora e os capítulos mais afetados/isentados nas novas tarifas, reforçando a urgência de uma válvula doméstica de escoamento com menor fricção.

Por que US\$ 10 mil? Porque o teto de US\$ 1.000 está defasado pela inflação internacional e pelo aumento de frete/seguro; porque a consolidação de pedidos reduz custo unitário de envio; e porque retirar barreiras procedimentais de quem vende pouco e com frequência é a forma mais eficiente de proteger margem. Com o *de minimis* suspenso nos EUA, a alternativa para o pequeno é agregar carrinhos e redirecionar mercados — o que só se sustenta se a saída no Brasil não travar no balcão. É exatamente o que a atualização do teto entrega.

A Medida Provisória, com força de lei (art. 62 da Constituição Federal), pode fixar parâmetros legais para o despacho por remessa internacional e determinar a adequação dos atos infralegais (v.g., IN RFB nº 1.737/2017). O encaixe no Capítulo II evita dispersão normativa e ancora a alteração no bloco de medidas de apoio previsto na própria MP. Resultados esperados: menor custo de conformidade, liberação mais rápida, preservação de margens e manutenção de empregos — sobretudo entre MPE.

Em termos claros: os EUA fecharam a janela do *de minimis*; nós abrimos a porta da DRE. Medida simples, proporcional e imediatamente útil para quem mais precisa.

Referências:

Casa Branca – Ordem Executiva (30/07/2025) suspendendo o **de minimis** (≤ US\$ 800) a partir de 29/08/2025. [The White House](#)

White House – Fact Sheet sobre suspensão do *de minimis* e marcos de vigência. [The White House](#)

Hogan Lovells – Alerta jurídico (resumo técnico da medida). www.hoganlovells.com

White & Case – Insight (detalhes de escopo e data de vigência). [White & Case](#)

DHS – Release sobre o fim do *de minimis*. [U.S. Department of Homeland Security](#)



MDIC – Nota oficial sobre a ordem executiva dos EUA e produtos/percentuais alcançados. [Serviços e Informações do Brasil Agência Gov](#)

MDIC – Recorde de empresas exportadoras (2024). [Serviços e Informações do Brasil+1](#)

MDIC–Amcham – Empresas brasileiras que exportam para os EUA (estudo) e foco em bens de maior valor agregado. [Serviços e Informações do Brasil](#)

ApexBrasil – Dia Internacional das MPEs / apoio a MPEs. [ApexBrasil](#)

Cesta de produtos e capítulos tarifários (MDIC) – top itens e enquadramentos por capítulo. [Serviços e Informações do Brasil](#)

Amcham – Monitor do Comércio BR–EUA (jul/2025) – dinâmica recente por produto. mkt.amcham.com.br [Amcham Brasil](#)

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Senador Jorge Seif
(PL - SC)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 4º-1. O despacho aduaneiro de exportação de remessas internacionais poderá ser processado por meio da Declaração de Remessa de Exportação – DRE, até o limite de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, por remessa, nas exportações realizadas:

I – por pessoa jurídica ou por produtor rural, artesão, artista ou assemblado, na forma da legislação específica; ou

II – por pessoa física, desde que a operação não caracterize destinação comercial ou fins industriais.

§ 1º O disposto no caput observará as demais condições previstas na legislação e no regulamento aplicáveis às exportações por remessa internacional.

§ 2º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil adequará, no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação desta Lei, os seus atos normativos, inclusive a Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, para a fiel execução deste artigo.

§ 3º Ficam revogadas as disposições em contrário constantes de atos infralegais.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se sem prejuízo das demais condições previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, e na legislação específica aplicável às exportações.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



JUSTIFICAÇÃO

Período excepcional demanda ajuste fino e imediato. Desde 30/07/2025, os Estados Unidos anunciaram medidas unilaterais com tarifa adicional de até 50% sobre produtos brasileiros e, em paralelo, suspenderam o regime de *de minimis* (\leq US\$ 800) para todas as origens, com vigência a partir de 29/08/2025. Tal cenário encarece a entrada naquele mercado, especialmente para operações de menor valor — justamente onde atuam micro e pequenos exportadores. Cumpre ao Brasil, portanto, facilitar a saída: a atualização do teto da DRE de US\$ 1.000 para **US\$ 10.000** é medida célere, simples e de elevado impacto.

A MP nº 1.309/2025 já oferece o suporte normativo: seu Capítulo II trata de ações de apoio a atividades e empresas exportadoras brasileiras. Inserir nesse capítulo o novo limite da DRE alinha a política aduaneira ao objetivo do texto: **agilidade, preservação de competitividade e mitigação de choques externos**. Trata-se de microregulação de baixo custo fiscal e de efeito imediato sobre o fluxo de caixa.

O público-alvo é claro e numeroso. O ano de 2024 encerrou com **28.847 empresas exportadoras**, recorde histórico. Entre elas, micro e pequenas empresas operam com tíquete médio menor e elevada sensibilidade a custos e prazos. Em valores, **MEI/Micro** exportaram **US\$ 910,3 milhões** e **Pequenas, US\$ 1,7 bilhão** (MDIC). Os Estados Unidos são destino-chave: estudos oficiais e de inteligência indicam parcela expressiva de exportadoras brasileiras com vendas para aquele mercado — com destaque para **9.553 empresas** em 2024 no recorte MDIC-Amcham — e posição de liderança em bens de maior valor agregado. Em síntese: se o principal destino endurece a entrada, cabe-nos **destravar a saída**.

No plano setorial, a medida alcança precisamente os itens com perfil de MPE que utilizam *courier* e sofrem com burocracia: **alimentos e bebidas especiais, moda, cosméticos, design/casa & decoração e artesanato qualificado**. Ao mesmo tempo, preserva a competitividade de **manufaturados e bens de maior conteúdo tecnológico** com forte presença nos EUA (aeronaves e partes, máquinas e equipamentos/elétricos, químicos, preparados alimentícios)



e de **commodities processadas** (celulose, café, carne bovina). O próprio MDIC detalhou a cesta exportadora e os capítulos mais afetados/isentados nas novas tarifas, reforçando a urgência de uma válvula doméstica de escoamento com menor fricção.

Por que US\$ 10 mil? Porque o teto de **US\$ 1.000** está defasado pela inflação internacional e pelo aumento de **frete/seguro**; porque a **consolidação de pedidos** reduz custo unitário de envio; e porque retirar barreiras procedimentais de quem vende pouco e com frequência é a forma mais eficiente de proteger margem. Com o *de minimis* suspenso nos EUA, a alternativa para o pequeno é **agregar carrinhos e redirecionar mercados** — o que só se sustenta se a saída no Brasil não travar no balcão. É exatamente o que a atualização do **teto** entrega.

A Medida Provisória, com força de lei (art. 62 da Constituição Federal), pode **fixar parâmetros legais** para o despacho por remessa internacional e determinar a **adequação dos atos infralegais** (v.g., IN RFB nº 1.737/2017). O encaixe no Capítulo II evita dispersão normativa e ancora a alteração no bloco de medidas de apoio previsto na própria MP. **Resultados esperados:** menor custo de conformidade, liberação mais rápida, preservação de margens e manutenção de empregos — sobretudo entre MPE.

Em termos claros: os EUA **fecharam a janela** do *de minimis*; nós **abrimos a porta** da DRE. Medida **simples, proporcional e imediatamente útil** para quem mais precisa.

Referências:

Casa Branca – Ordem Executiva (30/07/2025) suspendendo o **de minimis** (\leq US\$ 800) a partir de **29/08/2025**. [The White House](#)

White House – Fact Sheet sobre suspensão do *de minimis* e marcos de vigência. [The White House](#)

Hogan Lovells – Alerta jurídico (resumo técnico da medida). www.hoganlovells.com

White & Case – Insight (detalhes de escopo e data de vigência). [White & Case](#)



DHS – Release sobre o fim do de minimis. [U.S. Department of Homeland Security](#)

MDIC – Nota oficial sobre a ordem executiva dos EUA e produtos/percentuais alcançados. [Serviços e Informações do Brasil Agência Gov](#)

MDIC – Recorde de empresas exportadoras (2024). [Serviços e Informações do Brasil+1](#)

MDIC–Amcham – Empresas brasileiras que exportam para os EUA (estudo) e foco em bens de maior valor agregado. [Serviços e Informações do Brasil](#)

ApexBrasil – Dia Internacional das MPEs / apoio a MPEs. [ApexBrasil](#)

Cesta de produtos e capítulos tarifários (MDIC) – top itens e enquadramentos por capítulo. [Serviços e Informações do Brasil](#)

Amcham – Monitor do Comércio BR–EUA (jul/2025) – dinâmica recente por produto. mkt.amcham.com.br [Amcham Brasil](#)

Sala da comissão, 20 de agosto de 2025.

Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança
(PL - SP)





CONGRESSO NACIONAL

Este documento contém pendências de preenchimento e não deve ser protocolado até que estas sejam resolvidas:

- Existem dispositivos sem texto informado.

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se inciso IX ao *caput* do art. 1º e art. 14-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

IX –

.....”

“Art. 14-1. Acrescente-se art. 14-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação: “Art. 14-1. 1 - Fica reeditado, no âmbito da Medida Provisória nº 1.309, de 13 de agosto de 2025, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, com aplicação específica para empresas exportadoras de bens e serviços e seus fornecedores diretamente impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América. § 1º O programa terá como objetivos: I – preservar o emprego e a renda; II – garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; III – reduzir o impacto social decorrente da perda de mercado externo. § 2º São medidas do programa: I – o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; II – a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário; III – a suspensão temporária do contrato de trabalho. § 3º O Benefício Emergencial será custeado com recursos da União e terá como base de cálculo o valor mensal do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, proporcional à redução ou suspensão pactuada. § 4º O programa será regulamentado por ato conjunto do Ministro de Estado da Fazenda



e do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, podendo prever: I – critérios de elegibilidade; II – prazos máximos de adesão; III – formas de pactuação individual ou coletiva; IV – garantias provisórias no emprego; V – mecanismos de fiscalização e penalidades. § 5º Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 14.020, de 2020, no que forem compatíveis com o novo contexto regulatório e econômico.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A imposição de tarifas adicionais pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras representa um choque externo com efeitos diretos sobre a produção, o faturamento e a manutenção de empregos em setores estratégicos da economia nacional. A reedição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, originalmente concebido para enfrentar os efeitos da pandemia, mostra-se adequada e necessária para mitigar os impactos sociais e econômicos decorrentes da perda abrupta de mercado externo. A proposta adapta os instrumentos já testados e regulamentados pela Lei nº 14.020/2020, como a suspensão temporária de contratos, a redução proporcional de jornada e salário e o pagamento de benefício emergencial, para atender especificamente empresas exportadoras e seus fornecedores afetados pelas medidas tarifárias. Ao preservar empregos e garantir liquidez às empresas em momento de vulnerabilidade, a medida contribui para a estabilidade econômica, a proteção social e a manutenção da capacidade produtiva nacional.

Deputado Pedro Westphalen (PP - RS)

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.309, DE 2025

EMENDA MODIFICATIVA

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

Art. 1º Altere-se o art. 4º da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, para que passe a vigor com a seguinte redação:

“Art. 4º A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

§ 4º As operações de crédito de que trata este artigo, quando destinadas à cadeia produtiva da carne bovina, observarão condições diferenciadas, compreendendo:

I – os beneficiários deverão pagar o financiamento em até 96 (noventa e seis) meses, prorrogáveis por mais 120 (cento e vinte) meses na hipótese de as barreiras tarifárias e não tarifárias ainda estarem em vigor;

II – a primeira parcela do financiamento será devida após 3 (três) meses;



III – taxa de juros do financiamento não será superior a 3% (três por cento) ao ano.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A cadeia produtiva da carne bovina é uma das mais relevantes do agronegócio brasileiro, responsável por R\$ 62,9 bilhões em exportações em 2024, o que corresponde a 1,68% do PIB nacional.

Entretanto, a imposição de barreiras tarifárias e não tarifárias por países importadores, em especial os Estados Unidos e a União Europeia, tem causado prejuízos expressivos ao setor, com impactos diretos em emprego, renda e arrecadação tributária.

Municípios com alta dependência da bovinocultura enfrentam grave risco de colapso econômico. O exemplo de Araguaína/TO é emblemático: 10,98% do PIB local advém das exportações de carne bovina, sendo que 43% de sua produção é destinada ao mercado norte-americano.

Diante dessa realidade, justifica-se a concessão de condições diferenciadas de crédito para frigoríficos, cooperativas e empresas da cadeia da carne bovina, com prazos mais extensos, juros reduzidos e possibilidade de renegociação. Essas medidas assegurarão a sobrevivência de empresas estratégicas, a manutenção de milhares de empregos e a sustentação das receitas municipais e estaduais.

Com essas razões, contamos com o apoio dos colegas deputados ao presente projeto de lei.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Alexandre Guimarães
(MDB - TO)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.309, DE 2025

EMENDA MODIFICATIVA

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

Art. 1º Altere-se o art. 4º da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, para que passe a vigor com a seguinte redação:

“Art. 4º A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

§ 4º As operações de crédito de que trata este artigo, quando destinadas à cadeia produtiva da carne bovina, observarão condições diferenciadas, compreendendo:

I – os beneficiários deverão pagar o financiamento em até 96 (noventa e seis) meses, prorrogáveis por mais 120 (cento e vinte) meses na hipótese de as barreiras tarifárias e não tarifárias ainda estarem em vigor;

II – a primeira parcela do financiamento será devida após 3 (três) meses;



III – taxa de juros do financiamento não será superior a 3% (três por cento) ao ano.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A cadeia produtiva da carne bovina é uma das mais relevantes do agronegócio brasileiro, responsável por R\$ 62,9 bilhões em exportações em 2024, o que corresponde a 1,68% do PIB nacional.

Entretanto, a imposição de barreiras tarifárias e não tarifárias por países importadores, em especial os Estados Unidos e a União Europeia, tem causado prejuízos expressivos ao setor, com impactos diretos em emprego, renda e arrecadação tributária.

Municípios com alta dependência da bovinocultura enfrentam grave risco de colapso econômico. O exemplo de Araguaína/TO é emblemático: 10,98% do PIB local advém das exportações de carne bovina, sendo que 43% de sua produção é destinada ao mercado norte-americano.

Diante dessa realidade, justifica-se a concessão de condições diferenciadas de crédito para frigoríficos, cooperativas e empresas da cadeia da carne bovina, com prazos mais extensos, juros reduzidos e possibilidade de renegociação. Essas medidas assegurarão a sobrevivência de empresas estratégicas, a manutenção de milhares de empregos e a sustentação das receitas municipais e estaduais.

Com essas razões, contamos com o apoio dos colegas deputados ao presente projeto de lei.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Alexandre Guimarães
(MDB - TO)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.309, DE 2025

EMENDA MODIFICATIVA

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

Art. 1º Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo à Medida Provisória nº 1.309, de 2025, para que passe a vigor com a seguinte redação:

“Art. XX. A União poderá destinará recursos, mediante crédito extraordinário, aos Municípios cuja participação da carne bovina, congelada ou fresca, represente, no mínimo, 5% do Produto Interno Bruto – PIB, para compensar queda superior a 10% (dez por cento) da arrecadação vinculada ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e à cota-parte de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, na proporção da perda efetivamente comprovada por cada Município.

Parágrafo único. A aferição da queda de arrecadação será realizada com base em séries históricas de até 36 (trinta e seis) meses anteriores à deflagração das barreiras tarifárias e não tarifárias.” (NR)



JUSTIFICAÇÃO

No caso do tarifaço dos Estados Unidos, os impactos das barreiras tarifárias não recaem apenas sobre as empresas exportadoras, mas também, e principalmente, sobre os Municípios cuja economia é dependente da bovinocultura de corte. No Tocantins, por exemplo, a exportação de carne bovina responde por 10,43% do PIB estadual e mais de 11% de toda a carne exportada tem como destino os Estados Unidos. Uma retração abrupta nas exportações representa queda imediata na arrecadação de ICMS e ISS, comprometendo a prestação de serviços públicos essenciais.

A emenda propõe, portanto, que a União destine recursos extraordinários para compensar perdas superiores a 10% da arrecadação vinculada à atividade, com base em séries históricas de até 36 meses. Tal medida é fundamental para garantir o equilíbrio federativo, assegurar a continuidade dos serviços públicos locais e preservar a estabilidade fiscal de Municípios altamente vulneráveis ao tarifaço. Com essas razões, contamos com o apoio dos colegas deputados ao presente projeto de lei.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Alexandre Guimarães
(MDB - TO)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 ao Capítulo II da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** Altere-se o art. 4º da Medida Provisória nº 1.309, de 2025, para que passe a vigor com a seguinte redação:

‘**Art. 4º** A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

§ 4º As operações de crédito de que trata este artigo, quando destinadas à cadeia produtiva da carne bovina, observarão condições diferenciadas, compreendendo:

I – os beneficiários deverão pagar o financiamento em até 96 (noventa e seis) meses, prorrogáveis por mais 120 (cento e vinte) meses na hipótese de as barreiras tarifárias e não tarifárias ainda estarem em vigor;’

‘II – a primeira parcela do financiamento será devida após 3 (três) meses;’

‘III – taxa de juros do financiamento não será superior a 3% (três por cento) ao ano.’”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



JUSTIFICAÇÃO

A cadeia produtiva da carne bovina é uma das mais relevantes do agronegócio brasileiro, responsável por R\$ 62,9 bilhões em exportações em 2024, o que corresponde a 1,68% do PIB nacional.

Entretanto, a imposição de barreiras tarifárias e não tarifárias por países importadores, em especial os Estados Unidos e a União Europeia, tem causado prejuízos expressivos ao setor, com impactos diretos em emprego, renda e arrecadação tributária. Municípios com alta dependência da bovinocultura enfrentam grave risco de colapso econômico. O exemplo de Araguaína/TO é emblemático: 10,98% do PIB local advém das exportações de carne bovina, sendo que 43% de sua produção é destinada ao mercado norte-americano. Diante dessa realidade, justifica-se a concessão de condições diferenciadas de crédito para frigoríficos, cooperativas e empresas da cadeia da carne bovina, com prazos mais extensos, juros reduzidos e possibilidade de renegociação. Essas medidas assegurarão a sobrevivência de empresas estratégicas, a manutenção de milhares de empregos e a sustentação das receitas municipais e estaduais.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Alexandre Guimarães
(MDB - TO)

